

CONFEGE - Sessões Temáticas

A Organização do Território

Volume 7

Tomo 2
sessões 53 a 55

CONFEGE

A ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

- 53 Regionalização: conceitos, práticas, escalas e a experiência brasileira**
- 54 Territórios do turismo: novas demandas de informação**
- 55 Tecnologia e meio ambiente**

**REGIONALIZAÇÃO: CONCEITOS, PRÁTICAS, ESCALAS E A
EXPERIÊNCIA BRASILEIRA**

Coordenador: HENRIQUE FONSECA NETO

REGIONALIZAÇÃO , CONCEITOS , PRÁTICAS ,
ESCALAS E A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA.

Por

Speridião Faissol

- **Documento elaborado para a III Conferência Nacional de Geografia , realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.**

Rio de Janeiro , 27 a 31 de Maio de 1996 .

1 - Introdução .

2 - Região e Território . Conceito e prática.

3 - Desenvolvimento regional : o caso brasileiro.

4 - Referências bibliográficas .

1 - Introdução .

O propósito deste estudo é o de discutir a questão da regionalização e suas escalas , vale dizer , principalmente os conceitos de desenvolvimento regional e gestão do território , pois , na verdade , encaramos desenvolvimento regional como a organização e ordenamento do espaço ; organização como um visão estática e ordenamento como um visão dinâmica , ambas consistindo , entretanto , em uma compreensão do processo de regionalização , cujo objetivo é diminuir disparidades regionais de desenvolvimento ; a compreensão deste processo significa uma avaliação dos fatores que podem ter contribuído para o desenvolvimento regional desigual ou para sua persistência .

Mais precisamente queremos investigar a natureza do interface entre os dois conceitos e as duas práticas e como foram utilizados no Brasil ; ao mesmo tempo parece-nos importante analisar o significado e a relevância de conceitos associados à regionalização , como região , regionalismos , território , territorialidade , territorialização e desterritorialização , todos no contexto do desenvolvimento regional/territorial .

Este contexto é importante para evitar que a discussão acabe por se tornar semântica e vazia de conteúdo. A Geografia regional teve um papel importante na evolução do pensamento geográfico . Horacio Capel mesmo sugere que a Geografia Regional foi até uma saída para o impasse conceitual da divisão entre Geografia Física e Geografia Humana .

Podemos , assim , enfocar a questão regional de várias formas :

- uma é a conceitual , no plano epistemológico de compreender a própria geografia ; de alguma forma ela contém a idéia de que um lugar é diferente de outro , portanto existem regiões , ou abstratamente em nossa mente ou concretamente em nossa forma de existência . Esta posição é antiga e remonta mesmo às origens Kantianas da geografia - uma ciência corológica . Esta origem e sua culminação com “ a areal differentiation “ de Hartshorne e tantos outros , gerou grande dificuldades , pois Hartshorne mesmo sugeria que a totalidade dos fenômenos geográficos só podia analisadas em um ponto , o que tornava impossível generalizações sob a forma de leis . A devastadora objeção que Fred Schaeffer fez às teses de Hartshorne era de que isto era anti-científico .

- outra forma é a prática deste processo de regionalização , seja como forma de organizar dados estatísticos , seja como processo de organização econômica do espaço ; de qualquer maneira a região , em ambos casos , deve responder pelo processo como o homem se organiza territorialmente , supondo como teoria econômica em geral sugere , que o desenvolvimento não se processa de forma igual em todos os lugares ; existem vantagens locais comparativas entre os lugares e/ou regiões , seja pela via de recursos naturais ou humanos , ou oportunidade históricas de desenvolvimento .

- uma terceira visa a políticas - a planejamento de alguma forma - que objetivem acelerar o processo de desenvolvimento regional ou diminuir o, descompasso inter regional , ou ambas .

Dada esta diferenciação de conceitos , provenientes de uma histórica discussão entre o social e o espacial na Geografia , inclusive porque colocados em contextos ideológicos diferentes , parece ser razoável imaginar apenas , que a Geografia a nível do conceito regional , procura um ponto de convergência unificadora que contemple :

a) - de um lado , a definição de um unidade territorial que contenha um elevado grau de unidade meio-homem intrínseca , de natureza por assim dizer simbiótica , embora esta unidade intrínseca fosse , quase sempre , indefinida ; esta foi a posição de Vidal de La Blache , com seu " pays " e as monografias regionais da escola francesa , numa etapa do desenvolvimento de seu país que era ainda , eminentemente agrário , onde esta simbiose podia ser mais ou menos precebida ;

b) - e de outro lado a agregação de indivíduos /famílias , neste mesmo território , mas formando coletividades sociais também com elevado grau de unidade intrínseca , homem-meio , de natureza por assim dizer simbiótica , embora sua projeção espacial não ficasse clara . Esta era a posição de Emile Durkheim com sua concepção de morfologia social e de todos os sociólogos , antropólogos e mesmo economistas , desde o fim do Século XIX até os dias de hoje .

E que a junção das duas agregações - social e territorial - constitui o espaço socialmente organizado e articulado nas suas duas componentes , de par com aquela unificação do âmbito da geografia . Mas esta questão permanece , até hoje , não resolvida .

A geografia foi , por muito tempo , (às vezes acho que ainda hoje , na compreensão de muitos geógrafos) um ciência ponte entre o físico e o social , entre as ciências da Terra e as Sociais .

Tradicionalmente os geógrafos tem definido regiões segundo dois critérios básicos : a homogeneidade e a funcionalidade . O conceito de homogeneidade é clássico - eis que a própria Geografia esteve , por longo tempo , associada à " areal differentiation " de tradição Hartshorniana , mas sempre presente nos trabalhos divulgados sobre a Geografia . Hartshorne discute longamente os dois impasses em " Perspectives " , discussão que acaba sumergida em sua discussão interminável do conceito do idiográfico na Geografia .

O conceito de funcionalidade está ligado às relações entre os lugares e embora o assunto tenha sido tratado por vários geógrafos , são poucas as experiências de aplicação , As até agora duas versões e atualizações que o Departamento de Geografia do IBGE fez , revelam as dificuldades conceituais e práticas deste modelo , que é um complemento indispensável ao outro .

Ambos os modelos têm sido usados para planejamento e às vezes modelos ecléticos tem sido combinados para este fim ; a própria Divisão atual do Brasil em Macro Regiões , implicitamente combino as duas coisas . Para que possam ser efetivamente usados , o conteúdo da micro região , por exemplo , precisa refletir os problemas da área .

Ao concebermos o planejamento como um processo de natureza política e associado a uma tomada de decisão é que percebemos a necessidade , de um lado de pensarmos no conceito abstrato de região para entendermos as inter relações entre os vários aspectos do processo , mas de outro lado agirmos segundo o conceito concreto de unidade política ,

pois é aí que encontramos os elementos de decisão política que possam concretizar nossos objetivos .

Isto implica na noção de que o sistema espacial contém uma territorialidade - áreas de organização - formadas à base de pontos ou áreas que são ligados por mecanismos de dominância e subordinação , que estruturam de uma certa forma hierárquica , este mesmo território. Estes mecanismos de dominância e subordinação são conceitos essencialmente político/ capitalistas , (mas não só capitalistas) pois implicam em hierarquia de bens e serviços e em áreas de mercado , geradas no sistema capitalista de competição , e nos conceitos dele derivados , mas que existem por todo o mundo , pois todo mundo hierarquiza os bens e serviços que compra .

Em outras palavras tanto a estrutura social como a territorial são componentes iguais do processo de regionalização , e formam na verdade a essência do que é a Geografia . Mas não existem processos globais responsáveis conhecidos por uma regionalização, qualquer que ela seja , embora o processo de desenvolvimento desigual opere em todas as escalas , pois é da natureza do homem . A junção dos dois conceitos acaba por sugerir que desenvolvimento seja o principal fator de diferenciação entre áreas , portanto concretizando a idéia de Geografia ciência espacial/social.

Mas a linha quantitavista também equacionava a região como um conjunto de lugares - unidades taxonômicas - que seriam agregadas para formar uma nova unidade taxonômica , em que a similaridade interna ao grupo seria maximizada por via de análises de variância e necessariamente maximizada a heterogeneidade inter grupos . A teoria constitui-se na descrição do conjunto de indicadores que seriam hipotetizados como geradores desta similaridade\heterogeneidade . Não se deve confundir , entretanto , o fato de análises de dados que podem conduzir a esta agregação regional se utilizarem municípios , que constituem unidades político\administrativas , com limites territoriais explícitos . Neste caso estamos definindo espaços propriamente ditos e não conteúdos territoriais .

Desde Humboldt e Ritter a questão unidade/diversidade na Geografia abria o caminho , de maneira mais formal e em termos de uma discussão conceitual , para esta questão regional ; e não apenas no sentido da descrição de um segmento da superfície da terra , mas que espécie de segmento faria sentido na análise geográfica ; isto é a região e a Geografia como ciência regional , duas coisas diferentes , tanto em conceito como em método .

No Brasil esta linha foi adotada - e naquela época a influência cultural francesa era enorme e a maior parte dos geógrafos brasileiros fora formada na França ou com mestres franceses no Brasil - com a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e já no começo da década de 40 o Conselho Nacional de Geografia . Este daria início aos estudos que levariam à aprovação oficial de uma Divisão Regional do Brasil , para fins estatísticos .

O Prof. Fabio Macedo Soares Guimarães , então chefe da área de estudos Geográficos do referido Conselho , coordenava estes estudos e publicou longo artigo sobre o problema da Divisão Regional (1) , enfatizando a necessidade das " regiões naturais " mais estáveis no tempo .

É curioso observar que esta Divisão Regional seguia uma linha que partia de grandes macro regiões para fins estatísticos - com base em critérios ecléticos - para uma sub-

divisão em regiões e sub regiões naturais , que não respeitavam os limites das Unidades Federadas , concluindo por um sistema de zonas fisiográficas , de base humana e econômica , que era constrangida tanto por limites dos municípios como dos Estados , como também pelas regiões naturais . Assim as Macro regiões eram ecléticas e complexas , e abrangiam grupos de Estados que tinham alguns problemas comuns e para os quais se necessitavam divulgar dados estatísticos desagregados ; as regiões naturais e sub regiões seguiam critérios físicos e portanto atendiam aos requisitos de um regionalização sem os " constraints " de limites políticos ; o outro nível em que dados estatísticos eram necessários era o das chamadas " zonas fisiográficas " que se ajustavam , simultaneamente , às regiões naturais e aos limites de Estados e Municípios . Mas estas zonas fisiográficas partiam de municípios que eram agregados em uma unidade maior - esta mesma zona fisiográfica ; com frequência se identificava o " core " de uma zona e a partir deste " core " e pelo princípio da extensão se chegava ao conjunto da zona fisiográfica .

A zona fisiográfica foi a matriz da idéia - no plano prático - da micro região homogênea .

As regiões homogêneas , como assinalamos acima , serviram e servem a uma variada gama de interesses e objetivos , sejam eles de natureza conceitual ou prática . A divulgação de dados é um destes interesses , que no caso brasileiro tem se voltado muito para a divulgação de dados estatísticos , principalmente os produzidos pelo próprio IBGE . Aí a questão se concentra na idéia da Divisão Regional , um dos esforços importantes da pesquisa do Departamento de Geografia nos seus primeiros vinte ou trinta anos de sua existência .

Num país grande como o Brasil a divulgação de dados por unidades menores ou maiores que os Estados (Macro e Micro regiões) é de grande importância , mas igualmente importante é o tamanho e a homogeneidade das estruturas sobre as quais os dados pretendiam analisar . O município é uma unidade importante , porque ele tem significação político administrativa e a sua administração implica em conhecimento de sua realidade socio-econômica . A Micro região já tem importância diferente , porque serve ao planejamento supramunicipal e/ou estadual . Mas se a micro região não for representativa desta realidade socio-econômica , os dados divulgados podem dar uma falsa idéia desta realidade , distorcer a mesma ou levar a sub ou super dimensionamento dos mesmos em contextos mais amplos .

Por exemplo , quando se divulgou o primeiro estudo , feito pelo , de regiões homogêneas no Brasil não estava claro se elas deviam ser estáveis no tempo (ainda que variasse , obviamente , sua homogeneidade interna) que permitisse comparações temporais , ou se o que era mais importante era a representatividade que cada micro região teria na divulgação de dados . A micro região homogênea foi colocada tanto como um diagnóstico dos problemas de uma dada área , como e por isso mesmo como unidade territorial para divulgação de dados em áreas pequenas .

Mas por isso mesmo teve que , também , ser revista periodicamente , o que acarretou algumas dificuldades para comparação temporal . Os analistas , em geral , usam unidades territoriais para comparação , mas na verdade pensam , como se indica no item b) acima , num agregado de pessoas e famílias , portanto a comparação temporal deve ser feita como os agregados do tipo b) e não do tipo a) .

A importância desta discussão é , ao mesmo tempo , teórica e prática ; teórica porque pretende colocar uma certa compatibilização no uso destes conceitos , pelo menos como os entendemos ; prática porque muitas vezes o uso inadequado dos mesmos - até mesmo por questões de ordem semântica - pode dar margem a confusões até de políticas que conduzem ao desenvolvimento regional . É claro que , de par com a discussão dos termos e conceitos , pretendemos colocar a questão , do um lado do desenvolvimento regional - suas teorias e práticas e o caso brasileiro ; e de outro lado as questões das derivações de natureza política tipo regionalismos dos vários formatos e da territorialidade , quiçá como fundamento deste regionalismo. Queremos tratar da questão regional , em última instância . Num país das dimensões territoriais do Brasil e com as desigualdades sociais e territoriais que nele subsistem , a questão regional , em todas as suas componentes , assume importância especial .

Mas existe o outro lado do problema , um problema de natureza cada vez mais macro . Num momento , entretanto , em que se observa uma tendência avassaladora e irresistível para a globalização , a questão regional fica um pouco submersa num verdadeiro torvelinho epistemológico , especialmente porque a explicação cada vez mais globalizante dos processos políticos , econômicos e socio-culturais , relega a explicação do processo de regionalização a uma simples *distintividade* econômico cultural ; às vezes sugerindo que ele seja uma fragmentação do processo global ; é aí que vemos , de forma clara , que esta fragmentação é mais mesmo esta distintividade , pois não vem de cima para baixo , portanto não se fragmenta , e sim é algo que resiste à globalização para se manter integrada .

Quando falamos em simples distintividade não queremos subestimar a sua importância , pois se ela se coloca num plano menor que a globalização , ela tem uma significação nacional ou regional de extrema importância . A resistência de importantes setores da opinião pública inglesa à mudança da Libra por uma moeda do Mercado Comum , pôde parecer pouco racional num contexto puramente organizativo , mas tem um conteúdo de distintividade nacional fundamental , eis que a Libra se parece com a essência do que é a Inglaterra , mais que com eventuais interesses nacionais conjunturais . Mas não é só isto , pois as acirradas disputas entre Estados Unidos e Japão no plano econômico , mostram como os problemas regionais no plano continental são importantes .

O que queremos significar com esta inserção da idéia da globalização é que ela muda totalmente os termos e as escalas do processo regional , pois primeiro vem a escala Mundo . Nesta escala Mundo ainda existem e persistem os Estados-Nação , que de alguma forma são agora uma instância regional . Mas estes Estados-Nação tem forças político-econômicas e Poder , que desequilibram a escala Mundo , tornando necessários , convenientes e possíveis os consórcios /blócps regionais . Os propósitos destes blócos , ostensivos ou não , são os de balancear o sistema de forças e de poder no Mundo ; de um lado eles procuram influir nas decisões do sistema Mundo e de outro lado , mas de modo quase simultâneo , influir na direção dos interesses dos Estados-Nação de cada um destes blócos ; dentro deles o jogo de interesses é , também , muito forte . Exemplo no Mercado Comum Europeu os interesses de uma política agrícola Francesa versus os interesses indústrias da Alemanha ou da Inglaterra . De par as questões de migração de mão obra , deslocamentos de pessoas e migrantes , tarifas alfandegarias , equilíbrio cambial , valor da moeda , moeda comum , etc. e etc.

Quer dizer as distintividades funcionam fortes nas relações entre Estados-Nação , mesmo dentro dos blocos e entre os blocos elas são de nível diferentes , mas são distintividades que devem ser levadas em conta .

A globalização vae surgindo dos compromissos dos Estados Nação - especialmente os mais fortes político e economicamente , dos blocos regionais e sobretudo do Poder do grande Estado não Nação de hoje que são as multinacionais . Entre os 100 maiores PIBs do Mundo de hoje , cinquenta são multinacionais , principalmente dos países hegemônicos , Estados Unidos , Japão , Alemanha , Inglaterra , França e alguns outros .

No plano regional próprio dito - este que caracterizamos como soterrado num verdadeiro torvelinho formado por processos mais abrangentes - permanecem problemas teóricos , conceituais e práticos da maior importância . Aí e ao mesmo tempo conceitos como desenvolvimento sustentável e/ou auto sustentado vão surgir na discussão , tanto como conceitos próprio ditos , como opções de políticas , embora óbvias . Mas fica realmente evidente que este auto sustentado tem limites nos mecanismos do processo de globalização , ficando o auto sustentado , assim , condicionado a estes limites - essencialmente o capital internacional ; quer dizer o autosustentado não consegue ser um processo estritamente endógeno . Isto para não se falar na questão ambiental em seu sentido mais amplo , que abrange de qualidade de vida a recursos naturais .O desenvolvimento regional , em si mesmo , passa a ser considerado uma espécie de reação ao moderno - a globalização

Mas para colocar os diferentes conceitos numa perspectiva , senão única , pelo menos mais abrangente , parece-nos necessário um discussão dos conceitos básicos .

2 - Região e Território . Conceito e prática .

Regionalização é um processo , pelo qual segmentos de um dado território se transformam , em função de condições particulares de recursos humanos e naturais que se combinam de forma a produzir um espaço assim regionalizado . Quer dizer este espaço assim regionalizado se transforma , por processos e mecanismos que partem , simultaneamente de cima para baixo e de baixo para cima . O importante é poder captar a natureza deste interface .

Região/Espaço e Território são , também , conceitos delimitativos , pois definem um âmbito , e se constituem nas duas noções básicas na Geografia moderna , pois estão ligados , ao mesmo tempo , a dois conceitos fundamentais na Sociedade moderna : desenvolvimento e organização , quer dizer desenvolvimento regional e organização do espaço ; isto quer dizer ainda desenvolvimento no contexto espacial e ordenamento deste espaço no contexto deste desenvolvimento regional . O ordenamento é a organização do espaço segundo um ótica prospectiva considerada desejável ; e aí a questão do Território se torna essencial pela sua organização política e pela conscientização regional/regionalista .

Região e Espaço são construções abstratas , desenvolvidas a partir de pressupostos teóricos e critérios específicos , embora tenha havido uma extensa discussão a propósito , ao longo da história do pensamento geográfico . Critérios específicos que fazem parte desta discussão , como os abordaremos mais adiante , neste artigo .

Mas região é um destes conceitos que ao lado de uma definição que deveria ser rigorosa , no contexto de uma ciência social bem estruturada como queremos que a Geografia o seja , tem também uma acepção popular e generalizada - e aí ela tem muito de concreto - muito importante e com conotações políticas - que às vezes derivam para o regionalismo - e em qualquer sentido o conceito é igualmente importante . O regionalismo é quase sempre baseado nesta acepção da região e como ela tem uma forma concreta e objetiva . Constitui um valor social de grande importância .

“ Sinteticamente , o regionalismo é a expressão política de grupos num região , que se mobilizam em defesa de interesses específicos frente a outras regiões ou ao próprio Estado . Esse é um movimento político , porém vinculado à identidade territorial .” Assim Iná de Castro (2) descreve o regionalismo , mas um pouco mais adiante prossegue “ É na utilização desses aspectos simbólicos como recurso político que estrutura o discurso regionalista do poder local. O território passa a ser tratado como sujeito do processo histórico , substituindo e reduzindo a visibilidade das relações sociais , que se diluem nos problemas territoriais .” Em síntese o que Iná de Castro sugere é que os regionalismos , pelo menos alguns deles , são apropriados para com eles se defenderem interesses que são supostos da Sociedade regional , mas na verdade o são de grupos . O regionalismo é , quase sempre , mal apropriado e disvirtuado em seus sentimentos mais puros de Território e Sociedades regionais . Mas o regionalismo só pôde existir como processo político se houver um sentido de territorialidade anterior , um sentimento de ao mesmo pertencer-se a um lugar ou região , mas ao mesmo tempo ser o pertencedor da região . O Nordeste se sente assim , o gaúcho também e tantos outros , no Brasil ou fóra dele .

Território é , ao mesmo tempo , instrumental no sentido de um conjunto de pré-requisitos político\administrativos para o desenvolvimento regional - a gestão do território - mas contem um elevado teor conceitual , pois este mesmo Território torna-se o objetivo do processo de desenvolvimento ; e isto porque Território faz parte - o lugar onde a gente mora - de nossas percepções mais profundas de vida social ; é algo concreto , com contornos precisos e com uma dimensão política clara e objetiva e com consciência regional . O Território tem , também , uma conotação telúrica , embora não necessariamente regionalista - que a rigor vem de uma longa herança da própria idéia de Terra - morada do homem - derivada das escrituras sagradas - a diáspora , de alguma forma . Mas a territorialidade , como sugerimos acima , pôde conter a base sociológica para o regionalismo .

Isto significa que desenvolvimento regional é fato observado - desenvolvimento desigual - e gestão do território é operacionalização do processo , tanto pela via dos instrumentos - essencialmente de natureza política - , como pela via da recomposição do espaço em território , até mesmo para viabilizar os instrumentos .

O conceito popular de região guarda uma estreita relação com a região/território ; o Nordeste é uma região no conceito abstrato de um conjunto de estruturas físicas e socio-econômicas - o polígono das sêcas e a Caatinga de certa forma descrevem este quadro - , mas uma região brasileira , concreta e definida territorialmente por um conjunto de Estados e/ou municípios , inclusive com um certa personalidade jurídica - a SUDENE - a expressão de seu regionalismo .

De uma forma aproximada estes dois conceitos - o popular e o científico - cobrem o conceito regional e seu impacto na conscientização deste mesmo regional e de sua expressão política , o regionalismo.

Mas territorialidade tem um sentido , dado pelos geógrafos humanistas , de relação com o lugar , uma relação até emocional , muito diferente daquela que muitos economistas , (que me parece ser mais territorialização que territorialidade) associam aos complexos industriais , às economias de aglomeração , enfim aos efeitos de uma dada localização de recursos , inclusive humanos , na atividade econômica . Michael Storper , (3) em artigo muito estimulante , mas provocativo , segue muito esta concepção da territorialidade ligada às condições materiais , de existência de recursos para uma determinada atividade econômica , como veremos mais adiante. Não é este o conceito que defendemos neste artigo , pois Storper mesmo sugere que a globalização desterritoriaiza muito a atividade econômica .

A visão humanista percebe uma relação quase afetiva que se desenvolve com o Território - o lugar onde a gente mora - se distingue de forma bem clara da relação funcional econômico/produtiva , em que esta relação se insere num rol de custos/benefícios .

No capítulo que se segue vamos discutir , preliminarmente , o lugar que estes conceitos ocupam na Geografia , especialmente os desenvolvimentos mais recentes , a partir da emergência de um significado maior para os processos de decisão política em geral na Geografia , ao mesmo tempo que um maior significado do homem , indivíduo e social - de onde derivou o conceito de gestão do Território . Na realidade é a gestão de um conjunto da Sociedade delimitado por um território específico , que este mesmo segmento da sociedade administra .

E aí vamos para a idéia do desenvolvimento regional como conceito e prática.

3 - Desenvolvimento regional e gestão do Território : o caso brasileiro .

Desenvolvimento regional como conceito e principalmente como prática deve muito a Raul Prebisch , um economista Argentino , formado na Universidade de Buenos Aires ; foi Diretor da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) durante o período de 1948 até 1962 e depois sempre relacionado aos programas das Nações Unidas para o desenvolvimento . Não é que Prebisch tenha desenvolvido uma teoria do desenvolvimento regional , como se entende na literatura a respeito , mas ele promoveu o processo de corrigir o desenvolvimento desigual .

É interessante observar como as idéias de Prebisch foram se cristalizando , - embora o seu Projeto considerasse o regional a nível continental e não intra nacional - a partir de sua firme crença nas teorias neo clássicas , que a grande crise mundial de 1929/30 o levaram a reconsiderar seus conceitos de não intervenção . Uma de suas primeiras conclusões foi a “grande disparidade entre produtores e exportadores de produtos manufaturados de um lado e os produtores e exportadores de comodidades primárias .” Ele procurou entender “ a natureza , causas e dinâmicas desta desigualdade , e estudou algumas de suas manifestações , como a disparidade da elasticidade de demanda e a tendência para a deterioração dos termos de troca para as comodidades primárias , que a industrialização bem como outras políticas poderiam contrabalançar . (4) pp. 176

Prebisch descreve e interpreta o centro e periferia . O progresso tecnológico começava pelo centro e seus frutos basicamente permaneciam no centro . De alguma forma eles não se difundiam pela periferia através uma queda geral nos preços ligado aos aumentos de produtividade . Historicamente o papel das periferias sempre foram restritas ao suprimento de produtos primários . Isto explica o porque do crescimento da renda estimulava a demanda e contínuas mudanças tecnológicas no centro e dava grande impulso à industrialização , A periferia sempre foi deixada para trás , não por razões deliberadas , mas pela dinâmica do sistema .

Foi por isto que a industrialização da periferia foi muito retardada e só acontecia com as crises no centro . Este processo , no Brasil , foi descrito por vários autores .

O propósito desta discussão é o de esclarecer conceitos de desenvolvimento regional e gestão do território , de par com a organização e ordenamento do espaço ; mais precisamente queremos investigar a natureza do interface entre os dois conceitos e as duas práticas; ao mesmo tempo parece-nos importante analisar o significado e a relevância de con-

ceitos associados como espaço , região , regionalização , regionalismos , território , territorialidade , territorialização e desterritorialização , todos no contexto do desenvolvimento regional/territorial , ainda que eles possam ser vistos sob contextos diferentes ; e sobretudo considerando que estes processos não são “ scale free “ e portanto operam em escalas diferentes e de forma particular e específica . . Este contexto é importante para evitar que a discussão acabe por se tornar semântica e vazia de conteúdo.

A importância desta discussão é , ao mesmo tempo , teórica e prática ; teórica porque pretende colocar uma certa compatibilização e contextualização no uso destes conceitos , pelo menos como os entendemos ; prática porque muitas vezes o uso inadequado dos mesmos - até mesmo por questões de ordem semântica - pode dar margem a confusões até de políticas que conduzem ao desenvolvimento regional . É claro que , de par com a discussão dos termos e conceitos , pretendemos colocar a questão ,

Desenvolvimento regional e gestão do Território são conceitos semelhantes ; isto significa , como salientamos na Introdução , que desenvolvimento regional é fato observado - desenvolvimento desigual - e gestão do território é operacionalização do processo , tanto pela via dos instrumentos - essencialmente de natureza política - , como pela via da recomposição do espaço em território , até mesmo para viabilizar os instrumentos ; são conceitos semelhantes mas diferem um do outro , pela razão mesma de serem semelhantes , em dois aspectos importantes :

a) - Desenvolvimento regional formula conceitos e define políticas , mas não operacionaliza nem uma nem outra coisa e tem um sentido estático .

b) - Gestão do território em primeiro lugar tem um caráter dinâmico e prospectivo , no sentido de se utilizar de parâmetros teóricos provindos das teorias de desenvolvimento regional , mas o aplica a situações concretas . E aí possui um elevado conteúdo pragmático e programático , envolvido em políticas específicas e planos e programas administrativos , que só são possíveis por se trata , agora de uma unidade político administrativa , com vontade e decisão políticas .

A essência dos dois conceitos se orienta para o processo de diminuição das desigualdades regionais , como indicamos logo no início , sem elimina-las pois a igualdade geraria estagnação . A questão crítica é o nível inferior do desenvolvimento , isto é , trata-se de eliminar a pobreza e o sub-desenvolvimento .

A tabela 1 , mais adiante revela que dos 9 milhões de chefes de domicílios na região Nordeste cerca de 5.1 milhões percebem até 1 Salário Mínimo mensal . Na região Sudeste , por outro lado , para 15,9 milhões de chefes de domicílios apenas 3.6 percebem até 1 Salário Mínimo . O que é inadmissível é a extensão deste bolsão de pobreza , que abrange cerca de 55% dos Chefes de domicílios no Nordeste.

Desenvolvimento desigual tem sido , historicamente , a tônica do desenvolvimento brasileiro desde o descobrimento .

TABELA 1 - Desigualdades regionais e sociais : Chefes de domicílios por área geográfica , situação do domicílio e anos de estudo , segundo o Censo Demográfico de 1991 .

	Sem instrução	1 a 3 anos de estudo	4 a 7 anos de estudo	8 anos e mais .
BRASIL				
Total	24.50	19.01	30.23	26.27
Homens	22.95	19.21	31.12	26.73
Mulheres	31.49	18.12	26.21	24.18
REGIÃO NORDESTE				
Total	46.27	18.42	18.37	16.93
Homens	45.59	19.02	18.51	16.88
Mulheres	49.08	15.95	17.81	17.15
REGIÃO SUDESTE				
Total	15.48	18.03	34.82	31.67
Homens	13.54	17.92	35.91	32.64
Mulheres	24.00	18.54	30.04	27.42
SÃO PAULO				
Total	12.78	17.52	36.97	32.34
Homens	11.07	17.30	37.90	33.73
Mulheres	21.27	18.59	32.35	27.78

Fonte : Censo Demográfico de 1991 , Tabulações especiais .

A tabela 2 revela outro aspecto importante das desigualdades que é o da distribuição de rendimento . Cerca de 33 % da população brasileira percebe menos de 1 Salário Mínimo , enquanto este percentar passa a 56 no Nordeste , a 22 % no Sudeste e a 11.6 em São Paulo , o que mostra que o nível de desigualdade é muito mais acentuado no que diz respeito la distribuição de rendimentos do que na educação , sugerindo uma importante transferência para o Nordeste , provavelmente na década de 80 .

Tabela 2 - Diversidades regionais : Chefes de domicílios particulares por área geográfica , classes de rendimento e situação do domicílio.

Total Urbana Rural			
BRASIL			
Até 1 SM	33.17	25.77	59.59
De 1 a 2 SM	22.44	22.46	22.35
De a 5 SM	23.17	26.73	10.45
5 a 10 SM	9.99	12.08	2.52
10 a 20 SM	4.62	5.69	0.79
Mais de 20 SM	2.24	2.77	0.35
REGIÃO NORDESTE			
Ate 1 SM	56.14	45.42	74.22
De 1 a 2 SM	19.82	22.29	15.65
De a 5 SM	12.02	16.32	4.77
5 a 10 SM	4.47	6.49	1.06
10 a 20 SM	2.04	3.04	0.36
Mais de 20 SM	0.99	1.48	0.16
REGIÃO SUDESTE			
Ate 1 SM	22.50	18.97	51.96
De 1 a 2 SM	21.77	21.29	25.83
De a 5 SM	28.47	30.26	13.56
5 a 10 SM	13.25	14.43	3.41
10 a 20 SM	6.29	6.92	1.09
Mais de 20 SM	3.15	3.46	0.49
SÃO PAULO			
Ate 1 SM	11.64	10.43	28.65
De 1 a 2 SM	20.66	19.70	34.31
De a 5 SM	33.90	34.64	23.48
5 a 10 SM	16.70	17.45	6.11
10 a 20 SM	7.86	8.29	1.83
Mais de 20 SM	3.97	4.19	0.87

Fonte : Censo demográfico de 1991 , Tabulações especiais .

Os vários ciclos da economia brasileira foram responsáveis , em grande parte , por importantes desníveis no desenvolvimento brasileiro . O Nordeste do Brasil , que foi a primeira região a se desenvolver ao longo do Século XVI com a cultura canavieira , apresenta atualmente um dos quadros mais claros de sub desenvolvimento .

As secas foram identificadas , deste o fim do Século passado , como a grande responsável por este estado de pobreza , pois quando elas ocorriam por mais de um ano e

muito fortes , as perdas da população nordestina eram enormes , e havia sempre levadas de retirantes para outros pontos da região e para fora da região , inclusive para a Amazônia , mas principalmente para o Centro Sul . As grandes metrópoles do Rio e de São Paulo tem abrigado , por sua vez , levadas de nordestinos à procura e emprego , moradia , e assistência para as famílias .

Na realidade o que acontecia - o relatório Celso Furtado identificou - as secas encontravam no empobrecimento da população , especialmente na população rural e tanto do Sertão como da Zona Mata do Nordeste , o caldo que dramatizava a perda das colheitas e gerava a fome e a destruição de rebanhos .

O que se tornava necessário era combater o empobrecimento como uma política que diminuísse as vantagens locais iniciais , e permitisse o desenvolvimento de atividade econômica moderna na região e ela foi identificada como um sistema de incentivos fiscais , apoiado em vontade política a nível nacional para tal política .

Naquele momento a tese política econômica que dominava a comunidade acadêmica e de planejamento na América Latina , era a concepção da substituição de importações industriais , desenvolvida pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) localizada no Chile e dirigida pelo economista Raul Prebisch , que havia desenvolvido esta idéia .

A concepção CEPALINA era a de que a questão toda girava em torno do problema importação\exportação . Os países mais desenvolvidos dominavam os mercados mundiais e controlavam os preços , tanto dos produtos que eles exportavam para os países menos desenvolvidos , como os que eles importavam daqueles países . Controlando , assim , os termos de troca , estes se tornavam fortemente desfavoráveis a estes mesmos países sub desenvolvidos e a solução simples parecia ser substituir estes produtos importados , por produtos nacionais , pela via de uma industrialização que realizasse esta substituição .

Nos períodos de crise nos países mais desenvolvidos baixava-se a importação dos produtos que eram quase sempre os das " plantations " dos países menos desenvolvidos : o café , o cacau , o açúcar , etc. que tinham seus preços deprimidos e passavam importante parcela da crise para estes países , deprimindo suas importações . O preço da libra peso do café baixou de 1 dólar antes de 1929 , para dez centavos de dólar em 1932 , causando uma verdadeira revolução em São Paulo , principal produtor de café no Brasil , naquela época (em São Paulo e em seguida contra as políticas do Governo Federal , a Revolução de 1932 , também constitucionalista pela não aceitação de um regime ditatorial) . Capistrano de Abreu chegou a descrever o Brasil como um país que exportava temperos industriais (ferro , mangenês , etc. e a sobremesa (café , cacau , açúcar e frutas) , que deixava sua economia fortemente vulnerabilizada .

Mas persistia a crença nas causas físicas da pobreza Nordeste até que surgiu o relatório Celso Furtado e assim criou-se a SUDENE no Brasil , o órgão que representava a vontade política e instituiu-se o sistema de incentivos fiscais - um sistema que corrigia as desvantagens locais comparativas entre Nordeste e Centro , que permitia que empresas se estabelecessem no Nordeste utilizando até 75% de seu capital a partir de Imposto de Renda devido por empresas no Centro Sul , especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro . Assim com um desembolso de apenas 25% do capital da empresa e numerosas isenções de

impostos locais e outras facilidades concedidas , começou o novo processo de industrialização do Nordeste , que num primeiro momento não considerou empresas agrícolas .

Desde o começo da década de 60 partiu-se para a conhecida política de incentivos fiscais para a indústria , que teve resultados bastante favoráveis , mas sofreu uma serie de injunções de ordem política , econômicas e até mesmo mesmo um certo desregramento na sua utilização , como se a idéia em si mesma fosse suficiente para mudar o quadro .

Na década de 70 - quando surgiu o problema das regiões metropolitanas e o processo de urbanização em geral tinha alcançado proporções muito intensas - surgiu quase que em seguida a idéia de cidades médias , como um mecanismo moderador da grande expansão metropolitana . Ela foi fruto da constatação de que as regiões metropolitanas estavam crescendo muito e de forma desordenada - formando periferias extensas e pobres - e que era necessário uma barreira a este crescimento : as cidades médias . E esta fase surgiu com o " modismo " dos pólos de desenvolvimento da década de 70 e as cidades médias começaram a ser vislumbradas como estes pólos , com função desconcentradora das grandes regiões metropolitanas .

Só que a idéia do economista francês Jean Perroux não continha uma dimensão espacial - eis que se apoiava no conceito de uma matriz de insumo-produto , que poderia permitir a identificação de vetores dinâmicos que teriam efeitos multiplicadores muito intensos , mas não a nível regional . Foram geógrafos e economistas Russos que procuraram a solução pela via dos chamados " Complexos Territoriais de Produção " , que implantavam verdadeiros complexos de produção /industriais , usando o conceito de áreas que concentrassem insumos e produtos componentes de um mesmo complexo . A questão é que estes complexos eram implantados compulsoriamente , sem preocupação da maximização de resultados e independentes da vontade do empresário , um organismo estatal . Num sistema democrático e numa economia de mercado a idéia continua válida , mas precisa ser compatibilizada .

Um dos lados da concepção regional da geografia é o de que a diferenciação entre áreas fazia sentido para as ciências sociais , como contribuição da geografia , segundo a visão de que os processos de ocupação e expansão da ocupação do espaço , eram a forma pela qual se observavam as relações entre o homem e o meio , que eram marcadas por estágios e níveis de desenvolvimento . Era , assim , o desenvolvimento desigual , que combinava produção e consumo em áreas de organização .

Um dos objetivos mais repetidos de políticas econômicas de desenvolvimento , tem sido a redução das desigualdades sociais e regionais em todo o Mundo ; no Brasil não se tem fugido à regra .

Mas a redução destas desigualdades tem sido procurada tanto em sistemas democráticos de Governo - pela via de planos de desenvolvimento regional devidamente discutidos e aprovados pelas instituições democráticas , ou em sistemas autoritários , com mecanismos de planejamento , que funcionam de cima para baixo .

Ao nível do planejamento da atividade econômica , geógrafos e economistas marxistas Russos desenvolveram a idéia de " Complexos Territoriais de Produção " , que embora apoiados em conceitos econômicos do tipo insumo-produto , também se apoiam na sua extensão regional , que incorpora a proximidade entre estabelecimentos com atividades complementares como questão básica para a formação dos complexos . Nos sistemas capitalistas , geógrafos e economistas , tendem a perceber e examinar estes complexos como

resultante da operação das leis de mercado (que consideram distância e preço de matérias primas e produtos intermediários) , mas em muitos casos tem havido intervenções planejadas no processo econômico , visando objetivos espaciais e territoriais - a idéia do desenvolvimento regional induzido - .

Em artigo nos "Cadernos de Geociências " do IBGE fizemos uma análise do problema do desenvolvimento do Nordeste e discutimos algumas implicações para formulações de políticas . Neste artigo sugerimos que é difícil imaginar que políticas e cenários tendênciais apoiados na evolução do processo de desenvolvimento Nordestino , como ele se processou na década de 80 , possam ser susceptíveis de levar a região especialmente no que se refere ao processo urbano/industrial , a níveis de bem estar desejáveis . O papel histórico que o Nordeste representou - mais particularmente a partir da década de 50 e 60 - foi de um desenvolvimento extremamente dependente , inclusive no que se refere à política de incentivos fiscais e sobretudo sua implementação . Especialmente porque embora tenha sempre se baseado nos fatores de produção existentes na região , abundantes e baratos , deixou numerosos setores relevantes nas importações , até mesmo na produção de alimentos , ou outros como têxtil e tecelagem , vestuário e calçados , etc . , como indicamos na análise da estrutura industrial e comércio por vias internas .

Neste artigo procuramos atualizar uma visão prospectiva do processo de desenvolvimento do Nordeste , para além da visão estritamente regionalista e regional , visando inserir esta visão num contexto nacional/internacional do processo , que discutimos longamente no artigo citado acima nos "Cadernos de Geociências " e que procuramos apenas resumir , de forma bem acentuada aqui , apenas como exemplo desta mudança de ótica , que julgamos adequada neste momento .

É indispensável , por isso , uma visão diferente , mais dinâmica e que represente , ao mesmo tempo , uma vontade regional forte neste sentido ; forte e unificada , - o sentimento regionalista - capaz de vencer resistências a uma importante transferência de recursos para o Nordeste nos próximos vinte anos , que é politicamente difícil ; a idéia de um crescimento zero nacional , para um crescimento maior do Nordeste , parece politicamente pouco viável , pois agora mais que nunca continuamos vivendo de um crescimento nacional ; a consciência política nacional , neste caso , se apresenta mais forte que os regionalismos de todo tipo e , certamente , recusaria uma política de crescimento nacional zero .

Um elemento , entretanto , que facilitará esta transferência pode vir a ser o processo de privatização e/ou flexibilização , que liberaria o Governo Federal de importantes recursos para investimentos produtivos no Centro Sul para investir na infra estrutura social do Nordeste ; assim a transferência se processaria sem grandes perdas para o Centro Sul e para o desenvolvimento geral do país .

Neste sentido parece-nos muito importante destacar a idéia de que os Estados da região deverão ter um papel fundamental , da mesma forma que a idéia de uma consciência regional/ regionalista Nordestina é igualmente importante ; será ela que irá produzir o poder e a vontade política para alcançar os objetivos visados . Em outras palavras o problema é essencialmente político e ideológico , embora obviamente com uma componente econômica e tecnológica .

Uma destas diferenças conceituais e ideológicas diz respeito ao papel do Estado na Sociedade e na economia , - a forma de alcançar tais objetivos - uma questão complexa e necessariamente polêmica , passando pelo " big government " paralisante , até a concepções de se deixar o Governo fora da economia , ou mesmo de um mecanismo estatal capaz de , fortalecido e com autoridade moral e profissional , poder encaminhar as reformas institucionais necessárias tanto ao nível federal , como estadual e municipal . É importante ressaltar , a esta altura , a questão que discutimos da globalização/identidade nacional regional , que estará como " background " desta pergunta . Mas é necessário colocar a idéia de que a nível do projeto brasileiro aumentar a capacidade aquisitiva da população Nordestina equivale a ampliar , a médio e longo prazo , e substancialmente o tamanho do mercado de consumo brasileiro ; é este aumento do tamanho do mercado consumidor que irá , por sua vez , aumentar a competitividade do produto nacional - inclusive o Nordeste - e tornar sua economia sustentável ao longo do tempo .

Isto implica em definir responsabilidades de cada nível de governo no processo de desenvolvimento . Em responsabilidades , em participação no processo de decisão , na receita e na despesa e sua destinação ; que dizer num integração de receita , despesa , atividades , tarefas , prioridades , todas articuladas num plano global para o Brasil . Isto não quer dizer num plano federal , feito de cima para baixo , autoritário , pois tudo isto é pensado para o povo e para a sociedade , de forma transparente e democrática , e as linhas mestras devem partir do povo nos vários níveis . Se o processo é político antes de mais nada , e nós somos e queremos continuar sendo uma democracia , então mais ainda se devem captar os anseios deste povo , inclusive por meio de propostas a ele submetidas .

A primeira implicação para formulação de políticas que nos parece fundamental destacar é a relativa à própria natureza política da questão , quer dizer ao fato de que

- o desenvolvimento do Nordeste não é um problema regional e sim um problema nacional , visto aqui como o problema nacional mais importante , como já indicamos : *incorporar uma população de mais de 40 milhões de pessoas - o terceiro país mais populoso da América Latina , mais populoso que a Argentina - a uma economia de mercado realmente produtora e consumidora .*

Mas aí nos defrontamos como uma questão importante de formulação de política : a alocação de recursos extraordinários (será que só os extraordinários ?) deverá ou não ser feita visando apenas o processo eficientista , mas considerando o perfil de consumo das populações que se deseja beneficiar : os mais pobres . " ? Se algum incremento do investimento em estoques de capital forem possuídos ou controlados (e é óbvio que terão que ser) pelos mais pobres - além do que pode ser financiado por recursos exógenos - parece inevitável que seu rendimento per capita cresça mais lentamente que os grupos de maiores rendimentos , ao menos durante um período considerável " (5) .

Isto significa , entretanto , mudar o perfil do processo produtivo e adotar políticas nesta direção , que nem sempre é tão fácil . Da mesma forma , as sugestões que fizemos no capítulo 4 da industrialização - na direção da substituição de importações - não é de fácil obtenção , pois implicam em conseguir a localização de laboratórios farmaceuticos , de mudar o perfil da indústria textil , a química para aproveitar melhor óleos vegetais , de couros e peles para eliminar a importação do e para Centro-Sul do país , pelo menos para eliminar o deficit da balança comercial Nordeste/Centro Sul . Por outro lado é essencial uma

significativa melhoria da agricultura - especialmente os programas de irrigação que escapam das secas periódicas - , mas que precisam ter custos mais baixos para tornar possível seu uso em culturas alimentares de consumo regional , sem a ênfase tão forte que parece existir na produção de artigos para exportar .

Estes são alguns dos números dramáticos do que se convencionou chamar a dívida social que a Sociedade brasileira tem para com o Nordeste .

Entre o resgate desta imensa dívida social e uma alavancagem do processo de desenvolvimento que geraria recursos para mudar este quadro somente em algumas décadas - perspectivas para 2000 , 2010 e 2020 como definir uma opção política clara ?

Mas fica latente a questão desenvolvimento auto sustentado e crescimento auto sustentado , que tem sido amplamente discutida por sua natureza contraditória , numa certa medida . E queremos lembrar , para ressaltar a natureza essencialmente política das decisões sobre estas questões , o que às vezes se costuma denominar a tese do " zero-sum-growth " e que mencionamos na discussão do processo de desenvolvimento . Colocamos isto aqui , de novo , por ser uma questão fundamental ao se compatibilizar objetivos do processo de desenvolvimento nacional e regional nordestino , sem avaliar méritos . Mas é uma hipótese a considerar , quando pensamos que o Brasil é um país que já tem padrões de Primeiro Mundo , mas injustiças sociais graves típicas do Terceiro Mundo .

Mas este reordenamento não é nunca feito , nem planejado num vazão de vontade política , aquilo que Doreen Massey , que citamos antes , chama de " political struggle " , em que " diferentes segmentos das classes dominantes procuram impor suas próprias , e muito diferentes das outras , racionalidades políticas .

E aí , finalmente , voltamos a uma pergunta que fizemos logo de início : " Qual o papel que pretendemos e que conseguiremos e a que preço , que o Brasil ocupe e agora neste caso o Nordeste , neste ajuste e desajuste geral que percorre o mundo inteiro ? S' depende de nós mesmos .

5 - Referências bibliográficas .

(1) - Guimarães , Fabio de Macedo Soares - Divisão Regional do Brasil , republicado em Revista Brasileira de Geografia , Ano 50 , numero especial Tomo 1 pp. 9-66 e originalmente na RBG Ano III n. 2 Abril Junho de 1941 .

(2)- Castro , Iná Elias - Visibilidade da região e do regionalismo . A escala brasileira em questão . Em Integração , Região e Regionalismo . Org. por Lenas Lavinias et alli ... Editora Bertrand do Brasil S.A , pp.155-170

(3) Prebisch , Raul - Five stages in my thinking on development . in - Pionneers in Development , - A World Bank Publication , ed. by Gerald M. Meier and Dudley Seers , 361 ppd. pps.pps. 172-204. , 1984.

(4) - Storper , Michael - Territorialização num economia Global . Possibilidades e desenvolvimento tecnológico , Comercial e Regional em economias Subdesenvolvidas . em Integração , Região e Regionalismo , org. Por Lenas Lavinias , Liana Maria da Frota Caleial e Maria Regina Franco , Editora Bertrand Brasil S.A. , pp. 13-26 .1994.

(5) - Haddad , Paulo -Relatório inédito para o Projeto Aridas. .

ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS - III CONFERÊNCIA NACIONAL DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA

Sessão Temática: Regionalização: conceitos, práticas, escalas e a experiência brasileira.

Geraldo Magela Costa - Debatedor

Considero que a questão da regionalização é, no momento atual, um dos temas mais importantes para várias disciplinas, tamanha é a diversidade do processo, o que resulta em variadas proposições, práticas e demandas. Isto porque, por um lado, assiste-se à crescente complexidade introduzida pela análise interdisciplinar ou pela "chegada" da análise ambiental e, por outro lado, observa-se um novo momento no processo de globalização/fragmentação, com evidentes repercussões sobre a estruturação espacial. No território brasileiro, esta última tendência se superpõe ao processo de homogeneização/fragmentação, decorrente do projeto de modernização conservadora do período do regime militar (Becker, 1991).

Partindo destas observações de caráter geral, pretendo fazer algumas considerações sobre os trabalhos apresentados pelo autor convidado, Prof. Speridião Faissol, e por três autores colaboradores, Professores Sylvio Bandeira de Mello e Silva e Barbara-Christine Nentwig Silva, da Universidade Federal da Bahia e da Professora Naia de Oliveira, do Rio Grande do Sul.

A combinação destes três trabalhos foi bastante feliz e enriquecedora do debate sobre a questão da regionalização. De um lado, a abordagem fiel ao título da Sessão Temática do Professor Faissol, principalmente em termos de conceitos, práticas e escalas, foi bastante rica e abrangente. O primeiro dos dois outros trabalhos recebidos analisa processos recentes de reestruturação territorial no Estado da Bahia, enquanto o segundo discute um fenômeno também novo, relacionado a processos de reestruturação sócio-espacial observado em uma área de fronteira: Estado do Rio Grande do Sul e Província de Corrientes na Argentina.

Em um ponto de seu trabalho, o Professor Faissol escreve: "Num momento, entretanto, em que se observa uma tendência avassaladora e irresistível para a globalização, a questão regional fica um pouco submersa num verdadeiro torvelinho epistemológico, especialmente porque a explicação cada vez mais globalizante dos processos políticos, econômicos e sócio-culturais, relega a explicação do processo de regionalização a uma simples *distintividade* econômico cultural; às vezes sugerindo que ele seja uma fragmentação do processo global; é aí que vemos, de forma clara, que esta fragmentação é mais mesmo esta distintividade, pois não vem de cima para baixo, portanto não se fragmenta, e sim é algo que resiste à globalização para se manter integrada"(Faissol, 1996: 8). Em outra parte de seu texto, o autor sugere: "O desenvolvimento regional, em si mesmo, passa a ser considerado uma espécie de reação ao moderno - a globalização".

Reside nesta passagem do texto importantes aspectos que dizem respeito à prática dos usuários das informações, seja para a análise/pesquisa ou para o planejamento/gestão territorial. Um primeira observação, no entanto, remete ao cuidado que se deve ter com a generalização de processos como o da globalização/fragmentação. Não há dúvidas que o fenômeno é uma realidade que faz parte do constante movimento do capitalismo, no seu processo de expansão e reprodução. Não há dúvidas também que, como chama atenção o Professor Faissol em seu texto, que a fragmentação é de fato uma distintividade, uma resistência à globalização. No entanto, como nos chama a atenção Préteceille (1994: 66), apesar da análise espacial hoje necessitar da "contribuição indispensável da análise sobre a globalização", há que se contestar "sua pretensão (...) de constituir um novo paradigma teórico capaz, por si só, de oferecer instrumentos de compreensão da realidade" que, no caso deste autor, refere-se às grandes metrópoles.

Portanto, apesar de minha concordância com a validade das afirmações do Professor Faissol, considero que elas possam ser ampliadas. Em primeiro lugar, em termos teóricos-conceituais, relacionados às visões dicotômicas globalização/fragmentação e globalização/distintividade, ou nos termos de Correia(1994), globalização/particularidades. De fato, observa-se que todos os processos estão ocorrendo simultaneamente, ou seja, o fenômeno da globalização reacende e evidencia as particularidades e também fragmenta "de cima para baixo", o resultado deste último sendo mais claramente excludente.

A este respeito é adequada a contribuição de Lefebvre (1993) sobre a dialética entre valor de troca e valor de uso que, na dimensão espacial, produzem respectivamente um espaço abstrato de exploração e um espaço social de usos. O espaço abstrato, que seria ao mesmo tempo homogêneo (do ponto de vista de sua funcionalidade para a acumulação) e fragmentado (de acordo com os interesses individuais dos agentes econômicos e de um Estado que lhes dá suporte), estaria em oposição ao espaço social, do valor de uso e do cotidiano, com o qual o cidadão se identifica. A discussão dicotômica sobre globalização/fragmentação só diz respeito ao espaço abstrato de Lefebvre, não dando conta de explicar as particularidades do espaço social. Para isto, como diz Santos (1994: 19), é indispensável insistir na necessidade de conhecimento sistemático da realidade, mediante tratamento analítico desse seu aspecto fundamental que é o território usado, o uso do território". Ou seja, é necessário pesquisar realidades particulares e, para isto, a identificação e delimitação de certas espacialidades ou territorialidades é indispensável.

Um segundo comentário a respeito destas expressões sócio-espaciais do fenômeno, refere-se às novas experiências de planejamento/gestão que hoje se assiste em diversos níveis e escalas territoriais. Essas novas experiências muitas vezes são no sentido de buscar a inserção no processo de globalização, com o objetivo de se beneficiar dele, mais do que explorar particularidades. São exemplos disso as várias iniciativas que estão se generalizando, desde a escala macro, a exemplo da formação de blocos econômicos internacionais, até a escala micro, por meio da criação de consórcios municipais em torno de medidas de desenvolvimento regional. São novas formas de

gestão que, na sua concepção levam necessariamente à discussão de novas formas de regionalização em escalas diversas. Se associarmos esta discussão à tendência do planejamento participativo que se desenvolve especialmente no meio urbano, encontraremos outros exemplos de regionalizações, neste caso em escala espacial bastante reduzida.

Um terceiro comentário sobre o texto do Professor Faissol que remete à regionalização, refere-se à questão do regionalismo. O autor toma emprestada a definição de regionalismo de Iná de Castro, que afirma ser ele "a expressão política de grupos numa região, que se mobilizam em defesa de interesses específicos frente a outras regiões ou ao próprio Estado. Esse é um movimento político, porém vinculado à identidade territorial". Esta discussão é importante em especial pelo riscos que ela acarreta, se se considera o regionalismo como elemento principal na delimitação regional e na definição de seus problemas que mereceriam a intervenção pública planejada. É a própria Iná de Castro que é citada pelo autor ao se referir a estes riscos: "O território passa a ser tratado como sujeito do processo histórico, substituindo e reduzindo a visibilidade das relações sociais, que se diluem nos problemas territoriais". Não há dúvidas, no entanto, que "os regionalismos" tem sido uma questão recorrente a partir dos anos 80, tanto na prática como nas análises de vários autores, indicando, com isto, novos aspectos a serem considerados em termos de análises regionalizadas.

Em quarto lugar, a leitura do texto dos Professores Sylvio Bandeira e Barbara-Christine Silva, nos remete a um aspecto que tem sido um dos motivos mais evidentes relacionados às novas regionalizações. Trata-se do processo crescente de integração do que os autores chamam de *periferia dinâmica*, ao processo mais geral de desenvolvimento globalizado, levando à formação de novas territorialidades. O fenômeno é geral e vem ocorrendo em várias partes do território brasileiro desde o projeto integrador-modernizador do regime militar, apresentando, no entanto, novas características com o processo de globalização, como afirmam os autores. Levando novamente em conta as precauções relacionadas à generalização da globalização em termos reais e de paradigma teórico de análise territorial, reconhece-se que esta questão é hoje fundamental na discussão sobre a regionalização. Trata-se da identificação do espaço das redes, da produção, que Martin Lu (1987) denomina entorno funcional, expressão espacial e territorial de fluxos relacionados a empreendimentos econômicos de grande porte.

Finalmente, o trabalho da Professora Naia de Oliveira que levanta questões importantes sobre uma área de fronteira inserida no contexto do MERCOSUL e que certamente remete a uma discussão mais aprofundada sobre o processo de produção, estruturação e delimitação do espaço geográfico. É também um fenômeno novo e complexo, uma vez que ali a questão da regionalização envolve diferentes países e, conseqüentemente, bases diferentes de dados e informações. No entanto, a questão da regionalização não aparece explicitamente no texto apresentado, permanecendo como um potencial latente a ser explorado.

Acredito que as considerações até aqui apresentadas fornecem uma boa base de discussão para a questão da relação entre produtores e usuários de informações de base territorial. O texto do Professor Faissol nos lembra que as várias regionalizações propostas e praticadas pelo IBGE ao longo de sua história tem como um de seus objetivos principais a agregação e divulgação de dados estatísticos. Referindo-se às regiões homogêneas, por exemplo, o autor afirma que elas "serviram e servem a uma variada gama de interesses e objetivos, sejam eles de natureza conceitual ou prática. A divulgação de dados é um destes objetivos, que no caso brasileiro tem se voltado muito para a divulgação de dados estatísticos, principalmente os produzidos pelo IBGE. Aí a questão se concentra na idéia da Divisão Regional, um dos esforços importantes da pesquisa do Departamento de Geografia nos seus primeiros vinte ou trinta anos de sua existência". O objetivo de divulgar dados estatísticos marcou também a divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas.

A delimitação regional, se sempre foi uma questão difícil, por vários motivos que a literatura especializada já afirmou e reafirmou, torna-se hoje ainda muito mais complexa, principalmente pelas alterações que estão sendo observadas em termos da produção do espaço social e das transformações que vêm ocorrendo nos processos de planejamento e de gestão em todas as escalas espaciais e territoriais, desde a do lugar, até a do regional e nacional, passando pelo nível urbano-municipal.

As regiões que foram criadas especificamente para fins de planejamento e gestão territorial, com a institucionalização do planejamento urbano e regional a partir da década de 60, eram e são de certa forma, assim como as regionalizações do IBGE, inapropriadas diante das transformações sócio-espaciais dos tempos atuais.

Em Minas Gerais, por exemplo, foram criadas, nos anos 60, oito regiões de planejamento, a partir de estudos desenvolvidos pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e o Conselho de Desenvolvimento, marco inicial do planejamento territorial em Minas Gerais. Numa certa inversão de papéis, essas regiões passaram a ser a base de agregação de dados estatísticos por parte da Superintendência de Estatística e Informação estadual. Hoje, com a necessidade de novos recortes territoriais para análise e planejamento, tal regionalização mostra-se desatualizada e inapropriada para os propósitos tanto de agregação de dados quanto de gestão territorial.

Outras divisões regionais foram criadas no Estado ao longo dos anos que se seguiram àquela primeira experiência, sempre com o objetivo de planejamento ou de fornecer subsídios ao processo de descentralização da administração estadual. A base metodológica dessas regionalizações que se seguiram era o princípio da polarização. Foram estabelecidas regiões polarizadas, com base no modelo de potencial, utilizando-se os dados censitários de 1970 e 1980. Além disso, outras divisões regionais do Estado foram feitas por iniciativas tanto acadêmicas quanto de órgãos setoriais do Estado, orientadas para seus planejamentos específicos.

Além da limitação dos pressupostos teóricos do modelo para identificar regionalizações - a teoria do lugar central -, as regiões assim criadas não são capazes

de expressar o intenso e rápido processo de desestruturação/reestruturação que vem sendo observado nas últimas décadas nos territórios mineiro e brasileiro. São regionalizações de caráter geral, talvez marcadas pelas perspectivas do planejamento compreensivo e integrado que, no seu enfoque totalizante, opõe-se ao planejamento estratégico, onde a decisão política reduz a necessidade de abordagens globalizantes e generalizadas e de delimitações espaciais precisas.

Portando, por um lado, a cada dia, a atividade prática de pesquisa, planejamento e gestão no e do território está a exigir novos métodos para identificar e delimitar processos regionais, conforme se depreende dos comentários apresentados nesta comunicação. Por outro lado, no entanto, as análises atuais relacionadas à produção e estruturação do espaço, realizadas para orientar a política e o planejamento de base territorial, não exigem necessariamente delimitações regionais precisas. Este poderia ser, por exemplo, o caso da identificação de novas territorialidades no Estado da Bahia, conforme proposição dos Professores Sylvio Bandeira e Barbara-Christine Silva.

Em certos casos, no entanto, como no de uma pesquisa que venho realizando em parte da cidade de Betim, Minas Gerais, a delimitação precisa é uma necessidade para os propósitos da análise. Trata-se de um bairro que surge em função da presença da FIAT Automóveis e que tem se mostrado um excelente laboratório para se entender a expressão sócio-espacial urbana resultante da presença de um grande empreendimento industrial globalizado no meio urbano. Neste caso, a identificação e delimitação do bairro exige o tratamento de dados desagregados por setores censitários. As dificuldades que venho encontrando estão nos reduzidos dados possíveis a este nível de desagregação e na não coincidência tanto das informações disponíveis quanto da delimitação dos setores utilizados nos dois censos pesquisados: o de 1980 e o de 1991.

Um outro exemplo poderia ser as delimitações de bacias hidrográficas, que tem sido objeto de análise ambiental integrada, uma necessidade dos tempos atuais. As dificuldades neste caso são óbvias, principalmente pela não coincidência dos limites territoriais municipais ou estaduais, com aqueles que definem a bacia.

Outros exemplos poderiam ser citados, para mostrar as necessidades atuais relacionadas à análise de processos de regionalização. Espero que os comentários contidos neste texto forneçam algum subsídio para o necessário diálogo entre produtores e usuários de informações. Acredito que a discussão iniciada com as proposições contidas no documento preliminar do I FORUM NACIONAL DE USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS já é um primeiro passo importante nesta direção. Além disso, afirmo que uma característica importante dos dados do IBGE deveria ser a sua flexibilidade, principalmente em termos de escalas espaciais, permitindo desta forma agregações de acordo com as necessidades da prática de pesquisa ou do planejamento de base territorial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BECKER, B. 1991. Modernidade e gestão do território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva. *Espaço & Debates*, ano XI, v.32. São Paulo, CANOPUS. pp. 47-56.
2. CORREIA, R.L. 1994. Região: globalização, pluralidade e persistência conceitual. *Anais do 5o. Congresso Brasileiro de Geografia - Curitiba/PR*. São Paulo, AGB. pp. 215 - 226.
3. FAISSOL, E. 1996. *Regionalização, conceitos, práticas, escalas e a experiência brasileira*(fotocópia).
4. LEFEBVRE, H. 1993. *The production of space*. Oxford, Blackwell. 3a. edição na língua inglesa.
5. LU, Martin. 1987. Os grandes projetos da Amazônia: integração e sub-desenvolvimento. *Cadernos NAEA 9*. Belém, UFPA/NAEA. pp. 128-148.
6. OLIVEIRA, N. 1996. *Áreas de fronteira na perspectiva da integração latino-americana: o caso de Uruguaiana*(fotocópia).
7. PRETECEILLE, E. 1994. Cidades globais e segmentação social. In: RIBEIRO, L.C.Q., SANTOS JR. (org). *Globalização, fragmentação e reforma urbana; o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. pp. 65-89.
8. SANTOS, M. 1994. O retorno do território. In: SANTOS et alli (org), 1994. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo, HUCITEC/ANPUR. pp.15 - 20.
9. SILVA, S.B.M. & SILVA, B.N. 1996. *Globalização e reestruturação territorial no Estado da Bahia*(fotocópia).

MERCOSUL: MODELO LATINO-AMERICANO DE GLOBALIZAÇÃO E A INTEGRAÇÃO BRASILEIRA (1)

ÂNGELO CARDOSO PEREIRA *

MARIA ISABEL DA SILVA AZEVÊDO ALVIM **

RESUMO

A década de 90 vem impondo à América Latina importantes desafios, tais como, a necessidade de reestruturação da produção, a introdução de modernos avanços tecnológicos, competitividade econômica e inserção mais rápida possível no mundo desenvolvido. A tendência para a globalização e a transnacionalização das economias constitui uma das principais características da atual conjuntura. A formação de importantes blocos comerciais é o novo paradigma mundial. É nesse contexto que nos propomos a discutir os desequilíbrios regionais dos países do MERCOSUL, os impasses internos e externos que condicionam o seu desenvolvimento e as possíveis formas de superação e reversão de tais desajustamentos, bem como, o processo de integração do Brasil a esse novo "PAÍS", o MERCOSUL.

ABSTRACT

The decade of 90s has been imposing to Latin American important challenges, such as, the necessity of a new structure of production, the introduction of modern technology advancements, development of economic competition and participation of the developed world as soon as possible. The tendency to globalization and the transnationalization of the economies constitutes one of the principal characteristics of present situation. The formation of important commercial blocks is the new paradox of the world. In this context we propose to discuss the regional disorders of the countries of MERCOSUL, the internal and external obstacles that conditionate its development and the possible forms of overcoming and reversing these discrepancy, as well as, the Brazilian integration process for this "new country", the MERCOSUL.

INTRODUÇÃO

O final do século XX apresenta uma estrutura social, política e econômica única na história da humanidade. Hoje, vivemos numa sociedade que tem por principal característica o fator globalizador que a transformou em uma *Sociedade Global*.

(1) Este artigo corresponde, com adaptações, à primeira parte da dissertação de mestrado do autor, apresentada na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (PEREIRA, 1996).

* MS em Economia Européia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra - Portugal. Professor Substituto da Faculdade de Economia e Administração da UFJF-MG.

** MS em Economia Rural pela Universidade Federal de Viçosa - MG. Diretora da Faculdade de Economia e Administração da UFJF-MG.

"As sociedades contemporâneas, a despeito das suas diversidades e tensões internas e externas, estão articuladas numa sociedade global. Uma sociedade global no sentido de que compreendem relações, processo e estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais, ainda que operando de modo desigual e contraditório. Nesse contexto, as formas regionais e nacionais evidentemente continuam a subsistir e atuar. Os nacionalismos e regionalismos sociais, econômicos, políticos, culturais, étnicos, linguísticos, religiosos e outros podem até ressurgir, recrudescer. Mas o que começa a predominar, apresentar-se como uma determinação básica, constitutiva, é a sociedade global, a totalidade na qual, pouco a pouco, tudo o mais começa a parecer parte, segmento, elo, momento. São singularidades, ou particularidades, cuja fisionomia possui ao menos um traço fundamental conferido pelo todo, pelos movimentos da sociedade civil global(...)" (IANNI, 1993, p.39).

Esta *Sociedade Global* é o resultado da história da globalização do capitalismo. Globalização esta que se iniciou nos séculos XV e XVI, com a expansão geográfica do capitalismo pelo mundo através dos descobrimentos, o que possibilitou a integração desse mundo num único sistema de produção e consumo de mercadorias. Com a Revolução Industrial do século XVIII, o capitalismo desenvolveu tecnologias que permitiram o aumento da produtividade do trabalho, obtendo uma maior produção de mercadorias com um número menor de trabalhadores, reduzindo os preços e aumentando os lucros. O momento atual de nossa história é, sem dúvidas, o período mais marcante da construção dessa sociedade, onde o capitalismo mundial, através da dinâmica das novas tecnologias, atua por meio das chamadas empresas multinacionais.

A sociedade global, tão bem definida por IANNI (1993), resume-se à percepção de nosso próprio dia-a-dia. A evolução do capitalismo mundial contemporâneo, enraizado no grande desenvolvimento tecnológico, contribui de forma significativa para a globalização da sociedade do final do século XX. O padrão de consumo mundial tende a se homogeneizar. Hoje, consumimos, simultaneamente com centenas de milhares de outros indivíduos por todo o mundo, uma gama de produtos e serviços altamente diversificados que vão desde a Coca-Cola e o cheeseburger no McDonald's até a troca de informações através do Sistema Internet.

"A globalização da economia e da sociedade, baseada na expansão sem precedentes do capitalismo e comandada pelo crescente domínio das corporações transnacionais, está levando ao desenvolvimento de uma *nova ordem mundial*. Essa nova ordem tem como características principais o fim da guerra fria, o incremento da guerra comercial entre empresas e países e a formação de grandes blocos econômicos regionais(...)" (PRAXEDES & PILETTI, 1994, p.17).

As grandes transformações mundiais como a mutação tecnológica, a falência do modelo comunista, o desmantelamento da URSS, a marcha inexorável dos países do leste

européu para a democracia política e para formas de organização mais próximas da economia mundial, a falência das certezas da era Reagan-Tatcher, a re-democratização da América Latina e a constituição de "Blocos Econômicos Integrados" que se fazem notar pelos quatro cantos do mundo, são fenômenos de extrema relevância para a constituição das novas relações políticas, sociais e econômicas do mundo atual.

O desenrolar destas transformações contraria a tese de FUKUYAMA (1992) - funcionário do Departamento de Estado Norte-Americano -, de que com a queda da experiência socialista estava decretado *o fim da história*, uma vez que não se atingia um sistema perfeito - *o capitalismo* - mas apenas se eliminava a possibilidade de quaisquer alternativas melhores do que a existente. Na verdade, a Nova Ordem Econômica Internacional tem provado que estamos entrando em uma era onde as relações capitalistas tendem a ser "dirigidas" em favor de conceitos, tais como: eficiência, competitividade, relações trabalhistas, ecologia, harmonização e integração.

A atual relação capitalista tem por base o que se convencionou denominar de Terceira Revolução Industrial. Tal expressão resume um conjunto de novas tecnologias, cujos três principais componentes são a biotecnologia, a microeletrônica e os novos materiais. Este novo paradigma tecnológico engendra, por sua vez, dois macroefeitos: uma ação no sentido da fragmentação organizacional e geográfica da sociedade; e um desacoplamento forçado (*forced decoupling*) das economias do Terceiro Mundo - termo que alguns analistas da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) já começam a utilizar.

Tais fatores são de grande importância para as economias latino-americanas, pois, segundo OMAN (1994): "(...)Na dinâmica de crescimento da globalização os países em desenvolvimento se beneficiarão ou serão excluídos?(...)".

Pretendemos demonstrar com este estudo que a superação das dificuldades regionais, atualmente existentes entre os quatro países, só será superada caso estes mesmos países encarem o processo de integração com seriedade e comprometimento, pois, atualmente, a constituição do MERCOSUL, apesar de vislumbrar a constituição de um Mercado Comum, tem sido afetada por várias propostas - menos comprometedoras - de criação de uma Zona de Livre Comércio Latino Americana restrita na redução e/ou eliminação de entraves à circulação de mercadorias sem se preocupar com a criação de instituições supranacionais que exerçam um controle político, econômico e técnico do desenvolvimento concertado destes países.

1 GLOBALIZAÇÃO, REGIONALIZAÇÃO E A INTEGRAÇÃO REGIONAL

A globalização e a regionalização representam, segundo OMAN (1994), um duplo desafio para os países em desenvolvimento. Ambas estão gerando oportunidades para o fortalecimento das relações Norte-Sul e para um maior incremento da produtividade, da competitividade e dos padrões de vida nos países em desenvolvimento. O autor constata que "(...)mesmo sendo opostas - a globalização é impulsionada por forças microeconômicas que tendem a promover tanto a integração *de facto*, como os ajustes regionais *de jure* entre os governos; enquanto a regionalização é, muitas vezes, um processo político -, elas não são necessariamente antagônicas. Quando a regionalização ajuda a incrementar as forças competitivas dentro das regiões, os dois processos tendem a se fortalecer(...)" (OMAN, 1994, p.39).

A peculiaridade de tal afirmação reside no risco que o processo de regionalização pode acarretar para a abertura econômica mundial, uma vez que o espectro da exclusão involuntária da emergente economia mundial tripolar é ainda evocado por muitos países.

IANNI (1993) argumenta ser a globalização um processo que "(...)tende a desenraizar as coisas, as gentes e as idéias(...)". Na verdade, tudo tende a desenraizar-se: mercadorias, mercado, moeda, capital, empresa, agência, gerência, *know-how*, projeto, publicidade, tecnologia, etc.. Pouco a pouco, a globalização vem criando um espaço global que extrapola as fronteiras nacionais formando estruturas de poder econômico, político, social e cultural, mundialmente descentralizados.

Segundo Wakeman Jr. *apud* IANNI (1993, p.93), "(...)o conceito de *desterritorialização* aplica-se não apenas a óbvios exemplos como corporações transnacionais e mercados monetários, mas também a grupos étnicos, lealdades ideológicas e movimentos políticos que atuam crescentemente em moldes que transcendem fronteiras e identidades territoriais específicas. A *desterritorialização* tem afetado as lealdades de grupos envolvidos em diásporas complexas, suas manipulações monetárias e outras formas de riqueza e investimento, bem como as estratégias de Estados. O debilitamento dos vínculos entre povo, riqueza e territórios, por sua vez, tem alterado a base de muitas interações globais significativas e, simultaneamente, põe em causa a definição tradicional de Estado(...)".

Tais argumentações corroboram de forma significativa para o entendimento dos fenômenos da globalização e da regionalização e para o modo como ambos se relacionam. Por outro lado, está-se ainda muito aquém de uma plena distinção conceitual desses processos, a qual engendra uma ampla gama de problemas associados aos aspectos políticos e econômicos das atuais mudanças mundiais.

Estes problemas compõem-se de fatores macro e microeconômicos, nacionais e internacionais, políticos, sociais e culturais, tais como: a viabilidade do sistema de comércio mundial, consubstanciado nas negociações do *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT) e na criação da Organização Mundial de Comércio (OMC); a necessidade crescente da integração política internacional; o aparente declínio da autonomia político-econômica dos países; o impacto da *revolução* tecnológica; as fontes de crescimento a longo prazo da economia e da produtividade; a importância da mudança nos sistemas de gerenciamento empresarial e na organização industrial; as bases do poder de competição dos países e das empresas; as implicações da emergência de um mundo tripolar e do rápido processo de transformação das relações Norte-Sul; a diversidade crescente entre os países em desenvolvimento; a pobreza; a exclusão social de grande parte da população mundial; o desemprego; as disparidades de renda e de salários; e, finalmente, o papel do governo e a natureza das relações entre Estado e mercado, bem como a emergência de competição entre diferentes sistemas sociais ou formas de capitalismo.

A Nova Ordem Econômica Internacional tem provado que estamos entrando em uma era onde as relações capitalistas produzem um aumento da competição e dos conflitos entre diferentes sistemas sociais ou diferentes formas de capitalismo. ALBERT (1992), em *Capitalismo contra Capitalismo*, pontua, com bastante precisão, que alcançada a hegemonia capitalista com a derrocada do comunismo, o futuro mundial fica agora pendente entre "(...)dois modelos de capitalismo: o modelo *neo-americano*, assente no sucesso individual e no lucro financeiro a curto prazo, e o modelo *renano*, praticado na Alemanha, na Suíça, no Benelux, na Europa do Norte e, com variantes, no Japão, privilegiando o sucesso coletivo, o consenso e o longo prazo(...)".

Fica claro que, ao invés de estarmos vivendo *o fim da história*, entramos num período decisivo da história da humanidade onde o incremento das relações mundiais e a re-democratização de países, até então considerados periféricos, têm promovido o aumento do debate sobre o modelo a se adotar em cada país e a forma, mais apropriada, de se integrar à economia mundial.

1.1 GLOBALIZAÇÃO

O processo de globalização que vivemos conjuga em seu bojo o desenvolvimento de quatro fenômenos mundiais. O primeiro deles é o relativo declínio da hegemonia econômica e da liderança política dos Estados Unidos no pós-guerra juntamente com o fim da Guerra Fria e a implosão da União Soviética que puseram fim à bipolaridade.

O sucesso da política *Keynesiana Global* (apertando as políticas monetárias quando a inflação ameaçava; afrouxando essas políticas quando a recessão ameaçava), pregada pelos Estados Unidos no pós-guerra, foi subordinado à condição *unilateral* norte-americana, de gerente de um sistema onde o dólar era o veículo cambial e o padrão de valor. Com o término dessa unilateralidade, ou seja, com o surgimento de nações economicamente tão fortes quanto os Estados Unidos "(...)a locomotiva americana foi ficando pequena para puxar o resto do mundo(...)" (THUROW, 1993, p.65). Hoje, com o fim da Guerra Fria, o desmantelamento da ex-URSS e a tripolaridade da atual economia mundial, os Estados Unidos perdem a sua hegemonia política, econômica e militar mundial e passam a se preocupar com a sustentação de sua força política e econômica propondo a criação do *North American Free Trade Agreement* (NAFTA) - Estados Unidos, México e Canadá -, e a Iniciativa para as Américas, na tentativa de criação de uma Área de Livre Comércio Hemisférica (ALCSA).

O segundo fenômeno é o rápido crescimento dos mercados financeiros globais a partir do final da década de 70, facilitado não só pela desregulamentação dos mercados financeiros, como também pelas novas tecnologias de informação. O mercado internacional de câmbios movimentava, hoje, mais de um trilhão de dólares diários, demonstrando a preponderância do mercado financeiro sobre o comercial. Assim, a globalização financeira acabou por diminuir substancialmente o poder dos bancos centrais de controlar o valor das moedas, acentuou as flutuações e a volatilidade das taxas de câmbio em consequência das especulações e limitou a autonomia da política monetária e fiscal dos governos. O forte crescimento dos mercados *off-shore* reduziu a capacidade das autoridades monetárias de conterem os fluxos maciços do movimento de capitais, fortalecendo o interesse dos países em relação à integração regional.

Um terceiro fenômeno diz respeito à globalização da atividade empresarial tanto no setor industrial como no dos serviços. Segundo EMMERIJ (1993, p.70), "(...)as operações de fusão de sociedades, as OPAs nacionais e internacionais, afetam a reestruturação industrial e os dados da concorrência internacional. A uniformização dos gostos dos consumidores responde à das normas e dos métodos de produção. As sociedades e as empresas atingem dimensões que as tornam independentes das economias

nacionais. A capacidade de intervenção dos Estados vê-se enfraquecida com isso, e as políticas econômicas elaboram-se cada vez mais ao nível supranacional(...)".

A globalização da atividade empresarial acabou por fortalecer a competição global entre as empresas, favoreceu e incentivou a cooperação mediante alianças empresariais e promoveu a internacionalização da produção de empresas, quer sejam sediadas em países pobres ou ricos, quer sejam estas empresas grandes ou pequenas. EMMERIJ (1993) sustenta que com a globalização as empresas passaram a controlar o mercado mais por meio dos atuais sistemas de alianças inter-sociedades do que por meio de aquisições ou de criação de filiais: "(...)os ativos estratégicos interessam-lhes agora mais do que as mercadorias(...)".

OMAN (1994) afirma que "(...)à semelhança do que ocorreu na globalização dos mercados financeiros, a globalização da atividade empresarial na economia *real* foi facilitada tanto pela desregulamentação implementada pelos governos como pelas novas tecnologias de informação(...)", a globalização da mídia acentuou substancialmente os fluxos de informações globais o que fez com que o componente *serviços* acabasse por assumir uma posição determinante em todas as atividades manufatureiras.

O quarto fenômeno diz respeito à emergência da preocupação pública, generalizada, com as ameaças ao meio ambiente em consequência do esgotamento da camada de ozônio e do aquecimento global. O fenômeno da globalização foi facilmente percebido quando, em junho de 1992, no Rio de Janeiro, uma centena de nações, preocupadas com os problemas das chuvas ácidas, do aquecimento da terra, da biodiversidade e com a preservação das florestas se reuniram para a consideração de um tratado internacional de política de meio ambiente.

Estes fenômenos compreendem uma nova fase do desenvolvimento capitalista atual, ou seja, uma maior sensibilidade pública quanto "(...)à idéia de que as forças de mercado não-contidas podem gerar efeitos *externos* indesejáveis numa escala global, que mesmo os governos mais poderosos agindo isoladamente são incapazes de conter(...)" (OMAN, 1994, p.8).

OMAN (1994) sustenta ainda que para o bom entendimento da globalização tais fenômenos são decisivos mas não suficientes. Em termos de política econômica, os governos devem ter a noção exata do que é a globalização para que assim possam adotar as devidas providências para a ela se adaptarem. Os quatro fenômenos citados contribuem decisivamente para o balizamento das ações governamentais, mas são insuficientes à medida que conduzem a uma percepção simplista do processo, conduzindo as autoridades políticas à adoção de medidas de redução dos entraves políticos à movimentação de mercadorias, de fatores de produção e de serviços entre fronteiras.

O processo de globalização atual compreende especificidades que extrapolam as medidas de liberalização defendidas por muitos economistas. Ainda de acordo com OMAN (1994, p.8), a partir de um entendimento "mais útil" da globalização, podemos encará-la como sendo "(...)um fenômeno microeconômico impulsionado pelas estratégias e comportamento das empresas(...)". "(...)Embora três fenômenos em especial - a desregulamentação implementada pelos governos, o advento e difusão de novas tecnologias de informação e a globalização dos mercados financeiros - tenham desempenhado e continuem a desempenhar papéis centrais na facilitação e no estímulo da globalização(...), a força motriz da globalização é constituída hoje pelo amadurecimento e pela difusão internacional do novo sistema de organização empresarial e interempresarial diversamente referido como produção *flexível* ou *enxuta*, ou como *a nova competição*(...)".

A força competitiva deste novo sistema produtivo contribuiu para que entrasse em crise o sistema de produção em massa da organização industrial *fordista/taylorista*, cujo desenvolvimento e difusão internacional fomentou o crescimento e a acumulação de capital em escala global durante grande parte do século XX.

Hoje, com a transição para formas de organização *flexíveis* ou *pós-fordistas*, as economias nacionais enfrentam desafios diversos que, agravados pela redução da produtividade das economias líderes, pelo ajustamento moroso do mercado de trabalho e pela redução do poder de controle econômico por parte dos Estados, corroboram de forma significativa para o retardo no ajustamento e inserção das diversas economias mundiais no novo mercado global.

Neste contexto de rápidas transformações, os Estados ou, mais precisamente, os políticos, são, segundo EMMERIJ (1993, p.77), "(...)em última instância os senhores do jogo, já que criam *de facto* o ambiente econômico para o efeito combinado com as suas políticas(...)". Ao agirem apenas no âmbito de uma legislatura, restringem seus horizontes em média a cinco anos, período no qual se limitam a ajustar as políticas e as instituições às evoluções do mercado. Por outro lado, as multinacionais e os outros agentes econômicos do setor privado, cujos horizontes são muito mais amplos, aprenderam a prever, ou mesmo a materializar tais evoluções, o que lhes permite até mesmo influenciá-las. "(...)Para alguns observadores, a globalização da economia deve-se mais às multinacionais, que dela se beneficiam, do que aos Estados que nela põem em risco as suas prerrogativas(...)" (EMMERIJ, 1993, p.77).

1.2 REGIONALIZAÇÃO

À semelhança da globalização, a regionalização apresenta-se também como uma justaposição de fenômenos. Com o aparente declínio da hegemonia norte-americana, com a ascensão da Europa e do Japão, com o fim da Guerra Fria e a implosão da União Soviética, todo o aparato de liberalização multilateral instituído no pós-guerra ficou ameaçado. O sistema GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*) entrou em crise.

"A globalização, juntamente com o fim da guerra fria e a perda de hegemonia política dos Estados Unidos, tornaram o sistema GATT um mecanismo pouco eficiente para a gestão da crescente interdependência entre as nações e de solução de conflitos de interesse(...)" (THORSTENSEN *et al.*, 1994, p.31).

A regionalização ressurgiu, assim, como uma resposta à globalização econômica mundial. Desde meados dos anos 80, movimentos no sentido da formação ou do fortalecimento de blocos econômicos regionais *de jure* (impulsionada por forças políticas) e/ou *de facto* (impulsionada por forças microeconômicas que fomentam a globalização) se aceleraram pelos quatro cantos do mundo. Mas o fator decisivo para a ressurreição do regionalismo e para que este *Segundo Regionalismo* (expressão adotada por BHAGWATI, 1993) se apresente hoje, mais durável que o *Primeiro Regionalismo*, foi o abandono, por parte dos Estados Unidos, da defesa intransigente do multilateralismo e o início de negociações bilaterais com o Canadá e o México, juntamente com a proposta de criação de uma Zona de Comércio Livre entre as Américas - a Iniciativa para as Américas (ver BHAGWATI, 1993). Esta postura foi a resposta americana à morosidade das negociações da Rodada Uruguai do GATT.

Não é objetivo deste trabalho fazer uma exposição detalhada dos benefícios e dos entraves oriundos do processo de regionalização, mas é válido analisar alguns fatores importantes para se compreender o processo integracionista sub-regional do MERCOSUL.

O forte interesse dos países em desenvolvimento, bem como dos países desenvolvidos, pelo fortalecimento dos laços regionais tem se constituído num importante distanciamento de tentativas passadas - empreendidas entre as décadas de 50 e de 70 -, quando muitos países em desenvolvimento procuraram, sem muito sucesso, a integração regional mais como um substituto de laços mais fortes com o Norte do que como uma complementação de objetivos (ver OMAN, 1994).

A questão básica colocada no debate em torno da regionalização resume-se ao fato de ser ela uma etapa para a liberação do comércio multilateral ou, ao contrário, um empecilho para a abertura comercial numa escala global. Esse debate destaca a importância, para os legisladores de todos os países, da garantia de que os acordos regionais *de jure* não

se tornem instrumentos de proteção regional. Do mesmo modo realça a importância, para os países em desenvolvimento, das negociações sobre o comércio multilateral no âmbito do GATT.

Como um instrumento de política, a regionalização pode ser usada como um poderoso meio de política coletiva para desintegrar ou enfraquecer os oligopólios, os *rent-seekers* e os grupos de interesse estabelecidos nos países, cujas ações exercidas sobre os mercados nacionais enrijecem a economia e retardam o crescimento econômico. Ao mesmo tempo, a regionalização pode servir de veículo para uma integração política profunda entre os Estados Membros, constituindo-se num importante instrumento para a harmonização internacional de políticas governamentais em matérias, até então, consideradas de interesse público nacional.

Não se deve deixar de atentar para o fato de que esses mesmos grupos de interesse, opostos à regionalização, buscarão, caso não consigam detê-la, a conversão dessa em um instrumento de proteção regional. As ações nesse sentido estão vulneráveis tanto governos frágeis como países que experimentam um lento crescimento econômico e/ou um alto índice de desemprego.

A regionalização - tanto *de jure*, como *de facto* - tem moldado a globalização em todas as regiões importantes e vem ajudando, no nível microeconômico, a impulsioná-la. A regionalização e a globalização têm pois o poder de se reforçarem mutuamente.

A América Latina e, principalmente, seus governantes deverão estar atentos a estes fenômenos, pois, caso contrário, os processos integracionistas existentes no continente e os em formação estarão fadados ao insucesso, uma vez que para a população em geral, e mais do que nunca para os conservadores, é mais fácil e menos doloroso sustentar modelos ultrapassados do que promover a inserção competitiva, e muitas vezes incerta, destas economias à economia mundial.

2 MERCOSUL (MERCADO COMUM DO SUL)

A América Latina não tem sido alheia ao movimento de integração continental ou subcontinental. Prova deste fato pode ser vislumbrado na história integracionista latino-americana a partir de seu principal precursor - Simón Bolívar -, que dentre outras eméritas personalidades, sonhou com a unidade latino-americana ¹.

¹ "Yo deseo más que otro alguno, decía, ver formar en América, la más grande nación del mundo, menos por su extensión y riqueza, que por su libertad y gloria. Aunque no aspiro a la perfección del gobierno de mi patria, no puedo persuadirme que el nuevo Mundo sea por el momento, regido por una gran república; como es posible, no me atrevo a desearlo y menos deseo una monarquía universal de América, porque este proyecto, sin ser útil, es también improbable; ¡Qué bello sería que el Istmo de Panamá pudiera ser para nosotros lo que el Istmo de Corinto fue para los griegos! Quiera Dios que algún día podamos tener la buena fortuna de convocar allí una majestuosa Asamblea de representantes de

O Mercado Comum do Sul - MERCOSUL - surge como o primeiro passo concreto na direção do ideal preconizado por Bolívar. Segundo SEITENFUS (1994), "(...)pela primeira vez na história das relações econômicas internacionais, um mesmo documento público, ainda que provisório, mescla projetos de fusão de políticas econômicas, sem que seja atendido o princípio da sucessão gradual que condiciona a engenharia da integração econômica. Em Assunção abandona-se a precaução e adota-se o princípio da redução tarifária progressiva, linear e automática em busca do equilíbrio entre as partes(...)".

2.1 ANTECEDENTES

Criado em Assunção, no Paraguai, em 26 de março de 1991, tendo por países signatários a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai, o Tratado de Assunção emerge como o resultado de negociações entre as duas maiores economias regionais - Argentina e Brasil - que se iniciaram em meados dos anos 80.

Diversas foram as razões que motivaram a integração da região. Estas podem ser resumidas em três vetores principais da história político-econômica latino-americana que não apresentam uma cronologia sistemática ².

Primeiramente, a falácia de tentativas integracionistas passadas, tais como a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) criada em 1980 em substituição à - fracassada - Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), criada em 1960.

Em segundo lugar, e de grande relevância para a integração sub-regional do Cone Sul, temos o fator político, que materializado na re-democratização dos regimes políticos e no término da política de desconfiança recíproca, que "envenenou" as relações bilaterais - entre Brasil e Argentina - desde a época colonial, possibilitou a consolidação dos esforços de aproximação desses países.

Por último, temos os condicionantes econômicos da região e do mundo. No plano regional, a constatação de KUME & MARKWALD (1993, p.205) de que "(...)a primazia de fatores políticos na origem do processo de integração entre Argentina e Brasil é diretamente proporcional à fragilidade dos vínculos econômicos, que atingiram, em meados dos anos 80, seu ponto mais baixo(...)", é de extrema relevância pois, "(...)de fato, entre 1980 e 1985 os fluxos bilaterais de comércio reduziram-se 40%, no contexto de um dramático processo de ajustamento externo promovido, simultaneamente, por ambos os

repúblicas, reinos e imperios, para deliberar sobre los importantes intereses de paz y de guerra con las naciones de las otras tres cuartas partes del globo terrestre. Este tipo de organización bien puede llegar a ocurrir en algún periodo más feliz de nuestra generación".(Simón Bolívar apud PICHARDO, 1976)

² Dentre a literatura disponível constatamos a existência de um posicionamento consensual a respeito das razões que motivaram a integração regional latino-americana, ver, por exemplo, KUME & MARKWALD (1993); NOGUÉS & QUINTANILLA (1993).

países. Em 1985, o intercâmbio comercial argentino-brasileiro era apenas 20% superior ao registrado em 1970, medido em dólares constantes(...)". A necessidade de expandir o comércio exterior para reduzir a carga da dívida externa se impõe como uma realidade urgente a ser alcançada entre os países. No plano mundial a Integração das Américas vem sendo dinamizada pelo processo de globalização e regionalização, o qual engendra a adoção de ações conjuntas que viabilizem a efetiva inserção desses países, em desenvolvimento, à Nova Ordem Econômica Mundial, baseada em padrões tecnológicos que, pela rápida mutação, condicionam o crescimento e desenvolvimento dessas economias.

Quatro acordos precederam a criação do MERCOSUL (ver Quadro 1 - para os três primeiros acordos precedentes ao Tratado de Assunção). Em 1986 é firmado, pelos presidentes Sarney e Alfonsín, a Ata para Integração Argentino-Brasileira estabelecendo um programa de integração e cooperação entre as duas nações, a qual tinha, como princípios norteadores: o *gradualismo*, para avançar na definição e avaliação em etapas anuais; a *flexibilidade*, para permitir a modificação no ritmo e no objetivo; o *equilíbrio setorial*, para evitar a especialização inter-indústria; e a *simetria*, para harmonizar as políticas específicas que interferem no desempenho do setor escolhido. Tal Ata contou com diversos protocolos - cerca de 24 entre 1986 e 1989 - que estabeleciam a integração progressiva entre setores de indústrias complementares (bens de capital, indústria automobilística, indústria alimentícia, energia nuclear, empresas binacionais, indústria aeronáutica, comunicações, fundo de investimentos binacionais, acordos financeiros para reequilibrar o comércio, biotecnologia, etc.).

Quadro 1: Argentina-Brazil integration process for trade in goods

Name and Year of document	Type of mechanism		Specific objective	Pre- announced timetable
	Automatic	Discretionary		
Acta para la Integración Argentina-Brasileña 1986	No	Yes	CU ^a	No
Tratado de Integración 1989	n.a.	n.a.	Common Market by 1998	No
Acta de Buenos Aires 1990	Yes	No	Common Market by 1994	Yes
Tratado de Asunción 1991	Yes	No	Common Market ^b by 1994	Yes

Notes: ^a The CU goal was for Protocol N° 1 on capital goods; ^b Signed also by the Presidents of Paraguay and Uruguay; n.a. - not available

Source: J. J. NOGUÉS and R. QUINTANILLA - table 9.6, p.295 IN MELO & PANAGARIYA (1993).

Em 1989 é aprovado, pelo Congresso dos dois países, o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, cujos objetivos eram: a eliminação gradual de todas as

barreiras, tarifárias ou não, com a finalidade de criar um ambiente favorável à formação de um espaço econômico comum até 1998; e a harmonização, também gradual, das políticas aduaneira, agrícola, comercial, industrial, de transporte e comunicação, e a coordenação das políticas macroeconômicas.

Em julho de 1990, em uma demonstração de vontade política que refletia a conversão de um posicionamento restritivo dos governos anteriores para uma estratégia econômica liberalizante, os presidentes Collor e Menem decidiram, através da assinatura da Ata de Buenos Aires, acelerar o processo de integração antecipando, para 31 de dezembro de 1994, o estabelecimento do mercado comum bilateral, com a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção.

Passados alguns meses, em dezembro de 1990, foi firmado junto à ALADI o Acordo de Complementação Econômica entre o Brasil e a Argentina (ACE-14), que passou a regular as relações econômico-comerciais dos países no período transitório de 1991 a 1994, condensando todos os tratados e acordos anteriores. As principais características desse acordo são: a liberalização tarifária geral até dezembro de 1994; a criação de um cronograma para os entendimentos e cumprimentos de equacionamentos em relação às tarifas e aos produtos inclusos nas listas de exceção; coordenação de políticas macroeconômicas; a complementação setorial; a adoção de um Regime Geral de Origem; e um Sistema de Solução de Controvérsias e de Cláusulas de Salvaguardas.

2.2 O TRATADO DE ASSUNÇÃO, A AGENDA DE LAS LEÑAS E O PROTOCOLO DE OURO PRETO

Com o Tratado de Assunção são incorporados outros dois Estados Partes: a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai.

O modelo de integração consolidado em Assunção difere significativamente do modelo firmado em 1986, quando do estabelecimento do Programa de Integração e Cooperação Econômica - PICE. A forma de integração prevista pelo PICE, denominada "modelo de protocolo" por Martirena-Mantel *apud* KUME & MARKWALD (1993), "(...)procurava preservar, na medida do possível, as estruturas industriais obtidas no processo de substituição de importações(...)" evitando, assim, "(...)uma especialização do tipo *trigo por máquinas*, que, inevitavelmente, provocaria conflitos regionais(...)".

Em Assunção é reafirmado o "modelo de integração competitiva" proposto pela Ata de Buenos Aires. Nesse modelo "(...)o processo passa a ser rápido e ambicioso: prazo de quatro anos para atingir um mercado comum que requer, entre outros fatores, a tarifa externa comum. A configuração produtiva é determinada pelo sistema de mercado, cabendo ao governo a coordenação das políticas macroeconômicas e a harmonização de políticas

específicas para evitar interferências indevidas nas vantagens comparativas de cada país(...)" (KUME & MARKWALD, 1993, p.212).

De acordo com o Tratado, a integração competitiva dos quatro países visa:

- a inserção mais competitiva das economias dos quatro países num mundo em que se consolidam grandes espaços econômicos e onde o progresso técnico se torna cada vez mais essencial para o êxito dos planos de desenvolvimento;
- o favorecimento de economias de escala, que reforcem as possibilidades de cada um dos países membros, com o incremento da produtividade;
- a promoção de esforços de abertura nas economias dos quatro países, que deverão conduzir à integração gradual da América Latina; e
- o balizamento das ações dos setores privados e da sociedade como um todo, as quais deverão ser os principais motores do processo de integração.

A constituição do Mercado Comum do Sul implica também, segundo seu Capítulo I, Artigo 1º, em que estes países alcancem: a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre eles; o estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados, e a coordenação de posições em foros econômicos-comerciais regionais e internacionais; a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes (de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal e monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transporte e comunicações, entre outras); e o fortalecimento do processo de integração através do compromisso dos Estados Partes de harmonizarem suas legislações.

Para tão "grandiloquentes" ³ objetivos, foram definidos instrumentos específicos para facilitar a constituição do Mercado Comum. Os instrumentos adotados são:

- um Programa de Liberalização Comercial, que consistirá em reduções progressivas, lineares e automáticas, acompanhadas da eliminação de restrições não-tarifárias ou medidas de efeito equivalente, assim como de outras restrições entre os países, para chegar a uma tarifa zero sobre a totalidade do universo tarifário em 31 de dezembro de 1994 (Capítulo I, Artigo 5º e Anexo I do Tratado de Assunção);
- a coordenação de políticas macroeconômicas, que se realizará gradualmente e de forma convergente como os programas de desgravação tarifária e eliminação de

³ O termo "grandiloquente" é apresentado por SEITENFUS (1994) no artigo MERCOSUL - um adiamento inevitável, onde o autor avalia os objetivos e os instrumentos propostos tanto para o "modelo de protocolo" como para o modelo de integração competitiva. O autor afirma ainda serem as aspirações do Tratado de Assunção "confusas e desmensuradas" pois resulta de "um processo concebido em gabinetes e implementado em prazos incompatíveis". As apreensões com relação à concretização do MERCOSUL são também percebidas em outros autores como, por exemplo, KUME & MARKWALD (1993), THORSTENSEN (1994), entre outros, os quais enfatizam os pleitos eleitorais, entre 1994 e 1995, no Brasil, na Argentina e no Uruguai, como condicionadores do sucesso da integração.

restrições não-tarifárias, visando assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes e evitar que eventuais descompassos nas políticas dos quatro favoreçam ou prejudiquem artificialmente a competitividade de bens e serviços (Capítulo I, Artigo 5º e Anexo I do Tratado de Assunção);

- uma Tarifa Externa Comum (TEC) que incentive a competitividade externa dos Estados Partes (Capítulo I, Artigo 5º e Anexo I do Tratado de Assunção);

- a adoção de acordos setoriais, com a finalidade de otimizar a utilização e mobilidade dos fatores de produção e alcançar escalas operativas eficientes (Capítulo I, Artigo 5º e Anexo I do Tratado de Assunção); e

- a adoção, durante o período de transição que se estenderá desde a entrada em vigor do Tratado até 31 de dezembro de 1994, de um Regime Geral de Origem, de um Sistema de Soluções de Controvérsias e de Cláusulas de Salvaguardas (Anexos II, III e IV do Tratado de Assunção).

Para que se desse execução aos objetivos do Tratado de Assunção e sustentação institucional ao MERCOSUL, os Estados Partes criaram dois órgãos oficiais provisórios: o Conselho do Mercado Comum e o Grupo Mercado Comum. O Conselho dirige politicamente o MERCOSUL, tomando decisões; por outro lado, o Grupo Mercado Comum, por ser o órgão executivo, fica incumbido da responsabilidade de colocar em prática as decisões tomadas pelo Conselho, fazendo cumprir as diretrizes do Conselho e supervisionando as atividades de 11 subgrupos de trabalho criados para elaborar estudos e conduzir as negociações mais técnicas e específicas. Os subgrupos são:

Subgrupo 1 - Assuntos comerciais;

Subgrupo 2 - Assuntos aduaneiros;

Subgrupo 3 - Normas técnicas sobre áreas de metrologia científica e industrial, metrologia legal, normalização e qualidade industrial;

Subgrupo 4 - Política fiscal e monetária relacionadas com o comércio;

Subgrupo 5 - Transporte terrestre;

Subgrupo 6 - Transporte marítimo;

Subgrupo 7 - Política industrial e tecnológica;

Subgrupo 8 - Política agrícola;

Subgrupo 9 - Política energética;

Subgrupo 10 - Coordenação de políticas macroeconômicas; e

Subgrupo 11 - Assuntos trabalhistas.

Estes onze subgrupos de trabalho, foram definidos, originalmente, na Agenda de Las Leñas em junho de 1992. Las Leñas marca um importante passo para o processo de integração, pois são definidos temas e datas para a conformação de uma união aduaneira na região, conferindo uma maior objetividade ao processo de negociação. "(...)O Tratado de Assunção, apesar de apresentar metas e prazos para a constituição do Mercado Comum

caracteriza-se mais pela afirmação de intenções do que pela definição objetiva de critérios e meios para a supressão de assimetrias no conjunto das negociações políticas que afetam a competitividade(...)" (CORREA *et al.*, 1993, p.3-4).

Os pontos da Agenda de Las Leñas e os principais instrumentos a serem harmonizados podem ser reagrupados em três blocos de política econômica: política comercial, políticas de promoção e política macroeconômica. O cronograma estabelecido apresenta uma maior urgência no tratamento dos aspectos da política comercial em detrimento dos aspectos das políticas de promoção e macroeconômica.

O cronograma previa, para fins de 92, o acordo dos termos da harmonização em matéria de práticas desleais de comércio (*dumping* e subsídios) e da eliminação de barreiras não-tarifárias. Para 1993, a previsão era de que estivessem harmonizados a Tarifa Externa Comum, o Regime de Salvaguardas, os termos de convergência dos acordos vigentes com terceiros países e a compatibilização no tratamento das Zonas Francas e das Zonas de Processamento de Exportações (ver Quadro 2).

Quadro 2: Políticas para a conformação do MERCOSUL

	Principais instrumentos a serem harmonizados	Prazo final p/ avaliação ou instrumentalização da decisão
Política Comercial	<i>dumping</i> / subsídios eliminação de barreiras não-tarifárias tarifa externa comum áreas aduaneiras especiais acordos c/ terceiros países	entre jul-dez de 92 entre jul-dez de 92 entre jul-set de (*) entre out-dez de 93 entre abr-jun de 93
Política de Promoção	acordo de proteção ao investimento política industrial política de concorrência política tecnológica política agrícola	entre abr-jun de 93 entre out-dez de 93 entre out-dez de 93 entre abr-jun de 94 entre out-dez de 93
Política Macroeconômica	coordenação de paridades cambiais tributos incidentes sobre o comércio movimento de capitais	entre abr-jun de 93 entre jul-set de 94 entre out-dez de 93

NOTA: (*) em dezembro de 92 já estarão preparadas as avaliações internas de cada país do resultado das discussões dos quatro países acerca de cada uma das propostas nacionais.

FONTE: Informações colhidas junto ao Ministério das Relações Exteriores *IN* CORREA *et al.* (1993), Tabela 1, p.6.

Uma vez definida a sequência automática de liberalização do comércio intra-zona, a prioridade dada à convergência dos instrumentos de política comercial revela, de acordo com PORTA (1993), um certo pragmatismo dos negociadores por um lado, e por

outro, uma menor atenção às questões relacionadas com a reestruturação produtiva e a definição da inserção internacional dos quatro países.

Com relação ao pragmatismo adotado pelos negociadores, CORREA *et al.* (1993) acrescentam que a estratégia de abordagem para a harmonização é baseada em três critérios: sua prioridade para o processo de unificação comercial; o grau de controvérsia que a matéria desperta; e o tipo de homogeneização das políticas requeridas para a viabilização do MERCOSUL.

Ainda de acordo com o estudo de CORREA *et al.* (1993), o último critério (tipo de homogeneização das políticas) pode ser decomposto em três elementos distintos:

a) "(...)A simples harmonização dos instrumentos disponíveis, sem preocupação maior com os resultados de cada economia em particular ou com a adequação desses instrumentos a objetivos distintos da integração comercial *stricto sensu*. Os trabalhos nessa área devem, portanto, resultar na definição de instrumentos únicos, suprimindo assimetrias e, conseqüentemente, evitando a ocorrência de desvios de comércio(...)";

b) "(...)A definição de instrumentos comuns que evitem o surgimento de desvios competitivos decorrentes de assimetrias das políticas locais, mas também atentem para objetivos mais amplos que a formação de uma união aduaneira. Este tipo de homogeneização de políticas guarda alguma dependência com relação a seus resultados e sua natureza e pode ser alterada caso os efeitos alcançados divirjam dos desejados(...)";

c) "(...)A convergência de desempenho das economias locais, a despeito das particularidades dos instrumentos que a cada país seja facultado utilizar. É a adequação dos resultados aos objetivos de integração que importa, independentemente da semelhança dos instrumentos utilizados para obtê-los(...)" (ver Quadro 3).

Quadro 3: A estratégia de integração no MERCOSUL

	Política Comercial	Políticas de Promoção	Política Macroeconômica
Critério de prioridade	ALTO	MÉDIO	BAIXO
Grau de resistência à harmonização ou à definição de políticas comuns	BAIXO	MÉDIO	ALTO
Grau de homogeneização das políticas	HARMONIZAÇÃO	HARMONIZAÇÃO E/OU POLÍTICAS COMUNS	CONVERGÊNCIA DE RESULTADOS

FONTE: CORREA *et al.* (1993), Tabela 2, p.9.

O cronograma de Las Leñas constituiu um importante instrumento para a redução de assimetrias e para a convergência das diversas políticas nacionais, revelando, à medida que foi dada prioridade aos temas de comércio exterior em detrimento dos demais,

uma estratégia pragmática de evolução através de áreas temáticas de baixa resistência e de prioridade elevada para a integração.

A Agenda de Las Leñas previa que a avaliação ou instrumentalização das decisões referentes aos temas harmonizáveis, estariam concluídas até dezembro de 1994. Tal prazo coincide com o término do período transitório previsto pelo Tratado de Assunção e com a determinação da estrutura institucional definitiva dos órgãos do MERCOSUL prevista pelo Artigo 18º do Capítulo I do Tratado de Assunção.

Assim, os Estados Partes, reunidos em Ouro Preto entre os dias 16 e 17 de dezembro de 1994, na VII Reunião do Conselho Mercado Comum, concluíram as negociações que viabilizariam o funcionamento da União Aduaneira a partir de 1º de janeiro de 1995. O texto conclusivo desta reunião ficou conhecido como Protocolo de Ouro Preto.

Cabe assinalar que se trata de uma "União Aduaneira Flexível". Essa designação foi primeiramente colocada por LAVAGNA (1994) na 5ª Reunião do Grupo de Análise sobre a Integração do Cone Sul, onde, à época, era prevista uma Tarifa Externa Comum (TEC) para 85% da nomenclatura e outros 10 a 12% teriam, no caso de bens de capital e de algumas listas de exceções de cada país, uma tarifa comum progressiva - que seria única a partir de 1º de janeiro de 2001.

De fato, a partir de janeiro de 95 entrou em vigor uma "União Aduaneira Flexível" combinada com uma "Zona de Livre Comércio Parcial" ⁴. MACHADO (1995),

⁴ Segundo SHIBATA (1972), uma Zona de Comércio Livre corresponde a um agrupamento internacional de dois ou mais países, que acordam uma eliminação de tarifas e restrições quantitativas sobre produtos importados, devendo estes produtos serem total ou parcialmente produzidos nos países membros do agrupamento, ou seja, a eliminação de tarifas e restrições quantitativas recai apenas sobre os produtos oriundos dos países membros. Com relação aos produtos importados de terceiros países não-membros, cada país membro, individualmente, mantém suas próprias taxas e restrições quantitativas.

A tradicional definição de Zona de Comércio Livre difere da definição apresentada por Shibata, pois não se cogitava a possibilidade de deflexões do comércio, criada pela possibilidade da penetração de produtos de terceiros países não-membros nesta Zona através de países membros com direitos alfandegários reduzidos. A deflexão de comércio é definida por Shibata como sendo o redirecionamento das importações de terceiros países através do país membro com menor direito alfandegário, possibilitando a exploração do diferencial tarifário entre os países membros.

O ponto crucial apresentado por Shibata e que difere da teoria tradicional é que a Zona de Comércio Livre não deve ser totalmente "livre", ou seja, deve-se impor mensurações como a "regra de origem", a qual previne deflexões do comércio, liberalizando o comércio intra-agrupamento apenas para os bens, total ou parcialmente, produzidos no seu interior. Este princípio pressupõe que as matérias-primas importadas de terceiros países, para circularem livremente no interior desta área devam ser em primeiro lugar transformadas no próprio país membro pelo qual estas entraram. Geralmente tais mensurações são executadas por intermédio de uma limitação proporcional de valor acrescentado nos produtos no interior da área.

Shibata, ao discutir os diversos problemas oriundos dos agrupamentos econômicos - tais como: os problemas impostos pelas restrições geográficas; os efeitos de criação e desvio de comércio; e os efeitos sobre a produção e o consumo - constata que no caso das Zonas de Comércio Livre é o princípio de origem que determina o fim destes efeitos, enquanto nas Uniões Aduaneiras é a Pauta Externa Comum que determina a extensão dos mesmos efeitos.

em estudo recente, constata que em Ouro Preto foi aprovada uma TEC para cerca de 85% dos 9 mil itens que compõem a nomenclatura comum de mercadorias. As tarifas variam entre 0 e 20%. Para 15% do universo de mercadorias constantes das listas nacionais de exceção, as tarifas deverão convergir para a TEC em 2001 e em alguns casos em 2006. Cerca de 900 itens do setor de bens de capital e 200 itens dos setores de informática e de telecomunicações formam um conjunto de produtos que entrarão em regime de convergência para a TEC.

As listas nacionais de exceções estão divididas da seguinte forma: Argentina - 232 itens distribuídos nos setores siderúrgico, químico, calçados, papel e celulose; Brasil - 175 itens distribuídos nos setores químico e petroquímico, borracha, agricultura e matérias-primas têxteis; Paraguai - 210 itens distribuídos nos setores químico, agrícola, siderúrgico, têxtil, brinquedos e eletro-eletrônico; e Uruguai - 212 itens distribuídos nos setores químico, têxtil, siderúrgico, lácteos e borracha.

O MERCOSUL apresenta ainda algumas barreiras ao comércio intra-regional. Os países puderam apresentar listas nacionais de adequação com produtos excluídos do regime de preferência tarifária integral no comércio intra-MERCOSUL. Tais listas compõem-se da seguinte forma: Argentina - 221 itens que terão margem de preferência inicial de 10% evoluindo para 100% em 1º de janeiro de 1999. Produtos, tais como papel, refrigerantes, têxteis e pneumáticos, terão cotas de livre acesso em seu mercado; Brasil - 29 produtos com margem de preferência inicial de 20% e a liberalização completa se efetivará em 1º de janeiro de 1999. Alguns dos produtos que constam da lista de exceção são: vinhos, pêssegos e tecidos de lã; Paraguai - 427 itens, entre eles produtos têxteis, tomate, arroz e óleos, com preferência tarifária inicial de 10% e a liberalização completa do comércio a partir de 1º de janeiro do ano 2000; e Uruguai - 950 itens incluindo produtos têxteis, siderúrgicos, químicos, lácteos, farinha de trigo e frutas. Para cerca de 250 mercadorias não foram oferecidas margens iniciais de preferência. Até o ano 2000, o comércio destes produtos estará isento de tarifas.

A importância maior do Protocolo de Ouro Preto reside no fato de se ter acordado a institucionalização do MERCOSUL. Os Estados Partes, em cumprimento ao Artigo 18 do Capítulo I do Tratado, acordaram e ratificaram, em 17 de dezembro de 1994, uma estrutura institucional de caráter predominantemente inter-governamental.

Assim, seguindo a definição de Shibata, considera-se uma "União Aduaneira Flexível" aquela onde à Pauta Externa Comum é possibilitado a criação de listas nacionais de exceção; e uma "Zona de Livre Comércio Parcial" aquela onde o Princípio de Origem não é generalizado, ou seja, no caso do MERCOSUL é estabelecido um percentual de 60% de conteúdo nacional e 40% de conteúdo estrangeiro, mas de acordo com o Protocolo de Ouro Preto as condições necessárias para o cumprimento dessa regra é diferenciada para cada setor ou produto específico, como informática, telecomunicações, siderúrgicos e químicos. O produto intercambiado no MERCOSUL com tarifa zero terá um índice de nacionalização de 60%, com exceção dos bens de capitais, cujo patamar deverá ser de 80%.

Além do Conselho do Mercado Comum (CMC) e do Grupo Mercado Comum (GMC) foi criado em agosto de 1994 a Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM) subordinada ao GMC e que desempenhará papel fundamental na implementação da TEC e na gestão do sistema de solução de controvérsias. À Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM) estarão vinculados dois comitês técnicos que cuidarão do exame e eliminação das barreiras não-tarifárias e das políticas públicas que afetam o comércio. Funcionará ainda a Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), o Foro Consultivo Econômico-Social (FCES) e o Tribunal Arbitral do MERCOSUL (TAM). A Secretaria Administrativa do MERCOSUL (SAM) editará um Boletim Oficial com as decisões do CMC e do GMC. As decisões do Conselho serão tomadas por consenso e todos os órgãos terão um orçamento próprio, financiado pelos quatro países.

2.3 DESAFIOS E OPORTUNIDADES NO MERCOSUL

Ocupando uma área de quase 12 milhões de quilômetros quadrados - cerca de cinco vezes o tamanho da União Européia (EUR-12) e 31 vezes o do Japão - o MERCOSUL é hoje a quinta maior economia do mundo depois dos EUA, da União Européia, do Japão e da China, levando-se em consideração o Produto Interno Bruto desses países e regiões a preços reais.

Quadro 4: Perfil sócio-econômico do MERCOSUL

INDICADORES	DATA	ARGENTINA	BRASIL	PARAGUAI	URUGUAI	MERCOSUL
01-Área(milKm ²)		2.767	8.521	407	177	11.872
02-PIB(US\$bilhões)	1993	255,5 ^a	456,0 ^b	6,9 ^c	13,4 ^d	731,8
03-População(milhões) ^e	1993	33,4	152,1 ^b	4,6	3,2	193,3
04-Rendapercapita	1993	7.650	2.998	1.500	4.188	3.786
05-Salário mínimo(dólares)	1994	200,00	65,00	190,00	87,00	
06-Inflação(últimos 12 meses)	1994 MAR	5,9 %	3392,27 %	21,1 %	52,0 %	
07-Desemprego		9,3 % OUT/93	5,5 % JAN/94	6,6 % 1990	7,4 % OUT/93	
08-Expectativa de vida(anos)	1992	71	66	67	72	69
09-Taxa de natalidade(mil pop)	1992	20	23	35	17	24
10-Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	1994	29	57 ⁱ	36	20	36
11-População urbana(%do total da pop)	1994	87	77	49	89	76
12-Valor da produção agrícola(US\$ bilhões)	1993	15,33	46,06	1,66 ⁱⁱ	1,47 ⁱⁱ	64,52
13-Valor da produção industrial (US\$ bilhões)	1993	79	164,16	1,59 ⁱⁱ	3,89 ⁱⁱ	284,84
14-Taxa média de importação(%)	1994	16,3	11,3	8,0	14,8	13
15-Exportações g.rais (US\$milhões)	1993	13.118	38.610	725	1.607	54.060
16-Importações g.rais (US\$milhões)	1993	16.783	25.688	1.689	2.333	46.493
17-Saldo g.rais(US\$milhões)	1993	-3.665	12.955	-964	-726	7.600
18-Reservas internacionais (US\$milhões)	1994	15.526 JUL	40.204 AGO	946 JUN	831 JUN	57.507 AGO
19-Dívida Externa (US\$milhões)	1993	66.000	135.680	1.700 (1992)	6.994 (1992)	210.374

NOTAS: ⁱ Baseado na estimativa demográfica de 5 anos ou mais; ⁱⁱ Valor de compra.

FONTES: Centro de Informações da Gazeta Mercantil; ^a Banco Central da República da Argentina; ^b Banco Central do Brasil; ^c Banco Central do Paraguai; ^d CEAL sobre dados do Banco Central do Uruguai; ^e FMI - Estatísticas Econômicas Internacionais. *Do item 5 ao 7, PRAXEDES & PILETTI (1994); *Do item 8 ao 11, Banco Mundial: Relatório 1994; *Itens 12 e 13 Estimativa sobre o PIB de 93 com percentuais referentes ao PIB agrícola e industrial para 92, do Banco Mundial, exceto para o Brasil que utilizou os percentuais do PIB de 92 com a variação do PIB para 93 do IBGE; *Item 14 a 17 Informações fornecidas pelos países (Brasil-Secex): Elaboração DIE-ALADI; *Item 18 - FMI - Estatísticas Financeiras Internacionais, exceto para o Brasil-Banco Central do Brasil; *Item 19 - CEAL, exceto Paraguai - Banco Mundial.

TACHINARDI *IN* MERCOSUL - Relatório da Gazeta Mercantil, 31/12/94 e 02/01/95; e PRAXEDES & PILETTI, (1994).

Com uma renda *per capita* próxima dos US\$ 4 mil, um comércio exterior superior a US\$ 100 bilhões e economias relativamente desenvolvidas, o Mercado Comum do Sul apresenta ainda uma estrutura sócio-político-econômica bastante diversificada que impõe grandes desafios às autoridades governamentais e, ao mesmo tempo, mostra as várias oportunidades de um mercado integrado (ver Quadro 4, acima).

As disparidades entre os quatro Estados Partes do MERCOSUL e entre estes e o resto do mundo, se manifestam de formas variadas, influenciando todo o desenvolvimento

integracionista. Analiticamente podemos caracterizar tais disparidades como: regionais, políticas, sociais e econômicas. Na verdade, tais características apresentam-se simultaneamente nos quatro países com intensidade variada de país para país.

No que diz respeito ao aspecto regional, cabe assinalar que apesar de o Mercado Comum do Sul ser composto pela totalidade territorial dos quatro países, há uma distinção real entre dois tipos de MERCOSUL. Tal distinção advém das potencialidades regionais que conduzem a um processo de aglomeração definidas por fatores e elementos que regulam e influenciam a movimentação dos recursos na região. Distingue-se dessa forma um mercado, o MERCOSUL *de direito*, ou seja, aquele composto pela totalidade territorial dos quatro Estados Partes, e um sub-mercado, o Mercosul *de fato*, considerado um país imaginário que em 1990 já possuía uma renda *per capita* próxima de países do primeiro mundo. Este MERCOSUL *de fato* tem por fronteira uma linha imaginária que vai de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, e Assunção, no Paraguai, até Neuquen e Bahía Blanca na Argentina, concentrando uma população próxima de 100 milhões de habitantes e um PIB estimado em US\$ 460 bilhões (ver Quadro 5).

Quadro 5: MERCOSUL DE DIREITO e DE FATO

MERCOSUL 1990						
DE DIREITO			DE FATO			
PAÍSES	POPULAÇÃO	PIB	POPULAÇÃO		PIB	
	O	(a)			(a)	
	milhões de habitantes	US\$ bilhões (b)	% (c)	milhões de habitantes	% (b)	US\$ bilhões (c)
Argentina	32	124	70	23	85	105
Brasil	145	478	50	73	70	335
Paraguai	4	10	100	4	100	10
Uruguai	3	11	100	3	100	11
TOTAL	184	623	56	103	74	461

NOTAS: (a) PIB ajustado para incluir economia submersa, critério IBGE - o mesmo estendido já a outros países; (b) US\$ médios correntes; (c) Percentagem aproximada do total do país.

FONTES: Banco Central, IBGE, CEPAL, Instituto de Estadísticas y Censos *IN ASSUMPCÃO FILHO* (Ed.), 1992.

O MERCOSUL engendra também uma série de fatores políticos, de cunho intelectual e prático, que de forma geral vem influenciando a integração latino-americana. As economias latino-americanas têm enfrentado grandes desafios de ordem econômica como a abertura comercial, a globalização e a regionalização. Tais desafios, acrescidos do processo de re-democratização, repercutem diretamente na estrutura política desses países.

Os dois macroefeitos gerados pelo novo paradigma tecnológico (fragmentação organizacional e geográfica da sociedade e um *forced decoupling* das economias do

Terceiro Mundo) e os aspectos das políticas nacionais, mostram que as apreensões da classe política nesses países - principalmente no Brasil -, com relação à abertura comercial e à globalização econômica e social (principalmente a financeira) têm aumentado significativamente.

No Brasil, como na Argentina, o processo de liberalização econômica tem sido acompanhado pela discussão a respeito do tamanho do Estado, da dívida externa, do controle inflacionário, do controle cambial e, principalmente, do modelo de desenvolvimento a ser adotado. Para THORSTENSEN *et al.* (1994, p.245), "(...)existe uma relação entre crise da dívida externa, altas taxas de inflação e diminuição do fluxo de comércio dentro do MERCOSUL(...)", que tem sido determinante para a formação do mercado integrado (ver Quadro 6).

Quadro 6: Brasil, Argentina e MERCOSUL: IPC, dívida externa e comércio intra-MERCOSUL

	BRASIL		ARGENTINA		Comércio intra MERCOSUL US\$ bilhões
	IPC %	Div. Ext. US\$ bilhões	IPC %	Div. Ext. US\$ bilhões	
1980	82,8	71,0	100,8	27,2	3,434
1981	105,6	80,3	104,5	35,7	2,995
1982	97,0	92,8	164,8	43,6	2,353
1983	142,1	98,3	343,8	45,1	1,836
1984	197,0	105,3	626,7	46,2	2,289
1985	226,9	105,1	672,1	49,3	1,950
1986	145,2	111,1	90,1	51,4	2,636
1987	229,7	121,2	131,3	58,3	2,531
1988	682,3	113,5	343,0	58,5	3,003
1989	1.287,0	115,1	3.079,8	63,3	3,717
1990	2.937,8	122,2	2.314,0	65,2	4,036
1991	475,8	119,7	84,0	60,0	5,126
1992	1.208,9	120,7	17,5	71,0	7,293

FONTES: Banco Mundial, FMI e Index MERCOSUL IN THORSTENSEN, 1994, Tabela 3, p.246.

Conforme o Quadro 6, estes países sofreram, durante os anos 80, um marcante processo hiperinflacionista acompanhado de um endividamento externo cada vez maior. Os anos 90 delineam uma mudança brusca para estas economias. Brasil e Argentina, após várias tentativas (mal-sucedidas), adotam planos de estabilização econômica que, aparentemente, vêm dando certa estabilidade aos agentes econômicos e à sociedade como um todo.

Não nos compete aqui avaliar, pormenorizadamente, os planos de estabilização dos países latino-americanos, mas apenas referenciar as repercussões político-econômicas que deles advêm. É notório o caráter social-democrata, mais próximo do *liberal* americano,

que caracteriza os atuais governos do Brasil e da Argentina. Dentro dessa concepção, a principal questão que se apresenta à sociedade é qual a forma desejável de inserção internacional que se objetiva e qual a postura assumida pelo Estado na perseguição destes objetivos.

Estas questões têm suscitado um grande debate popular e é nessa hora que os nacionalistas ressurgem com discursos prontos (muitas vezes, mal acabados) defendendo os interesses nacionais. A iniciativa de integração regional encontra, assim, importantes resistências não apenas na sociedade, mas sobretudo em diversos setores industriais ou agropecuários, em bolsões empresariais atrasados e nos meios sindicais. Segundo KUNZLER & MACIEL (1994), apesar da "(...)dimensão estratégica e das implicações econômicas e políticas da integração regional começarem a atrair a atenção dos dirigentes políticos, líderes empresariais da região e de parcela organizada da sociedade, são naturais, por enquanto, os crescentes conflitos intra-setoriais, na medida que a dinâmica econômica adotada pelos governos da região promove, alternativamente, estagnação ou recessão, para atender aos pagamentos da dívida externa e seus encargos(...)".

No caso brasileiro, estendendo-se ao restante da América Latina, ressurge como centro do debate político, a *teoria da dependência*, que teve em Fernando Henrique Cardoso, atual presidente brasileiro, um de seus principais formuladores. Tal teoria definia como dependência, a relação de subordinação entre partes do sistema capitalista, ou seja, entre economias "centrais" e "periféricas". Essa dependência não implicaria em estagnação econômica, pelo contrário, dado o contexto internacional e os interesses empresariais à época (anos 60), o desenvolvimento estaria vinculado à idéia de um Estado nacional e a um projeto de capitalismo nacional, fundado no chamado "tripé do desenvolvimento dependente-associado", composto pelas empresas estatais (que promoveram o desenvolvimento industrial de base), pelas multinacionais e pelas empresas nacionais associadas a essas duas.

Este debate volta à tona num período crucial de comprometimento das economias latino-americanas com o desenvolvimento regional. O MERCOSUL exige uma ação concertada por parte de seus Estados Partes, em termos macro e microeconômicos, para atender às necessidades da integração competitiva à economia mundial, sem se valer da afirmação nacional. Recentemente, em um texto publicado pelo jornal Folha de São Paulo (28/05/95, pp.4-7) e que foi apresentado pelo atual presidente brasileiro, em Washington, no Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, Fernando Henrique Cardoso fez uma nova avaliação de *sua* teoria, constatando que "(...)a *interdependência* contemporânea levou tanto as economias em desenvolvimento quanto as já desenvolvidas a se tornarem *dependentes* da novíssima forma de atuação do capitalismo financeiro especulativo: o mercado de derivativos e os fluxos de *hot money*(...)".

Este fenômeno globalizador da economia mundial favorece a deslocação de um grande volume de recursos financeiros de uma parte à outra do globo terrestre em questão de minutos. Os Estados nacionais para conterem tais bruscas variações necessitam, por sua vez, de adotarem uma postura coerente para a condução do desenvolvimento, postura esta não mais empresarial, mas concedente e reguladora.

A efetiva integração regional, atenta às variações do mundo globalizado, só se dará a partir do momento em que questões como globalização financeira, tamanho do Estado e, principalmente, qual o tipo de sociedade almejada para o futuro, sejam ampla e democraticamente debatidas pela sociedade como um todo e que a classe política regional tenha sensibilidade suficiente para perseguir os anseios e as necessidades sociais advindas destas variações.

Este debate não pode ficar restrito apenas à discussão a respeito do caráter neo-liberal dos governos atuais como a oposição almeja. Deve-se sim, perseguir os pontos de conciliação dos interesses políticos, econômicos, sociais, étnicos e culturais, ou seja, apresentar propostas concertadas para o desenvolvimento regional.

Os desafios impostos às autoridades governamentais e à sociedade, referem-se, especialmente, às reais possibilidades da integração alcançar seu pleno êxito. Esse fato advém de dúvidas que são colocadas pela dificuldade de coordenação das políticas macroeconômicas entre os países do MERCOSUL; pelas estabilidades políticas institucionais em fase de consolidação; pelo crescente "passivo" social; por uma elevada dívida externa; e pela falta de capacidade, até o momento, de implementar políticas econômicas resultantes do produto da conciliação nacional.

A inserção dinâmica das economias do MERCOSUL na economia mundial requer políticas ativas, inclusive a realocação eficaz de recursos, em matérias como: tecnologia, educação aplicada a exportadores iniciantes e financiamentos públicos que não afetem o equilíbrio fiscal.

Algumas alternativas de políticas econômicas de atuação para o MERCOSUL, foram propostas por FERRER & LAVAGNA (1992). Uma primeira abordagem refere-se ao fato de que, a partir do momento que os mecanismos usuais para a promoção de políticas ativas e para a realocação eficaz de recursos são de tipo financeiro (condição de acesso e custo de crédito) e fiscal (desgravação do investimento, apoio às exportações, seguros de crédito à exportação, reconversão tecnológica), é impensável que possam operar por longo tempo de maneira diferenciada entre os países membros.

É preciso que se dê prioridade a uma convergência em níveis distintos da opção zero, que significa igualar assimetrias pela via da extinção de políticas. As tarefas de maior urgência têm a ver com as diferenças em matéria de: devolução ou não pagamento de

impostos na exportação; admissão temporária e regimes de ingresso de bens de capital com isenções alfandegárias - não pagamento de tarifas alfandegárias; custo e disponibilidade de crédito para pré e pós-financiamento às exportações; e políticas de crédito e de desenvolvimento tecnológico destinadas a impulsionar a reconversão e a expansão de novos setores produtivos. Estas questões, por afetarem diretamente os custos e rendas dos exportadores, devem convergir para um quadro onde já se tenham definido reduções ou eliminação de tarifas e restrições não tarifárias.

Um segundo campo de ação corresponde ao fornecimento, por parte do Estado, de insumos a preços abaixo dos custos. Nesse caso, fica claro que o país fará uso dessas políticas, nessa área. Até isso acontecer, ele pode recorrer ao mecanismo previsto de acordos setoriais, que combina a redução tarifária com políticas ativas em geral, no marco das quais podem ser reduzidas as assimetrias.

Um terceiro campo importante é o do exercício do poder de compra dos Estados. Nesse caso, a forma mais operativa de atuar é garantir o tratamento de produto nacional aos bens originários de qualquer um dos países membros que respondam às normas de conteúdo de origem estabelecidas. Isso significa, pelo menos nessa etapa, deixar que cada Estado adote sua política nacional de compra, porém garantindo sua extensão aos produtos dos países membros.

CONCLUSÕES

A coordenação dos aspectos políticos e econômicos entre os quatro países do MERCOSUL é condição *sine qua non* para o sucesso da integração regional. O "País" MERCOSUL deve buscar uma maior capacitação econômica e política para acompanhar a evolução das condições de concorrência aos níveis interno e internacional. Isso poderá implicar um recuo da auto-suficiência interna, em alguns setores, e o fortalecimento econômico, em relação a outros. A especialização competitiva, na busca da qualidade, produtividade e preços competitivos, certamente mostrará a saída apropriada para os novos desafios. A reestruturação com vistas à maior competitividade deverá acarretar a queda de estruturas tradicionais de produção, muitas vezes gerando um impacto social, através da seletividade empresarial, com a exclusão de "produtores marginais".

As autoridades governamentais deverão dar atenção especial aos aspectos sociais oriundos, não apenas das políticas nacionais de estabilização como também da integração regional. A abertura econômica; a integração dos quatro países; a "falência" do Estado, principalmente pela falta de transparência das políticas governamentais e pela baixa credibilidade dos governantes; a exposição a uma crescente competitividade interna e internacional; as novas formas de organização empresarial; todos esses fatores, contribuem

de forma acentuada para a degeneração social, caso não sejam tomadas providências concretas e concertadas.

O MERCOSUL, diferentemente da União Européia, não apresenta nenhum fato marcante de conflitos étnicos, porém são constantes os fatos que demonstram uma séria crise de valores morais, que se manifestam através da corrupção, miséria, fome, criminalidade, tráfico de influência, falta de ética profissional, entre outros aspectos.

A verdadeira integração ocorre após a formação de uma consciência comunitária do que temos, do que somos e do que queremos ser. As disparidades sociais, refletidas pelas taxas de natalidade e mortalidade, pela expectativa de vida, pelos níveis salariais existentes entre os quatro países, demonstram o quão distintas são essas economias. O comportamento social e governamental, principalmente no que diz respeito à saúde, mostra a crescente carência de educação que tais economias enfrentam.

Uma ação concreta em matéria de habitação, saúde, educação, formação de recursos humanos e desenvolvimento cultural ampliaria as bases políticas de sustentação da integração e revelaria que os destinatários do MERCOSUL são os povos do Cone Sul. Não haverá desenvolvimento nem integração de fato, entre os países do MERCOSUL, enquanto subsistirem as atuais disparidades de condições de vida, a acentuada concentração de renda e o desperdício - fatos paralelos a um quadro de miséria que aflige, drasticamente, a população regional.

Neste contexto, as empresas terão um papel fundamental e deverão atuar, segundo KUNZLER & MACIEL (1994), "(...)sobre duas frentes principais: a da informação e a da competitividade. As empresas terão de tomar conhecimento da informação, principalmente através de organismos especializados, o que propiciará à pequena e média empresas o acesso a aspectos essenciais da legislação e da normatização que regem o comércio exterior e a transferência de capital e tecnologia, de acordo com os critérios específicos do MERCOSUL. No campo da competitividade, se evidencia a necessidade de uma maior produtividade entre os responsáveis pelo processo produtivo(...)".

A educação, de qualidade, surge então como a principal meta a ser alcançada pelos quatro países, pois é através dela que veremos, no futuro, a erradicação da pobreza, plena saúde e desenvolvimento cultural para toda a sociedade, possibilitando por sua vez, o aumento do potencial humano para o desenvolvimento econômico.

CARDOSO (1993, p.151) servindo-se de sua "teoria da dependência" e analisando as relações Norte e Sul e a postura atual do socialismo na *era da ciência da informação*, enfatizou que o mundo atual e seus governos, para sobreviverem, necessitam associar os princípios de justiça social e de liberdade com os instrumentos políticos.

"(...)The latter will no longer be the union of state and party, even if both are reformed, for postindustrial societies (i.e., information economies) are "decentralized": politics is not the center of all change; nor do the state and the parties constitute the sole instruments for reforms. The "polyarchization" of contemporary societies (...) is a fact(...)"

O Mercado Comum do Sul representa a união de povos etnicamente semelhantes, com níveis culturais distintos e que detêm um potencial natural, comercial e tecnológico a ser explorado. Assim, para que esse mercado seja bem sucedido em seu novo empreendimento de integração, requer-se uma coordenação efetiva - e não mais ideológica - dos aspectos sociais, econômicos, políticos e naturais que incidem sobre os povos latino-americanos. Os desafios da integração só serão superados com o envolvimento e o comprometimento desejado de toda a sociedade. A consciência MERCOSUL é a única capaz de manter o processo com vínculos aos anseios sociais, caso contrário, poderá ocorrer somente a integração de capitais com acesso à tecnologia, permitida apenas aos grandes grupos econômicos, enquanto uma parcela significativa da população economicamente ativa ficará marginalizada.

BIBLIOGRAFIA

- ASSUMPÇÃO FILHO, Milton Mira de.(1992). MERCOSUL - O Desafio do Marketing de Integração. São Paulo: Simonsen Associados/Makron Books.
- BAPTISTA, Luiz Olavo; MERCADANTE, Araminta de Azevedo & CASELLA, Paulo Borba.(Organizadores).(1994). Mercosul: das negociações à implantação. São Paulo: LTr.
- BHAGWATI, Jagdish.(1993). *Regionalism and multilateralism: an overview In: MELO, Jaime de & PANAGARIYA, Arvind.(Editors). New dimensions in regional integration. Cambridge: Centre for Economic Policy Research, pp.22-46.*
- CARDOSO, Fernando Henrique.(1993). *North-south relations in the present context: a new dependency? In: CARNOY, Martin; CASTELLS, Manuel; COHEN, Stephen S. & CARDOSO, Fernando Henrique. The new global economy in the information age: reflections on our changing world. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press.*
- CARDOSO, Fernando Henrique.(1995). *Ainda a "teoria" da dependência In: Folha de São Paulo, 28 de Maio, pp.5.5-5.6.*
- CORREA, Paulo Guilherme.(1993). Reestruturação industrial e inserção internacional: subsídios para a definição de uma política industrial no MERCOSUL. FUNCEX, Texto para Discussão Nº83, Agosto.
- CORREA, Paulo Guilherme; MACHADO, João Bosco M. & VEIGA, Pedro da Motta.(1993). A agenda de Las Leñas e a integração no MERCOSUL. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI.
- DREIFUSS, René Armand.(1993). Problemas e perspectivas do Brasil no MERCOSUL. Rio de Janeiro: PACS/PRIES.
- EKMEKDJIAN, Miguel Ángel.(1994). Introducción al derecho comunitario latinoamericano. Buenos Aires: Ediciones Depalma.
- EMMERIJ, Louis.(1993). Norte-sul - a granada descavilhada. Portugal: Bertrand Editora.
- FERRER, Aldo & LAVAGNA, Roberto.(1992). MERCOSUL e a coordenação de políticas econômicas In: Revista Brasileira de Comércio Exterior. Rio de Janeiro: FUNCEX, Nº31, Abr./Jun..
- FUKUYAMA, Francis.(1992). O fim da história e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco.
- IANNI, Octavio.(1993). A sociedade global. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- KUME, Honório & MARKWALD, Ricardo Andrés.(1993). As perspectivas do Mercosul: configuração da estrutura produtiva e convergência macroeconômica In: IPEA.(1993). Perspectivas da economia brasileira - 1994. VOL.1, Rio de Janeiro: IPEA, pp.205-29.
- KUNZLER, Jacob Paulo & MACIEL DE QUADROS, João Carlos.(1994). MERCOSUL e o mercado internacional - uma análise da economia mundial dividida em seus blocos regionais, com destaque para o MERCOSUL. Porto Alegre: ORTIZ.
- LAVAGNA, Roberto.(1994). Um balanço do MERCOSUL - monitoramento do processo de integração: avaliação e perspectivas In: Revista Brasileira de Comércio Exterior. Rio de Janeiro: FUNCEX, Nº41, Out./Dez., pp.7-9.

- MACHADO, João Bosco M.(1993). Harmonização comercial, convergência cambial e política industrial no MERCOSUL. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI.
- MACHADO, João Bosco M.(1995). *MERCOSUL - entra em operação a "União Aduaneira Flexível"* In: Balança Comercial. Nº129, Rio de Janeiro: FUNCEX, Jan./Mar., pp.19-20.
- NOGUÉS, Julio J. & QUINTANILLA, Rosalinda.(1993). *Latin America's integration and the multilateral trading system* In: MELO, Jaime de & PANAGARIYA, Arvind.(Editors). New Dimensions in Regional Integration. Cambridge: Centre for Economic Policy Research, pp.278-309.
- OMAN, Charles.(1994). *O desafio para os países em desenvolvimento* In: Revista Brasileira de Comércio Exterior. Rio de Janeiro: FUNCEX, Nº39, Abr./Jun., pp.6-15.
- PEREIRA, Ângelo Cardoso.(1996). A integração do Cone Sul e sua repercussão sobre o Setor Farmacêutico: análise da estrutura do mercado e o delineamento de uma política industrial comparada com a União Européia. Tese de Mestrado. Coimbra: FEUC.
- PICHARDO, U. E..(1976). *Conferencia sobre la organizacion de estados americanos, su trayectoria historica* In: Revista de Derecho. Honduras: Año VII, Nº7, pp.26-40.
- PORTA, Fernando; LUGONES, Gustavo & LOPEZ, Andrés.(1994). *MERCOSUL - para onde vai a nave?* In: Revista Brasileira de Comércio Exterior. Nº38, Rio de Janeiro: FUNCEX, Jan./Fev./Mar., pp.5-19.
- PORTO, Manuel Carlos Lopes.(1991). Lições de teoria da integração e políticas comunitárias: o comércio e as restrições ao comércio. Coimbra: Almedina.
- PRAXEDES, Walter & PILETTI, Nelson.(1994). O Mercosul e a sociedade global. São Paulo: Editora Ática.
- ROBSON, Peter.(1985). Teoria económica da integração internacional. Coimbra: Coimbra Editora.
- SEITENFUS, Ricardo.(1994). *MERCOSUL - um adiamento inevitável* In: BAPTISTA, Luiz Olavo.(Coordenador). MERCOSUL - a estratégia legal dos negócios. São Paulo: Maltese.
- SHIBATA, Hirofumi.(1972). *A theory of free trade areas* In: ROBSON, Peter. International economic integration. Penguin Books, pp.68- 87.
- TACHINARDI, Maria Helena.(1995). *MERCOSUL - relatório da gazeta mercantil* In: Gazeta Mercantil, 31 de Dezembro/02 de Janeiro.
- THUROW, Lester.(1993). Cabeça a cabeça: a batalha econômica entre Japão, Europa e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Rocco.
- TORSTENSEN, Vera; NAKANO, Yoshiaki; LIMA, Camila de Faria. & SATO, Claudio Seiji.(1994). O Brasil frente a um mundo dividido em Blocos. São Paulo: Nobel/Instituto Sul-Norte de Política Econômica e Relações Internacionais.
- YOFFIE, David B.(1993). Beyond free trade: firms, governments, and global competition. Boston: Harvard B. School Press.

ÁREAS DE FRONTEIRA NA PERSPECTIVA DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA: O CASO DE URUGUAIANA

Naia Oliveira

INTRODUÇÃO

As transformações mundiais deste fim de século, definidas especialmente pela internacionalização da economia no marco de profundas mudanças tecnológicas e da formação de grandes blocos de países, impõem uma distribuição peculiar das atividades produtivas, vinculadas ao avanço das comunicações e da informática; um movimento populacional específico; e uma redefinição do papel do Estado. Desse conjunto de alterações surge um novo quadro social.

Esse quadro, profundamente alterado pela reestruturação econômica que experimenta o capitalismo a nível internacional, gera fenômenos complexos, tanto de âmbito mundial como local. Neste contexto podemos situar a questão da transformação do perfil que estão sofrendo as áreas de fronteira entre os países, pois os traços dos limites político-geográficos, se antes marcavam com maior nitidez as nacionalidades, atualmente sofrem um significativo processo de ajuste desenvolvido pelo capital, imprimindo a dominação das relações econômicas e comerciais, flexibilizando as barreiras que aí se erguiam. Essas mudanças possibilitam a livre circulação de mercadorias e intensificam a mobilidade das populações entre essas áreas.

É na busca de compreensão do quadro que emerge do processo de uma nova tentativa de integração da América Latina (MERCOSUL) que se insere esta pesquisa sobre a fronteira entre a Província de Corrientes, na Argentina, e o Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil.

daquela fronteira. Ela representa um ensaio no sentido da construção de uma abordagem da área de fronteira entendida como espaço de criação de possibilidades de desenvolvimento.

Considerando a implementação das primeiras medidas definidas nos acordos entre o Brasil e a Argentina, especialmente aquelas envolvendo o comércio internacional, houve um incremento do tráfego de mercadorias, com impactos mais significativos na problemática da estruturação urbana.

Como decorrência das políticas de ajuste econômico, particularmente a homogeneização do câmbio entre os países vizinhos, observamos uma desarticulação da economia informal estabelecida na fronteira, o que provavelmente resultou no aumento das taxas de desemprego, na deterioração das condições de vida e no incremento dos índices de criminalidade.

A primeira etapa da elaboração da pesquisa envolveu a contextualização da área em foco, através de uma breve análise sócio-econômica, dando ênfase ao período pós-80. Na etapa seguinte, analisamos o perfil econômico de Uruguaiana.

As questões examinadas nessa etapa foram selecionadas como tópicos relevantes, tendo em vista os recentes Planos de Integração, através de entrevistas "não diretivas", e realizadas com pessoas que respondem pelo poder executivo e com professores Universitários, estudiosos da problemática local. Utilizamos ainda, para analisar as conseqüências a nível econômico e social das medidas de ajuste econômico, o exame das notícias de jornais.

A análise do papel econômico de Uruguaiana contemplou o desempenho dos setores econômicos e o emprego.

Com este estudo, buscamos oferecer subsídios para a formulação de políticas e estratégias que pretendam imprimir um novo perfil à região fronteiriça. Com o processo de criação de um espaço econômico comum para o Cone Sul, nossa expectativa é de que essa área possa transformar-

se numa região de integração, consolidando-se como centro de desenvolvimento regional, com uma nova lógica de produtividade e planejamento, e não se torne apenas um "corredor de mercadorias", sustentado na lógica da especulação.

Assim, no que diz respeito à situação da área de fronteira que nos propomos a estudar, é fundamental a implementação de políticas regionais, que poderão potencializar sua função de centro dinâmico, contribuindo para criar formas alternativas de desenvolvimento.

NOTAS

1- Estamos nos referindo ao Protocolo 23 do Acordo de Integração e Cooperação Econômica Argentina-Brasil, denominado "Regional Fronteiriço", que oficializa a participação da região entre os dois países, no programa de integração. Ficou definida como área de abrangência do protocolo aquela constituída pelas províncias argentinas de Corrientes (CO), Chaco (CH), Entre Rios (ER), Formosa (FO), Misiones (MI) e Santa Fe (SF), e pelos estados brasileiros do Paraná (PR), Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS).

PRESSUPOSTOS ANALÍTICOS

Com relação ao foco teórico, nossos pressupostos se voltam para a crise do fordismo, que, especialmente a partir de 1973, com a emergência de um novo regime de acumulação de capital, a acumulação flexível, trouxe como consequência um período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político, marcado por profundas mudanças nos princípios locacionais e na organização do trabalho (HARVEY, 1992).

Acompanham esse processo novas condições de desenvolvimento dos meios de comunicação e de implantação de infra-estrutura, que conduziram o país a um outro patamar de "fluidez do espaço" (SANTOS, 1993).

Nesse contexto, torna-se crucial uma revisão da situação das áreas fronteiriças.

O conceito de **fronteira** remete à idéia de limite, resultante da afirmação da soberania de um estado sobre um determinado espaço. Portanto, são os limites político - geográficos que conformam os territórios nacionais, dentro dos quais se organizam os diversos aspectos da vida social e do Estado.

A origem da palavra **fronteira**, encontrada em Neves (1976), nos permite esboçar uma primeira abordagem do seu significado, que está referido ao posicionamento de uma área situada frente a outra. Avançando na reflexão podemos considerar como Posse (1991), que "(...) El área de frontera es en realidad un área de interfase, dado que en general las influencias recíprocas determinan especialidades de comportamiento de dicha área en relación con el resto de los respectivos países".

Portanto, a idéia de limite expressa a conformação de um território onde o Estado exerce a sua função, e a de área fronteiriça acena para a constituição de um espaço com potencialidade de produzir uma **região** com identidade e questões específicas.

É importante esclarecer também o significado de **zona de fronteira**, na tentativa de compreender melhor estas áreas. Trata-se de uma extensão menor, geralmente constituída por núcleos contíguos: são as conurbações que abarcam cidades vizinhas.

A idéia de **fronteira** incorpora um caráter contraditório pois, ao mesmo tempo que a fronteira separa nações, ressaltando suas identidades, pode também diluí-las, já que, enquanto primeira porção de tangência, traz a potencialidade de expressar um espaço de identificações.

E ainda, conforme Bourdieu, "a fronteira, esse produto de um acto jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta: basta pensar na acção do sistema escolar em matéria de língua para ver que a vontade política pode desfazer o que a história tinha feito" (BOURDIEU, 1989, p. 115). O autor afirma que não existem critérios capazes de fundamentar as classificações em regiões "naturais" separadas por fronteiras "naturais". Trata-se de representações, que podem estar embasadas em critérios objetivos como ascendência, território, língua, religião, atividade económica, ou subjetivos como o sentimento de pertencimento.

Bourdieu também chama atenção para a relação que se estabelece entre região, como periferia, com a metrópole, entendida como centro. Essa relação explicita a estigmatização produzida pela distribuição desigual de poder e de riqueza no território. "E, de fato, se a região não existisse como espaço estigmatizado, como "província" definida pela distância económica e social (e não geográfica) em relação ao "centro", quer dizer, pela privação do capital (material e simbólico) que a capital concentra, não teria que reivindicar a existência" (Idem, p. 126). É exatamente essa luta por visibilidade que está na essência dos regionalismos.

Frente ao processo de formação de blocos económicos, numa perspectiva de integração, a concepção de área fronteiriça dos países se distancia da idéia de limite, e se volta para a de possibilidade (SCHAFFER, 1990, p.152-55).

Na tentativa de compreender a problemática fronteiriça nos marcos da realidade dos países em questão devemos destacar alguns elementos de sua formação histórica¹.

Trata-se de uma área - a "região platina" - caracterizada pela disputa travada pelos dois impérios ibéricos, onde as cidades emergiram de uma conjuntura conflitiva para garantir e até expandir os limites de suas soberanias. Este espaço fronteiriço, incluindo também o Paraguai, foi

marcado inicialmente pelo trabalho dos jesuítas que imprimiram uma cultura própria à região, desmantelada a partir dos processos de independência que desembocaram na criação dos estados nacionais.

Na fronteira sul do país, podemos encontrar pontos de continuidade, no sentido da infiltração de influências: foi assim "enquanto durou o comércio luso-platino, principalmente antes de 1640, com a migração de portugueses para Buenos Aires e o interior da bacia platina". Também as oposições, as diferenças de interesse, tiveram momentos de maior intensidade, como foi a oposição entre jesuítas e bandeirantes até 1641, quando os limites das colônias espanholas foram "empurados" para o oeste (KERN, 1982, p.158).

Em toda a região, a pecuária extensiva se constituiu na atividade produtiva predominante e, nos padrões em que era praticada, foi a responsável pela forma de apropriação da terra, a grande propriedade, originando unidades administrativas de grande dimensão territorial e de baixa densidade populacional.

As províncias da região nordeste da Argentina, entre as quais se inclui Corrientes, mantiveram-se (e vem se mantendo) relativamente à margem da dinâmica da economia nacional. No período colonial a economia mineradora se estruturava no eixo Buenos Aires, Córdoba e Tucumán, tendo sido, posteriormente, o desenvolvimento sustentado pela economia agro-exportadora, com o predomínio da região pampeana. O processo de industrialização do país, já no século XX, a partir de meados da década de 30, se concentrou basicamente em torno da capital federal. A estrutura econômica da Argentina se caracteriza ainda hoje por profundas desigualdades regionais², predominando um sistema urbano polarizado em torno da metrópole, onde a Província de Corrientes tem sua economia baseada principalmente na produção primária, organizada de forma tradicional, e o setor industrial restrito à transformação de produtos agropecuários,

permanecendo na periferia do processo de desenvolvimento econômico. O setor agropecuário correntino reduziu sua participação na economia nacional nos anos 80, quando metade desse setor correspondia à agricultura, onde o arroz, a erva mate e a laranja eram os principais produtos; na pecuária, o gado bovino e ovino detinham a maior importância (CEUR, 1985).

No Brasil, a configuração assumida pela ocupação do território, dados os ciclos econômicos que se desenvolveram sucessivamente em torno de uma área e de um produto, engendrou, desde o período colonial, expressivos espaços de concentração populacional e econômica em vários pontos do território. Tais características contribuíram para a formação de uma rede urbana relativamente complexa, em comparação com a dos demais países latino-americanos, onde prevalece um sistema fortemente polarizado. A industrialização que substituiu a economia primário-exportadora concentrou as atividades industriais modernas, originando o maior centro urbano do País, que se situa na região sudeste, mais especificamente em São Paulo. No entanto essa situação não é suficiente para conformar um modelo polarizador, pois o país apresenta outros significativos parques industriais, entre os quais o Rio Grande do Sul sustenta o quarto lugar. Cabe ressaltar, que, embora com uma rede urbana mais equilibrada, o Brasil apresenta profundas desigualdades regionais, sendo exemplo a situação da região norte e nordeste quando comparada a da região sul e sudeste. (ALONSO, BANDEIRA, 1990; OLIVEIRA et al., 1990)

O estado do Rio Grande do Sul carrega internamente também suas disparidades regionais, que têm origem, basicamente, no desenvolvimento das atividades econômicas relacionadas com a pecuária no sul, e com a lavoura no centro e no norte. A industrialização que se desenvolveu em torno de Porto Alegre fortaleceu essa região destacando-a como centro de crescimento econômico. A Campanha, região em que se localizam os municípios de Uruguaiana e São Borja, é

caracterizada por uma produção eminentemente agropecuária, apresentando um baixo desempenho nos últimos anos, com ressalvas à lavoura do arroz. No que diz respeito à indústria, a região experimenta um permanente declínio, com exceção da beneficiadora de arroz (ALONSO, BANDEIRA, 1990).

Essas são as características gerais de uma área que, com o processo de integração do Cone Sul estará amplamente vulnerável aos seus impactos. É importante reconhecer que integrar, conforme aponta Posse (1991), pode ser entendido como tornar algo inteiro, construir unidade.

Ainda conforme Posse (1991) "(...) la integración se basa en una ventaja física: la cercanía de los países que participan; esta condición se expresa en varios aspectos y específicamente en lo económico, en menores costos de transporte y comunicaciones. Por otra parte, se presentan otras dimensiones de la integración, como, la cultural, ambiental, política o social, cuya incidencia depende de la escala territorial en que el proceso de integración es considerado".

As iniciativas atuais de integração na América do Sul- assim como outros processos que estão ocorrendo, principalmente no Canadá, Estados Unidos e México de um lado, e na Europa, de outro-, contemplam medidas referentes às áreas de âmbito binacional, as fronteiras. Dos planos e acordos, assinados pelos governos dos países do Cone Sul nos últimos anos, depreende-se que as ações estão voltadas para a problemática mais geral, que se refere à busca de superação da crise e retomada do crescimento, numa perspectiva mundial e local. A integração fronteiriça é considerada, por alguns pesquisadores, como uma variante da integração maior, merecendo uma atenção especial, na medida em que as desigualdades entre economias nacionais próximas, com livre circulação de recursos materiais e humanos, podem transformar-se num efeito sério e não desejado da integração em nível local (SCHAFFER, 1990).

Nos espaços fronteiriços do Cone Sul, atualmente, segundo Pébayle (1994), predominam os fluxos econômicos de ordem estrutural, que consistem nas trocas de bens, serviços e informações. É importante salientar que uma parte desses fluxos é invisível, e corresponde ao contrabando. Outros fluxos são conjunturais, decorrentes das flutuações monetárias, que, visíveis ou invisíveis, são responsáveis por profundas transformações.

Mais recentemente, se observa o incremento de fluxos e movimentos que passam a imprimir uma dinâmica vinculada à implementação do projeto Mercosul. Um exemplo é a relação com as metrópoles, pois em boa parte as atividades da fronteira são definidas e gerenciadas pelos grandes centros, que neste caso, correspondem principalmente à São Paulo e Buenos Aires. Esta nova situação passa a exigir, no mínimo, a instalação de infra estrutura e serviços modernos nas cidades de fronteira.

Cabe aqui ressaltar que esta nova dinâmica também se reflete no fenômeno migratório que assume maior complexidade, na medida em que a rearticulação da economia impõe uma diversidade de estratégias para a população na busca de inserção no mercado de trabalho.

No contexto da formação de blocos econômicos, as migrações entre países tendem a se intensificar, especialmente os fluxos clandestinos. Está envolvida, nesses casos, a ampliação de um mercado de trabalho "transnacional" onde o imigrante aparece como mão-de-obra barata e temporária, que funciona como elemento disciplinador frente às exigências salariais e previdenciárias dos trabalhadores locais (SALES, 1994).

No quadro da nova ordem mundial caracterizada pela globalização dos processos econômicos, as migrações passam a incluir, por outro lado, um espectro mais amplo de grupos sociais, em função das necessidades crescentes de especialização da força de trabalho. (PATARRA, BAENINGER, s.d.)

As análises sobre a dinâmica demográfica da Argentina nas últimas décadas chamam a atenção para a ocorrência de algumas alterações significativas na distribuição espacial da população. A área metropolitana da Grande Buenos Aires, que foi historicamente a grande receptora de deslocamentos populacionais internos e de imigração de países limítrofes, entre 1970 e 1980 passa a perder população em termos absolutos. Acompanha esse fenômeno, o crescimento de outros centros urbanos, tais como as capitais e outras cidades intermediárias das províncias (ROFMAN, MARQUÉS, 1988).

Em termos gerais, os estudos apontam mudanças na direção dos fluxos migratórios no Brasil, constatando predomínio do sentido urbano-urbano, com perspectiva de crescimento das cidades de porte médio. Essas transformações se dariam graças a uma maior capacidade de retenção, e até de atração, do interior, tendo em vista, de um lado o processo de reestruturação das bases da produção industrial, que estaria engendrando um movimento de desconcentração da produção, e de outro, as articulações econômicas relacionadas com o avanço do capital agro-industrial (BOGUS et al., 1990).

Essas profundas transformações impõem ao projeto MERCOSUL grandes desafios, além dos que enfrenta em função da desigualdade econômica entre Paraguai e Uruguai, de um lado e Brasil e Argentina de outro. Ademais, sem orçamento próprio, sem poder de intervenção e sem prever a participação dos diversos segmentos sociais envolvidos, como implementar uma política de desenvolvimento nacional e regional? Este quadro aponta uma possível permanência das disparidades regionais com a situação privilegiada de desenvolvimento nos grandes centros principais - São Paulo, Montevideu, Buenos Aires, enquanto as áreas periféricas poderão ficar relegadas à estagnação.

Porém, na perspectiva analítica, que entende a fronteira como possibilidade, é importante ressaltar o papel dos atores sociais pois a sua ação tem a virtualidade de fazer da fronteira uma região, ou seja, um espaço de identidade.

NOTAS

1- Para uma visão mais detalhada da formação histórica da região platina ver Freitas (1990), Kern (1982), Neves (1976), Nufiez (1990), Osório (1990).

2- Com relação às desigualdades regionais da economia argentina, indicamos consulta a Rofinan e Marqués (1988).

CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA: PROVÍNCIA DE CORRIENTES (ARGENTINA) - ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (BRASIL)

O objetivo deste item é caracterizar a região de Corrientes e do Rio Grande do Sul, utilizando alguns dados sócio-econômicos, na tentativa de detectar sua relevância no contexto dos seus respectivos países. Além disso, busca esboçar o significado dos núcleos urbanos de Paso de los Libres e Santo Tomé frente à sua Província, bem como de Uruguaiana e São Borja com respeito ao seu Estado. E finalmente, destacar algumas questões referentes a estas duas conurbações binacionais sujeitas aos impactos do processo de integração do Cone Sul.

As informações empíricas são procedentes do Instituto Nacional de Estadística y Censo (INDEC), principalmente do último Censo Nacional de Población y Viviendas, e do Consejo Federal de Inversiones (CFI), no que diz respeito à Argentina. Com relação ao Brasil, os dados tem como fontes os Censos Demográficos da Fundação Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), e o Núcleo de Contas Regionais da Fundação de Economia e Estatística (FEE).

É necessário ressaltar as dificuldades encontradas, as quais se referem fundamentalmente à carência de informações atualizadas. Não obstante as limitações, foi traçado um panorama recente sobre a região de fronteira contemplada, esperando fornecer embasamento para alcançarmos uma compreensão mais ampla acerca das suas perspectivas frente ao processo de integração.

A Província de Corrientes se localiza na região Nordeste da Argentina, também denominada Mesopotâmia em referência à que se encontra na Ásia Menor, entre os rios Eufrates e

Tigre. A região Nordeste é integrada pelos rios Iguaçú, Paraná e Uruguai. Em Corrientes, mais especificamente, encontramos o rio Uruguai à leste formando a fronteira frente ao Brasil e o rio Paraná em seus limites oeste e norte. A superfície desta Província é comparável à da Nicarágua, ocupando 3,17% do território argentino. O Estado do Rio Grande do Sul, no extremo sul do Brasil, tem sua extensão equivalente à antiga Iugoslávia, correspondendo a 3,08% do território nacional (Tabela 1).

Embora, haja uma equivalência em termos da dimensão territorial de Corrientes e do Rio Grande do Sul frente aos seus respectivos países, não ocorre o mesmo com relação ao desempenho econômico, avaliado através do produto nacional bruto (PNB) e da renda per capita. A Província de Corrientes foi responsável, em 1989, por 1,72% do PNB da Argentina, enquanto o Estado do Rio Grande do Sul gerou 7,93 do PNB brasileiro (Tabela 1).

O exame da renda per capita de 1989, para estas duas regiões, mostra que a de Corrientes é menor que a encontrada para seu país, já a renda per capita do Rio Grande do Sul é maior que a do Brasil. Quando comparamos os estados vizinhos, constatamos a situação superior do Rio Grande do Sul, pois sua renda per capita corresponde ao dobro da renda de Corrientes (Tabela 1).

Na tentativa de um detalhamento do significado da economia destes estados utilizamos a distribuição da população economicamente ativa (PEA) por setores de atividade, ressaltando que a ausência de informações atualizadas exigiu uma abordagem retrospectiva e que não foi possível uma compatibilidade rigorosa quanto à metodologia usada para a obtenção destes indicadores, tendo em vista os dois países.

Constatamos que Corrientes se distingue da Argentina, em seu conjunto, com relação ao setor primário pois apresenta nos anos contemplados o dobro da PEA nesta atividade. Esta

situação se inverte no tocante ao setor industrial, com exceção do ano de 1980, quando a diferença diminui. O setor terciário detém a ênfase, tanto na economia regional como na nacional (Tabela 2).

Resguardando as possíveis diferenças nos critérios dos levantamentos, chama a atenção a semelhança das distribuições de Corrientes e Rio Grande do Sul, no que se refere a PEA por setor de atividade (Tabela 2).

Ao se analisar a tendência do Rio Grande do Sul, comparativamente ao quadro médio brasileiro de 1960 até 1980, percebemos uma quase perfeita sincronia na distribuição da PEA por setores de atividade (Tabela 2).

Desenhar o perfil de urbanização desta região fronteiriça se constitui numa tarefa particularmente difícil. Entretanto a intensidade das mudanças que estão se processando nas diferentes esferas da realidade do Cone Sul impõe o enfrentamento desta dificuldade. Neste sentido, utilizaremos indicadores que nos esclareçam a respeito da dimensão populacional apresentada pelos núcleos urbanos comparativamente às capitais dos seus estados, aos seus estados e países, com objetivo de construir uma abordagem que retrate com razoável fidedignidade a situação demográfica em curso.

Com relação ao crescimento populacional apresentado no período 1980-91 Paso de los Libres mostrou a maior proporção, perdendo somente para a capital da Província. É necessário ressaltar que Santo Tome mostrou um crescimento também significativo e que estas tres localidades se distinguem enfaticamente da Província e do País. Já Uruguaiana teve a maior variação da população, quando relacionada com a do Brasil, com a do Rio Grande do Sul e sua capital, assim como a de São Borja (Tabela 3).

Em termos da taxa média de crescimento anual o quadro se repete para os dois países examinados. Este indicador nos permite dizer que Paso de los Libres e Uruguaiana apresentam um

acréscimo de população anual semelhante, pois suas taxas correspondem a 2.66%a.a. e 2.30%a.a. respectivamente. O que já não acontece com Santo Tome e São Borja, onde o primeiro tem uma taxa quase o dobro do que o segundo (Tabela 3).

A Província de Corrientes, no que diz respeito à distribuição espacial da população, absorve uma proporção bem menor que o Estado do Rio Grande do Sul frente ao Brasil. Agora, ao examinarmos os municípios no contexto dos seus estados percebemos uma distinção, já que Paso de los Libres, Santo Tome e a Capital Correntina concentram nos seus territórios uma proporção de população mais significativa que os municípios gaúchos em destaque (Tabela 3).

Considerando a densidade demográfica, que relaciona habitante por quilômetro quadrado, os dados do lado brasileiro são significativamente superiores os do lado argentino (Tabela 3).

A divisão administrativa da Província de Corrientes é caracterizada por vinte e cinco departamentos, onde Paso de los Libres e Santo Tome em termos populacionais ocupam o terceiro e quarto lugar respectivamente. Já o Rio Grande do Sul era composto em 1991 por 333 municípios, onde Uruguaiana detém o décimo quinto e São Borja o vigésimo nono lugar.

Esta caracterização não permite elaborar considerações mais conclusivas, quanto às condições de participação destas áreas na execução de projetos de desenvolvimento integrado.

Uma dificuldade que será encontrada respalda-se na desigualdade e no isolamento que se defronta a Província de Corrientes frente ao contexto econômico da Argentina. Já o Rio Grande do Sul apresenta um quadro sócio-econômico harmônico com a dinâmica nacional brasileira.

Quanto a relação entre a Província e o Estado, as informações sobre o desempenho econômico salientam a superioridade do Rio Grande do Sul. Em termos especulativos esta condição não pode ser traduzida como um limite para as iniciativas de integração econômica.

Todavia a tentativa de formação de um espaço económico comum pela complementariedade das atividades, entre regiões com uma estrutura produtiva bastante semelhante, como demonstra a distribuição da PEA por setores, pode se constituir em barreira para estas iniciativas.

Com respeito à questão demográfica, os dados obtidos mostram uma disparidade entre os estados e entre as unidades administrativas estudadas. As conurbações Paso de los Libres - Uruguaiana e Santo Tome - São Borja apresentam uma desigualdade significativa em termos populacionais, já que os municípios brasileiros contribuem com um número bem maior de habitantes, principalmente Uruguaiana. Este fato evoca a necessidade de conhecer os fluxos populacionais que são estabelecidos nestas áreas.

Dado o quadro esboçado, nossas expectativas se colocam no sentido de que a promoção de iniciativas de integração fronteiriça tenha que vencer sérias barreiras, onde a vontade política, respaldada na atuação da comunidade encontre formas alternativas para levar um processo de desenvolvimento conjunto.

TABELAS

Tabela 1

SUPERFICIE, PRODUTO NACIONAL BRUTO E RENDA PER CAPITA* DA ARGENTINA,
DO BRASIL E ESTADOS SELECIONADOS - 1989.

PAIS/ESTADO/PROVINCIA	SUPERFICIE (km ²)	P N B (US\$ bilhões)	RENDA "PER CAPITA" (US\$)
Argentina	2 780 400	68,90	2 160
Corrientes	88 199	1,19	1 547
Brasil	8 511 965	374,14	2 540
Rio Grande do Sul ...	265 937	29,67	3 361

FONTE: Banco Mundial.
 IBGE.
 Consejo Federal de Inversiones.
 FEE/Núcleo de Contas Regionais.

Tabela 2

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR SETORES DE ATIVIDADE
ARGENTINA - CORRIENTES / BRASIL - RIO GRANDE DO SUL
1 9 6 0 - 1 9 8 0

S E T O R E S	ARGENTINA			CORRIENTES			BRASIL		RIO GRANDE DO SUL		
	1960	1970	1980	1960	1970	1980	1960	1970	1960	1970	1980
Primários	20,0	16,2	12,9	42,4	34,9	29,5	54,5	44,3	54,8	47,0	28,8
Secundários ..	35,8	31,9	33,8	18,3	18,1	23,7	12,3	17,9	10,7	16,1	26,2
Terciários ...	44,2	51,9	53,3	39,3	47,0	46,8	33,2	37,8	34,5	37,4	45,0

FONTE: CENSO NACIONAL DE POBLACIÓN 1960 (s.d.). Buenos Aires: INDEC.

CENSO NACIONAL DE POBLACIÓN Y VIVIENDA 1970 (s.d.) Buenos Aires. INDEC

CENSO NACIONAL DE POBLACIÓN Y VIVIENDA 1980 (s.d.) Buenos Aires. INDEC

CENSO DEMOGRÁFICO 19: Brasil (s.d.) Rio de Janeiro. IBGE

CENSO DEMOGRÁFICO 19: Rio Grande do Sul (s.d.). Rio de Janeiro. IBGE

CENSO DEMOGRÁFICO 19: Brasil (1973). Rio de Janeiro. IBGE

CENSO DEMOGRÁFICO 19: Rio Grande do Sul (1973). Rio de Janeiro. IBGE

CENSO DEMOGRÁFICO 19: Brasil (1983). Rio de Janeiro. IBGE

CENSO DEMOGRÁFICO 19: Rio Grande do Sul (1984). Rio de Janeiro. IBGE

TABELA 3

INDICADORES REPRESENTATIVOS DO PERFIL DE URBANIZAÇÃO
NA REGIÃO FRONTEIRIÇA DE CORRIENTES / RIO GRANDE DO SUL
- 1991 -

DIVISÃO POLÍTICO/TERRITORIAL	POPULAÇÃO TOTAL	VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO 1991/1980 (%)	TR. MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL (%)	SUPER- FÍCIE (km ²)	DENSI- DADE (Hab./Km ²)
ARGENTINA	32 608 687	16,70	1,47	100,00	2 780 400	11,72
CORRIENTES (Provincia)	795 021	20,20	1,76	2,43*	88 199	9,01
CORRIENTES (Capital)	267 742	42,60	3,42	33,67	500	535,48
PASO DE LOS LIBRES	41 126	32,00	2,66	5,17	4 700	8,75
SANJO TOMÉ	43 329	31,40	2,62	5,45	7 359	5,88
BRASIL	146 154 502	22,82	1,89	100,00	8 511 965	17,17
RIO GRANDE DO SUL	9 127 611	17,41	1,47	6,24*	265 937	34,32
PORTO ALEGRE (Capital)	1 262 631	12,19	1,05	13,83	522	2 418,83
URUGUAIANA	117 457	28,37	2,30	1,28	6 560	17,90
SÃO PEDRO	63 868	15,63	1,33	0,69	5 082	12,56

FONTES : INDEC - Censo Nacional de População e Habitação - 1980 - Buenos Aires
INDEC - Censo Nacional de População e Habitação - 1991 - Dados Provisórios - Buenos Aires
IBGE - Censo Demográfico - 1980 - Rio de Janeiro
IBGE - Censo Demográfico - 1991 - Dados Preliminares - Rio de Janeiro

* - Com referência ao total dos países

(1) - VARIAÇÃO RELATIVA $[(Pt-Po)/Po]*100$

ONDE : Pt = População em 1991

(2) - TR. MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL $(Pt/Po-1)*1000$

Po = População em 1980

t = Tempo entre 1980 e 1991

OLHANDO A FRONTEIRA: O CASO DO MUNICÍPIO DE URUGUAIANA*

O estudo das áreas de fronteira do Rio Grande do Sul com Corrientes tem um recorte que se volta para a realidade do município de Uruguaiana, enquanto área de maior expressão desse espaço fronteiriço.

O escopo da abordagem foi dado pelo material proveniente de entrevistas realizadas em setembro de 1994 com pessoas-chave dentro do governo municipal e com professores universitários que vêm desenvolvendo estudos sobre o aglomerado Uruguaiana/Paso de Los Libres¹.

Estas entrevistas fizeram parte do Projeto Piloto da pesquisa, e seguiram um esquema de "entrevista não diretiva". Elas são adequadas aos nossos objetivos já que, em torno do tema proposto, "Uruguaiana e o Mercosul", houve saturação do conteúdo, ou seja, a maioria das questões levantadas se repetiram nos depoimentos, mapeando a problemática do município no contexto da integração em implantação.

Além das entrevistas, nos serviu de guia, para a delimitação da problemática de estudo, o levantamento de notícias de jornal sobre o tema do Mercosul. Foram pesquisados os jornais Zero-Hora e Folha de São Paulo, cobrindo o período 1990-95.

Do conjunto dos depoimentos emergem vários pontos que podem ser reunidos em torno de três grandes eixos. Os pontos levantados foram também identificados, como aspectos relevantes da problemática de Uruguaiana no contexto do Mercosul, na pesquisa dos jornais.

O primeiro deles destaca as peculiaridades de Uruguaiana relativamente à economia. São referidos, com relação aos aspectos econômicos: o setor agrário muito expressivo, especialmente

* A redação deste capítulo foi realizada em co-autoria com a socióloga Tanya Barcellos.

frente ao industrial, onde se destacam somente as empresas beneficiadoras de produtos primários, como o arroz, carnes e lãs; o comércio e os serviços de grande dimensão, porém ligados à situação de fronteira, com fluxos dependentes das flutuações relacionadas com o câmbio; a prática de compra de terras por brasileiros na Argentina; a economia informal e contrabando; a situação de "porto seco"; o crescimento recente do segmento dos transportes de carga; e a precariedade da infra-estrutura urbana e sua deterioração nos últimos anos. O segundo destaca as questões políticas, entre as quais estão a baixa capacidade de investimento da esfera pública; o isolamento do poder local; e o papel da cidade no Mercosul.

Finalmente aparecem pontos relativos à situação social, sendo ressaltadas as questões relacionadas com o forte crescimento populacional no final da década de 80; o desemprego; o aumento da criminalidade; o "cinturão" de miséria na periferia da cidade; e a especificidade da estrutura social, composta por uma aristocracia de origem agrária, um setor médio significativo - derivado da existência de um efetivo militar importante, e com um grande número de funcionários públicos e bancários -, bem como por poucos trabalhadores industriais e agrícolas.

A partir deste amplo panorama de temas, selecionamos alguns que nos permitem analisar o perfil econômico.

O Perfil Econômico de Uruguiana

Para examinar o perfil da economia do município, levantamos informações sobre os setores econômicos (a estrutura do Produto Interno Bruto (PIB) e a participação dos diferentes setores econômicos no Produto estadual); sobre os transportes de cargas (o movimento de caminhões na aduana); e sobre o emprego (número de trabalhadores formais por setor, o

desempenho da unidade municipal do Sistema Nacional de Emprego -SINE-: o cadastro de bancas de comércio "informal").

Uruguaiana apresenta uma estrutura produtiva onde o maior peso recai sobre os serviços, conforme demonstram as estimativas calculadas pela Fundação de Economia e Estatística (FEE). Este setor era responsável por 44,67% do produto interno bruto municipal em 1990, valor que sobe para quase 60% quando consideramos as atividades comerciais. Em termos de comportamento verificamos que houve um crescimento significativo da importância dos serviços frente à realidade de 1985. Também a indústria aumentou sua participação ficando com 22,37% do PIB. Já a agropecuária, que agregava mais de 30% do produto em 1985, viu sua contribuição cair para 19,74% em 1990. Tal fenômeno deve ser melhor examinado, pois não podemos ignorar o relevo desse setor na economia não só do município, mas também na da região da Campanha, onde está localizado (Tabela 1).

Antes de mais nada, cabe considerar que a indústria de Uruguaiana mantém vínculos estreitos com a produção agropecuária, destacando-se o beneficiamento do arroz, carnes e lãs. A indústria de produtos alimentares ocupa a posição mais destacada no conjunto da indústria do município², com 55 estabelecimentos e 1085 empregados, em 1993 (Tabela 3). Essas cifras são superiores às que encontramos em 1990, demonstrando um bom desempenho no período recente, embora, nos depoimentos colhidos nas entrevistas, exista uma visão de que esses segmentos industriais estão "reduzindo volume de produção, renda, emprego, nos últimos anos" (Entrevista Raul Tavares). Na verdade, se observarmos a participação do PIB gerado pela economia local, no PIB estadual, entre 1985 e 1990, veremos que ela, em geral, apresenta redução. Apenas a indústria mantém sua participação (0,62%) (Tabela 2), o que, mesmo assim, não reflete o aumento da importância desse setor na formação do PIB municipal, ou seja, do peso maior que a indústria

adquiriu internamente (Tabela 1). É importante explicitar que o "dinamismo" da indústria de produtos alimentares deve estar vinculado à performance da indústria beneficiadora de arroz, que tem se destacado no período recente (ALONSO, BANDEIRA, 1990).

É fundamental, também, refletirmos sobre a inserção de Uruguaiana no quadro da agropecuária estadual, o que nos permite obter um outro foco para a abordagem do papel das atividades agropecuárias na economia do município. Em 1985, Uruguaiana ocupava o primeiro lugar na lista das maiores contribuições ao PIB agropecuário do RS, posição que perde em 1990, embora tenha passado a ocupar espaço ainda relevante, isto é, o terceiro lugar (BARCELLOS, 1995). Se levarmos em conta que essa queda foi circunstancial, tendo em vista o fraco desempenho da safra de arroz naquele ano, podemos concluir que o setor agrícola permanece com grande destaque na economia municipal. Ademais, não se pode subestimar seu papel na constituição e na dinâmica de outros setores econômicos, além do industrial, como é o caso do comércio e dos serviços.

A dimensão que assumem os serviços no PIB municipal merece ser destacada, já que expressa, além da importância da agropecuária, uma especificidade dessa área, que é a situação de fronteira. Embora superdimensionada na visão do executivo local, que percebe o setor como "desproporcional" relativamente ao tamanho da cidade (Entrevista Raul Tavares), os serviços bancários, aduaneiros e militares são cruciais no desempenho das funções de comércio internacional e de garantia dos limites territoriais nacionais.

Além do comércio e dos serviços regulares, encontramos um grande desenvolvimento do comércio informal, também ensejado pela situação de fronteira. As diferenças cambiais e de preços favorecem ciclos de crescimento dessas atividades ora de um, ora do outro lado da fronteira, constituindo-se em traço marcante na caracterização desses núcleos urbanos.

Recentemente, em especial entre 1991 e 1993, o tamanho do segmento informal do comércio apresentou seu auge. Segundo os depoimentos que registramos, cerca de 6.000 comerciantes informais estariam estabelecidos em Uruguaiana, em 1994, o que significaria 5% da população do município (Entrevista Raul Tavares). Junto com a ampliação do comércio informal, tendem a se desenvolver outros negócios, como os cafés, bares e restaurantes, que apresentavam 111 estabelecimentos em 1985, subindo para 150 em 1993 (Tabela 4).

Não podemos deixar de fazer referência à mudança drástica ocorrida no quadro do comércio de Uruguaiana em decorrência da redução das diferenças cambiais entre o Brasil e a Argentina, que se verificou após a implantação do Plano Real: "Em Uruguaiana, os sinais do definhamento do comércio formiga são mais fortes nas ruas Duque de Caxias e Vasco Alves, no local conhecido como Baixada. O número de vendedores ambulantes³ caiu de mais de 4 mil para cerca de 600 e dezenas de lojas foram fechadas" (Zero Hora, 10 de abril de 1995, p.58).

O que é fundamental, nesse novo panorama da fronteira, é que não se trata mais de um ciclo desfavorável ao comércio local, mas de uma situação que é diferente em termos estruturais.

O chamado comércio "formiga", ou "chibeiro", começou a ser extinto quando foi assinado o Tratado de Assunção pelos governos do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, criando o Mercosul e condenando "o imposto sonegado pelos chibeiros" (Zero Hora, 9 de abril de 1995, p.60).

Outro setor que teve forte incremento nos últimos anos, respondendo em grande parte ao aprofundamento das relações comerciais entre os países do cone sul, após a implementação dos acordos do Mercosul, é o de transporte de cargas.

Uma primeira aproximação desse crescimento pode ser obtida pelo movimento dos veículos de carga que cruzam a cidade de Uruguaiana e atravessam a ponte em direção à Argentina

e Chile. Entre 1990 e 1995 subiu de 19.916 para 64.337 o número de caminhões com produtos de exportação.

Na importação foi igualmente significativo o volume de veículos circulando por essa rota: de 32.710 em 1990, passa a 48.253 em 1995⁴ (Tabela 6). O aumento desse fluxo, pode ser também observado através dos valores atingidos pela importação de mercadorias na Estação Aduaneira de Fronteira, em Uruguaiana, que registrou uma média mensal de US\$ 326 milhões no primeiro semestre de 1995. Isto representou um acréscimo de 80% em relação ao mesmo período de 94 (Zero Hora, 24 de julho de 1995).

O incremento que vem se verificando nesse segmento da economia deve apresentar repercussões no comércio local.

Segundo dados da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, foi importante, dentro do comércio varejista o segmento de "peças e acessórios para veículos" e "combustíveis e lubrificantes", que tiveram relevo no conjunto do comércio municipal, e mais, tiveram, um aumento considerável no número de estabelecimentos, o que de alguma maneira poderia estar relacionado com o crescimento dos transportes (Tabela 4).

Outro dado que expressa a importância desse setor é a presença, na cidade, de grandes transportadoras nacionais e estaduais (Entrevista Raul Tavares). Este fato vem interferindo, inclusive, no mercado local de terras, já que essas empresas adquirem áreas de campo para construir suas instalações (Entrevista Alberto Moura).

O setor dos transportes em Uruguaiana aparece com grande potencial no sentido do desenvolvimento de uma "função" estratégica do município no contexto do Mercosul. Nessa direção se enquadra uma visão, manifestada com ênfase nas entrevistas realizadas, que é a atribuição de um papel de "porto seco" ao município, papel que já vinha desempenhando, a partir,

inclusive, de pesados investimentos na construção de um Terminal de Cargas, mas que hoje deve, necessariamente ser repensado e redimensionado, face o incremento do comércio internacional com a América Latina.

Também devem ser revisados os procedimentos aduaneiros que são adotados na fronteira. Neste aspecto, foi constatado um enorme estrangulamento a partir do avanço do comércio entre os países do Cone Sul. A imprensa documentou fartamente a crise enfrentada na fronteira de Uruguaiana com Paso de Los Libres, tendo em vista a aplicação de regras burocráticas que vem acarretando grande morosidade na liberação das cargas. O presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Carga do Rio Grande do Sul apresentou informações muito significativas a esse respeito: a exigência de apresentação de documentos obriga um caminhão a esperar até 48 ou 72 horas para obter liberação. Além disso, os horários de funcionamento das aduanas são muito restritos (Zero Hora, 29 de maio de 1992).

Para termos uma idéia das novas demandas derivadas do comércio internacional, podemos examinar a origem e o destino das exportações gaúchas, a partir de informações obtidas junto à Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais. Nesse sentido, constatamos um enorme crescimento nos valores de exportação do RS para a Argentina, entre 1992 e 1994, quando esse país, que era o quinto, em valores de exportação, passou a ocupar o segundo lugar no rol das exportações do Estado. Também na importação esse crescimento aparece, mantendo a Argentina no topo da lista dos países onde se originam nossas importações. Igualmente com o Chile, tivemos um avanço, relativamente aos valores de importação e exportação, ou seja, uma ampliação na importância do comércio que deve estar transitando por Uruguaiana (Tabelas 7 e 8).

Também, em decorrência do crescimento desse comércio verificado nos últimos anos, observa-se uma maior importância das relações do município com outros estados, especialmente com São Paulo, e com outros países, principalmente com a Argentina (Entrevista Alberto Moura).

A dimensão que passam a assumir esses fluxos certamente vai exigir de Uruguaiana uma inserção mais profunda na "modernidade", seja em termos do volume e qualidade de equipamentos e infra-estrutura, como da disponibilidade de mão-de-obra adequada às exigências que acompanham esse novo quadro. Caso contrário, as possibilidades de que o município se transforme em "corredor de passagem" se tornam grandes, comprometendo as suas chances de usufruir das vantagens locacionais que estão postas pelo processo de integração.

Visando complementar a abordagem do perfil econômico de Uruguaiana e compor uma visão mais ampla sobre o desempenho dos diversos setores, examinamos o comportamento do emprego no período recente.

Com relação ao emprego formal analisamos o período 1990-1994, com base nos dados do Levantamento referente à Lei 4923/65 do Ministério do Trabalho. Verificamos, em termos gerais, que houve uma redução no número de trabalhadores formais de 19.088 para 18.498 (Tabela 9). Isto pode estar refletindo, de um lado, o baixo dinamismo da indústria local em geral. De outro lado, não devemos ignorar a possibilidade de uma crise de ajustamento da economia local às novas exigências do comércio internacional (maior produtividade/modernização).

Ao observarmos, agora, a distribuição do emprego formal por setor da economia entre 1990 e 1994, constatamos um movimento ascendente, até 1993, no comércio e nos serviços, que, então, caíram, ficando o comércio, não obstante, com número de empregados ainda mais alto no fim do período, relativamente ao seu início. Os empregos na indústria de transformação decresceram sistematicamente durante todo o período, assim como os da agropecuária, somente

que esses últimos com menor intensidade. A construção civil apresentou crescimento no emprego entre os dois anos limites da série, ficando entretanto, com um comportamento descendente entre 1991, quando os empregos tiveram um grande incremento, e 1994, quando caíram, embora em nível não tão alto que tenha comprometido um aumento em relação ao início da série (Tabela 10).

Outra informação que pode ser agregada à abordagem do emprego formal em Uruguaiana é o quadro de desempenho da unidade de atendimento do Serviço Nacional de Emprego (SINE), de Uruguaiana.

Nesse quadro, nos interessa mais diretamente o dado que quantifica o número de vagas e o de inscritos, já que nos dão uma idéia da oferta e procura de emprego. O movimento observado nos dois casos foi de decréscimo: as vagas caíram de 670 para 418 e os inscritos, de 1163 para 830 (Tabela 11).

Assim, podemos constatar o curso de um processo de redução do emprego regular em Uruguaiana, que, como já vimos, reflete um período de crise da economia local. Tem sido muito salientada a carência de postos de trabalho no município, particularmente na indústria. O desemprego vem crescendo e a mão-de-obra local tem poucas chances de ser absorvida no mercado de trabalho cada vez menor e mais seletivo. Segundo o gerente do SINE/RS, Danilo Gomes, havia carência de trabalhadores especializados, e a situação do emprego só não era pior devido à "presença do mercado informal" (Zero Hora, 21/10/91).

A situação do trabalho informal, por sua vez, sofreu as conseqüências da estabilização da moeda, fruto da inserção do país na economia mundial, já que reduziram-se substancialmente as diferenças cambiais entre o Brasil e a Argentina.

Como examinamos anteriormente, a condição fronteiriça vinha favorecendo o desenvolvimento cíclico do comércio ambulante, que crescia alternadamente nos municípios dos dois países.

A situação vantajosa da Argentina em termos cambiais, a partir de 1980, e, especialmente no início da década de 90, provocou um expressivo aumento do comércio informal em Uruguaiana, alimentado por fluxos migratórios de vários lugares, inclusive do resto do país (SCHAFFER, s.d.).

Para termos uma noção da dimensão que assumiu esse fenômeno, no seu auge, temos alguns números que são extremamente reveladores. Segundo SCHAFFER (s.d., p.7), em Uruguaiana, em 1992, havia um camelô para menos de vinte habitantes, enquanto em Lima, capital do Peru, reconhecida pela grandeza de sua economia informal, existia, em 1985, um ambulante para cerca de 50 habitantes.

Após julho de 1994, quando o governo brasileiro implantou o Plano Real, e foi restringida a capacidade de compra dos argentinos, ocorreu uma redução brusca desse comércio, com uma grande repercussão nas oportunidades de "inserção" na economia e no mercado de trabalho locais, ou seja, uma limitação às estratégias que segmentos da população utilizam na busca de sobrevivência e/ou na tentativa de escapar às regras que a legislação impõe ao trabalho e aos negócios legais.

Este refluxo, juntamente com a sistemática diminuição do emprego regular em Uruguaiana, conformam uma crise social de grande dimensão, com conseqüências visíveis nas condições de vida e no aumento da delinqüência. As autoridades policiais locais, em suas manifestações, percebem a relação existente entre o aumento do desemprego e o crescimento da violência, e expõem suas preocupações com o desenrolar do processo de integração que, atingindo o mercado informal de trabalho, possa incrementar os índices de criminalidade: "sem opção de trabalho, haveria um crescimento da violência" (Zero Hora, 21/10/91)

A situação geográfica vantajosa de Uruguaiana, no quadro do Mercosul, pode se constituir em alavanca de um processo de desenvolvimento orientado por setores que são cruciais, tendo em vista o papel que vem assumindo no período recente.

Como já vimos, a questão dos transportes é um elemento que pode impulsionar a economia local, particularmente se o setor se adequar às exigências do novo patamar de relações comerciais, que requer um aparato qualificado de serviços, equipamentos e infra-estrutura na área de informática e comunicações.

Outro ponto chave nesta nova articulação, em que Uruguaiana pode se situar em condições privilegiadas, é o turismo. As lideranças locais reconhecem as possibilidades de explorar turisticamente a situação de "porta de entrada" do município. As idéias para captar a população em trânsito são inúmeras e vão desde a montagem de eventos como festivais de música gaúcha e rodeios, até a construção de um Hotel Fazenda e de um Museu da Estância Rural (Zero Hora, 17/11/91).

Finalmente, uma das perspectivas que vem sendo colocadas para o município de Uruguaiana pelos planos do Mercosul é a implantação de um Gasoduto. O projeto mais viável é o que prevê a distribuição de gás natural da Argentina para o RS, através de Uruguaiana. Caso isto se concretize "será possível consolidar-se na cidade de Uruguaiana um pólo metalúrgico que irá gravitar em torno de uma grande siderúrgica de aços planos" (Mirco Eppinger, vice-presidente da Associação do Aço. In: Zero Hora, 29/05/92).

NOTAS

1- Foram entrevistados: Eloy Trojan, Prefeito Municipal; Alberto Moura, Secretário de Governo; Raul Tavares, Secretário do Planejamento; Douglas de Mendonça Thompson, Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio; Ozy Vieira Lopes Filho, da PUCRS, Campus Universitário II; e Maria Isabel Artigas de Rebes, do Instituto Superior del Profesorado.

2- Embora os produtos alimentares sejam um ramo importante na indústria estadual, sua posição na economia de Uruguaiana é bastante mais destacada, demarcando uma especificidade da configuração local.

3- Estamos utilizando os termos comércio informal e comércio ambulante para designar as atividades comerciais desenvolvidas na rua, seja em ponto fixo ou não. Tem o mesmo sentido o uso do termo camelô, de uso corrente, para nomear pessoas que desenvolvem essas atividades.

4- Conforme dados da Secretaria da Receita Federal, Superintendência Regional da Receita Federal - 10ª RF, Divisão de Controle Aduaneiro.

ESTRUTURA DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) MUNICIPAL POR SETOR
Uruguaiana, RS, 1985-1990

	Agropecuária	Indústria	Comércio	Serviços	Total Serviços
1985	31,22	17,72	10,46	40,59	51,05
1990	19,74	22,37	13,22	44,67	57,89

Fonte: FEE, Núcleo de Contas Regionais

Tabela 2

Participação do Produto Interno Bruto (PIB) por Setor na Renda Estadual
Uruguaiana, RS, 1985, 1990

	Agropecuária	Indústria	Comércio	Serviços	Total Serviços
1985	2,54	0,62	1,31	1,31	1,31
1990	1,79	0,62	1,08	1,07	1,07

Fonte: FEE, Núcleo de Contas Regionais

Tabela 3

Informações Fiscais, Indústria

Uruguaiana, RS, 1000.1000

Gêneros	Estabelecimentos		Empregados		Valor de vendas (Cr\$ 1000)		ICMS (Cr\$ 1000)	
	90	93	90	93	90	93	90	93
Minerais N Metálicos	9	7	29	31	64.176	133.161	2.722	3.208
Metalúrgica	16	11	63	41	60.188	110.620	2.301	2.228
Mecânica	2	1	4	6	15.081	29.087	259	1.110
Mat. Elétrico e Comunic.	3	2	14	7	20.337	10.056	373	190
Mat. de Transporte	0	2	0	13	0	17.841	0	1.337
Madeira	3	1	5	2	3.007	2.291	42	0
Mobiliário	3	4	0	8	3.438	6.123	0	3
Papel e Papelão	0	1	0	0	0	43	0	0
Borracha	0	0	0	0	0	0	0	0
Couros e Peles	4	2	104	125	485.940	1.228.559	46.000	80.038
Química	0	0	0	0	0	0	0	0
Fertilizantes	0	0	0	0	0	0	0	0
Prod. Farmac. e Veter.	0	1	0	3	0	12.646	0	151
Parf. Sabões e Velas	0	0	0	0	0	0	0	0
Prod. Mat. Plástica	0	0	0	0	0	0	0	0
Têxtil	1	2	449	284	1.108.213	585.988	67.090	5.427
Vest. Art. Tecidos	13	14	49	61	73.331	78.688	3.323	2.698
Calçados	1	0	1	0	31	0	0	0
Prod. Alimentares	53	55	924	1.085	7.849.571	8.627.650	702.954	676.944
Devidas	0	2	0	0	0	4.776	0	470
Fumo	0	0	0	0	0	0	0	0
Editorial e Gráfica	1	4	41	43	28.931	15.795	972	1.030
Diversas	1	0	0	0	0	0	0	0
Energia Elétrica	1	0	0	0	283.606	0	0	0
TOTAL	111	103	1.693	1.700	10.013.203	10.975.032	926.036	774.920

Fonte: Secretaria da Fazenda, RS

Tabela 4
 Informações Fiscais Companhia Vale do Rio
 Paranaíba, S.A., 1995, 1990, 1993

Código	Estabelecimentos			Empregados			Valor Salários (Cr\$ 1.000)			CM (Cr\$ 1.000)		
	85	90	93	85	90	93	85*	90	93	85*	90	93
Comer e derivados	7	22	31	5	12	22	2.465	30.495	1.41676	56	673	1.004
Gêneros alimentícios em geral	407	407	351	104	322	315	29.757	631.715	895.056	336	4.905	16.964
Supermercados e supermercados	26	24	23	683	1.327	1.001	208.905	424.911	7.030.906	1.931	72.365	65.501
Cafés, bôças, misturados	11	141	151	156	246	217	7.653	239.013	219.717	133	1.753	4.969
Farmácias, drogarias/parafarmácias	20	47	51	119	126	138	14.432	344.221	732.195	656	6.811	11.968
Têxteis, roupas e acessórios	436	461	702	398	385	806	73.300	2.142.501	4.313.964	2.413	44.499	54.107
Calçados	4	4	3	80	1	4	12.849	7.904	17.795	531	0	1.401
Armarinhos	8	3	3	79	8	14	34.822	450.313	396.315	747	9.833	5.729
Móveis e art. p/ habitação	31	32	21	142	109	106	36.009	756.642	930.093	227	29.021	36.664
Aparelhos eletroeletrônicos	7	13	11	32	16	4	4.457	42.013	59.370	34	755	1.004
Máq. apar/equip. diversos	37	53	63	222	359	242	67.164	1.174.274	1.128.146	2.637	47.237	27.749
Veículos	9	12	21	200	236	211	56.529	1.222.057	1.814.352	3.719	49.804	25.153
Peças e acessórios p/ veículos	14	73	87	134	216	108	32.015	1.138.175	1.067.410	2.236	56.730	40.009
Ferragens e mat. elétrico	10	84	73	439	387	215	91.550	1.221.334	1.343.415	2.322	47.273	40.862
Mat. p/ construção	4	2	1	0	2	1	720	1.882	316	21	0	0
Livros, pap. art. p/ escritório	8	17	24	52	60	24	4.560	30.202	101.331	177	1.263	1.549
Combustíveis e lubrificantes	8	13	23	160	170	207	14.068	1.350.683	2.641.967	114	6.433	969
Óticas, fotocópias, telefones	23	42	43	68	83	16	8.702	143.071	163.623	412	5.293	6.064
Fedorentes, cosméticos, deodorantes	2	1	1	3	2	3	270	3.423	6.667	4	12	214
Cigarrilhas	3	7	3	2	3	5	429	8.531	3.736	0	13	0
Diversos, não especificados	57	91	93	74	142	164	32.350	633.375	1.229.254	548	6.501	6.177
TOTAL	302	1.563	1.802	3.352	4.490	4.273	733.126	13.038.953	24.312.095	21.334	391.094	456.147

* Em Cr\$ 1.000

Tabela 5

Informações Fiscais, Comércio Atacadista
Uruguaiana, RS, 1990, 1993

Gêneros	Estabelecimentos		Empregados		Valor de vendas (Cr\$ 1000)		ICMS (Cr\$ 1000)	
	90	93	90	93	90	93	90	93
Minerais N Metálicos	2	4	1	1	9.267	9.934	1.637	19.818
Metalúrgica	0	4	0	5	0	128.501	773	584
Mecânica	2	1	35	32	171.479	126.907	9.374	3.416
Mat. Elétrico e Comunic.	1	0	0	0	1.021	0	0	0
Mat. de Transporte	4	5	62	51	227.218	242.803	9.166	2.496
Madeira	2	3	16	6	60.221	18.797	598	655
Mobiliário	0	0	0	0	0	0	0	0
Papel e Papelão	3	1	1	1	3.064	12.661	30	713
Borracha	1	1	1	0	63.956	77.007	9.958	7.210
Couros e Peles	2	2	1	0	2.682	1.945	29	23
Química	6	9	47	60	1.070.471	7.202.265	94.770	496.756
Fertilizantes	0	0	0	0	0	0	0	0
Prod. Farmac. e Veter.	0	0	0	0	0	0	0	0
Parf. Sabões e Velas	1	2	5	18	9.887	37.323	18	1.235
Prod. Mat. Plástica	1	0	0	0	2.261	0	0	0
Têxtil	2	2	15	7	9.578	23.724	627	993
Vest. Art. Tecidos	10	31	6	43	21.717	414.613	2.114	18.160
Calçados	0	3	0	0	0	1.907	0	10
Prod. Alimentares	51	61	267	342	2.299.675	2.619.207	128.148	105.745
Devidas	12	0	107	170	925.510	1.240.371	4.971	3.710
Fumo	1	1	0	0	26.833	4.493	0	0
Editorial e Gráfica	0	0	0	0	0	0	0	0
Diversas	14	12	14	6	19.157	9.111	353	155
Energia Elétrica	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	115	150	658	750	5.227.605	12.174.640	262.166	661.690

Fonte: Secretaria da Fazenda, RS

Tabela 6

Fluxo de Caminhões e Vações
na Fronteira do Uruguiana, P.S., 1985-95

Ann	Caminhões entrados			Vações brasileiros		
	importação	Exportação	SUMA	importação	Exportação	SUMA
1985	19.595	15.107	39.792	2.027	713	2.750
1986	15.969	19.908	35.877	4.051	1.205	5.256
1987	18.014	20.122	38.736	3.707	1.353	5.020
1988	17.537	20.437	37.974	3.307	1.543	4.850
1989	27.924	18.971	46.895	5.955	636	6.620
1990	32.710	19.916	52.626	4.946	867	5.813
1991	26.797	46.343	73.140	3.736	1.681	5.316
1992	27.633	66.845	94.478	6.550	2.542	9.092
1993	28.397	70.210	98.607	5.242	4.038	9.280
1994	32.240	72.492	104.735	3.070	3.169	6.239
1995	48.253	64.337	112.590	8.885	5.966	14.851

Nota: Os números referem-se a veículos carregados, sem considerar os vazios.

Fonte: Secretaria da Receita Federal, Superintendência
Regional da Receita Federal - 10ª RF - Divisão de Controle
Aduaneiro

Tabela 7

Destino das Exportações do Rio Grande do Sul

1992, 1994

País	1992		1994	
	US\$ FOB	%	US\$ FOB	%
Estados Unidos	1.361.068.806	30,93	1.409.613.994	28,04
Reino Unido	301.677.930	6,95	192.006.433	3,84
Itália	275.294.345	6,26	326.201.232	6,49
Alemanha	256.052.009	5,93	219.009.541	4,36
Argentina	231.182.857	5,25	426.190.766	8,48
Países Baixos	217.720.632	4,96	196.377.560	3,89
Espanha	173.828.958	3,95	143.697.696	2,86
México	153.018.562	3,48	76.136.673	1,51
Japão	101.636.372	2,31	124.057.198	2,47
Uruguai	90.940.174	2,07	146.620.884	2,89
Bélgica Luxemburgo	70.060.010	1,60	119.639.215	2,36
Chile	78.348.482	1,78	90.959.835	1,81
Canadá	60.450.400	1,44	61.700.092	1,23
França	62.746.077	1,43	56.612.691	1,13
Hong-Kong	56.682.703	1,29	70.736.185	1,41
Paraguai	56.769.820	1,29	132.625.603	2,64
Irã	48.344.326	1,10	60.469.718	1,00
China	44.794.951	1,02	181.654.890	3,61
Tailândia	35.896.643	0,82	79.180.452	1,58
Bangladesh	35.750.609	0,81	32.704.035	0,65
Formosa	33.119.442	0,76	-	-
Paquistão	32.600.430	0,75	-	-
Austrália	30.487.201	0,69	36.882.584	0,73
Arábia Saudita	30.440.215	0,69	46.670.400	0,93
África do Sul	28.385.897	0,65	-	-
Bolívia	28.009.433	0,64	41.606.192	0,83
Venezuela	27.890.937	0,63	32.119.935	0,64
Malásia	26.174.184	0,59	-	-
Grécia	20.602.419	0,47	-	-
Colômbia	20.792.163	0,47	38.021.535	0,76
Dinamarca	-	-	70.516.114	1,40
Indonésia	-	-	41.391.964	0,82
Equador	-	-	40.962.360	0,81
Egito	-	-	33.749.776	0,67
Demais países	397.238.697	9,03	511.332.800	10,17
TOTAL EXPORTADO	4.400.902.702	100,00	5.027.113.219	100,00

Fonte: MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO

Secretaria do Comércio Exterior

Exportação Brasileira por Regiões e Estados Produtores, Jan./Dez.

de 1992 e Jan./Dez. de 1994.

Tabela 8

Origem das Importações do Rio Grande do Sul
1992, 1994

País	1992		1994	
	US\$ FOB	%	US\$ FOB	%
Argentina	453.536.207	32,18	633.963.617	27,47
Estatos Unidos	201.072.500	14,27	366.599.707	15,88
Uruguai	163.541.207	11,60	270.670.007	11,73
Alemanha	103.124.577	7,32	138.025.979	5,98
Arábia Saudita	66.845.385	4,74	133.168.907	5,77
Itália	56.806.589	4,03	112.150.122	4,86
Rep. Islâm. do Irã	46.207.040	3,28	17.329.856	0,75
Japão	28.291.155	2,01	55.623.873	2,41
Chile	23.205.346	1,65	27.371.683	1,19
Panamá	22.261.414	1,58	-	-
Canadá	22.253.512	1,58	34.630.508	1,50
Reino Unido	21.418.005	1,52	29.597.973	1,28
México	20.638.037	1,46	12.508.143	0,54
Espanha	19.937.518	1,41	16.162.248	0,70
Suiça	10.216.001	0,73	14.032.628	0,60
Países Baixos	18.255.185	1,30	18.782.207	0,81
França	17.647.348	1,25	28.140.368	1,22
Israel	14.338.887	1,02	26.290.000	1,14
Marrócos	0.031.036	0,02	-	-
Emir. Árabes Unido	9.109.425	0,65	-	-
Coreia	7.490.141	0,53	17.257.212	0,73
Austrália	7.065.718	0,50	-	-
U.R.S.S.	5.531.370	0,39	46.050.814	1,96
Hong-Kong	5.051.415	0,36	-	-
Bélgica	4.608.736	0,33	-	-
Venezuela	4.048.468	0,29	14.797.483	0,63
Bangladesh	3.840.081	0,27	20.422.344	0,88
Cingapura	3.777.209	0,27	-	-
Bermudas	3.773.119	0,27	-	-
Suécia	3.628.746	0,26	-	-
África do Sul	3.247.826	0,23	26.166.814	1,12
Áustria	2.928.224	0,21	-	-
Paraguai	2.894.987	0,21	14.091.634	0,60
Finlândia	2.399.832	0,17	-	-
Antilhas Holandesas	2.106.407	0,15	-	-
Irlanda	2.103.029	0,15	-	-
Formosa	1.949.218	0,14	-	-
China	1.894.790	0,13	13.450.473	0,57
Nigéria	1.739.820	0,12	-	-
Trinidad e Tobago	1.643.329	0,12	-	-
Arqélia	-	-	76.734.150	3,22
Não declarado	-	-	143.176.497	6,09
TOTAL IMPORTADO	1.409.462.919	100,00	2.309.100.032	100,00

Fonte: SRF/CIET

Gov. do Estado do RS, Secretaria do Desenv. e dos Assuntos Internacionais.
Rio Grande do Sul: Importações, Jan./dez. 1994/1993

Tabela 9

Trabalhadores Formais de todos os níveis setoriais

Uruguiana, R\$. 1000 05

Ano	Nº de Trabalhadores
1990	19.088
1991	19.396
1992	19.500
1993	19.455
1994	19.498

Fonte: Lei 4923/65 Ministério do Trabalho

Tabela 10

Trabalhadores Formais por níveis setoriais
Uruguaiana, RS, 1990-1995

Ann	Extrat. Mineral	Indústria de Transform	Serviços industri. de Utilidade Pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adminisi. Pública	Agropecu. Ext Vegetal Caça e Pesca
1990	50	2.292	236	235	5.027	5.760	2.765	1.323
1991	52	2.198	235	322	4.990	6.655	2.727	1.356
1992	51	2.093	226	365	5.216	6.776	2.700	1.376
1993	49	2.112	237	624	5.311	6.777	2.710	1.272
1994	51	1.997	213	563	5.110	6.269	2.707	1.216

Fonte: Lei 4923/66 Ministério do Trabalho

Tabela 11

Desempenho da Unidade de Atendimento de Uruaiana, RS
1980, 1986, 1990, 1994

Ano	Vagas	Inscritos	Encaminhados	Criados
1980	1.435	740	976	661
1986	1.388	3.047	1.576	667
1990	670	1.163	705	385
1994 *	418	830	591	202

Fonte: Setor de Acesso ao Mercado de Trabalho
Depto. do trabalho FGTAS/SINE/RS

Tabela 12

Fluxo Turístico na Aduana de Uruguaiana
RS, 1986-95

Ano	Veic. Particular		Ônibus Turismo		Ônibus de Linha	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída
1986	26.876	9.161	1.664	1.432	-	-
1987	10.840	5.166	2.190	1.807	3.171	2.782
1988	16.083	6.700	1.088	1.085	2.218	2.144
1989	29.247	9.740	1.710	2.724	2.760	2.752
1990	10.887	8.397	956	897	2.405	2.357
1991	13.769	10.553	1.381	1.508	2.658	3.096
1992	9.555	2.941	2.676	3.643	2.619	2.655
1993	13.743	3.460	3.944	4.284	3.002	2.893
1994	10.040	-	3.761	3.158	2.717	2.703
1995	6.214	-	1.663	1.687	1.845	1.768

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Superintendência Regional da Receita Federal - 10ª RF

Divisão de Controle Aduaneiro

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, a análise nos permitiu apontar questões que se salientaram, tendo em vista uma reflexão sobre o potencial de integração regional da área em estudo.

Em primeiro lugar, percebemos a situação de desigualdade econômica das realidades da Província e do Estado, relativamente aos seus países. O RS se encontra em posição econômica mais favorável, o que teoricamente lhe permite melhores condições de barganha frente às decisões a nível de governo central.

Em segundo lugar, chama atenção a similitude das estruturas produtivas das duas áreas estudadas. Esta característica pode representar uma dificuldade no processo de integração, já que a complementariedade se colocaria como elemento facilitador.

Com relação ao perfil de Uruguiana, principal cidade da fronteira oeste, do Rio Grande do Sul e principal "porto seco" do Brasil, não podemos deixar de ressaltar a magnitude do setor transporte. Se, de um lado, isto pode significar uma alavanca para o desenvolvimento local por outro, exige investimentos importantes, visando modernizar e preparar o município para os novos desafios que o incremento do comércio internacional, com o Mercosul, certamente passará a exigir.

Outro ponto sensível na conformação do município, é a redução das oportunidades de emprego da força de trabalho. A homogeneização do câmbio que acompanhou o processo de estabilização econômica dos países envolvidos destruiu o comércio informal que ocupava uma parcela considerável da população.

O leque das possibilidades de ingerência nas áreas de fronteira vai além da criação de projetos de desenvolvimento econômico.

Surge também a tendência de estabelecer um planejamento comum para as cidades que formam conurbações, tanto com base na instalação de infra-estrutura como no provimento e complementariedade dos serviços urbanos.

Além disso, todo campo da cultura está em pauta, quando se pensa a problemática fronteiriça, especialmente num contexto de intensificação dos fluxos tanto econômicos como populacionais. É fundamental levar em consideração que as diferenças culturais são fontes de continuidades.

Finalmente cabe assinalar que este processo de integração é recente. O papel das regiões na elaboração da política exterior, bem como a possibilidade de articulação entre regiões de países vizinhos estão sendo definidos. Porém, o contexto que a América Latina enfrenta dada a tendência à internacionalização da economia e sua nova tentativa de integração coloca as áreas de fronteira como uma questão emergente

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de (1995). Exportação das tensões sociais na Amazônia: brasivianos, brasueianos e brajolas: Identidades construídas no conflito. Travessia, Ano VIII, n.21, Jan/Abr 1995. São Paulo,CEM, p.28-36.**
- ALONSO, José A. F. & BANDEIRA, Pedro S.(1990). Crescimento inter-regional no Rio Grande do Sul, nos anos 80. In: Almeida Pedro F. C., Coord. A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira - t1. Porto Alegre, FEE.**
- ALONSO, José A. F., BENETTI, Maria D., BANDEIRA, Pedro S. (1994). Crescimento Econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas. Porto Alegre, FEE.**
- BOURDIEU, Pierre (1989). O poder simbólico. Difel - Lisboa/Bertrand Brasil - Rio de Janeiro. Cap.V A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idóia de região**
- BENETTI, Maria Domingues (1994). A Nova Fronteira Agrícola Rio-Grandense. Indicadores Econômicos FEE, Análise Conjuntural, 2º Trimestre, Porto Alegre, V.22, N.2, p. 217-235.**
- BÓGUS, Lúcia M. M., MONTALL, Lília e BAENINGER, Rosana (1990). Processos migratórios no Estado de São Paulo: resultados de pesquisa. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, VII, 1990. Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambú: ABEF. Vol.1, p.427-460.**
- BOLOGNESI-DROSDOFF, Maria Cecilia (1990). Iniciativas de integração fronteiriza em América Latina. Integración Latinoamericana, INTAL, Buenos Aires 156(15). 14-27.**
- BOLOGNESI-DROSDOFF, Maria Cecilia (1991). Cooperación e integración fronteiriza: Bibliografía, Buenos Aires, BID-INTAL.**
- CEUR (1985). Diagnóstico y elementos para la formulación de una estrategia para la región NEA. t1 e 2. Proyecto ARC/83/013 PNUD.**
- EMATER-URUGUAIANA (1992). Estudo de Situação do Município. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria da Agricultura e Abastecimento.**
- FREITAS, Decio (1990). O capitalismo pastoril. Porto Alegre. Escola Superior de Tecnologia São Lorenzo de Brindes. p. 9-52.**
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (1994). MERCOSUL/Desafios à Integração. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, V.22, N.3.**
- HARVEY, David (1992). A condição pos-moderna. Loyola, São Paulo.**

- IBGE (1988). **Brasil: uma visão geográfica nos anos 80**. Departamento de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE.
- JANOTTI, Aldo (1975). **Historiografia brasileira e teoria da fronteira natural**. In: *Revista de Historia*, vol. 101.
- KERN, Arno Alvarez (1982). **Missões: uma utopia política**. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- LEHNEN, Arno Carlos; CASTELLO, Lara Regina e SCHÄFFER, Neiva Otero (organizadores) (1994). **Fronteiras no MERCOSUL**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/coedição Prefeitura Municipal de Uruguaiana, 1ª edição.
- MACADAR, Beky (1988). **Mercado comum do sul (mercosul): o multilateralismo na ALADI**. *Indicadores econômicos FEE*, Porto Alegre, 19(1): 14-27.
- MACADAR, Beky M. & BELLO, Teresinha (1990). **O Rio Grande do Sul e integração latino-americana**. In: Almeida, Pedro F. C. coord. *A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira*, t3. Porto Alegre, FEE.
- MASSAD, Carlos (1989). **Una nueva estrategia para la integración**. *Revista de la Cepal*, Santiago de Chile, (37): 105-13, abr.
- NEVES, Gervasio R. (1976). **Fronteira Gaúcha**. Tese Livre Docência UFMG. Belo Horizonte. (mimeo).
- NEVES, Gervasio R. (1990). **A rede urbana e as fronteiras: notas prévias**. In: Oliveira, Naia & Barcellos, Tanya, org. *O Rio Grande do Sul Urbano*, Porto Alegre, FEE. p. 118-140.
- NUNFZ, Tarso (1990). **Diagnóstico socio-econômico da região das missões-Brasil e Argentina** (mimeo)
- OLIVEIRA, Naia (1991). **Inquietações metodológicas: o urbano e a urbanização como objeto de análise**. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 11(2): 455-461.
- OLIVEIRA, Naia (1990). **O processo de urbanização no Rio Grande do Sul: características recentes**. In Almeida, Pedro F. C., Coord. *A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira* - t1. Porto Alegre, FEE.
- OLIVEIRA, Naia (1992). **Áreas de fronteira na perspectiva da integração latino-americana**. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, FEE, 20 (3.138-50).
- OSORIO, Helen (1990). **Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino**. CPG em História UFRGS. Porto Alegre. (mimeo).
- PATARRA, Neide I. e BAENINGER, Rosana (s.d) **Movimentos migratórios: novas características, novas implicações**. (mimeo)

- PORTES, Alejandro (1990). *La urbanización de América Latina en los años de crisis. Textos de Apoyo, Tema N 7. Programa de Graduação em Intregação da América Latina, USP. São Paulo. (mimeo).*
- POSSE, Ernesto G. (1991). *Marco conceptual de la integración fronteriza promovida: las iniciativas de integración fronteriza. In: Frontera, integración y después el desarrollo regional integrado. un aspecto específico de la integración nacional, Montevideo, CIESU-LOGOS.*
- ROFMAN, Alejandro B. y MARQUÉS, Nora (1988). *Desigualdades regionales en la Argentina - su evolución desde 1970. cadernos del CEUR 22, Buenos Aires. CEUR.*
- SALES, Teresa (1994). *Brasil Migrante, Brasil Ciandestino. São Paulo em Perspectiva, v.8, n.1 Jan/Mar 1994. São Paulo, SEADE, p.107-115.*
- SANTOS, Milton (1993). *A Urbanização Brasileira. São Paulo, HUCITEC.*
- SCHAFFER, Neiva Otero (1990). *Urbanização: as áreas de fronteira e a integração Latino-Americana. In: Oliveira, Naia & Barcellos, Tanya, org. O Rio Grande do Sul Urbano, Porto Alegre, FEE, p. 118-140.*
- SCHAFFER, Neiva Otero (s.d.). *O Comércio de Rua na Fronteira: Nova Dimensão de uma Prática Tradicional. Porto Alegre. (mimeo)*
- SPRANDEI, Marcia Anita (1995). *Os movimentos de repatriamento. Travessia, Ano VIII, n.22, Mai/Ago 1995. São Paulo, CEM, p.15-22.*
- THOMPSON FLORES, Francisco (1986) *Adens a retórica: rumo a integração. Revista Brasileira de Comércio Exterior, 8(1): 11- 14.*
- VALENCIANO, Eugenio O. (1990). *Los comités de frontera: funcionamiento y experiencia. Integración latinoamericana, Intal, Buenos Aires 156(15): 40-53.*
- VAPNARSKY, César A. y GOROJOVSKY, Néstor (1990). *El crecimiento urbano en la Argentina. Buenos Aires. Grupo editor latinoamericano - IIED. América Latina.*

GLOBALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL NO ESTADO DA BAHIA

Sylvio Bandeira de Mello e Silva*
Barbara-Christine Nentwig Silva*

O mundo de nossos dias tem se caracterizado por um rápido, dinâmico e generalizado processo de integração abrangendo elementos econômicos, políticos, culturais, sociais e ambientais.

Se antes das importantes e recentes mudanças no Leste europeu, Wallerstein (1979 e 1984) já falava polemicamente na existência de um só sistema econômico para o mundo todo, após os acontecimentos de 1989/91 isto tornou-se de uma clareza meridiana. “Há somente *um* sistema social e por isso somente *um* modo de produção atual - o sistema capitalista mundial”. (Wallerstein, 1984, p.165; o grifo é do autor da citação). Da mesma forma, a frase pioneira do candidato derrotado à Presidência dos Estados Unidos, Wendell Wilkie, na conturbada década de 30, “o mundo é um só”, transformou-se efetivamente, agora mais do que nunca, em uma realidade total. Assim, Giddens (1991, p.69) define globalização como a “intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa”. Castells, por sua vez, contribui com a perspectiva da

(*) Professores do Mestrado em Geografia da UFBA e pesquisadores do CNPq. Texto preparado para a III Conferência Nacional de Geografia e Cartografia, Fundação IBGE, Rio de Janeiro, 27 a 31 de maio de 1996.

integração global em tempo real, valorizando o impacto da revolução técnico-científica nos meios de comunicação. “É uma economia onde os fluxos de capital, mercados de trabalho, mercados de *commodities*, informações, matérias primas, gestão e organização são internacionalizados e totalmente interdependentes através do planeta, embora em uma forma assimétrica, caracterizada pela desigual integração ao sistema global pelas diferentes áreas do planeta” (Castells, 1992, p.5). É importante agregar aos fluxos acima apresentados os fluxos de pessoas, particularmente representados pelo turismo internacional em rápida expansão nos últimos anos. Lojkin (1995) também valoriza, embora por um outro caminho, a questão da informação defendendo a idéia da implantação da “revolução informacional” que passa progressivamente a substituir a revolução industrial, fazendo emergir uma “civilização pós-mercantil”. Já Harvey (1992, p.219) afirma, com segurança, que estamos assistindo a uma “compressão têmporo-espacial”, ou seja, a “processos que revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo a ponto de nos forçarem a alterar, às vezes radicalmente, o modo como representamos o mundo para nós mesmos”. Ele ainda argumenta, com base em Marx, que uma das características dinâmicas do capitalismo tem sido “a aniquilação do tempo pelo espaço”, ou seja, uma propensão para acelerar a rotação do capital segundo também o que foi denominado, na Geografia, de “convergência têmporo-espacial” (Janelle, 1969; v. também Silva, 1982).

Desta forma, tem havido uma aceleração do ritmo de vida, por exemplo, com as profundas transformações políticas e geopolíticas a partir de 1989, e tem havido uma superação cada vez maior das barreiras espaciais em escala planetária. O mundo parece, assim, ter “encolhido” sendo hoje muito “menor”, mais unido e aceleradamente dinâmico. Por conseguinte, é a globalização, de um lado, que caracteriza fortemente o mundo de nossos dias. Mas, paradoxalmente, o mundo atual é também caracterizado, por outro lado, pela fragmentação, ou seja, pela sua subdivisão em partes menores que buscam valorizar suas

identidades e seus papéis no contexto global. Caso contrário, poderia haver um enfraquecimento de suas posições relativas e até o desaparecimento, em casos extremos, diante do impacto de processos externos, cada vez mais poderosos. Em outras palavras, a globalização não anulou as unidades menores que compõem o todo maior, passando a ocorrer um dinâmico realinhamento.

Assim, segundo vários autores, a globalização contribuiu justamente para reforçar a importância dos lugares e das regiões. É a questão da “globalidade *versus* localidade” (Kuklinski, 1990), ou, colocada de uma outra forma, do “*continuum* local-global” (Meyer *et al.* 1992). Ou ainda, como bem colocou Santos (1988, p.46-47) “quando mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos”. Neste sentido, “a globalização constitui [...] a amplificação em “sistema-mundo” de todos os lugares e de todos os indivíduos, embora em graus diversos [...]; com a unificação do planeta, a Terra torna-se um só e único “mundo” e assiste-se a uma refundição da “totalidade-terra”” (Santos, 1994, p.48). Já Tuan acaba de lançar um livro (1996), sugestivamente intitulado “*Cosmos and Hearth*” (O Cosmos e a Lareira), em que reafirma sua fé em uma visão mundial cosmopolita, propondo um conceito revisado de cultura como a “lareira cosmopolitana” que mantém a intimidade mas não a estreiteza e o beatismo de uma tradicional lareira.

Por outro lado, se dos movimentos ambientalistas surgiu uma expressão que ficou famosa, “pensar globalmente, agir localmente”, agora surge dos diversificados movimentos sociais em nível local e/ou regional a expressão “pensar localmente, agir globalmente” (Naisbitt, 1994). Isto significa não só uma mudança na ênfase temática, do ambientalismo aos problemas de desenvolvimento local/regional, ambos em um contexto global, mas, também, e sobretudo, um redirecionamento no processo de reflexão-ação que do global-local passa para o local-global.

É neste novo e instigante contexto de idéias que se insere este trabalho. O objetivo é o de, assumindo estrategicamente o Estado da Bahia como uma unidade espacial para fins de análise (uma região formada por um conjunto de lugares e sub-espacos que guarda uma certa identidade e determinados níveis de articulação), explicitar análises que possam esclarecer os seguintes aspectos: (i) as mais importantes mudanças nas formas de articulação/rearticulação dos elementos econômicos e sociais do Estado da Bahia e (ii) as diferenciadas repercussões espaciais dos poderosos processos de globalização no espaço baiano. No caso brasileiro, a análise do caso baiano é extremamente relevante na medida em que destaca os novos problemas de uma *periferia dinâmica* diante dos processos de globalização.

Desta forma, o trabalho assume que ocorreram na Bahia recentes e importantes mudanças na *indução externa*, ou seja, ao nível das demandas nacionais e internacionais e que isto provocou também relevantes alterações na *indução interna*, ou seja, ao nível do uso de recursos para a determinação da oferta local/regional. Assim, será possível explicar a nova territorialidade da Bahia no contexto da globalização.

1. MUDANÇAS GERAIS NAS ARTICULAÇÕES ECONÔMICAS DO ESTADO DA BAHIA

Para a melhor compreensão das transformações em curso no território baiano, como decorrência e por força dos processos de globalização, é importante pensar sobre uma periodização recente em quatro momentos considerados como relevantes para o enquadramento da atual dinâmica e de suas perspectivas. São eles:

(i) década de 50 - período que ainda expressa a bem simples e tradicional estrutura externa/interna do Estado da Bahia, centrada no modelo primário exportador, com Salvador

execendo de forma primaz o elo de ligação entre uma antiga economia agrícola comercial e o mundo industrial (Santos, 1959);

(ii) décadas de 60 e 70, sobretudo a última - período que expressa as complexas transformações da estrutura anterior, com significativo crescimento da oferta e da demanda em nível nacional, sobretudo do industrializado Sudeste, provocando, através de fortes mecanismos de indução do Estado, maior dinamismo, integração do mercado interno, com sensíveis mudanças regionais na Bahia, e surgimento de uma mais expressiva organização urbana no interior do Estado, ao mesmo tempo em que a metrópole é obrigada a se transformar profundamente, incorporando uma importante base industrial em torno de Salvador (Silva e Silva, 1991);

(iii) década de 80 - persistência e modificações da oferta e demanda nacionais, embora com certo arrefecimento em decorrência do contexto da crise nacional, início da busca de diversificação e de novas inserções nos mercados externos (mundiais), com destaque para a soja, culturas irrigadas e produtos petroquímicos, maior competição entre os mercados e entre os lugares e microrregiões;

(iv) década de 90 até hoje - desdobramentos da situação anterior com incremento da competição em nível nacional e, cada vez mais, em nível internacional, impondo a tendência a uma acelerada reestruturação das estratégias empresariais e de Governo, dentro do modelo de maior abertura da economia, resultando em expressivos impactos territoriais.

Em termos resumidos, a Bahia passa de uma situação de típica periferia de base “colonial”, pouco dinâmica e fracamente associada aos setores e à região de maior crescimento do País, a uma outra situação em que, mesmo guardando suas características de periferia, exhibe um grande dinamismo com uma maior vinculação com a face moderna da economia nacional e com sensíveis alterações em suas relações com o resto do mundo. Uma comparação entre os períodos mais recentes destaca que, em pouco tempo, a Bahia conseguiu se integrar

vantajosamente ao chamado modelo desenvolvimentista nacional, sobretudo de base industrial, com a perspectiva de substituição de importações, e que agora ela tenta se inserir competitivamente no processo de abertura da economia nacional, enfrentando novos desafios, como resultado do processo de globalização.

As mudanças são bastante significativas no curto período de quatro décadas e meia. Assim, vejamos alguns dos indicadores mais expressivos:

- em 1950, a Bahia tinha no setor primário a base de sua economia (38,3% na agropecuária, 14,1% na indústria e 47,6% nos serviços); em 1994 a situação é bastante diferente com 13,8% na agropecuária, 34,0% na indústria e 52,2% nos serviços (CAPES, 1958, p.44 e Menezes, 1995, p.45).

- em 1970, a Bahia participava do PIB nacional com 3,8% cifra que sobe para 6,1% em 1990 (Rodrigues, 1993);

- em 1961, a Bahia exportava para o Exterior cerca de 50% a mais do que exportava para o resto do País; em 1971 esta situação passa a ser igualitária e, a partir daí, a Bahia passa a exportar mais para os demais Estados da Federação do que para o mercado externo (Silva, 1975, p.126);

- em 1970, 64,6% das exportações baianas eram de produtos básicos, 21,2% de semimanufaturados e 13,5% de produtos manufaturados; em 1990 a situação quase que se inverte totalmente com 17,8% de produtos básicos, 28,2% de semimanufaturados e 53,8% de manufaturados (Affonso e Silva, 1995, p.263);

- a partir de 1983, a Bahia passa a apresentar uma situação inusitada em função do impacto das transformações recentes, qual seja a de ser um Estado periférico capaz de exportar mais para os demais Estados da Federação, inclusive, em alguns anos, até para os Estados centrais, destacando São Paulo, do que importar desses Estados ou regiões (Fonseca, Souza e

Silva, 1989; Fonseca, Souza e Silva, 1989/90); por outro lado, como persistiam as balanças superavitárias com o resto do mundo a situação da Bahia era bastante favorável, mesmo em um período de crise e de fortes reajustes da economia nacional, já no contexto da globalização;

- internamente, a primazia de Salvador e de sua região metropolitana é reduzida, apesar da enorme importância de seu contínuo crescimento, agora de base industrial, observando-se um crescimento ainda mais acelerado das chamadas cidades médias que passam a comandar novas ou modificadas atividades econômicas regionais sobretudo para atender às demandas do mercado interno; as cidades médias (centros acima de 50.000 habitantes, sem contar com Salvador), inexistentes em 1950, chegam a 14 em 1991 (Silva e Silva, 1991; Silva e Silva, 1993); Salvador, por sua vez, passa da posição de 5a. maior cidade brasileira em 1960 para a de 3a. mais importante cidade em 1991, atrás apenas de São Paulo e do Rio de Janeiro (Silva, 1991; Censo Demográfico, 1991);

- rompimento dos isolamentos regionais;

- crescimento de grandes empresas baianas que passam a assumir uma posição de destaque no cenário nacional e até internacional (Silva, 1991).

Em resumo, a maior inserção da economia baiana no contexto da economia brasileira, em um espaço de tempo relativamente curto, trouxe importantes modificações setoriais e espaciais para a Bahia.

As mudanças, em termos explicativos, começam na década de 50 com a combinação de três fatores. O primeiro relaciona-se com o uso eficiente de um recurso natural, o petróleo, o segundo corresponde a uma crescente conscientização regional em torno do planejamento para o desenvolvimento e o terceiro diz respeito às crescentes demandas do modelo

desenvolvimentista nacional que passaram a exigir cada vez mais a plena integração do mercado interno nacional.

2. GLOBALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL NO ESTADO DA BAHIA

É possível afirmar que a dinâmica inserção da economia baiana no contexto da economia nacional tem tido, de maneira geral, um recente prolongamento em termos de uma necessária readaptação geral aos novos e preponderantes processos de globalização e, em termos mais específicos, a globalização já delinea novas estratégias de política econômica e territorial.

2.1 DESDOBRAMENTOS ESTRATÉGICOS DE PROCESSOS ANTERIORES

As realidades vivenciadas após 1990 começam a indicar, em nível nacional, a busca de um novo modelo de desenvolvimento econômico que pudesse substituir o paradigma nacional-desenvolvimentista via substituição de importações. Começa a se observar gradativamente que o novo modelo, no contexto da crescente globalização, teria que ter menor participação do Estado nos setores diretamente produtivos e uma bem maior abertura externa.

No caso da Bahia, observa-se uma tendência a um enxugamento da máquina pública que tem resultado, dentre outros aspectos, em uma participação da folha de pagamento fixada em torno de 60% da arrecadação e em uma capacidade favorável para administrar dívidas anteriores. Com isto, o Estado tem a possibilidade de investir anualmente cerca de 15% de sua receita líquida o que equivale a aproximadamente R\$300 milhões (Quadros, 1995, p.8).

Recentemente, o Estado implantou um programa de demissões voluntárias na área pública tentando diminuir ainda mais o impacto da folha de pessoal e foi sancionada a Lei que autoriza a privatização da primeira - e maior - das grandes empresas públicas do Estado, a COELBA - Cia. de Eletricidade do Estado da Bahia, seguindo a tendência nacional e internacional de redução do papel do Estado.

Como indicadores de um maior envolvimento nos mercados externos, a Bahia tem seguido uma estratégia com os seguintes destaques:

- apoio ao setor de turismo (recuperação do Pelourinho, reforma e ampliação do Centro de Convenções de Salvador, construção da Linha Verde, ligando Salvador e Aracaju, dinamização da promoção do turismo baiano nos mercados nacionais e internacionais, ampliações sucessivas do Aeroporto de Porto Seguro, construção de estradas no Extremo Sul, projeto do Aeroporto de Lençóis, projeto de ampliação do Aeroporto de Salvador, etc.);

- em parte ligado ao item anterior, implantação de um grande projeto de saneamento ambiental da Baía de Todos os Santos, com financiamento do BID, envolvendo recursos da ordem de R\$ 600 milhões;

- criação de um Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia, com incentivos para grandes investimentos na Bahia;

- em nível empresarial, destacam-se o projeto de duplicação, em execução, da refinaria Landulpho Alves, em Mataripe, os investimentos na indústria petroquímica, com ampliação da capacidade técnica, a retomada dos investimentos em celulose e papel e, finalmente, o dinamismo das culturas de grãos no Oeste e da agricultura irrigada no Baixo Médio São Francisco;

- destaca-se também a implantação de uma Incubadora de Empresas de Base Tecnológica junto ao CEPED - Centro de Pesquisas e Desenvolvimento, órgão do Governo do

Estado, e a implantação em termos empresariais de um Pólo de Informática em Ilhéus, a BAHIA TECH, em fase inicial.

Em resumo, o Estado da Bahia, como resultado dos processos de globalização que têm afetado a economia nacional, desenvolve uma estratégia de crescente e agressiva competitividade nos mercados nacionais e, sobretudo, internacionais. Em termos de estratégias desenvolvidas com maior grau de originalidade no período pós-90, destaca-se a grande prioridade que vem sendo dada ao setor de turismo e, em muito menor escala, à implantação da Incubadora de Empresas de Base Tecnológica e do Pólo de Informática de Ilhéus.

Como indicador da crescente e recente busca de novos mercados externos, em 1994 a Bahia, em sua pauta de exportações e em quantidade, contou com 12,6% de produtos básicos, 24,5% de semimanufaturados e 62,9% de manufaturados, compensando, portanto, a crise das exportações de *commodities* do setor primário, particularmente o cacau, que exportou, em dólares, em 1994 o equivalente a 57,1% do que exportou em 1983. Enquanto isto, a Bahia, no mesmo período, teve um aumento de 53,2% nas exportações de produtos petroquímicos (SEI, 1995, p.384-385 e 388). Portanto, comparando os dados da parte da exportação de 1990, vistos anteriormente, com os de 1994, confirma-se a tendência a uma maior inserção da Bahia no comércio externo.

2.2 IMPACTOS DAS MUDANÇAS RECENTES NA REESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL DO ESTADO DA BAHIA

As transformações, como vimos, têm sido significativas no Estado da Bahia em termos de seu dinamismo econômico. Mas elas também já apontam para uma expressiva reestruturação territorial no Estado, com uma tendência para importantes desdobramentos a médio prazo.

O dinamismo recente, em resumo, aponta, de um lado, para a continuidade, com modificações, da centralização exercida pela Região Metropolitana de Salvador, e, por outro lado, para processos de descentralização regional e urbana.

A seguir, daremos destaque aos mais importantes indicadores sobre as tendências acima apontadas.

2.2.1 AMPLIAÇÃO DA CENTRALIZAÇÃO ECONÔMICA DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

A centralização econômica de Salvador, e de seu entorno imediato, já historicamente constituída, foi sensivelmente estimulada com a atividade industrial. Em meados da década de 60 implanta-se o Centro Industrial de Aratu, com uma infraestrutura compatível para unidades diversificadas de porte médio e grande, beneficiando-se de estímulos, sobretudo fiscais, capitaneados pela SUDENE e pelo Governo do Estado. Pouco a pouco implanta-se um moderno e variado parque fabril dentro de um modelo que, em grande parte, poderia ser chamado de “substituição interna de importações”, ou seja, as novas empresas eram, sobretudo, subsidiárias de indústrias já existentes particularmente no Sudeste que passaram a produzir aqui produtos para os mercados nordestinos, beneficiando-se dos incentivos e outras condições vantajosas. Mas, este modelo não teve um efeito dinamizador expressivo em função das limitações do mercado e da concorrência direta com unidades produtoras do Sudeste e de outras regiões do País. Crises diversas tem se sucedido até nossos dias.

“As classes empresariais e políticas do Estado começam, a partir daí, a lutar pela implantação de um grande projeto industrial da Bahia, o 2º Pólo Petroquímico do País, com um porte não mais regional mas nacional e internacional. Estabeleceu-se uma forte disputa com os paulistas que queriam a ampliação do 1º Pólo do País, o de Cubatão. Em 1971, finalmente,

o Governo Federal decide implantar o 2º Pólo em Camaçari, a 50 km ao Norte de Salvador. O esquema para o financiamento do empreendimento, da ordem de US\$ 6 bilhões, foi o seguinte: 1/3 do capital seria proveniente da Petrobrás, empresa estatal de petróleo, 1/3 de capital externo, sobretudo na forma de tecnologia e, finalmente, 1/3 de empresas privadas nacionais” (Silva, 1990, p.280).

Em junho de 1978 é iniciada a operação do Pólo. Hoje o complexo integrado envolve 45 empresas, sendo 34 químicas e petroquímicas, com cerca de 14.000 empregos diretos mas o Pólo já chegou a ter 25.000 empregos diretos em 1989 (Bacelar de Araújo, 1995). Produz mais de 5 milhões de toneladas/ano, com um faturamento anual em torno de US\$ 5 bilhões/ano, exportando US\$ 400 milhões/ano o que representa 30% das exportações baianas, proporção com tendência a crescer nos próximos anos. Os principais mercados são a Europa, Ásia, América Latina, Estados Unidos e África. O Pólo representa, sozinho, 12% do PIB baiano, arrecadando 25% do ICMS do Estado e 90% da arrecadação de Camaçari, município que representa a segunda maior receita de ICMS do Estado da Bahia, depois de Salvador. O Pólo de Camaçari produz mais da metade da produção nacional de petroquímicos. A metalurgia do cobre implanta-se também na área e a siderúrgia e outras metalúrgias implantam-se na área do Centro Industrial de Aratu.

O impacto do processo recente de industrialização foi muito grande em Salvador e em sua região de influência imediata, mesmo com o Pólo não conseguindo chegar até a fase de produção de bens finais da cadeia petroquímica, especializando-se na produção de bens intermediários. Só agora, em abril de 1996, está sendo inaugurada a primeira fábrica de terceira geração, a de produtos finais, a unidade de produção de chapas de policarbonato, uma resina termoplástica amplamente utilizada nas indústrias automobilística, eletroeletrônica, farmacêutica e de embalagens. A empresa, com tecnologia italiana, liderada por grupos

baianos, é associada a um grupo japonês e outros grandes investimentos em Camaçari estão sendo planejados.

A região industrial de Salvador, como não poderia deixar de ser, tem várias organizações públicas e privadas que atuam na gestão do setor e em sua integração com o ambiente externo.

Recentemente, é preciso registrar a expansão do setor de turismo e lazer em várias direções, produzindo novas configurações espaciais. Destaca-se o vetor do Litoral Norte (ao longo da Estrada do Coco e agora da Linha Verde, o vetor da Baía de Todos os Santos, especialmente a Ilha de Itaparica e, recentemente, o eixo Acupe-Saubara-Bom Jesus dos Pobres, e o vetor Nazaré-Valença-Morro de São Paulo. Com isto, observa-se uma progressiva e já importante descentralização do setor de turismo e lazer, até há pouco tempo mais restrito ao município de Salvador. É preciso registrar que parte significativa desta recente expansão (e da que deverá ocorrer a curto e médio prazos) diz respeito ao turismo internacional.

No Litoral Norte também deve ser mencionado o reflorestamento, em parte voltado para o consumo interno (Pólo e indústrias de celulose) e em parte expressiva destinado ao mercado externo.

Sintomaticamente, a CONDER - Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador deixa de atuar somente nos limites dos 10 municípios que compõem oficialmente a Região Metropolitana de Salvador, passando a ter projetos também nos eixos turísticos acima mencionados.

2.2.2 EXEMPLOS DE DESCENTRALIZAÇÃO ECONÔMICO-TERRITORIAL

A maior integração da economia baiana na economia nacional, a partir dos anos 50 e sobretudo 60, já vinha causando mecanismos de descentralização, expressos, dentre outros

aspectos, pelo processo de urbanização no interior do Estado (Silva e Silva, 1991). A descentralização vai continuar nas décadas seguintes e se acentuar bastante nos últimos anos já como decorrência mais direta de novas articulações externas. Como resultado, temos hoje importantes indicadores de uma nova estruturação do território baiano em que é possível destacar as seguintes áreas e setores de atividade:

- Litoral Sul (faixa litorânea ao Sul e ao Norte de Ilhéus, de Itacaré a Canavieiras)

Com a forte crise da atividade cacaueteira, motivada por doenças e pelos baixos preços no mercado internacional, a região de Ilhéus-Itabuna tem procurado diversificar sua base produtiva. Uma das potencialidades dinâmicas tem sido a exploração do turismo em Ilhéus e no seu litoral sul até Canavieiras. Importantes empreendimentos hoteleiros de padrão internacional têm sido construídos na região aumentando sensivelmente o fluxo de turistas. O Governo do Estado acaba de concluir as obras do Centro de Convenções de Ilhéus e anuncia, a curto prazo, a construção da rodovia Ilhéus-Itacaré, pelo litoral, e a ampliação do Aeroporto de Ilhéus.

Outra recente estratégia, esta bem recente, é a de implantar a curto prazo um importante pólo tecnológico do setor da informática em Ilhéus com a criação, pelo Estado da Bahia, da empresa BAHIA TECH.

- Extremo Sul do Estado

No Extremo Sul do Estado, destacam-se dois importantes vetores de crescimento ligados ao mercado interno e ao mercado externo, a indústria de papel e celulose e a indústria do turismo.

A primeira indústria expressa-se, inicialmente, na atividade do reflorestamento, com eucaliptos, envolvendo vastas áreas a Leste da BR.101 e ao Sul do rio Jequitinhonha. São quatro as empresas que atuam na silvicultura, na área de Mucuri - Teixeira de Freitas e

Itamaraju, totalizando mais de 100.000 ha., a Bahia Sul Celulose, a Aracruz Celulose, a Companhia Agroflorestal e a Floresta Rio Doce. A Bahia Sul Celulose, uma associação entre a Cia. Vale do Rio Doce, a Cia. Suzano de Papel e Celulose e a International Finance Corporation, com apoio do BNDES, localiza-se no município de Mucuri e “prevê a produção anual de 500 mil toneladas de celulose branqueada de fibra curta de eucalipto e 250 mil toneladas/ano de papel de imprimir e escrever, representando investimento de US\$ 1,5 bilhão. A área de influência do projeto inclui ainda os municípios de Nova Viçosa, Caravelas e Teixeira de Freitas. Da produção total de 500 mil toneladas/ano de celulose, 210 mil serão destinadas para a produção de papel, sendo o remanescente distribuído no mercado interno (20%) e externo (80%). Para o papel, o mercado interno absorverá 60% e o externo 40%”. (Carneiro, 1994, p.33)

Já a Vera Cruz Florestal Ltda. é uma empresa do Grupo Odebrecht que atua na região de Eunápolis. “Possui 2.060 ha com florestas, mas a sua área total é de 47 mil hectares de terras distribuídas nos municípios de Eunápolis, Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália e Belmonte” (Carneiro, 1994, p.33). Os investimentos, incluindo a construção de uma fábrica de celulose, deverão atingir, a curto prazo, a cifra de US 1,3 bilhão, produzindo 750 mil toneladas de celulose, sendo 80% destinados ao mercado externo e 20% ao interno.

As áreas interioranas do Extremo Sul da Bahia ofereceram condições bastante favoráveis para a expansão da silvicultura e da indústria de celulose. É uma região quente e úmida, com pluviosidade bem distribuída e as terras tinham acabado de sofrer um rápido e extenso processo de desmatamento, logo após a conclusão da BR.101, em meados da década de 70, passando a apresentar, por conseguinte, boas condições para venda. Isto ao lado de uma diversificada estrutura de captação e gestão de recursos financeiros permitiu estruturar um dinâmico complexo floresta-indústria, contando, inclusive, com mecanismos de proteção

ambiental. Com isto, a Bahia, juntando o Extremo Sul e o Litoral Norte, é hoje o sexto Estado da Federação em produção de madeira para papel e celulose.

O segundo grande vetor de crescimento do Extremo Sul é o do turismo ao longo da faixa litorânea. Com a melhoria das condições de acessibilidade, o litoral começa a ser progressivamente “descoberto” para a atividade turística, inicialmente de uma forma espontânea, por indivíduos e por pequenos grupos. As condições regionais apresentavam-se bastante favoráveis com sítios históricos, como o do Descobrimento, áreas remanescentes da Mata Atlântica, Parques (Monte Pascoal e Marinho dos Abrolhos), além das belezas cênicas proporcionadas ao longo do litoral. O crescimento é muito rápido na década de 80. Em 1973, o *Guia Quatro Rodas* registrava para Porto Seguro um só restaurante e um hotel com 13 apartamentos. Em 1995, segundo o mesmo Guia, Porto Seguro (com Arraial d’Ajuda e Trancoso), dispõe de 27 restaurantes, 67 hotéis e 112 pousadas.

Também com base na referida fonte, Salvador está quase sendo alcançada por Porto Seguro em número de leitos de hotel: 10.286 para Salvador e 9.184 para Porto Seguro (Silva, 1995, p.17)

Nas demais partes do litoral do Extremo Sul do Estado da Bahia, o turismo também cresce mas não com a mesma intensidade da área de Porto Seguro. Mas, mesmo assim, as transformações têm sido importantes.

Por outro lado, é preciso registrar o surgimento de diversas associações e organizações que atuam buscando a valorização e o crescimento da região em seus diversos setores e sub-espacos.

- Região Oeste do Estado

O rápido crescimento da economia do Oeste da Bahia, a partir do início da década de 80, relaciona-se com a introdução e difusão da soja. Foram agricultores do sul do país que realizaram este trabalho, já após os avanços tecnológicos obtidos com a soja nos cerrados da

Região Oeste do Brasil. Foram fundamentais os subsídios governamentais e a melhoria da infraestrutura (Santos Filho, 1989 e Silva, 1989). Empreendimentos familiares, grandes empresas e cooperativas, inclusive associadas a capital estrangeiro, em particular japonês, fixaram-se na área.

“Com a soja, implanta-se na região todo um conjunto de atividades e práticas ligadas à agricultura moderna. Entre 1980/81 e 1985/86, a área plantada com soja se expandiu 143 vezes e a produção em 848 vezes, enquanto crescia também a produção de arroz. Na safra 1991/92, foram produzidas 800 mil toneladas de grãos no Oeste da Bahia (soja, milho, arroz e feijão, sendo 460 mil toneladas de soja). Foram instaladas no município de Barreiras duas plantas industriais de processamento da soja. Estima-se que 230 mil toneladas de soja sejam absorvidas no próprio Nordeste, na forma de óleo e de farelo, sendo exportadas cerca de 140 mil toneladas de farelo” (Bacelar de Araújo, 1995, p.135). Os municípios de maior destaque são Barreiras e São Desidério e a Bahia, como um todo, ocupa o oitavo lugar em produção de soja no País.

No Oeste atuam também várias instituições e organizações em defesa dos interesses da região, destacando-se a Associação para o Desenvolvimento do Oeste da Bahia.

- Baixo Médio São Francisco

O complexo agro-industrial da área de Juazeiro/Petrolina começa a se desenvolver nos anos 70 através de investimentos públicos, sobretudo através da CODEVASF - Cia. do Desenvolvimento do Vale do São Francisco e da CHESF - Cia. Hidroelétrica do São Francisco, em grandes projetos de irrigação e em infraestrutura.

“Ao longo dos anos 80, os projetos elevaram a intensidade de uso de capital. Ao mesmo tempo se deu a implantação de grandes projetos de médias empresas nacionais e mesmo internacionais. Nessa época, instalaram-se na área diversas plantas industriais de ramos variados: processamento de alimentos, bens de capital, embalagens, equipamentos para

irrigação, materiais de construção, fertilizantes e rações. Nesse período, foram incorporados à agricultura cerca de 56 mil hectares, enquanto o setor industrial gerava cerca de 24 mil empregos” (Bacelar de Araújo, 1995, p.135, com base em diversos autores).

Vale destacar, também, a presença na região, de diversas organizações que atuam visando a solução de problemas e a promoção do desenvolvimento do eixo Juazeiro-Petrolina. Merece ser ressaltada, pelo seu pioneirismo, a criação, em 1988, da VALEXPOR, uma entidade que representa e organiza o empresariado hortifrutigranjeiro como um movimento que procura criar melhores condições de produção, preparação, transporte, armazenamento, comercialização, exportação e promoção de produtos hortifrutigranjeiros no Brasil e no Exterior (Caldas, 1995, p.113-118). São 41 empresas ou cooperativas que fazem parte da VALEXPOR, todas produtoras e exportadoras de frutas para o mercado nacional e internacional, destacando-se a uva e a manga.

Por outro lado, cresce também a agricultura irrigada no Médio São Francisco, na região de Bom Jesus da Lapa, configurando uma espécie de extensão do eixo Juazeiro-Petrolina.

Em termos potenciais, merece ser destacado o turismo na Chapada Diamantina, em Lençóis e em seu entorno. Anuncia-se para breve a construção do Aeroporto de Lençóis e a inauguração de um hotel 5 estrelas na cidade o que certamente contribuirá para o crescimento do número de turistas, inclusive do exterior.

Concluindo, o impacto da globalização sobre o território estadual já pode ser considerado relevante, embora tudo esteja ainda em sua fase inicial. Estes novos processos de um lado, têm contribuído para modificar e redirecionar setores e espaços modernos da economia baiana, já implementados e dinamizados quando da consolidação da integração da economia nacional (décadas de 60 e 70) e, por outro lado, têm aberto recentemente novas

oportunidades e espaços, particularmente nos setores do turismo e, a curto prazo, de novas tecnologias.

Em resumo, os processos estão provocando, ao mesmo tempo, um fortalecimento da concentração metropolitana e uma relativa desconcentração espacial. Como um balanço, há uma forte tendência a uma re-litoralização da economia baiana impulsionada sobretudo pelo turismo mas também pelo complexo floresta-indústria e pelas novas atividades industriais metropolitanas, inclusive de base tecnológica. O turismo, por sinal, está sendo progressivamente responsável pela plena integração do litoral, com a conclusão da rodovia BA.099 - Linha Verde e com a construção, em etapas, da BA.001, ligando a Ilha de Itaparica a Caravelas. Neste sentido, estão sendo finalmente rompidos isolamentos históricos.

No interior, as áreas mais afetadas pelos processos de abertura da economia brasileira são o Extremo Oeste e o Baixo Médio São Francisco. Há, portanto, grandes áreas do Estado, particularmente do semi-árido, que estão à margem destes processos. É preciso registrar, ainda, que regiões tradicionais da Bahia ligadas ao mercado externo estão em crise, como a região cacauceira e a sisaleira. A região fumageira, no Recôncavo, foi bastante reduzida mas conhece agora uma estabilização, com uma relativa modernização.

Há, também, regiões com um certo dinamismo que se integram bem aos mercados regional e nacional, como a região de Irecê sobretudo com o feijão, a diversificada região de Feira de Santana e as regiões agro-pastoril de Jequié-Conquista-Itapetinga e Guanambi-Caetitê.

A Figura 1 sintetiza as novas territorialidades do Estado diante dos processos de globalização, destacando e qualificando os diferentes espaços turísticos, industriais e agro-industriais. É flagrante a re-litorização e a emergência de dinâmicas nas restritas regiões no interior do território baiano.

Um aspecto importante a destacar neste novo processo de reestruturação territorial do Estado da Bahia é que ele tem gerado a criação de diversos organismos que atuam efetivamente na gestão do território, o que confirma a tendência de que a globalização, por acentuar a competição interregional, acaba por forçar o surgimento de mecanismos internos que possibilitem aumentar a capacidade dos lugares e das regiões no enfrentamento de novos desafios externos. O maior deles, como de resto do conjunto das regiões periféricas brasileiras, particularmente o Norte e o Nordeste, diz respeito atualmente à tendência já detectada (Diniz, 1995) de reconcentração das atividades econômicas no Sudeste e no Sul como decorrência da formação do bloco econômico do Mercosul e das vantagens comparativas, inclusive ligadas à proximidade, que favorecem as regiões centrais no dinâmico contexto da globalização, como já ficou demonstrado com os novos investimentos industriais do setor automobilístico.

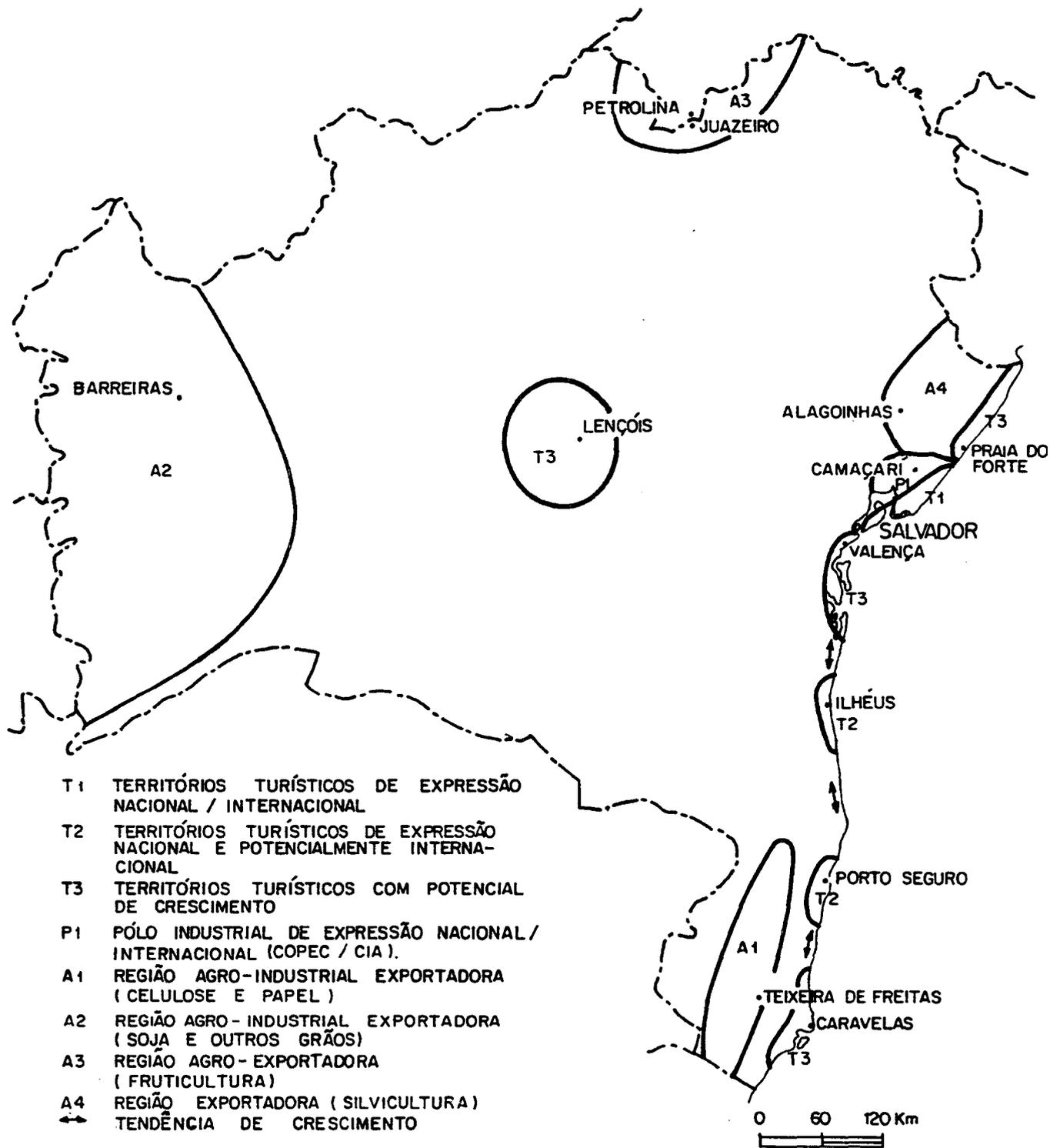
BIBLIOGRAFIA

- AFFONSO, R.de Britto Álvares e SILVA, P.L. Barros (orgs.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP, Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- BACELAR DE ARAÚJO, T. Nordeste, Nordestes: que Nordeste? In: AFFONSO, R.de B.Á. e SILVA, P.L.B. (orgs.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP, Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1995. p.125-156.
- CALDAS, A. dos Santos. *Novas territorialidades do eixo Juazeiro-Petrolina*. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, UFBA. Salvador, 1995.
- CAPES. *Estudos de desenvolvimento regional (Bahia)*. Rio de Janeiro, 1958. (Série levantamentos e análises, 5).
- CARNEIRO, R.A. Fortuna. *Impactos da indústria de papel e celulose sobre o Extremo Sul: principais vetores de crescimento*. Salvador: Fundação de Projetos e Estudos, 1994.
- CASTELLS, M. *European cities, the informational society, and the global economy*. Amsterdam: Centre for Metropolitan Research, Amsterdam University, 1992.
- DINIZ, C. Campolina. *A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas*. Brasília: IPEA, 1995. (Texto para discussão n.375).

- FONSECA, A.A.M.; SOUZA, J.,C. e SILVA, S.B. de M. e. Relações comerciais no Brasil: o exemplo do Estado da Bahia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.51, n.3, p.103-112, jul./set.1989.
- FONSECA, A.A.M.; SOUZA, J.,C. e SILVA, S.B. de M. e. Dinâmica das relações comerciais interestaduais brasileiras: 1974-1986. *Revista de Geografia*, São Paulo, v.8/9, p.67-75, 1989/90.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. 2.ed. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1991.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- JANELLE, D. Spatial reorganization: a model and a concept. *Annals of the Association of American Geographers*, Washington, v.59, p.348-364, 1969.
- KUKLINSKI, A. (ed.). *Globality versus locality*. Warsaw: University of Warsaw, 1990.
- LOJKINE, J. *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez, 1995.
- MENEZES, V. A economia baiana: desafios, óbices e perspectivas. *Análise & Dados*, Salvador, CEI, v.5, n.3, p.44-58, dez.1995.
- MEYER, W.B. *et al.* The local-global continuum. In: ABLER, R.F.; MARCUS, M.G.; OLSON, J.M. (eds.). *Geography's inner worlds*. New Jersey: Rutgers University Press, 1992. p.255-279.
- NAISBITT, J. *Paradoxo global*. Rio de Janeiro: Ed. Campos, 1994.
- QUADROS, M.J. A estratégia do futuro. *Balanço Anual Bahia 1995/96*, Gazeta Mercantil, São Paulo, ano 2, n.2. p.8-10, set.95.
- RODRIGUES, M.C.P. O PIB dos estados brasileiros. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, p.82-84, dez.1993.
- SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. *Anuário Estatístico da Bahia 1995*. Salvador, v.9, 1995.
- SANTOS, M. *O centro da cidade do Salvador*. Salvador: Publ. da Universidade da Bahia, 1959.
- SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1994.
- SANTOS FILHO, M. (coord.). *O processo de urbanização do Oeste baiano*. Recife: SUDENE, 1989.

- SILVA, B.-C. Nentwig. Análise comparativa da posição de Salvador e do Estado da Bahia no cenário nacional. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.53, n.4, p.49-79, out./dez.1991.
- SILVA, B.-C. Nentwig e SILVA, S. Bandeira de Mello e. *Cidade e região no Estado da Bahia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1991.
- SILVA, B.-C. Nentwig e SILVA, S. Bandeira de Mello e. A Bahia urbana no limiar do século XXI: novas projeções. *Análise & Dados*, Salvador, CEI, v.3, n.2, p.49-56, set.1993.
- SILVA, S. Bandeira de Mello e. *Urbanização e desenvolvimento regional no Estado da Bahia: uma visão sistêmica*. Salvador, 1975. Tese para Professor Titular. Instituto de Geociências, UFBA.
- SILVA, S. Bandeira de Mello e. Cartografia da acessibilidade e da interação no Estado da Bahia. *Geografia*, Rio Claro, v.7, n.13/14, p.51-73, out.1982.
- SILVA, S. Bandeira de Mello e. Elaboração de um programa de desenvolvimento de uma "região nova": o caso do Oeste da Bahia. *Geografia*, Rio Claro, v.14, n.27, p.77-91, abr.1989.
- SILVA, S. Bandeira de Mello e. Os processos contemporâneos na modelação regional com base em um exemplo brasileiro: o caso do Estado da Bahia. *Actas Latinoamericanas de Varsovia*, Varsovia, t.11, p. 275-282, 1990.
- SILVA, S. Bandeira de Mello e. Geografia, turismo e crescimento: o exemplo do Estado da Bahia. Apresentado na Mesa Redonda sobre o Turismo no Nordeste. *Congresso Internacional de Geografia e Planejamento do Turismo*. São Paulo, 16 a 22 de julho de 1995.
- TUAN, YI-FU. *Cosmos and hearth. A cosmopolite's viewpoint*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.
- WALLERSTEIN, I. *The capitalist world economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- WALLERSTEIN, I. *The politics of the world economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

**FIG.1: GLOBALIZAÇÃO E NOVAS TERRITORIALIDADES
NO ESTADO DA BAHIA**



**TERRITÓRIO DO TURISMO:
NOVAS DEMANDAS DE INFORMAÇÃO**

Coordenador: ANNA MARIA MARCONDES MACHADO (EMBRATUR)

LOS TERRITORIOS DEL TURISMO

DEMANDAS DE INFORMACIÓN



**MANUEL DE FORN, Director General de GFE Asociados
Asesor del Plan Estratégico de Rio de Janeiro**

Josep Tarradellas, 123-127 5º A 08029 BARCELONA Tel.: (343) 419.12.72 Fax: (343) 410.84.28
E-mail gfe@abaforum.es

EVOLUCIÓN Y PERSPECTIVAS DEL TURISMO

	TASA MEDIA ANUAL DE CRECIMIENTO
1950-1990	7,5%
1990-1995	3,2%
1995-2000	4,4%

TENDENCIAS DE LA OFERTA:

- ◆ ***Crecimiento y declive de zonas turísticas vinculados a fenómenos económicos, políticos y sociales.***
- ◆ ***Aparición de nuevas fórmulas hoteleras y de restauración.***
- ◆ ***Mejoras tecnológicas en los sistemas de información y atención al turista.***
- ◆ ***Mejoras tecnológicas de las infraestructuras y sistemas de transporte.***
- ◆ ***Mejoras tecnológicas de los sistemas de comercialización de los productos turísticos.***

TENDENCIAS DE LA DEMANDA:

- ◆ ***El aumento generalizado del nivel cultural de la población.***
- ◆ ***El cambio de estructura de edades (importancia creciente tercera edad).***
- ◆ ***Preferencia creciente por vacaciones activas.***
- ◆ ***Sensibilización creciente por cuestiones medioambientales.***
- ◆ ***Aumento de la demanda de turismo urbano.***
- ◆ ***Aumento de interés por grandes acontecimientos y actos deportivos.***

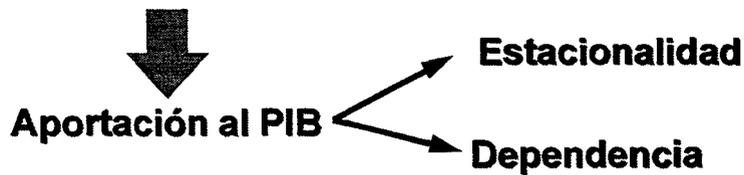
DESTINOS TURÍSTICOS:

Destinos especializados (oferta playa; oferta teatro; oferta eventos)

El destino como oferta plural (territorio-oferta)

"La oferta turística es, en todo o en parte, la misma oferta dirigida a sus propios usuarios (ciudadanos)"

DESTINOS ESPECIALIZADOS



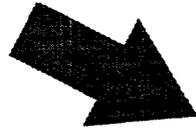
TERRITORIOS-OFERTA



TERRITORIOS OFERTA:

Desarrollo de las vocaciones específicas de la ciudad.

Acontecimientos desencadenantes.



- Selección de la(s) estrategia(s) adecuada(s).
- Calidad.
- Marketing



EJEMPLOS DE RIO DE JANEIRO Y BARCELONA



- ◆ *O carioca do século XXI.*
- ◆ *Rio acolhedor.*
- ◆ *Rio participativo.*
- ◆ *Rio integrado.*
- ◆ *Portas do Rio.*
- ◆ *Rio competitivo.*
- ◆ *Rio 2004, pólo regional, nacional e internacional.*

Rio 2004, pólo regional, nacional e internacional.

O Rio desenvolverá uma série de projetos com prazos definidos e efeitos sobre a sua imagem interna e externa, de modo a se tornar um pólo de atratividade regional, nacional e internacional. O Plano estabelece como marco estratégico o fim do ano 2004, quando serão colhidos resultados expresivos.

OBJETIVOS:

- Centro do Rio como mercado cultural.
- Cidade esportiva.
- Marketing da cidade.
- Turismo e eventos.

ESTRATEGIA:

7. POLO REGIONAL, NACIONAL E INTERNACIONAL

OBJETIVO:

7.1. Centro do Rio como mercado cultural.

ACÕES:

7.1.1. Reforçar as infra-estruturas culturais do Centro da cidade.

ESTRATEGIA:

7. POLO REGIONAL, NACIONAL E INTERNACIONAL

OBJETIVO:

7.2. Cidade esportiva.

ACÕES:

7.2.1. Apoiar o projeto dos Jogos Olímpicos 2004.

7.2.2. Melhorar as infra-estruturas esportivas.

ESTRATEGIA:

7. POLO REGIONAL, NACIONAL E INTERNACIONAL

OBJETIVO:

7.3. Marketing da cidade.

ACÕES:

7.3.1. Redefinir a imagem do Rio.

7.3.2. Criar um projeto de marketing para o Rio.

ESTRATEGIA:

7. POLO REGIONAL, NACIONAL E INTERNACIONAL

OBJETIVO:

7.4. Turismo e eventos.

Incrementar fortemente a atratividade do turista nacional e internacional para garantir a competitividade do Rio como cidade de destino turístico.

ACÕES:

7.4.1. Melhorar os sistemas de informação e divulgação.

7.4.2. Ampliar o mercado turístico com oferta dirigida.

7.4.3. Criar diferenciais de atratividade turística.

7.4.1. Melhorar os sistemas de informação e divulgação.

Tornar mais fáceis as relações dos visitantes com a cidade, através de sistemas de informação e da programação de eventos atrativos.

PROJETOS:

7.4.1.1. Sistema de Informação Turística e de Eventos.

7.4.1.2. Sinalização dos acessos e uso dos centros de interesse turístico.

7.4.2. Ampliar o mercado turístico com oferta dirigida.

Converter o Rio num centro de destino turístico mais completo, definindo roteiros que utilizem a cidade como ponto de entrada no país e estimulen os interesses dos visitantes por atividades de cultura, lazer, esporte e ecológicas. Criar projetos para o turismo emergente (eventos esportivos, saúde, terceira idade, incentivo empresarial.

PROJETOS:

7.4.2.1. Novos roteiros.

7.4.2.2. Grandes eventos esportivos e culturais.

7.4.2.3. Turismo especializado.

7.4.3. Criar diferenciais de atratividade turística.

Estabelecer diferenças qualitativas em relação aos destinos competidores.

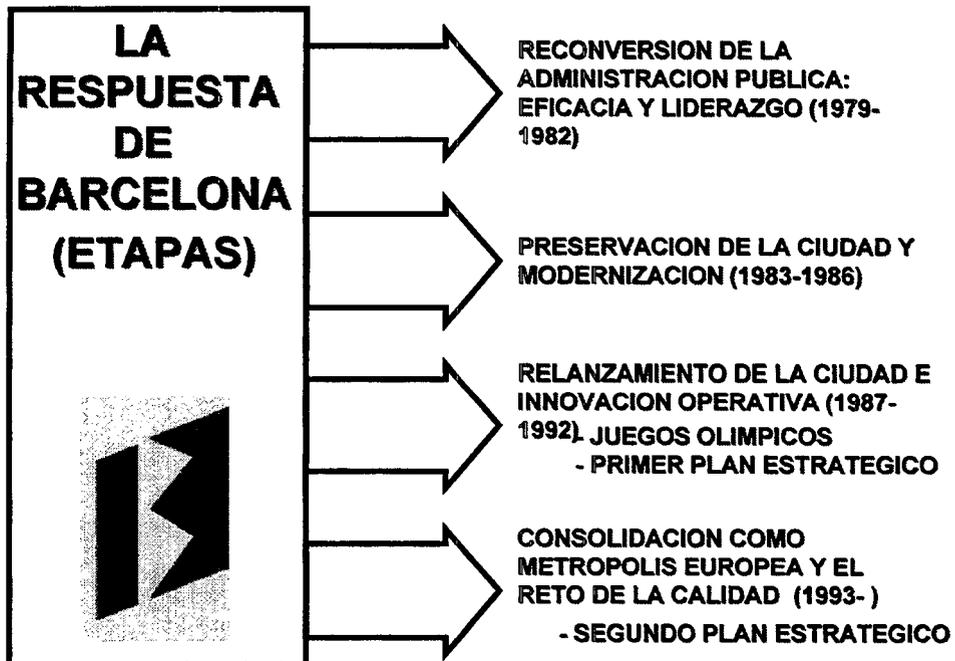
PROJETOS:

7.4.3.1. Programa de Qualidade Total.

7.4.4.2. Corredores turísticos.

INDICADORES DE IMPACTO:

- ◆ ***Ocupação hoteleira.***
- ◆ ***Número de pernoite por turista.***
- ◆ ***Participantes em eventos.***
- ◆ ***Visitantes em eventos esportivos.***
- ◆ ***Visitantes em pontos turísticos.***
- ◆ ***Entrada de divisas.***
- ◆ ***Porcentagem sobre total de segmentos relacionados com programas específicos.***
- ◆ ***Número de empresas com certificado de qualidade.***

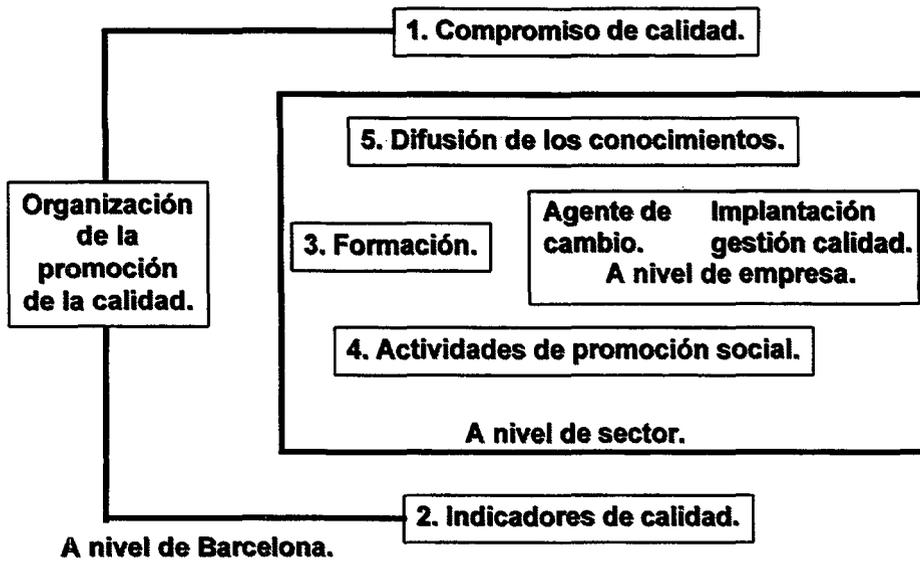


JUEGOS OLIMPICOS

OBJETIVOS ESTRATEGICOS

- ➔ **SITUAR BARCELONA EN EL MAPA**
- ➔ **DOTAR A LA CIUDAD DE INFRAESTRUCTURAS**
ACCESIBILIDAD EXTERNA
MOVILIDAD INTERNA
SOPORTE DE ACTIVIDADES
CULTURA Y OCIO
- ➔ **DESARROLLO DE SERVICIOS A LA PRODUCCION**
- ➔ **TRANSFORMACION URBANA**
APERTURA AL MAR Y LA MONTAÑA
NUEVAS CENTRALIDADES
- ➔ **CREAR CONCIENCIA DE CIUDAD**

RED BARCELONA CALIDAD



PLAN ESTRATÉGICO DE TURISMO: ESQUEMA DE DESARROLLO.

- 1. Definición del objetivo u objetivos principales.**
- 2. Definición de los objetivos secundarios y estratégicos.**
- 3. Definición de los programas y actividades a desarrollar.**
- 4. Identificación de nuevos productos emergentes.**
- 5. Definición de la organización funcional y de gestión.**
- 6. Definición del sistema de financiación y de obtención de recursos.**

CRITERIOS OBJETIVOS PARA SU REALIZACIÓN:

- ◆ Acuerdo institucional.**
- ◆ Planificación a medio plazo.**
- ◆ Gestión eficaz.**
- ◆ Participación activa en la fase de diseño.**
- ◆ Conocimiento del entorno competitivo.**

PLAN ESTRATÉGICO DE TURISMO: EJEMPLO DE BARCELONA (1991).

DIAGNÓSTICO:

- Análisis estratégico.
- Análisis de recursos.
- Análisis de productos.



ESTRATEGIA DE DESARROLLO:

- Objetivos y modelo.
- Estrategia de marketing.

PLAN OPERACIONAL:

- Oferta.
- Estrategia temporal.
- Clasificación de programas por tipos y responsabilidades.

OBJETIVO GENERAL:

- ◆ ***Establecer un modelo de desarrollo del sector en la ciudad que, teniendo en cuenta las características actuales, las potencialidades de la ciudad y las tendencias internacionales del sector, maximice la rentabilidad económica y social del turismo, tanto para los agentes privados como para el conjunto de los ciudadanos.***

ESTRATEGIAS DE DESARROLLO:

- ◆ *Potenciar la imagen de Barcelona.*
- ◆ *Optimizar el uso temporal de la oferta.*
- ◆ *Conseguir una actitud ciudadana positiva.*
- ◆ *Incrementar el gasto por persona.*
- ◆ *Conseguir la plena ocupación de la oferta.*
- ◆ *Aumentar el número de visitantes.*
- ◆ *Impulsar los sub-sectores turísticos.*

ESTRATEGIAS DE MARKETING:

Barcelona son Barcelonas. Las Barcelonas con mayor atractivo son 7 zonas de la ciudad.

- ◆ *Descripción y delimitación de las 7 zonas de actividad.*
- ◆ *Propuesta de recursos y productos específicos para cada zona.*
- ◆ *Definición de segmentos y públicos objetivo.*



¿QUÉ HACEN ACTUALMENTE LOS VISITANTES DE BARCELONA? (1990)
DISTRIBUCIÓN POR SEGMENTOS

	Total	Negocios	Ferias	Congre- sos	Turismo	Circuito	Acompa- ñantes
VISITAR	23,8	21	22,5	22,3	29,5	29,8	33,5
PASEAR	20,5	17,5	18,5	22,3	33,9	28,2	22,9
ESPECTÁCULOS	11	9,1	9,1	23,3	17,9	11,6	3,3
COMER	17	11,2	25,3	18,3	29,5	23,5	31,1
BAILAR	8,7	8,3	9,3	5,9	12,1	—	11,9
TOMAR COPAS	39,5	41	37,5	36,4	47,4	23,5	26,1
COMPRAR	37	39,4	36,6	24,7	33,1	29	46,7
DEPORTE	4,2	3,6	5,7	1	3,8	—	3,1

PROGRAMAS DE DIFUSIÓN:

- ◆ *Difusión del Plan de Marketing.*
- ◆ *Presentación del Plan Estratégico a medios de comunicación.*
- ◆ *Formación en el sector hotelero y restauración.*
- ◆ *Formación en el sector comercial.*
- ◆ *Formación al personal de transportes públicos.*
- ◆ *Formación al personal de Oficinas de Turismo.*
- ◆ *Informatización de las Oficinas de Turismo.*
- ◆ *Formación del personal de museos y otros lugares de visita.*

IMPORTANCIA DE LA DIFUSIÓN INTERNA

ESTIMACIÓN PRESUPUESTARIA DE LAS OPERACIONES:

ESTRATEGIA NORMAL: aplicación del 0,5% del volumen económico producido en condiciones normales de desarrollo del mercado y acción promocional.

PRESUPUESTO ANUAL

1991-1993	1994-2000
4,84 M\$	6,05 M\$

ESTRATEGIA DE EXPANSIÓN: aplicación del 3-5% del volumen económico que se desea obtener de forma incremental sobre la actividad normal.

PRESUPUESTO ANUAL

1991-1993	1994-2000
7,26 M\$	11,29 M\$

RESULTADOS ESPERADOS:

		1990	1993	2000
ESTRATEGIA NORMAL	VISITANTES	1.670.272	2.180.000	2.470.000
	PERNOCTACIONES	3.868.136	5.140.000	5.850.000
ESTRATEGIA DE EXPANSIÓN	VISITANTES	1.670.272	2.355.000	2.885.000
	PERNOCTACIONES	3.868.136	5.570.000	6.878.000

ALGUNOS RESULTADOS:

	1990	1992	1995
PERNOCTACIONES:	3.795.522	4.333.419	5.674.580
Nº VISITANTES:	1.732.902	1.874.734	3.089.974
MOTIVO DEL VIAJE:			
Negocios	53,8%	53,7%	42,1%
Turismo	22,7%	30,8%	35,3%

NECESIDADES DE INFORMACIÓN PARA UN PLAN ESTRATÉGICO DE TURISMO.



EJEMPLO: BASE DE DATOS STRATOUR (Barcelona, Munich, Lisboa, Praga)

1. OFERTA TURÍSTICA.

- ◆ Recursos y productos turísticos.
- ◆ Infraestructuras de transporte.
- ◆ Equipamientos y servicios.
 - Alojamiento turístico.
 - Equipamiento turístico complementario
- ◆ Servicios turísticos y organización del Tourist Board.
- ◆ Ofertas turísticas.
- ◆ Precios.

2.1. DEMANDA TURÍSTICA INTERNA.

- ◆ **Mercado nacional: visitantes y turistas.**
- ◆ **Procedencia.**
- ◆ **Estacionalidad.**
- ◆ **Tipo de alojamiento y estancia media.**
- ◆ **Medios de transporte utilizados.**
- ◆ **Motivaciones de los visitantes.**

2.1. DEMANDA TURÍSTICA EXTERNA.

- ◆ **Visitantes y turistas extranjeros.**
- ◆ **Procedencia.**
- ◆ **Medios de transporte.**
- ◆ **Estacionalidad.**
- ◆ **Tipo de alojamiento y estancia media.**
- ◆ **Motivaciones de los visitantes.**
- ◆ **Organización del viaje.**
- ◆ **Nivel de satisfacción.**

3. ENTORNO COMPETITIVO.

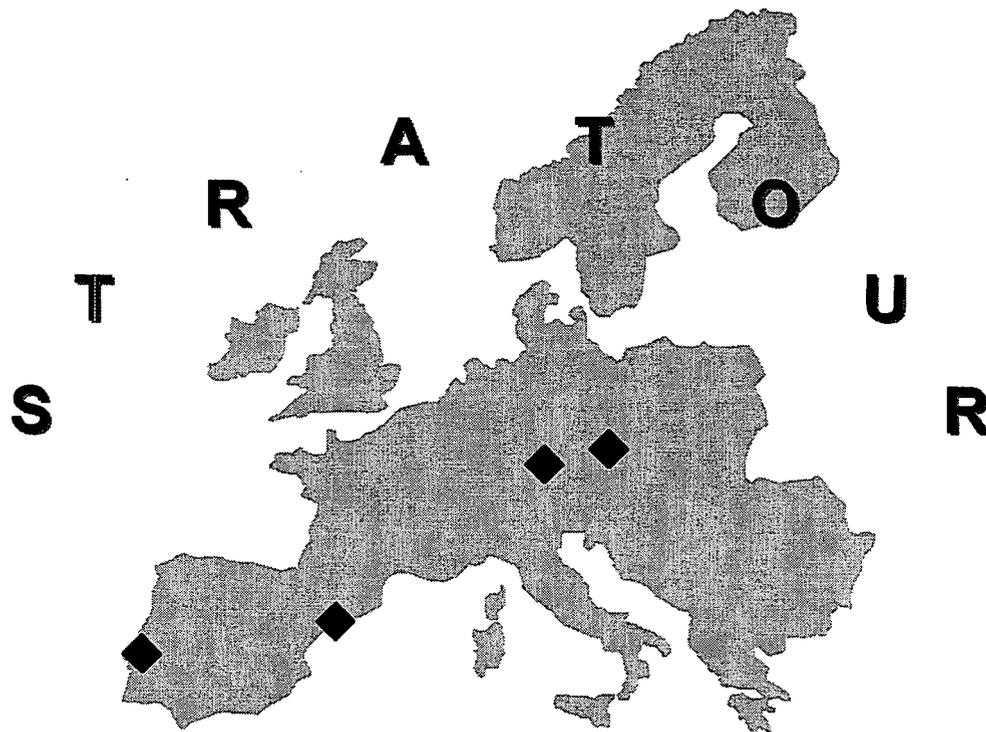
- ◆ Oferta.
- ◆ Demanda.

4. ANÁLISIS INTERNO.

- ◆ Fortalezas.
- ◆ Debilidades.

5. POLÍTICAS DE DESARROLLO.

- ◆ Descripción de la(s) política(s).
- ◆ Agencia(s) responsable(s).
 - Legal.
 - Financiero.
 - Ejecutor.
- ◆ Objetivos.
- ◆ Instrumentos.
- ◆ Recursos.
- ◆ Resultados.

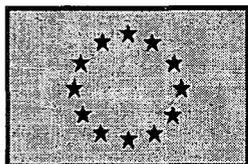


Data base for tourism strategies

CITY TOURISM SURVEY QUESTIONNAIRE

AUTHORITIES INVOLVED:
AJUNTAMENT DE BARCELONA
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

LANDESHAUPTSTAD MUNCHEN
MESTA PRAHY



WITH THE SUPPORT OF EUROPEAN UNION
(OUVERTURE PROGRAMME)

CO-ORDINATION

GFE
ASSOCIATS
CONSULTORS

TECHNICAL ASSISTANCE





A. TOURISM OFFER

Chart 1.1.1. Resources and tourism installations

(Description and qualitative valuation of resources and tourist installations in the city)

Monuments (Architecture)	Valuation (*)	Museums	Valuation (*)	Socio-cultural events	Valuation (*)	Others	Valuation (*)

Valuation scale: 1= Exceptional
2= Very interesting
3= Interesting

Chart 1.1.2. Resources and Tourism Products

(Description and valuation of resources and tourism installations in areas surrounding cities).

Monuments (Architecture)	Valuation (*)	Museums	Valuation (*)	Socio-cultural events	Valuation (*)	Others	Valuation (*)

Valuation scale: 1= Exceptional
2= Very interesting
3= Interesting

Chart 1.2.1. Transportation infrastructure (Airlines)

	Airline transportation	
	Schedule	Charter
Number of national cities connected		
Number of international cities connected		



Chart 1.2.2. Transport infrastructure (Highways and railways)

	Number
TGV corridors	
International railways lines	
International and national highways	

Chart 1.3.1.(a) Current hotel capacity

Category (*)	Establishments	Rooms	Capacity
H5*			
H4*			
H3*			
H2*			
H1*			
Total			

- (*) H5* + H4* = High category
 H3* = Medium category
 H2* + H1* = Low category

Chart 1.3.1.(b) Evolution of hotel capacity

Category (*)	1990	1991	1992	1993	1994
H5*					
H4*					
H3*					
H2*					
H1*					
Total					

- (*) H5* + H4* = High category
 H3* = Medium category
 H2* + H1* = Low category

Chart 1.3.2.(a) Installations for the convention, fairs and congresses market segment

	Number	Capacity
Convention Bureau (*)		
Hotels with congress and meeting room capacity		
Congress halls		

(*) Indicate if one exists and the number of member businesses.



Chart 1.3.2.(b) Complementary tourism installations

	Number	Capacity
High and upper class restaurants		
Casinos		
Events/shows (opera, dance halls...)		
Recreational installations (theme parks, leisure parks...)		
Others		

Chart 1.4.1. Tourist services for assistance to travellers

	Number	Location (*)
Number of permanent tourist offices providing direct services to tourists		
Number of seasonal offices providing direct services to tourists		
Police dedicated to tourists (**)		

- (*)
1. City centre
 2. Environs
 3. Transportation centres: airport, railway station...
 4. Others

(**) Please indicate if there is a special police unit or department specialized in tourist services

Chart 1.4.2. Tourist Board

	Description
Organizational characteristics(*)	
Number of staff:	
Permanent	
Part time	
Budget	

- (*) Public/Private, independent organization...



Chart 1.5. Tourism activities offered

	Number	Operator(*)
General city tours (year round)		
Specialised city tours		
Tourist packages		
Week - end offers		
Others		

(*) Indicate if the operator is a public or private entity

Chart 1.6.1. Hotel prices

Category	National currency	ECU
H5*		
H4*		
H3*		
H2*		
H1*		

(*) H5* + H4* = High category
 H3* = Medium category
 H2* + H1* = Low category

Chart 1.6.2. Restaurant prices

Category	National currency	ECU
High category		
Medium category		
Low category		

Chart 1.6.3. Museum prices

(Write the top five in number of visitors)	National currency	ECU



Chart 1.6.4. City Tour prices

City Tour	National currency	ECU

Including (in order to comparing prices):

Bus	Discount museum	_____
Dinner / lunch	Discount _____	_____
Guide	Discount _____	_____
Guidebook	Discount _____	_____



B. TOURISM - THE DEMAND SIDE

2.1. Foreign Tourism

Chart 2.1.1. Foreign tourists and visitors

	1990	1991	1992	1993
Visitors (less than 24 hrs.)				
Tourists (1 or more nights)				

Chart 2.1.2.(a) Visitor's place of origin

	1990	1991	1992	1993
National				
Foreign				
Total				

Chart 2.1.2.(b) Tourist's place of origin

	1990	1991	1992	1993
National				
Foreign				
Total				



Chart 2.1.2.(c) Nationality of foreign tourists

Nationality	Number of tourists	%
Germany		
Netherlands		
France		
Belgium		
Italy		
Poland		
Hungary		
Spain		
Austria		
Switzerland		
Portugal		
U.K.		
Scandinavia		
Rest of Europe		
U.S.A.		
Rest of America		
Japan		
Rest of Asia		
....		
Total		

Chart 2.1.3.(a) Mode of transportation used

Mode of transportation	Number of tourists	%
Aeroplane		
- regular		
- non - regular		
Car		
Train		
Tour bus		
Others		
Total		



Chart 2.1.3.(b) Airport traffic in the city airport

	1990	1991	1992	1993
National				
International				
Total				

Chart 2.1.4. Seasonal Flows

Month	Number of tourists	%
January		
February		
March		
April		
May		
June		
July		
August		
September		
October		
November		
December		
Total		

Chart 2.1.5. Type of lodging used and median stay

Hotel category	Number of tourists	Number of nights stayed	Median stay
H5*			
H4*			
H3*			
H2*			
H1*			
Total			

- (*) H5* + H4* = High category
 H3* = Medium category
 H2* + H1* = Low category



Chart 2.1.6. Purpose of visit

	Number of tourists	%
Leisure, recreation and holidays		
Visiting friends and relatives		
Business and professional		
Health treatment		
Religion / pilgrimages		
Other		
Total		

Chart 2.1.7. Organization of the trip

	Number of tourists	%
Individual trip		
Organized trip		
Total		

Chart 2.1.8. Level of satisfaction

Analyzing the level of satisfaction of a tourist can be done from various points of view and therefore, in each case the information available will be that which is submitted. Some of the principal indicators might be:

- Places and attractions most frequented
- Preferences of the visiting tourist (to be based on actual surveys conducted)
- Complaints or actual claims filed

2.2. National tourism

Statistics dates
Estimates dates
Appraisal dates

Chart 2.2.1. Place of origin

Region or city of origin	Number of tourist	%
Each country should list its principal regions and cities		
Total		



Chart 2.2.2. Seasonal Flows

Month	Number of tourists	%
January		
February		
March		
April		
May		
June		
July		
August		
September		
October		
November		
December		
Total		

Chart 2.2.3. Type of lodging used and median stay

Hotel category	Number of tourists	Number of nights stayed	Median stay
H5*			
H4*			
H3*			
H2*			
H1*			
Total			

(*) H5* + H4* = High category
 H3* = Medium category
 H2* + H1* = Low category



Chart 2.2.4. Mode of transportation used

Mode of transportation	Number of tourists	%
Aeroplane		
- regular		
- non - regular		
Car		
Train		
Tour bus		
Others		
Total		

Chart 2.2.5. Purpose of visit

	Number of tourists	%
Leisure, recreation and holidays		
Visiting friends and relatives		
Business and professional		
Health treatment		
Religion / pilgrimages		
Other		
Total		



Code

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

C. POLICY DATABASE PROFORMA

Proforma completed by: Department/Agency	
Address	
City	
Tel FAX	

1.DESCRPTION OF TOURIST SECTOR WEAKNESSES OR STRENGTHS.

(150 words)

(Mention, the **top 5** weaknesses and Strengths of the Tourist Sector that may affect, positively or negatively, the Scenarios of future of the sector in your City)

WEAKNESSES:

STRENGTHS:



SUMMARY	Main policy Sector	
	Policy Action	
	Name of specific policy sub-actions (If any)	

KEY WORDS	(STRATOUR to complete)

RESPONSIBLE AGENCIES

Legal	
Financial	
Managerial	
Implementation	

CONTACT FOR FURTHER INFORMATION ON THIS POLICY ACTION	Name	
	Address	
	Tel. FAX	
	Working Languages	



2. Policy Action Aims (150 words)

(Policy description, specific aims of this action, explicit spatial targeting, if any)

3. Policy Instruments (150 words)

(Describe the day-to-day activities used to implement this action)



4. Performance Indicators (150 words)

(Assess whether actions met objectives including policy and financial targets; summarise assessment indicators used)

--

5. Resource management

Total Cost (local currency)	
Staffing (person units)	
Length (months)	
Inter-agency co-operation	

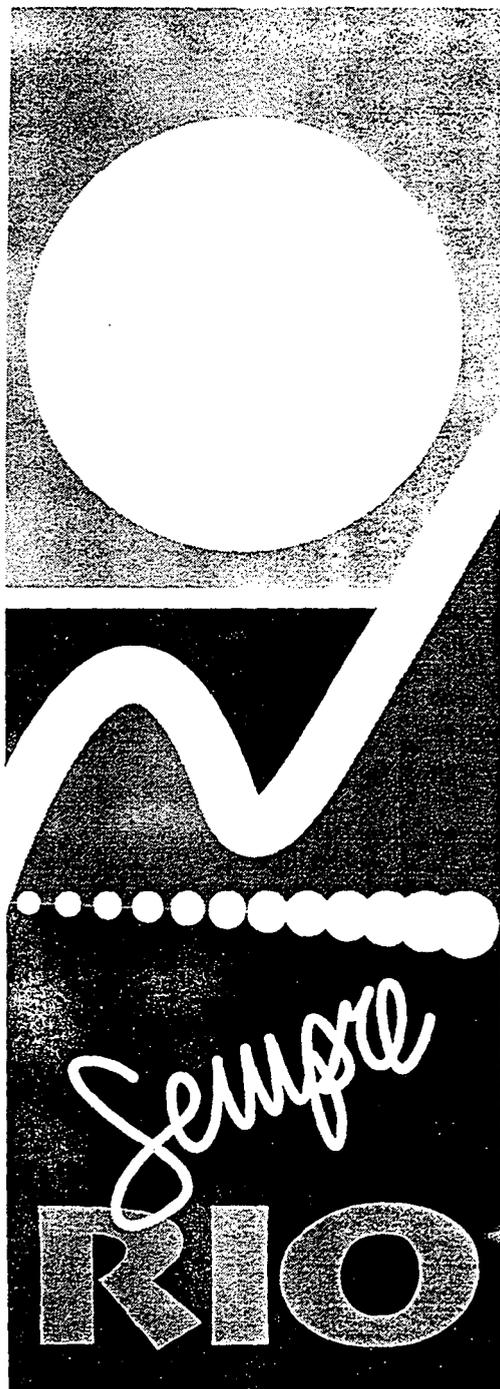


6. Documentation related to this policy action

Title	Author	Date	Internal/published

7. Policy status (150 words)

(Current status of this policy, future action, other information)



**Plano
Estratégico
da Cidade
do Rio de Janeiro**

**Relatório da Cidade nº 1
documento de trabalho**

Rio, Pólo Regional, Nacional e Internacional

- Turismo
- Cultura
- Esportes

“ Implementar projetos e eventos de natureza esportiva e cultural que resultem no aprimoramento da imagem interna e externa da Cidade, de modo a transformá-la num pólo regional, nacional e internacional.”

Estratégia Nº 7 - Rio Pólo Regional, Nacional e Internacional

Principais Indicadores - Quadro Síntese

Indicador	Dados anteriores		1995		Variação % nos períodos	Tendências
	Período	Valor	1º Sem.	2º Sem.		
I. Cultura						
Público total de eventos culturais	ND	ND	1.605.740		-	NA
II. Esportes						
Nº de eventos esportivos	ND	ND	414		-	NA
III. Imagem da cidade						
Imagem negativa- violência	1º Sem. 94	295	829	ND	+181,02%	Crescente
IV. Turismo						
Taxa ocupação hoteleira	1994	51,60	61,86		+19,83%	Crescente
V. Eventos em geral						
Nº total eventos	2º Sem. 94	69	39	74	+7,25%	Crescente

Fonte: Quadros anexos

Indicadores Complementares - Quadro Síntese

Indicador	Dados anteriores		1995		Variação % nos períodos	Tendências
	Período	Valor	1º Sem.	2º Sem.		
I. Cultura						
Nº de eventos culturais	ND	ND	3.604		-	
Atividade dos principais C.culturais					-	
Nº de eventos	ND	ND	1.785		-	
Público total	ND	ND	795.869		-	
Teatros	ND	ND			-	
Nº de peças	ND	ND	1.948		-	
Público total	ND	ND	670.814		-	
Museus	ND	ND			-	
Nº de eventos	ND	ND	71		-	
Público total	ND	ND	340.057		-	
II. Esportes						
Participação do RJ calend. brasil.	ND	ND	15,07%		-	
III. Imagem da cidade						
Imagem negativa- violência						
Tráfico de drogas	1º Sem. 94	174	386	ND	+121,84%	
Violência geral (excl.homicídios)	1º Sem. 94	14	111	ND	+692,86%	
Violência policial	1º Sem. 94	28	81	ND	+189,29%	
Violência contra mulher	1º Sem. 94	3	10	ND	+233,33%	
Crimes	1º Sem. 94	54	231	ND	+327,78%	
Crimes contra menor	1º Sem. 94	22	10	ND	-54,55%	
IV. Turismo						
Participação do RJ no Nº turistas	2º Sem. 94	45,56%	22%	42%	-7,81%	
Nº de turistas estrangeiros	2º Sem. 94	235.629	199.718	213.213	-9,51%	
Nº de turistas a negócios	1994	40.350	37.907		-6,05%	
Nº de turistas p/congressos	1994	15.510	15.402		-0,70%	
V. Eventos em geral						
Nº Eventos						
Nº congressos/convenções	2º Sem. 94	55	28	63	+14,55%	
Nº feiras/exposições	2º Sem. 94	14	11	11	-21,42%	
Nº participantes eventos						
Brasileiros	1994	72.785	118.060		+62,20%	
Estrangeiros	1994	17.400	13.120		-24,60%	

Fonte: Quadros Anexos.

Notas: Sempre que possível os dados do último semestre são comparados com o semestre equivalente do ano anterior.

I. Cultura

Eventos Culturais Realizados na Cidade do Rio de Janeiro

Público e número de eventos culturais realizados na cidade do Rio de Janeiro - 1995		
Instituições	Público Total	NºEventos
1. Centros Culturais		
Museu da República	52.930	44
Centro Cultural Banco do Brasil	215.446	1.293
Centro Cultural Cândido Mendes	44.757	139
Centro Cultural da Light	41.115	113
Casa de Cultura Laura Alvim	41.306	124
Paço Imperial	120.000	15
Centro Cultural dos Correios	80.315	30
Casa França Brasil	200.000	27
Total	795.869	1.785
2. Museus		
Museu de Belas Artes	285.061	42
Museu de Arte Moderna	54.996	29
Total	340.057	71
3. Teatros		
Teatros Rio Arte		
Carlos Gomes	62.488	288
Sala Carlos Gomes	541	14
Teatro Delfin	30.614	280
Teatro Glória	26.440	198
Teatro Sérgio Porto	14.988	257
Teatro Ziembinski	12.811	230
Teatro de Arena	22.313	124
Lona Cult.-Herm. Paschoal-Rioarte	1.058	11
Teatro Marionetes Carlos Werneck	5.410	18
Total	176.683	1.420
Teatros FUNARJ		
Teatro Armando Gonzaga	7.958	30
Teatro Artur de Azevedo	4.596	5
Teatro Faria Lima	448	7
Teatro Gláucio Gil	9.588	14
Teatro Villa Lobos -Espaços II e III	58.605	37
Teatro João Caetano	131.824	76
Sala Cecília Meirelles	44.356	147
Teatro Municipal	196.800	164
Total	454.175	480
Teatros FUNARTE		
Teatro Cacilda Becker	13.505	23
Teatro Dulcina	14.974	14
Teatro Glaucê Rocha	11.497	11
Total	39.976	48
Total		
TOTAL GERAL	1.806.740	3.304

Fontes: Museu da República, Centro Cultural Banco do Brasil, Centro Cultural Cândido Mendes, Centro Cultural da Light, Casa de Cultura Laura Alvim, Paço Imperial, Centro Cultural dos Correios, Casa de Cultura França Brasil (não inclui exposições permanentes nem abertas onde não é possível a contagem de público); Museu de Belas Artes, Museu de Arte Moderna; RIOARTE, FUNARJ e FUNARTE.

Nota: O Sindicato de Distribuidores Cinematográficos não forneceu o público de cinema.

II. Esportes

Eventos Esportivos na Cidade do Rio de Janeiro

Número de eventos esportivos realizados na cidade do Rio de Janeiro por modalidade (*) Ano de 1995									
Modalidade	Confederações Brasileiras					Federações do RJ			Total geral
	Event. realiz. na cidade RJ			Total eventos Brasil	% RJ	1º Sem.	2º Sem.	Total	
	1º Sem.	2º Sem.	Total						
Esportes Individuais									
Atletismo	4	0	4	23	17,39%	9	13	22	26
Automobilismo	1	1	2	10	20%	-	-	-	2
Badminton	0	0	0	1	0%	-	-	-	0
Canoagem	2	1	3	39	7,69%	0	0	0	3
Ciclismo	0	1	1	10	10%	-	-	-	1
Culturismo e Musculação	2	2	4	11	36,36%	-	-	-	4
Desp. Aquáticos (Natação)	3	7	10	26	38,46%	16	23	39	49
Desportos Subaquáticos	10	6	16	85	18,42%	-	-	-	16
Desportos Terrestres	1	1	2	20	10%	-	-	-	2
Desportos Universitários	0	0	0	14	0%	-	-	-	0
Esgrima	2	0	2	26	7,69%	-	-	-	2
Ginástica	1	3	4	34	11,76%	3	11	14	18
Golfe	1	0	1	20	5%	5	7	12	13
Hipismo	2	8	10	66	15,15%	-	-	-	10
Judô	6	4	10	35	28,57%	9	8	17	27
Karatê	0	0	0	8	0%	3	6	9	9
Levantamento de Peso	0	0	0	11	0%	-	-	-	0
Lutas	1	0	1	8	12,50%	2	0	2	3
Motociclismo	-	2	2	16	12,50%	-	-	0	2
Pugilismo	1	1	2	8	25%	-	-	6	10
Remo	2	0	2	8	25%	3	3	6	8
Squash	3	6	9	22	40,90%	3	5	8	17
Surf ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	3	6	9	9
Taekwondo	2	0	2	18	11,11%	2	2	4	6
Tênis	1	0	1	37	2,70%	2	6	8	9
Tênis de Mesa	1	0	1	9	11,11%	5	13	18	19
Tiro	0	0	0	28	0%	8	8	16	16
Tiro com Arco	2	2	4	10	40%	4	4	8	12
Triathlon	0	0	0	6	0%	3	4	7	7
Vela e Motor ⁽²⁾	6	3	9	19	47,36%	9	16	25	34
Esportes Coletivos									
Baisebol e Softbol	0	0	0	37	0%	3	2	5	5
Basquete	1	0	1	17	5,88%	-	-	25	26
Futebol de Salão	1	0	1	9	11,11%	-	-	6	17
Handebol	1	0	1	15	6,66%	8	8	16	17
Rugby	0	0	0	1	0%	-	-	-	0
Volley-Ball	2	3	5	30	16,65%	-	-	6	13
Volley de Praia	2	0	2	6	33,33%	-	-	-	2
TOTAIS	61	51	112	743	15,07%	100⁽³⁾	139⁽³⁾	302	414

Fonte: Confederações Brasileiras e/ou Estaduais das respectivas modalidades (ver "Fontes") e Turismo-Calendarário de Eventos.

(*) Notas de Esclarecimento:

- (a) De modo geral, considera-se um evento esportivo um torneio como um todo, independentemente do número de competições, bem como os encontros técnicos das modalidades. Os eventos dos esportes individuais e coletivos, dada sua natureza diferente foram computados segundo critérios distintos. Para os esportes individuais, na maioria dos casos, as competições de um mesmo torneio realizadas em cidades diferentes e datas diferentes foram considerados eventos individuais, ao passo que para os esportes coletivos, com numerosas competições até as finais, contou-se como um evento as partidas realizadas na Cidade do Rio de Janeiro, independente de seu número. Para os eventos individuais as etapas de um campeonato são considerados eventos independentes.

- (b) O Futebol não foi incluído dado o seu carácter especial. São poucos os torneios e muito numerosas as partidas . Por outro lado não existe disputa pela realização das partidas uma vez que estas são distribuídas por todo o país. O Rio de Janeiro, dada sua importância no cenário do esporte sedia um grande número destas partidas.
 - (c) Para a contagem do número total de eventos realizados pelas Confederações (em geral de natureza nacional e/ou internacional) eliminou-se do Calendário os eventos regionais, como por exemplo Torneios, Campeonatos ou Copas "Centro-Oeste", "Nordeste", etc. bem como os torneios organizados por Cidades , tais como Torneio da Cidade de São Paulo, etc. O Rio de Janeiro não pode competir pela sua realização.
 - (d) As confederações das seguintes modalidades esportivas não foram contactadas: Ski, Caça e Tiro, Hoquei e Patinação, Paraquedismo, Boliche, Capoeira e Xadrez. A Associação de Vão a Vela não registrou eventos no Rio de Janeiro.
- (1) Fonte: exclusivamente TURISRIO.
 - (2) Fonte : Confederação de Vela e Motor para os eventos do Calendário Nacional e Turisrio para os eventos locais.
 - (3) Os totais dos semestres não somam o total do ano porque para alguns dos esportes só se conseguiu o total anual de eventos.

III. Imagem da Cidade

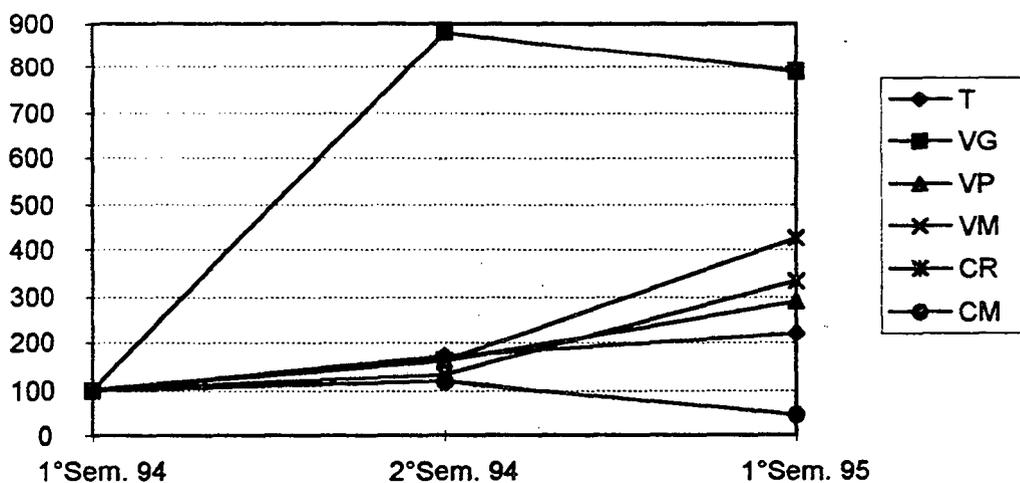
Noticiário de Violência na Cidade do Rio de Janeiro

Número de notícias de violências na cidade do Rio de Janeiro por categoria							
Período	T	VG	VP	VM	CR	CM	Toi.
1ºSem. 94	174	14	28	3	54	22	295
2ºSem. 94	296	123	45	4	86	26	580
Ano 94	470	137	73	7	140	48	875
1ºSem. 95	386	111	81	10	231	10	829

Fonte: Jornal do Brasil- Serviço de Pesquisas

Notas: (T)- Tráfico de drogas ; (VG)-Violência em geral ; (VP)- Violência policial; (VM)- Violência contra a mulher; (CR)-Crimes em geral; (CM)-Crimes contra o menor.
O Serviço de Pesquisas inclui o noticiário do próprio Jornal do Brasil, do Globo e do Dia. Não são contadas as notícias repetidas.

Evolução do índice do número de notícias de violências na Cidade do Rio de Janeiro em jornais



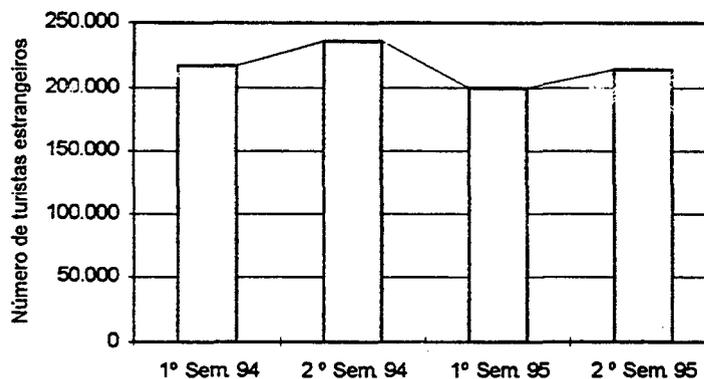
IV. Turismo

Movimento Turístico da Cidade do Rio de Janeiro

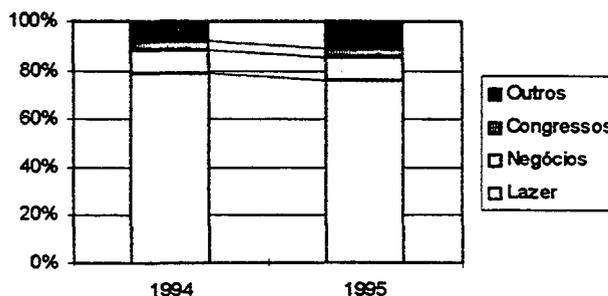
Número de turistas estrangeiros para a cidade do Rio de Janeiro			
Período	Rio de Janeiro	Brasil	Part RJ (%)
1994			
1º Semestre	216.725	846.917	26
2º Semestre	235.629	517.118	46
Total	452.354	1.364.035	33
1995			
1º Semestre	199.718	918.381	22
2º Semestre	213.213	505.598	42
Total	412.931	1.423.979	29

Fonte: Polícia Federal / DPMAF- Departamento de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras

Evolução do movimento turístico externo para a cidade do Rio de Janeiro



Evolução dos principais segmentos turísticos com destino à cidade do Rio de Janeiro (%)



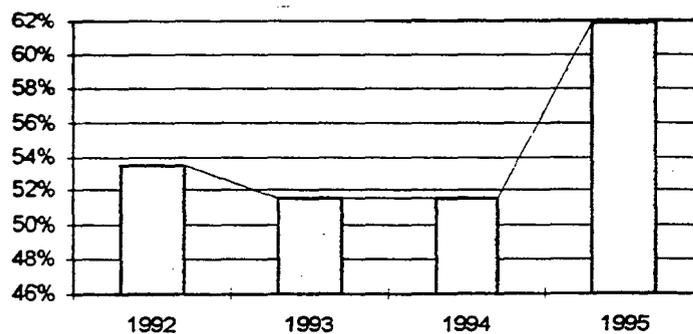
IV. Turismo

Evolução da Taxa de Ocupação Hoteleira da Cidade do Rio de Janeiro

Taxa de ocupação hoteleira cidade do Rio de Janeiro	
Ano 1992	53.45%
Ano 1993	51.56%
Ano 1994	51.60%
Ano 1995	61.86%
1 Sem.95	57.25%
2 Sem.95	66.46%

Fonte: ABIH-Associação Brasileira da Indústria Hoteleira

Evolução da taxa de ocupação hoteleira na Cidade do Rio de Janeiro



V. Eventos

Eventos

Eventos realizados na cidade do Rio de Janeiro			
	Feiras e Exposições	Congressos e Seminários	Total
	1994		
1 Sem.	8	28	36
2 Sem.	14	55	69
Ano	22	83	105
	1995		
1 Sem.	11	28	39
2 Sem.	11	63	74
Ano	22	91	113

Fonte: Rio Convention and Visitors Bureau- Calendário

Nota: Feiras e Exposições incluem todos os eventos de cunho comercial e Congressos e Convenções incluem todos os eventos acadêmicos e técnicos

Número de Participantes em Eventos realizados na Cidade do Rio de Janeiro por classe		
Classe de Evento	1994	1995
Brasileiros	72.785	118.060
Estrangeiros	17.400	13.120
Total	90.185	131.180

Fonte: Rio Convention and Visitors Bureau- Calendário de Eventos

Estrategias de desarrollo e internacionalización de las ciudades europeas.

Las redes de ciudades

Síntesis

La mayoría de los rankings que aparecen en la actualidad se dedican al estudio de cuatro grandes temas: la importancia relativa de las ciudades—en general en términos de riqueza, crecimiento y capacidad de crear empleo—; la valoración de la calidad de vida; el nivel de internacionalidad; y la atractividad del núcleo urbano, medida en términos de dinamismo económico.

Los rankings analizados: resumen de categorías

RANKING DE IMPORTANCIA	CALIDAD DE VIDA	INTERNACIONALIDAD	ATRACTIVIDAD
Riqueza	Dinamismo económico	Entorno -geográfico -humano, cultural y recreativo -educacional -sociopolítico -económico	Calidad de vida -situación geográfica -dinámica demográfica -costes de transporte
Crecimiento	Nivel de vida	Internacional -función internacional -intercambios -cosmopolitismo -servicios de acogida	Imagen de la ciudad
Capacidad de crear empleo	Entorno	Soporte socio-económico -nuevas tecnologías -investigación (partnerships) -comunicaciones	Incentivos institucionales
	Aspectos sociales	Comportamiento demográfico	Entorno económico -dinamismo empresarial/ creación de empresas -empleo -edad del tejido económico -costes laborales -relaciones laborales -terciario superior -productividad del trabajo -calidad de la mano de obra
	Transportes Cultura y educación Seguridad		

De una forma u otra las distintas clasificaciones tienden a centrar sus valoraciones en el entorno económico y la calidad de vida, escogiendo para cada uno de estos temas distintos indicadores.

ST 54

**TERRITÓRIOS DO TURISMO: NOVAS DEMANDAS DE
INFORMAÇÕES**

COORDENADORA: ANNA MARIA MARCONDES MACHADO (EMBRATUR)

TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

**Coordenador: UBIRAJARA ALUIZIO DE OLIVEIRA MATTOS
(FIOCRUIZ/RJ)**

A **Tecnologia** é determinada por uma série de aspectos de natureza social, política, econômica e ambiental. Ela também é determinante nas transformações que ocorrem na **Organização do Território**, que é simultaneamente um espaço físico, social, político e econômico, ocasionando mudanças que, muitas vezes, tem resultado em prejuízos à saúde das pessoas e danos ambientais.

Baseados neste quadro, que alternativas podem ser desenvolvidas para processos decisórios sobre **escolhas tecnológicas** que possibilitem o desenvolvimento sustentável e uma sociedade mais justa?

Diante desta questão e face a realidade brasileira sugiro que sejam discutidos os papéis dos seguintes setores da sociedade civil:

- . Centros de Educação e Formação de Pessoal
- . Centros de Pesquisa
- . Poder Executivo
- . Poder Judiciário
- . Poder Legislativo
- . Empresas
- . Sindicatos de Trabalhadores
- . Organizações Não Governamentais.

texto enviado para a
CONFERÊNCIA NACIONAL DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA-
ENCONTRO NACIONAL DOS PRODUTORES E USUÁRIOS DE
INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS, Rio de Janeiro,
Brasil, maio 1996.

Sessão temática 55 : TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE
Coordenador : Ubirajara A.O.Mattos (FIOCRUZ,RJ)

"Opinião pública e interesses institucionais nas questões tecnológicas e ambientais"(*)

Autor convidado : Arsênio Oswaldo Sevá Filho (Unicamp,SP)

(*) esclarecimento do autor: Este texto foi organizado em forma de verbetes, de até uma página cada um e com poucas referências de autores , inseridas no corpo do texto. Foi preparado especialmente para esta sessão temática; conforme orientação dos organizadores, destina-se a apreciar o panorama destes temas na atualidade brasileira; optei explicitamente por levantar pontos polêmicos e supostamente relevantes para a intervenção dos debatedores e dos participantes do evento.

I.Sinais vitais planetários alterados

Pode-se objetivamente verificar tais alterações, o que é feito cada vez mais. Pode-se também , correlacionar, deduzir fatos, estabelecer nexos, o que deveria ser feito muito mais. Tudo para que se tenha e que se reafirme a certeza, sem concessões , de que os sinais vitais do planeta estão bastante alterados.

A expressão *sinais vitais* vem sendo trabalhada pelos pesquisadores do Worldwatch Institute(EUA) desde o primeiro número de seu relatório anual “State of the World”, e compreende as mudanças e tendências nos seguintes aspectos: cobertura vegetal, solo agrícola e agricultável, zonas desérticas, lagos e água fresca, diversidade de espécies, qualidades do subsolo, clima, nível dos mares e proteção estratosférica do ozônio.(BROWN, FLAVIN,- “The earth’s vital signs”, “The State of the World- 1988 ”, Worldwatch Institute, Norton)

Além do quê, devemos computar os resultados cumulativos de todas as intervenções de engenharia, cirurgias e chagas na “epiderme da terra”, conforme já advertia o geomorfólogo francês TRICART, há mais de trinta anos,(“L ‘ épiderme de la terre. Esquisse de géomorphologie appliquée”, Masson, 1961), chamando a atenção sobre os eventos decorrentes da combinação sinérgica entre os riscos técnicos e os riscos naturais e telúricos, que em geral resultam em calamidades e tragédias humanas :desmoronamentos, enxurradas, desabamentos, entupimento de rios, multiplicação dos efeitos dos terremotos em áreas construídas.

2.Linguagem: expressão, questão e crise

Em português e em castelhano, é um meio / medio ambiente, enquanto em francês e em inglês é um “environnement / environment”- o que transmite a sensação de vizinhança, de arredores, de contorno, envoltório. Francamente, nas nossas línguas ibéricas, estamos mal servidos, e fica sempre aberta a brecha para outras associações de idéias, como, principalmente, associar o ambiente com a disciplina científica que estuda as correlações entre os seres vivos, a Ecologia.

O uso e mau uso desta palavra e de seus derivados (ecologismo, ecológico,etc) anda servindo mais para atrapalhar do que para esclarecer, para confinar o problemas apenas em termos de “preservação”, ao invés de colocá-lo como uma consequência direta dos nossos modos de produzir e de consumir mercadorias e serviços.

De toda forma, muito além da EXPRESSÃO, estamos lidando com uma QUESTÃO, recheada de problemas graves, os antigos que vieram se acumulando, e os muito recentes como os riscos da tecnologia de fissão nuclear e como as alterações químicas da atmosfera. E pode ser visto, sem receios de ser considerado como alarmista ou pessimista, como uma CRISE, verdadeira, uma passagem crítica, uma combinações de situações locais e regionais críticas.

Até se chegar a reconhecer , como fez o geólogo armeniano TER-STEPANIAN (“Beginning of the technogene”, Bull. of. Int. Assoc. of Engineering Geology, n.38, 1988), - anunciando a emergência histórica de uma era geológica nova, pós-quadernária, que êle chama de “era tecnogênica” ou “quinária”. Pela simples e poderosa razão de o homem e suas ações constituírem hoje, e pela primeira vez desde o seu surgimento, um agente geológico de primeira grandeza -- impondo transformações que o planeta naturalmente jamais teria adquirido- como as grandes barragens e as imensas áreas construídas e , pior, -- executando reações químicas e transformações atômicas que normalmente só ocorrem fora do planeta, no Sol e em outras regiões do Universo.

3.Linguagem : significados e usos da expressão "meio ambiente"

A reação imediata , o significado prontamente acessível para um determinado leitor ou interlocutor, ao ler ou ouvir as expressões TECNOLOGIA e MEIO AMBIENTE ou AMBIENTE, depende muito do seu grau de instrução e de cultura geral, que permitiriam identificar conotações distintas para as mesmas palavras. Outro fator que é também determinante - as construções ou des-construções sociais - resulta de operações sofisticadas e trabalhosas , nas quais, quase todos os leitores e interlocutores não passam de vítimas, ou melhor, de alvo destas operações. Isto porque as conotações imediatas nem sempre são as que interessam para o esquema de dominação ideológica:

- muitos associam à expressão MEIO AMBIENTE os conceitos e as formas sensíveis da natureza, da vida selvagem, da vida vegetal e animal ; não por acaso, os ambientalistas vão se tornando conhecidos como defensores de algumas árvores e de alguns bichos, por isto também, são considerados ou se consideram como “verdes”;
- talvez ainda mais pessoas associem a mesma expressão com as paisagens, os domínios naturais, uma bela serra, um litoral deslumbrante, ou mesmo com as zonas polares; poucos entretanto poderão se lembrar de imediato dos ecossistemas e dos seus múltiplos significados e mecanismos, pois são conceitos científicos, que apesar da popularização das expressões, necessitam de estudos e de métodos para sua aplicação correta.
- apenas alguns grupos de cidadãos identificarão AMBIENTE com AMBIENTE DE TRABALHO, ou com as condições ambientais nos locais de trabalho; dentre êles, muito provavelmente estarão os próprios trabalhadores, os técnicos e profissionais das áreas de Medicina do Trabalho e de Engenharia de Segurança.

4.Imagens da tecnologia

A expressão tecnologia evoca, para quase todos, uma imagem intelectualizada, de competência, de conhecimento, de saber ou até de sabedoria; mas poucos relacionarão de imediato com o avanço da ciência para fins de aplicação na produção capitalista.

Muitos, entretanto, se lembrarão que a tecnologia é algo que ocorre dentro de empresas, de laboratórios, de centros de pesquisa, ou seja, que a tecnologia é algo INSTITUCIONAL, e no mais das vezes, EMPRESARIAL - e isto apesar de todo o esforço feito, justamente pelas instituições e empresas, em apresentar a tecnologia como um bem de uso geral, um bem acessível a todos os capacitados..

Quase todos, enquanto usuários e consumidores dos bens e serviços da atualidade, identificarão a tecnologia principalmente com as características de performance, de design, de projeto de um certo produto, de uma máquina, de uma instalação.

De qualquer maneira, a palavra é cercada de uma aura incontestada : tecnologia é assunto de engenheiros, de pesquisadores, de cientistas, de inventores... perante os quais os leigos, que são muitos, quase todos, se sentem fascinados e até intimidados.

5.Do conhecimento para o bem e para o mal

Relacionar tecnologia com ambiente implica em lançar pontes, fazer paralelismos e comparações entre as mais diversas manifestações do conhecimento técnico-científico, inclusive entre manifestações e evidências discrepantes, por vezes antagônicas. Na retaguarda de nosso pensamento filosófico, ocidental, judaico-cristão, estão sempre a postos os conceitos poderosos de SABER e de NATUREZA, portanto, mesmo que os tecnólogos e tecnocratas não o admitam explicitamente, o tema nos obriga a retornar à cultura, à religião, e claro- às escalas de valor e aos julgamentos éticos.

A Ciência da Natureza, nascida como “Physis” no tempo dos gregos, sempre deveu algum tipo de satisfação ou, pelo menos, de respeito às doutrinas religiosas e às teologias; porém, acontece frequentemente que suas conclusões ou deduções vão se chocar com tais dogmas e visões estabelecidas. As ciências em geral, e as técnicas que dela decorrem, permitem tratar a natureza e o ser humano como um valor positivo a ser preservado, desenvolvido, ou, como meros instrumentos de realização de mais lucro ou de mais poder.

Nos tempos em que a Igreja Católica exercia um quase monopólio do saber, da escrita, dos registros e dos discursos, seus teólogos e seus censores se dedicavam a classificar o que podia ou não ser publicado (o “INDEX”). Seu “métier”era portanto traçar o limite entre a ciência para o bem e a ciência para o mal.

Este tempo pode ter sido superado por séculos de avanço do saber leigo, ou, pelo menos, não submisso aos dogmas religiosos, mas ainda hoje e sempre será necessário se avaliar, afinal, se os tais conhecimentos rigorosos e metódicos das ciências estão sendo utilizados para o bem ou para o mal, para a felicidade e a vida melhor na terra, ou se para a degradação do planeta e para o prejuízo das sociedades .

6.Tecnologia e meio ambiente nas "mídias"

É difícilimo se estimar, e até mesmo sondar o que a chamada opinião pública opinaria a respeito das relações entre as tecnologias e os recursos naturais, as águas e as fontes de energia, o espaço físico-territorial, as condições de trabalho, as condições de vida em geral, as de hoje e as futuras.

Para nós brasileiros, os obstáculos começam pela enorme AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO e pela persistente DEFORMAÇÃO DA INFORMAÇÃO ; cujos instrumentos são : -

- o analfabetismo, o colapso dos sistemas educacionais públicos, as práticas legais e ilegais, formais e informais de bloqueio, e de filtragem das informações relevantes para o interesse público.

Mesmo as informações elementares como as geográficas e cartográficas, fundamentais para o posicionamento dos indivíduos no espaço físico e para as suas relações essenciais com o meio natural são deliberadamente falseadas ou omitidas. Basta pensar na maneira como algumas estações de tv apresentam as previsões do clima , num festival de mediocridade e de de falsa criatividade. Por estas razões o geógrafo francês Yves LACOSTE (“La Géographie ça sert d’abord à faire la guerre” Maspero, 1a. ed. 1976) alertava há vinte anos, para o fato de a Geografia servir, antes de mais nada , para fazer a guerra, e, além de uma disciplina considerada chata pelos colegas, era principalmente “um saber estratégico deixado nas mãos de poucos”(pg.25), e lembrava que “é preciso que as pessoas saibam o porquê das pesquisas das quais elas são o objeto”(pg.141, da 2a. ed. 1982).

Além da desinformação , nossos obstáculos se multiplicam por causa da insistência , da recorrência das MISTIFICAÇÕES E RECONSTRUÇÕES DAS VERSÕES DAS IMAGENS, o que se chama atualmente de “maquiagem”. É o que se observa a todo instante nas transmissões de rádio e de televisão, nos jornais e revistas, e também nos materiais de uso didático em todos os níveis . Mesmo quando o assunto tratado não aborda diretamente alguma questão tecnológica ou ambiental, o ranço vem junto com a mensagem, e até as publicidades e propagandas comerciais estão carregadas desta disposição de lograr os leitores e ouvintes, de seduzí-los com uma novidade tecnológica sempre mais moderna, mais avançada, e nunca perigosa, nunca supérflua, nunca maquiada...

7. Controvérsias sobre problemas reais

O fato é que os CONFLITOS E CONTROVÉRSIAS diretamente relacionados com tecnologia e meio ambiente vêm se agravando e se disseminando, e podem ser caracterizados muito bem como conflitos que envolvem agentes sociais e econômicos qualificados, e que vão disputando num terreno essencialmente político e ideológico, mesmo quando tais decisões são também decisões técnicas. O que a cientista social norte americana Dorothy NELKIN chamava , no título de seu livro : “Controversy - politics of technical decisions” , Sage Publications, CA, 1979.

Assim, não se pode enxergar tais polêmicas como diletantismo, ou como competições doutrinárias ou de juízos de valor entre diferentes “fatias” da opinião pública, e sim, como problemas muito concretos, graves, nos quais os cidadãos intervêm como trabalhadores de uma instalação arriscada e perigosa, como vizinhos de uma industria poluidora que incomoda muita gente ou de uma mineradora que devora terrenos e expulsa moradores, como usuários de um produto ou um serviço que pode ameaçar a saúde ou a integridade.

8. Operações na indústria cultural

Os meios utilizados são muitos, variadíssimos, de atuação mais persistente ou mais episódica: associam os conceitos de tecnologia, de ciência, de progresso diretamente com as imagens de produtos e de empresas, e são montados como meios de CONVENCIMENTO E PERSUASÃO, embora muitas vezes se fundamentem apenas no fetichismo e na disposição de ludibriar os interlocutores. Principalmente, quando se trata de convencer os próprios cidadãos que estão sendo prejudicados ou ameaçados, lesados por alguma operação econômica, por alguma situação de risco e de alteração ambiental.

Basta registrar que os moradores de um dos piores lugares do Mundo, em Cubatão, na Baixada Santista, SP, vêm sendo pressionados há anos para se convencer de que os problemas de poluição da sua cidade foram “resolvidos”, seja porque os índices técnicos de concentração de gases e poeiras na atmosfera teriam alcançado recentemente resultados melhores do que durante o período considerado mais crítico, pior, no início dos anos 80, seja porque uma ou outra das grandes empresas poluidoras instalou um ou outro acessório industrial, obrigada pela CETESB e financiada por bancos estatais.

9. Ciência para a política

A situação corresponde muito bem ao que o filósofo alemão Jurgen HABERMAS (“Ciencia y tecnica como “ideología”, Ed. Tecnós, Madrid, 1984.) havia chamado, nos anos 60, de “cientifização da política”: agora, a eterna busca de legitimidade por parte dos dominantes poderá também lançar mão de uma poderosa imagem, de racionalidade científica, de razão técnica. Como se fez até a Idade Média e um pouco depois, quando os déspotas e usurpadores de tronos eram entronizados com a benção dos cardeais e do Papa... o Mundo moderno deve aturar os seus poderosos, e até justificar seus arbítrios e até os seus desvarios, simplesmente porque suas decisões teriam, como eles adoram dizer, bases científicas, além de assegurar que, com tal ou tal decisão, a humanidade trilha sua rota inexorável de progresso, que nos dois últimos séculos sempre significou progresso industrial, instalações e processos intensivos em energia, produtores de grandes volumes de resíduos e com etapas de alto risco. (o que explorei com mais detalhes na tese de Livre-Docência: SEVÁ FILHO, A.O. *“No limite dos riscos e da dominação. A politização dos investimentos industriais de grande porte”*, DPCT/ IG / Unicamp, 1988).

10. Imagens negativas

Porém, não há como negar as situações em que o tal progresso técnico representou um progresso militar, bélico, repressivo, destrutivo, e aí fatalmente a imagem é negativa. Foi o que ocorreu com a TECNOLOGIA NUCLEAR, algo desenvolvido com finalidades exclusivamente destrutivas, mas que logo depois dos crimes de Hiroshima e Nagasaki, no final da década de 1940, foi apresentado para o Mundo, com o apadrinhamento da recém fundada ONU, como uma tecnologia benévola, numa enorme campanha intitulada “Atoms for peace”!!, e que ainda hoje, encontra seguidores, adeptos e propagandistas, agora investindo em valores do tipo “temos que dominar esta tecnologia” ou do tipo “a eletricidade de origem nuclear, obtida nas centrais nucleares não é poluente”!

Nas situações em que os indivíduos se expõem, por causa do trabalho e durante o trabalho, aos riscos de acidente e de doenças, a imagem da tecnologia também deveria ser sempre, ou quase sempre negativa. Mas, faz-se de tudo para que o AMBIENTE DE TRABALHO, tornado arriscado e insalubre por causa da tecnologia adotada, não seja considerado como um problema ambiental.

O ambiente onde o homem e a mulher produzem e garantem a sua reprodução não merece o mesmo destaque nem a mesma simpatia que os ecossistemas onde as várias formas de vida se reproduzem.

Pior ainda, neste caso, a mesma tecnologia que causa o problema não tem sido capaz de ENCAMINHAR SOLUÇÕES para os riscos, a insalubridade, a periculosidade.

11. Imagens esperançosas

Se não houvesse tais situações de evidente prejuízo e risco associados às tecnologias, poderíamos ficar o tempo todo na generalidade, que também existe no imaginário coletivo, pois todos ou quase todos acreditam, previamente, que a tecnologia tudo resolverá. Afinal, não conseguimos chegar a patamares inimagináveis pelos nossos antepassados ?

Não podemos em sã consciência contestar: aí estão os aviões e os radares, as telecomunicações e a cirurgia com uso de raios laser, os computadores que nos permitem fazer mais rápido o que já fazíamos com a máquina de escrever e a máquina de calcular.

Nesta viagem esperançosa, bastaria esquecer por um momento os acidentes aéreos, o uso de telefones para atividades repressivas e violentas, o raio laser de utilização militar,... para que a nossa crença na tecnologia fôsse se transformando numa religião dogmática, ou talvez, num misticismo messiânico...

No mesmo trajeto, encontramos os muitos que acreditam , ou que repetem mesmo sem acreditar que o meio ambiente ainda está suportando muito bem as agressões sofridas e as alterações permanentes e cumulativas : este meio teria uma sacrossanta capacidade de AUTORECUPERAÇÃO, oriunda de uma espécie de fonte eterna de recomposição dos ciclos vitais diante das decomposições e irreversibilidades detonadas pela ação humana. Por isto, fala-se em “capacidade ou condições de diluição” da poluição no ar e nas águas, por isto, arbitra-se que “abaixo de x mil coliformes, ou de y miligramas de ácido por litro”, não haveria risco nem medida corretiva a tomar. A esperança está em que podemos ir sempre, todo dia, em muitos lugares, até um certo patamar...que o nosso corpo aguenta, que a biosfera aguenta.

12.Chantagem: controle ambiental versus emprego

Uma demanda social localizada ou um algum avanço legislativo que resultem no aumento da intensidade do contrôle por parte da administração pública sobre os focos de poluição e de riscos técnicos , nos dias de hoje têm muita chance de trombar de frente com as atividades de certas empresas, de certos circuitos produtivos.

MAIOR CONTROLE DA POLUIÇÃO E/OU MAIOR PROTEÇÃO DO AMBIENTE podem resultar em novas restrições para atividades existentes, e alguma delas, mais leves e versáteis podem até se mudar de município, de Estado ou de país em busca de uma maior “liberdade de ação” - com o perdão da palavra mal empregada. Outros empreendimentos, incluindo todos os de grande porte e que dependem de algum fator locacional importante, uma jazida, um oleoduto, uma ferrovia, simplesmente nunca vão mudar de município, e sim, vão pressionar sempre para terem esta maior “liberdade”lá mesmo onde já funcionam.

Tais demandas, segundo as versões dominantes podem até provocar mudanças nos planos de investimento que seriam concretizados numa certa região ou cidade, para outras cidades e regiões onde os contrôles fôssem mais frouxos, os parâmetros mais elásticos. Na grande parte dos casos , não há real oposição nem exclusividades alternativas (do tipo ou... ou ...) entre as demandas lançadas pela sociedade e o volume de emprego numa dada região ou país. No entanto, o argumento é usado cada vez mais, e vai assumindo ares de chantagem , muito funcional dentro do verdadeiro leilão de oportunidades de negócios em que se lançaram os prefeitos, governadores e presidentes.

Tais bons negócios, sejam investimentos fantásticos dos grupos mundializados mais poderosos, sejam trambiques e manobras de gangsters regionais das finanças irregulares, somente seriam bem vindos e realizados lá onde há pouco controle , menos restrição, maior docilidade de todos, da mão de obra e também do meio ambiente. Mais ou menos o que a ditadura Médici (1969-74) fez abertamente na primeira Conferência da ONU sobre Meio Ambiente, em Stockholm, 1972,ou, como algumas estatais brasileiras continuaram fazendo dez, vinte anos depois, em seu luxuoso material publicitário, justamente destinado a “atrair”- como êles adoram dizer -investimentos...

13. Legitimação : busca-se ...

Quando se trata de tecnologia e meio ambiente, quais os conteúdos e mensagens dos meios de comunicação e das próprias empresas, quando se comunicam com seus funcionários e com sua clientela ? Constróem uma legitimação da tecnologia, pois a “sua” tecnologia é sempre mais performática, de maior qualidade, de ponta, ou avançada.

Quando há disfunções, panes, ocorrências ditas anormais e que podem desembocar em acidentes e até em tragédias, se não puderem ser abafados, serão debitados na conta do azar, da estatística (“não são tão frequentes afinal...”) e, na maior parte das vezes, terá sido uma falha humana, uma deficiência individual de alguém que certamente tinha uma grande responsabilidade diante de uma tecnologia tão sofisticada. De toda forma, isto será visto como um óbvio e compulsório PREÇO A PAGAR PELO PROGRESSO.

Mesmo entre os que criticam as concepções técnicas mais arriscadas, poucos têm a liberdade intelectual de reconhecer que as modalidades atuais incluem várias que são intrinsecamente arriscadas, justamente por decorrência de sua complexidade e de suas interdependências entre partes e acessórios dos sistemas. É o que nos alerta o cientista político americano Charles PERROW em seu repertório contundente sobre os

“Normal accidents - living with high-risk technologies”, Basic Books, NY, 1984- destacando-se algumas delas como os testes militares e espaciais, as usinas nucleares e os networks muito amplos e ramificados - que deveriam ser simplesmente banidos porque sempre provocarão algum acidente grave, de grandes proporções.

Ao ser legitimada a tecnologia, assim, em abstrato, genéricamente, sem inquietação ou simples dúvidas, em realidade busca-se decididamente e com urgência, legitimar a empresa, a organização produtiva ou a sua imagem de marca; e, às vezes, até se dedica algumas linhas ou umas fotos dos catálogos e das propagandas ao corpo de funcionários da empresa, pois eles são “o nosso maior trunfo, a nossa capacitação”. Basta registrar nos últimos anos, as inserções caríssimas nas revistas e na tv, fazendo o elogio da empresa, do trabalho e da tecnologia, tudo em grande harmonia, e com as imagens fotogênicas das tecnologias miraculosas, por exemplo, na usina siderurgica da CSN de Volta Redonda, nas plataformas de produção de petróleo e gás no mar, da Petrobrás, e das minas e fundições do grupo Votorantim.

14. Instituições de encobrimento, desde a Faculdade...

Uma das raízes do desencontro está visível nos próprios conteúdos dos cursos de Engenharia, e da área tecnológica em geral : apesar da grande ênfase nos campos da Física, da Termodinâmica, do estudos dos rendimentos, das eficiências, dos fluxos de energia e de massa, o fato é que raramente são apresentados estes fluxos e estes sistemas operando em condições reais. Pretende-se não salientar a existência de tantas PERDAS E DISSIPACÕES DE ENERGIA E DE MATERIAL, de tantas EMISSÕES, RESÍDUOS E SUCATAS DO FUNCIONAMENTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL. Enquanto isto, nas modelagens utilizadas , os objetivos das funções matemáticas e das equações e matrizes algébricas se resumem, quase sempre às variantes em torno da maximização do lucro, do faturamento, da rentabilidade.

Se existe uma mistificação recorrente da tecnologia, não é somente para alimentar de vaidade e orgulho um espírito corporativo da parte dos engenheiros , ou dos economistas, afinal não tão distantes neste assunto, mas sim para que se torne cada vez mais difícil a devida responsabilização das direções empresariais e da administração pública, por ocasião das ameaças e riscos graves, dos processos de degradação que já começam a fazer vítimas.

Pode-se replicar lembrando que recentemente, de dez anos para cá, houve algumas conversões ideológicas marcantes e algumas criações institucionais de aparência inusitada, por exemplo nos EUA o programa tipo APELL - para mobilização das comunidades que vivem próximas de focos de riscos técnicos, depois o programa tipo Responsible Care, da indústria química, e enfim, o BCSD - Business Council for Sustainable Development, atuando na retaguarda da Conferência da ONU no RJ em 1992.

Tudo isto cumpre ou pode cumprir um papel de ANTEPARO, - como nos ensina o geógrafo francês J-P GARNIER (“L ‘écologie: paradygme du temps futur ou paravent des temps présents ? ”, revista “L’Homme et la Société”, Harmattan, 1994/3) - e de MAQUIAGEM dos graves problemas ambientais dentro e fora da produção, - como está eficazmente compilado no dossiê “Greenwash”, elaborado nos EUA pela entidade ambientalista Greenpeace sobre a atuação irresponsável de alguns dos principais grupos econômicos da atualidade, como a Mitsubishi, a Solvay, a Rhodia, a Aracruz, a Westinghouse, a DuPont dentre outros. (dossiê “Maquiagem verde - o disfarce ecológico das multinacionais”, ed. bras. RJ, 1992).

15.Destruição parametrizada para ser permitida

Ao se estabelecer, lentamente, desde o início da Revolução industrial, critérios e limites para as condições de trabalho, a altura das chaminés, as qualidades dos combustíveis a serem queimados, as normas técnicas para o manuseio e estocagem de materiais perigosos, foi se criando o que hoje é um imenso elenco de parâmetros, de limites permitidos de concentração de elementos e compostos químicos em vários “corpos receptores”.

Por meio desta concepção, pretende-se também reafirmar a cada vez o caráter natural da natureza e da ação humana sobre a natureza - ou seja, haveria níveis de poluição, de contaminação e de riscos , medidos em determinados instantes ou através de valores médios durante pequenos intervalos de tempo, horas, dias ou meses - níveis que não seriam letais, nem mesmo patológicos, e sim, simplesmente considerados como “aceitáveis”. E praticamente nada se faz ou se mede ou se controla, quanto à CONTINUIDADE E ACUMULAÇÃO destes processos de contaminação e de degradação.

Desta forma, vai se transformando a disposição perante os RECURSOS VITAIS, como a energia radiante do sol, a água doce, o solo, o próprio ar atmosférico : antes eram vistos como abundantes e dificilmente exauríveis ou degradáveis, agora começam a ser “valorados”, ou melhor , a ter valores monetários imputados, para que , finalmente possam um dia vir a ser possam ser mercantilizados, traduzidos sem disfarces, para RECURSOS ECONÔMICOS.

16.Dificuldades enormes para as alternativas

O mais difícil de ser construído, nestas alturas, é um PROJETO ALTERNATIVO A ESTA VIA ENERGÉTICO-INTENSIVA E DE RISCO CRESCENTE. Não por falta de evidências sobre os resultados desta via adotada, nem por falta de argumentos sobre a inviabilidade progressiva desta via, mas principalmente porque muitas das atuais tecnologias e dos atuais modos de consumo teriam que ser questionados em profundidade, e certamente REFORMADAS OU ABANDONADAS. É o que propõem, por exemplo, o ergonomista francês Alain WISNER ("A inteligência no Trabalho" ,ed. bras. Fundacentro/ Unesp 1994), e também o norte-americano PERROW, já citado.

Neste caso, são vários circuitos produtivos e de utilização final que teriam de ser bastante reformulados, materialmente e institucionalmente, para que se obtivesse a redução radical do consumo de certas matérias - primas minerais e energéticas, para que se obtivesse reduções consideráveis pelo uso da reciclagem de materiais e de rejeitos e sucatas até o ponto em que certas mercadorias pudessem ser quase 100 por cento recicladas.

De toda forma, somente se poderia priorizar tais reformas no âmbito da produção civil se vencesse também - e já viria tarde esta vitória ...a bandeira do pacifismo e do anti-nuclear, pois aí estão os verdadeiros baluartes da manutenção do atual padrão tecnológico : a guerra e o átomo.

Para isto também não faltam razões, tanto de ordem econômica, pois são atividades bastante caras e com pouquíssimo retorno social, como de ordem ética e humana; também não faltam experiências concretas de redirecionamento da própria atividade de pesquisa, no rastro de algumas lideranças renovadoras como o norte americano Barry COMMONER, o inglês Amory LOVINS, os italianos Enzo TIEZZI e Laura CONTI, todos engajados no redirecionamento da energia e da indústria, rumo à preponderância das fontes renováveis, e rumo à democratização da atividade econômica.. Outra abertura crucial, mas pouco conhecida, ainda pode ser vista no livro de Robert Jay LIFTON, psiquiatra norte-americano que recuperou os depoimentos dos sobreviventes de Hiroshima, de Auschwitz, do Vietnã e de Tchernobyl, e que acompanhou também a formação de grupos atuantes como o "Science for the People". "O futuro da imortalidade. ensaios para uma era nuclear", Trajetoria cultural ed. , SP, 1994.

17. Vítimas do próprio trabalho e da proximidade com a produção

Mesmo se não houvesse guerras com armas, mortes e ferimentos de soldados e de civis indefesos, haveria uma guerra dentro dos locais de produção. Para questionar, mudar, implementar algo realmente novo, seria preciso CONFIRMAR OS NEXOS CAUSAIS existentes e prováveis entre as tecnologias, as vítimas humanas e os problemas ambientais, o aumento e a disseminação dos riscos.

A evidência do nexo causal nas situações de trabalho seria dada sempre pela existência de trabalhadores acidentados, ou mortos, e adoentados : há é claro, trajetórias e fatores pessoais que podem incidir em alguns casos, as exposições múltiplas de certos grupos de pessoas, que podem dificultar diagnósticos. Mas, na grande maioria dos casos atuais, os mecanismos são conhecidos ,alguns deles desde a época dos que primeiro relataram as condições de trabalho nas minas e na metalurgia da Idade Média, como o médico RAMAZZINI e o cientista natural Giorgio .AGRICOLA.

Desde então, já se sabia que os trabalhadores se acidentam na contingência da produção e de sua função ou tarefa na produção, e que eles se contaminam ou adoecem em função de fatores concretos de seu posto, de seus trajetos e de seu ambiente de trabalho.

A delimitação jurídica atual, quase uma regra de ouro dos juízes, é INDIVIDUALIZAR o nexo causal. Mas, se formos atentar para a variedade de casos em que o risco, a ameaça, o fator patológico atuam COLETIVAMENTE, os nexos causais seriam mais difusos , mas nem por isto deixariam de ter valor de prova e de circunstância para os moradores vizinhos e bem próximos de uma mina, de uma fábrica, de uma central elétrica, ou de instalações petrolíferas, que estão cotidianamente expostos às consequências de acidentes e de emissões poluentes, ou até de alterações territoriais significativas

18. Batalha patronal pela continuação da impunidade

A onda atual de re-estruturação praticamente nem aborda a necessidade de encaminhar estes problemas, é como se não existissem. A modernização organizacional e estratégica das grandes corporações industriais, energéticas e financeiras inclui, isto sim, uma dosagem sucessiva de “descarregamentos” de responsabilidades trabalhistas, ambientais e até mesmo criminais. Basta que se considere em conjunto os vários efeitos da terceirização, da subcontratação de pessoal, e das condições reais de trabalho e de relações trabalhistas do pessoal não pertencente aos quadros das empresas principais.

Não deve restar dúvida de que a responsabilidade é civil e criminal, muito além das relações contratuais de trabalho: os eventos compreendem também lesões corporais e mentais, incapacitações, doenças provocadas e agravadas nos postos e ambientes de trabalho e nas vizinhanças das instalações, e casos de contaminação coletiva que podem assumir até o caráter de genocídio, vide Bhopal e Vila Socó, por exemplo.

Para tanto, são mobilizados pelas empresas alguns elencos de juristas, auditores, consultores especializados e generalistas, das áreas técnicas e políticas mas também vindos da comunicação social e da publicidade, cujas encomendas e tarefas prevêm a manutenção em cena do nome e da presença da empresa e seus dirigentes, e o devido preparo cuidadoso de toda a demonstração de que o que eles fazem ou fizeram é bastante correto.

19.Estado e profissionais sob pressão dos próprios culpados

Uma pequena parte do corpo técnico dos organismos públicos e das entidades de pesquisa, de testes e mensurações, dos setores de recursos naturais, de saneamento, de saúde pública, é que efetivamente busca cumprir suas árduas missões de fiscalizar, medir, controlar e enquadrar os infratores ,e se possível, nomear e qualificar os responsáveis de tal ou tal prejuízo, ou crime.

Não conseguem, via de regra, dar seguimento aos seus heróicos resultados, passando a sofrer coação direta de suas chefias e direções, e , ao mesmo tempo, são sondados para ofertas provenientes dos próprios empreendedores ou infratores que estão em causa. Com isto, os pareceres, laudos e relatórios técnicos podem ser modificados, mutilados e até engavetados ou perdidos...

Acrescentemos a isto, para se ter um quadro mais completo, os setores das universidades e dos serviços públicos médico-hospitalares (Estados e Municípios) que, apesar de tudo ainda conseguem acompanhar os problemas de origem ambiental e ocupacional . Mesmo estes também sofrem pressões veladas, ou então se submetem a cláusulas de sigilo da informação elaborada, nos convênios celebrados com entidades externas.

No final de tudo, circunscreve-se a poucos grupos, bem controlados, uma enorme massa de informação de RELEVÂNCIA E INTERESSE PÚBLICOS.

20. Luta extenuante de poucas entidades

Algumas entidades não -governamentais, não somente as conhecidas como ambientalistas e ecológicas, mas talvez até com maior eficácia, as entidades da área sindical e de ação social em geral, as associações de moradores de áreas diretamente afetadas por atividades existentes ou ameaçadas por projetos novos conseguiram, em vários casos relevantes, em diferentes pontos do país, iniciar ações na Justiça, marcar sua presença com atos políticos diretos, manifestações, ocupações.

De fato, chegam a obter alguns Termos de Compromisso, ou despachos favoráveis de Juizes em primeira instância, ou até mesmo a protelação ou o cancelamento de algum licenciamento de novas atividades produtivas.

A réplica das empresas não tarda: contratam consultorias técnicas e jurídicas internacionais ou “de expressão nacional”, às vezes até vinculada a alguma universidade, e de toda forma, cobrando preços caros para tentar impressionar os juízes na Segunda instância, e por vezes, até, para enfrentar e desqualificar os próprios Juizes e Promotores que deram seguimento às demandas populares e das entidades

- tudo para que,
- mais uma vez, se dificulte ao máximo o estabelecimento de um NEXO CAUSAL COLETIVO e a consequente RESPONSABILIZAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS NA LINHA DIRETA DAS DECISÕES QUE LEVARAM AO PREJUÍZO.

21.Reforma ambiental : Reforma do capital

A chamada tecnologia ambiental é uma irônica confirmação da capacidade de recuperação e de redirecionamento do capital e dos setores dominantes :

- técnicas e instalações de redução de poluição, de controle de emissões , de prevenção de riscos técnicos , acessórios e métodos que vão se constituindo num importante mercado para os mesmos fabricantes de antigas e modernas máquinas e equipamentos, os mesmos projetistas e fabricantes de bens de capital, as mesmas montadoras de instalações e sistemas técnicos.

Pela lógica, se houver mais restrições e pressões para as atuais instalações, e se os novos projetos tiverem que se adaptar a este tipo de condicionantes, é o que teremos nos próximos anos : “end of pipe technologies”, os dessulfurizadores e conversores catalíticos para os gases de combustão, os ciclones e os coletores eletrostáticos de fuligens, e mais os neutralizadores de efluentes ácidos ou alcalinos, os tratamentos e reaproveitamentos de efluentes com alta carga orgânica.

E mais : sensores, medidores, contadores “on line”, radares, sondas, telemetrias e telecomandos de todos os tipos, mais as cartografias temáticas específicas, os sistemas de informação geográficos e meteorológicos, os rastreamentos por satélites. O futuro de tais mercados será sorridente, restando esclarecer SE ISTO VAI REALMENTE REVERTER OS ESTRAGOS, e faltando ainda indicar QUEM VAI PAGANDO as contas, pois são todas coisas caras.

23 A tecnologia se salvará de seus erros? (*)

Há vertentes da atividade profissional técnica, nas universidades e mesmo nos governos e empresas que , pelo menos, se permitem o ato cívico de encaminhar, delinear e apontar soluções relevantes. De fato, e até que enfim !, poderia a tecnologia melhorar muito os problemas ambientais, e até mesmo , resolver algumas situações graves de risco técnico e coletivo, no trabalho e fora dele. Cabe registrar, porém, precauções gerais :

-primeiro é preciso , absolutamente preciso que se deseje reverter tendências e que se organize em função disto, e depois, que se arregace as mangas e se vá ao campo.

Porém, mesmo assim, nada é garantido: conforme os problemas se tornem evidentes ou venham se comprovando, haverá sempre meios mais sofisticados, eficientes e chamados de científicos, para se promover as tais soluções ótimas e racionais. É o que dizem e pensam muitos...

Caberia apenas uma cobrança, de ordem lógica

- se assim fôsse, porquê não o foi até aqui ?

.....
.....
(*) Aproveito um intertítulo de artigo publicado na Revista do Rio/ UERJ, prim. sem.1996
"SEVÁ Filho, A. O. "A Questão ambiental e a tecnologia na luta ideológica".

MEIO AMBIENTE E TECNOLOGIA

*Domingos LINO

Nos últimos anos temos assistido um crescente interesse de diversos setores por temas como meio ambiente, ecossistemas, recursos naturais e tecnologias alternativas não poluentes. Empresas conhecidas pela sua forma de atuação predatória em relação ao meio ambiente e às condições de trabalho destinam recursos cada vez maiores para publicidade investindo numa imagem de "protetoras do meio ambiente" e governos tem acenado com tombamento de áreas, planos de zoneamento e reflorestamento associado a atividades produtivas. Contudo, ao valorizar e associar o meio ambiente somente à preservação ambiental, o crescente destaque dado ao tema tem muitas vezes esvaziado e negado o desafio que este representa.

Para o movimento sindical, este é um tema relativamente novo. Apesar das lutas imediatistas em defesa do emprego e do salário, (hoje muito mais do emprego que do salário), a CUT conseguiu dar um salto de qualidade ao incorporar nas suas bandeiras de luta, as questões de cunho social.

O IV Congresso Nacional da CUT (IV CONCUR) definiu sete eixos estratégicos que foram aprofundados no V CONCUR, dentre os quais se destacam as políticas sociais. Esses pressupostos ajudaram a fortalecer a ação da CUT neste campo e revelaram uma preocupação básica da Central em conceber o trabalhador não só como produtor de riquezas mas também como sujeito de direitos, ou seja, cidadão.

No plano dos sindicatos e dos ramos de atividade, o tema ganhou força em resposta às péssimas condições de trabalho (saúde e segurança no trabalho) e ao comprometimento da qualidade do meio ambiente externo às unidades produtivas.

A vinculação do trabalho com o meio ambiente é profunda. Através do trabalho o homem se apropria da natureza, transformando-a segundo seus interesses e necessidades. Vinculadas aos processos produtivos, as situações de risco e de alteração ambiental afetam coletivos de trabalho e coletividades vizinhas.

Nesse processo o trabalhador é a pessoa que com maior intensidade sofre as conseqüências negativas da deterioração do meio ambiente, sofrendo uma tripla agressão:

- Como trabalhador ao ocupar determinada função na produção (industrial, agrícola ou prestação de serviço), está exposto a métodos agressivos e substâncias semelhantes às que contaminam o exterior das indústrias, porém com uma maior intensidade em função de um maior grau de concentração.

- Como cidadão através da contaminação do solo, água e ar e, por residir próximo a esses espaços ou às rotas de transporte de certos materiais.

- Como consumidor ao consumir uma série de produtos e serviços aos quais desconhece suas possibilidades tóxicas.

Alguns eventos ocorridos nos últimos anos ilustram essa situação. Em Vila Socó - Cubatão- em 1984, houve vazamento de canalização de derivados de petróleo da empresa Petrobrás, com derramamento em área de mangue atingindo uma favela local, fazendo dezenas de mortos, desaparecidos e feridos.

Grandes acidentes como esse apresentam o aspecto eventual e único do risco coletivo. Mas existem outros riscos coletivos de caráter cumulativo, cuja percepção não é tão nítida e seus pequenos aumentos percentuais ao longo do tempo passam despercebidos.

O Pólo Petroquímico de Camaçari na Bahia, criado há 10 anos sobre um importante manancial de água mineral, é um retrato desse risco. Os dejetos do Pólo já comprometeram o rio Capivara Pequeno e o estuário de Jacuípe, chegando até o mar e contaminando os mananciais de água que abastecem Salvador. São conhecidos entre os trabalhadores vários casos de leucopenia, surdez e doenças respiratórias provocadas pela exposição a inúmeros agentes químicos e estudos da Universidade tem apontado aumento das doenças respiratórias entre a população residente na região.

Deve-se considerar que a implementação de projetos industriais, agropecuários e hidrelétricos foram efetivados no país, em grande parte, sem que houvessem maiores preocupações com as condições de vida e trabalho das populações.

A OIT em um Simpósio Tripartite sobre Saúde, Segurança Ocupacional, Condições de Trabalho e Transferência de Tecnologias, realizado em 1981, definiu algumas orientações, nem sempre adotadas pelas transnacionais e governos receptores locais, entre elas:

- **Tecnologias Sustentáveis**

Os países receptores de novas tecnologias precisam ter o poder de decidir qual tipo de tecnologia pode ou não, ser sustentável à sua realidade, incluindo o direito de participação da sociedade na tomada de decisão.

- **Informações**

Informações detalhadas dos efeitos em geral causados onde estas tecnologias foram aplicadas, incluindo:

Identificação clara de substâncias perigosas, suas propriedades, quantidade envolvida, formas de armazenamento, manuseio, processamento, produção e transporte.

Análise detalhada de riscos e acidentes que estas tecnologias podem criar, bem como plano de emergência para controle e combate a estes riscos e treinamento do pessoal envolvido em todas as etapas de manuseio, produção, transporte e consumo.

No entanto, os projetos/empresas instaladas não adotaram, em sua maioria, os recursos tecnológicos disponíveis para o controle das condições ambientais e redução dos riscos.

Esse quadro vem se deteriorando aceleradamente nos últimos anos. Isso ocorre em função de vários motivos, entre eles, devido ao longo período de crise econômica, que reduziu os investimentos e defasou tecnologicamente ainda mais as empresas instaladas e no caso das estatais, com o processo de desmonte dessas empresas, beneficiando a implementação do processo de privatização.

A maioria das empresas não reconhece a existência de problemas ambientais e de riscos às coletividades (trabalhadores e comunidade) e dificultam o reconhecimento da organização sindical nos locais de trabalho e os direitos básicos dos trabalhadores. Mesmo pedidos de informações feitos por trabalhadores e sindicatos sobre prontuários médicos, matérias-primas utilizadas, dados sobre a produção são quase sempre negados, sendo identificados como sigilos industriais.

O acesso dos trabalhadores a esses dados e sua organização a partir dos ambientes de trabalho pode possibilitar a discussão sobre o processo produtivo, a responsabilização de empresas pelos prejuízos e riscos já presentes, o direito de recusa ao trabalho em locais e situações de risco e proposições para melhorias e alterações nos ambientes de trabalho.

Ao interferir nos processos produtivos, a questão ambiental assume o caráter de uma nova variável fundamental para se pensar as alternativas econômicas ao modelo de desenvolvimento, seja nos processos de reestruturação e modernização industrial, seja na transformação da estrutura agrária e agrícola.

Nesse sentido, a melhoria das condições de trabalho é algo de interesse público que supera o âmbito dos próprios empreendimentos produtivos e das localidades onde são produzidas mercadorias e serviços e também os problemas.

MEIO AMBIENTE E PRODUÇÃO INDUSTRIAL

O desenvolvimento industrial vem contribuindo para a deterioração da qualidade de vida, com sérias repercussões para o futuro, facilmente percebidas no surgimento das chamadas "Doenças Ocupacionais".

Os limites entre ambientes comuns e de trabalho não são sempre claros e extrapolam as fronteiras dos portões das fábricas atingindo as comunidades vizinhas. Seja por suas chaminés, que diariamente despejam toneladas de gases, vapores e partículas no ar, seja por seus efluentes líquidos, despejados em rios e mananciais, como nas regiões do recôncavo baiano e do ABC paulista, onde toneladas de metais pesados (mercúrio, por exemplo) vêm sendo lançadas dia a dia em mananciais onde se captam água para consumo doméstico, o resultado é sempre a invasão da dinâmica da produção no espaço de vida das pessoas.

Estima-se que São Paulo, para manter o título de estado mais industrializado do país, produza anualmente, através de seu parque industrial, 2,5 milhões de toneladas de resíduos prejudiciais à saúde. As indústrias básicas são as que geram maior impacto ambiental, por causa da amplitude de suas atividades e pelo grande consumo de recursos

naturais. Dos oito setores industriais brasileiros com forte presença no mercado internacional, quatro são altamente nocivos ao meio ambiente: papel e celulose, alumínio, minério de ferro e siderurgia primária, extração de petróleo e petroquímica.

Defasada tecnologicamente, a indústria brasileira só consegue competir à custa de baixos salários, da exploração predatória dos nossos recursos naturais, com impactos negativos sobre a saúde e segurança do trabalhador nas fábricas e da deterioração da qualidade devida da população da cidade e do campo. Neste sentido é interessante observarmos *o que, como, onde e para quem produzimos*.

ALUMÍNIO

A maior parte de nossa produção é para exportação. De mais de um milhão de toneladas produzidas, apenas 300 mil permanecem no país. Da mineração da bauxita à produção do alumínio, as atividades deste setor são das mais agressivas ao trabalhador e ao meio ambiente, a começar pela necessidade movimentação de grandes volumes de solo para extração da bauxita (cada tonelada de alumínio produzida exige quatro de bauxita), trazendo também, como resultado a produção de resíduos altamente poluidores.

Um terço da composição do alumínio é energia elétrica e é justamente no consumo da energia necessária para produção do alumínio que está o interesse das multinacionais em transferir para o Brasil, suas atividades que concentram os principais problemas ambientais

SIDERURGIA

50% da produção destinada à exportação (1990), o que torna o Brasil o 5º. maior exportador mundial. Apenas 12% do minério de ferro extraído do país, permanece aqui. A siderurgia é considerada a terceira maior fonte de degradação ambiental, logo após a agricultura e a petroquímica. Para cada tonelada de aço produzido são necessárias 1,6 toneladas de minério de ferro; o carvão vegetal proveniente das matas nativas responde por 80% das necessidades para o setor. Nos 20% restantes, é utilizado o carvão mineral (coque), que tem como subproduto o gás de coqueria rico em benzeno, responsável dentre outras coisas, pelos casos de leucopenia e leucemia dos trabalhadores expostos a ele. Na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), 514 casos, e na Cosipa, 2.300 casos.

QUÍMICA/PETROQUÍMICA

Porém, talvez nenhuma indústria seja tão agressiva ao meio ambiente e à saúde do que a indústria química e petroquímica, pois são nestas atividades que está presente a maioria dos carcinógenos e teratógenos.

Além da agressividade própria das substâncias utilizadas por essas indústrias, acrescenta-se o fato de estarem geralmente situadas nas regiões metropolitanas e no litoral. Por exemplo: uma empresa química/petroquímica que fabrica cloro/soda próximo às margens da represa Billings em São Paulo, depositando mercúrio, soda caustica e outros

produtos químicos no rio Grande, principal alimentador do manancial que abastece o ABC, compromete a qualidade da água desse reservatório.

O controle de emissões tóxicas, como óxido de enxofre, óxido de nitrogênio, hidrocarbonetos, metais pesados, hidrocarbonatos e particulados em geral não são adequadamente realizados, contaminando regatos, rios e outros mananciais vizinhos.

AGRICULTURA X AGROTÓXICOS

O modelo agrícola adotado pelo Brasil na década de 60 abriu mão da soberania da terra e da integridade do trabalhador rural, adotando um modelo de desenvolvimento insustentável em termos de custo social e ambiental.

Na década de 80 o Brasil consumia 160 mil toneladas/ano de veneno, cuja ação química, em muitos casos, leva de 30 a 40 anos para extinguir-se. O pior é que, freqüentemente, estes venenos são usados de forma preventiva.. Outro ponto grave é que muitos destes produtos não tem antídoto, tanto que estão proibidos em seus países de origem, mas circulam livremente em nosso país.

Já se sabe, também, que a era da lavoura química (que aumentaria de forma espetacular a produção agrícola, em nome da alimentação dos povos famintos), na verdade, não ajudou os agricultores, nem a terra e muito menos aos famintos.

O uso de agrotóxicos, de 64 a 79 fase áurea do mercado do veneno no país cresceu 421%, enquanto o aumento médio de produtividade das 154 principais culturas brasileiras não ultrapassou a 5%. Analisando as seis culturas que mais pesam na nossa agricultura (algodão, arroz, café, cana, soja e trigo), que em toneladas correspondem a 85% da produção agrícola nacional, verificamos que a produtividade cresceu menos de 8%, para um aumento no consumo do veneno de 250% (Revista Proteção abril/90).

SAÚDE E TRABALHO NO CAMPO

Os agrotóxicos chegaram às lavouras de forma desastrosa. Em diversas regiões, hospitais receberam um grande número de agricultores intoxicados. As pessoas passavam mal, muitas morreram e os médicos não entendiam qual era a origem do problema. Os agrônomos é que começaram a sentir que havia uma relação entre o veneno e o fato das pessoas estarem adoecendo e morrendo.

Um estudo sobre acidentes na área rural realizado pela Fundacentro, em 1988 em oito estados brasileiros, utilizando-se das Comunicação de Acidentes do Trabalho (CATs), cuja emissão é bastante precária por parte dos empregadores, e nem sempre registradas pelo INSS, revelou que das 512 declarações de acidentes por agrotóxicos, 47,6% eram por inseticidas, 2,15% por fungicidas, 6,25% por herbicidas e 44,14% por venenos indefinidos. Estes dados coletados mostram a realidade e o modelo de nossa produção agrícola e do desenvolvimento a que estamos submetidos.

Neste cenário, aparentemente desfavorável e depressivo, é importante destacar as contradições e conflitos existentes no interior do processo, que sugerem oportunidades de intervenção e de mudança social na direção de uma sociedade mais justa e equitativa. Entre eles, podem ser lembrados: o desenvolvimento, no âmbito dos movimentos sociais de iniciativas, ainda que isoladas, porém fortes, de oposição e enfrentamento dessa situação e da possibilidade do exercício da solidariedade internacional.

Considerando que este processo em curso, é irreversível e que tem trazido mudanças radicais em todas as esferas da vida social, particularmente no “mundo do Trabalho”, com impactos positivos e negativos sobre a saúde-doença dos trabalhadores é importante o engajamento de toda a sociedade, e dos trabalhadores em particular, no processo de definição de estratégias de enfrentamento de suas consequências adversas.

Entre os procedimentos que já vem sendo adotados, Fruto de resolução do V CONCURT e de vários seminários realizados pelo Coletivo Nacional de Saúde, Trabalho e Meio Ambiente da CUT -CNSTMA/CUT, apontamos alguns pontos da agenda sindical que devem ser reforçados, constituindo uma “agenda de trabalho” então:

- ampliação da circulação de informações e ampliação de debate sobre o tema, com envolvimento social crescente que se transforme em atuação efetiva. Nesse processo deverão ser utilizados os modernos recursos disponíveis de comunicação, o envolvimento da mídia, a nível nacional e internacional;

- o intercâmbio de instrumentos de intervenção e negociação, como contratos, ações judiciais, para proteção e melhoria das condições de trabalho, saúde e do meio ambiente, bem como a proteção do emprego;

- o investimento na preparação de recursos humanos, particularmente de profissionais capacitados a lidar com as “novas questões”, nos diferentes campos do conhecimento, com uma ênfase nas abordagens inter. e transdisciplinares;

- a construção de mecanismos e estratégias de ação conjunta, em uma expressão concreta de solidariedade entre grupos sociais, os trabalhadores em particular

- Priorizar a luta pela mudança radical no atual modelo de desenvolvimento, absorvendo a variável ambiental

- Reivindicar a adoção de políticas de valorização dos recursos naturais no mercado interno e externo, através da cobrança de sobretaxas punitivas que alimentem fundos especificamente voltados para sua conservação e ou regeneração.

- Incluir as questões ambientais na pauta das negociações que costumam preceder os processos de reestruturação das empresas, bem como nos fóruns mais amplos, como as Câmaras Setoriais. Nessas instâncias de negociação, as propostas devem orientar-se pelo princípio “poluidor pagador” (paga o poluidor ou paga a sociedade?) e avançar na criação de uma metodologia que permita contabilizar os custos ambientais da produção.

- Participação e articulação de plataformas comuns com os fóruns da sociedade civil e dos movimentos sociais

- Acompanhamento e intervenção no Congresso Nacional nos temas relacionados à questão ambiental buscando Intervir nos processos de zoneamento econômico e ambiental em todo o país.

- Introduzir a proteção ambiental na luta por uma política agrícola e agrária, com destaque para o banimento do uso de agrotóxicos, compatível com os interesses dos trabalhadores, com a garantia das reservas extrativistas sob controle dos trabalhadores e da demarcação das terras indígenas sob o controle dos mesmos.

- Incorporação em todos os níveis de uma política ambiental nas pautas de negociação.

Muitas outras atividades poderiam ser aqui listadas, e deverão ser agregadas no exercício criativo e comprometido de construção de uma sociedade mais justa e ecologicamente sustentável, resgatando a dimensão humana do trabalho e uma vida digna para todos.

Finalizando, é importante destacar que estamos vivendo e protagonizando um momento particularmente importante a história humana, no qual o velho e o novo, passado e futuro estão juntos, competindo e atuando sinérgicamente. A situação é complexa e exige soluções criativas, assentadas em alguns princípios e valores essenciais para a transformação do mundo:

- o direito universalizado à atenção, promoção e proteção daqueles que trabalham, independente de sua forma de inserção no processo produtivo;

- o direito à formação,

- o direito à participação efetiva, em processos democráticos;

- os princípios da solidariedade efetiva e da ética norteando as decisões e as ações.

- Direito à Organização a partir de seu Local de Trabalho - OLT, constituindo Comissões de Condições de Trabalho, Saúde e Meio Ambiente, que possa ocupar-se da questões relativas tanto ao ambiente interno como externo das empresas.

- Direitos à informação e ao conhecimento, ágil e decodificada, adequada a cada usuário sobre todas as questões relativas aos processos e riscos a que estão expostos, trabalhadores, população e meio ambiente.

- Direito de formação, compartilhado com seus sindicatos.

- Direito a exercer influência no processo de tomada de decisão relativas a conversão e reconversão das empresas, vinculadas aos novos processos de desenvolvimento de tecnologias, bem como na planificação de programas de proteção ambiental e, particularmente, sobre o controle de emissões e tratamento de resíduos.

- Direito de recusa ao trabalho frente a situações de risco.

Desta forma a CUT busca no seu dia a dia fazer com que todo o movimento sindical CUTista passe a cumprir um papel de responsabilidade com as gerações futuras, trabalhando na construção da cidadania e por uma qualidade de vida melhor, que para nós significa, direito ao trabalho, salário justos, moradia, transporte, educação, saneamento básico, lazer, prazer e um meio ambiente saudável.

Todo este esforço estará colimado na busca permanente de se colocar o desenvolvimento a serviço de uma sociedade justa onde os frutos e benefícios do trabalho humano sejam eqüitativamente distribuídos.

***Domingos Lino**
Coordenador Executivo do
Inst. Nac. de Saúde no Trabalho INST/CUT
Membro da Comissão Nacional de Meio Ambiente da CUT - CNMA/CUT
Associado da 3ª turma do programa Lead/Abdl/USP - Associação Brasileira para o
Desenvolvimento de lideranças em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

BIBLIOGRAFIA

- Caderno de resoluções do V CONCURTO
- Machin, B. R. - Ambiente e Trabalho - Revista INST nº 6 - pg 13 dez/jan/1996
- Lino, D. - Meio Ambiente, Saúde e condições de Trabalho - Revista INST nº 8 - pg 16 abr/mai/1992
- Sevá F. O, Machin B. R. e outros - Risco Ambiental-INST/CUT - 1992
- Revista Proteção - Infortúnio no Campo.- abr/1991.
- Giocoechea, I. I. e Garcia, L. S. El medio Ambiente desde el puesto de Trabajo - UGT/Madrid
- Conferência Internacional do Trabalho, 77ª reunião - El Medio Ambiente y el Mundo del Trabajo - OIT.
- Safety, health and working conditions in the transfer of technology to developing countries - ILO/1986.
- Lino, D. e Costa Dias. E.- La Globalización de la Economía y los Impactos sobre la Salud y Seguridad de los Trabajadores - mimeo, apresentado no XIV Congresso Mundial de Saúde e Segurança no Trabalho abr/1996.

OS PROGRAMAS DE DESPOLUIÇÃO DAS BAÍAS BRASILEIRAS

**Maria Bernardete Guimarães*

*Engenheira Civil pela Universidade Federal do Espírito Santo
Mestre em Engenharia Ambiental pela Universidade Federal do Espírito Santo
Doutoranda em Engenharia Ambiental na Univ. Federal do Rio de Janeiro
Membro do Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Eng. Sanitária e
Ambiental -Seção Espírito Santo -ABES-ES e Coordenadora de Saneamento da SEE.

RESUMO

Nota-se neste final de século a crescente preocupação com a qualidade de vida da população. A política ambiental brasileira tem sido marcada por uma tensão entre o desenvolvimento econômico e industrial, a defesa do meio ambiente e as crescentes demandas sociais. Neste contexto constatamos que a poluição de nossas baías, rios e lagos atingiu um nível bastante crítico e intolerável e que medidas eficazes deveriam ser adotadas a fim de que pudéssemos garantir o padrão de qualidade ambiental para os nossos recursos hídricos interiores e costeiros e também para as futuras gerações. O turismo, o desenvolvimento e o crescimento urbano estariam sustentados por este padrão de qualidade e o "Desenvolvimento Sustentável" poderia enfim ser uma realidade. Assim os grandes projetos de despoluição puderam ser iniciados. Assim a qualidade de vida será a grande beneficiada no começo deste novo século.

Palavras Chaves : Desenvolvimento Sustentável Despoluição

INTRODUÇÃO

Em 1989, depois de quatro anos, o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística constatou através da PNSB - Pesquisa Nacional de Saneamento básico o que os técnicos do setor já haviam diagnosticado: que os resultados são muito alarmantes e que os números indicam uma *realidade perversa a que a maioria da população brasileira está submetida.*

A pesquisa foi realizada com o auxílio de três questionários, a PNSB abrangeu 4.698 entidades prestadoras de serviços de abastecimento de água, 2.128 de esgotamento sanitário e 4.500 de limpeza urbana. Foram pesquisados 4.425 municípios em todas as regiões do país e um dos dados mais graves é o que se refere ao tratamento dos esgotos, figura 1 e 2. A figura 1 mostra os municípios com coleta e tratamento de esgoto segundo as grandes regiões e a dois mostra a esfera administrativa das entidades prestadoras de serviços de saneamento no Brasil. Esta situação expõe a população a incontáveis doenças e, por isso, o problema do saneamento básico no país deve ser a principal preocupação das administrações municipais.

A pesquisa também constatou que é o lixo urbano um grave fator de poluição dos mananciais de abastecimento público e nas nossas praias o problema do esgoto é grave,

expondo a população e os turistas ao problema de contaminação por organismos patogênicos. O brasileiro convive com a maioria do lixo que produz. São 241.614 toneladas de lixo produzidas diariamente no país e, destes, 75% a céu aberto são lançados em vazadouros de áreas alagadas. Apenas 23,3% recebem tratamento mais adequado, conforme mostra a figura 3.

O lixo hospitalar, responsável por vários casos de doenças, é recolhido diariamente somente em 2.442 municípios brasileiros. Do total coletado, 42,3% são despejados em vazadouros a céu aberto, 1,4% é incinerado a céu aberto e 65 % são jogados em aterros.

0,4 % fica em aterros de resíduos especiais e 45% do lixo não tem coleta especial, sendo misturados ao lixo comum e depositados em vazadouros e aterros que não possuem tratamento. Isto constitui um grave risco à proliferação de graves doenças .

O lixo industrial, por sua vez, é coletado em 1.505 municípios dos 4.425 pesquisados. Desse total, 66% não tem coleta especial e também se misturam ao lixo comum (BIO,1993).

O modelo institucional e financeiro criado no final dos anos 60 para a implementação dos serviços de saneamento no Brasil, responsável pela elevação dos índices de atendimento do setor, vem apresentando um prolongado processo de esgotamento, caracterizado por desequilíbrios de natureza institucional, financeira e empresarial, este último a nível operativo. Simultaneamente, graves dificuldades, como as que se relacionam a seguir, ainda persistem na oferta dos serviços (ACQUA-PLAN,1995) :

- Nas áreas urbanas, 12% da população não possui acesso a qualquer sistema de abastecimento de água tratada e 65% não dispõem de serviços de coleta de esgotos. No meio rural, somente 9,28% e 7,40% dos domicílios são atendidos, respectivamente, com abastecimento de água e esgotamento sanitário adequados (FIBGE, Censo de 1991);

- Segue em curso um significativo processo de poluição ambiental , devido à carência quase absoluta de tratamento de águas servidas e à disposição inadequada dos resíduos sólidos. Apenas 8% do esgoto produzido no país recebe tratamento;

- Vários sistemas metropolitanos de abastecimento de água apresentam-se saturados ou em vias de saturação;

- Há dificuldades e custos crescentes para obtenção de uma oferta adequada de recursos hídricos.

A ausência de uma política de saneamento a partir da deteriorização do PLANASA , instituído em 1971, tem resultado em ações públicas desordenadas e desarticuladas, incapazes de promover o adequado equacionamento dos problemas relacionados ao abastecimento de água e do esgotamento sanitário no Brasil.

É neste contexto que se desenha a necessidade de um novo marco de referência para orientar e balizar, do ponto de vista da política pública, a nível nacional, as ações que são desenvolvidas pelas instituições públicas e privadas no campo do saneamento.

Constatada a precariedade das políticas públicas e dos serviços de saneamento no país, agravada pelo crescimento significativo da população, sobretudo na periferia das grandes cidades, o governo brasileiro, através da então Secretaria de Saneamento do Ministério do Bem-Estar Social (SNS/MBES), concebeu o **Projeto de Modernização do Setor de Saneamento (PMSS)**. Iniciado em 1992, mediante cooperação entre a SNS/MBES e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e co-financiado pelo Banco Mundial, o projeto tem por objetivo promover a modernização do setor de saneamento do Brasil e a retomada dos investimentos na área.

Para modernizar o setor saneamento é preciso, em linhas gerais, eliminar ineficiências e maximizar os processos de produção, distribuição e comercialização de serviços, com vistas

a preparar as instituições do setor para responder adequadamente às seguintes necessidades (EBAP/FGV, 1995) :

- Aumentar , a partir de esquemas técnico-econômico-financeiros auto-sustentáveis a cobertura dos serviços em áreas urbanas e rurais;
- Incorporar novas ações complementares e inadiáveis na área de saneamento ambiental, como tratamento de resíduos sólidos e líquidos, recuperação de áreas degradadas e drenagem;
- Melhorar a qualidade dos serviços prestados à população;
- Modernizar práticas, processos e métodos de gestão.

A conferência de Estocolmo, na Suécia em 1972, tornou-se um marco quando nela se afirmou que o que mais polui, nos países em desenvolvimento e nos subdesenvolvidos, é a miséria, a falta de infra-estrutura física (água, esgoto, saúde, etc) e social (saúde, educação , lazer) seguindo , aliás, a linha que Mahatma Gandhi já havia estabelecido muitos anos antes (FAISSOL, 1994).

O processo de construção democrática, de baixo para cima e de dentro para fora, ainda não incorporou largos segmentos da população brasileira (ou do terceiro mundo em geral) que ainda vê o mundo pelo prisma que a propaganda consumista ocidental “*modernizadora*” lhe oferece no dia-a-dia. Uma das características desta “cultura da pobreza”, é a única preocupação com o presente e com a presente geração, com o indivíduo e não com o grupo, quer dizer não à família e ao bairro. Um exemplo que se pode citar é o de um membro do “corpo da paz” americano que descreveu em um relatório à AID algo que é a descrição do processo de discriminação social pela pobreza : “*eu, em casa, costumava abrir a torneira e observava a água correr... e agora eu me lembro a distância que as mulheres da vila (onde ele foi destacadado) tinham que caminhar para obter água (em alguns lugares, na Índia, de 4 a 8 horas por dia); de quanto custava a lenha necessária para ferver a água e purificá-la; e como, finalmente, tivemos que desistir da água fervida porque não podíamos nos dar ao luxo do gasto com a lenha, que parecia um produto de luxo*”(FAISSOL,1994).

Apenas conseguiremos atingir o tão sonhado desenvolvimento quando todos, sem discriminação social, entenderem que somos responsáveis não apenas pelo que produzimos mas principalmente pelo que poluímos. A responsabilidade deve ser repartida com todos os que vivem na região atingida pela poluição e que de alguma forma contribuam para ela. A migração indiscriminada gera graves e às vezes irreversíveis problemas assim como a falta de tratamento adequado ao lixo e ao esgoto. A atuação da sociedade deve estar presente através das lideranças comunitárias e dos representantes nas Assembléias e Câmaras Municipais (eleitos pelo povo).

Pensando neste sério quadro ambiental grandes projetos de despoluição se iniciaram neste final de século : **o projeto de Despoluição da Baía da Guanabara**, figura 4 ; **o projeto de Despoluição da Baía de Todos os Santos**, figura 5; **o projeto de Despoluição da Baía de Vitória** (dentro do PRODESPOL- Programa de Despoluição dos Ecossistemas Litorâneos do Espírito Santo), figura 6; **o projeto de Despoluição do rio Tietê**, São Paulo. Todos estes projetos envolvem órgãos municipais, estaduais , federais e Internacionais na busca da solução para os problemas ambientais das regiões envolvidas e surgiram após longas discursões sobre a qualidade ambiental dessas áreas.

METODOLOGIA

Quando se fala em saneamento, automaticamente nós o relacionamos a tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. No entanto, saneamento é muito mais que isso : é a análise e a preocupação com os fatores ambientais que interferem com a qualidade de vida, do indivíduo, da população, a qualidade de vida pensada sob o aspecto físico, mental e social. Aliás, é essa a interpretação dada pela **Organização Mundial de Saúde** (SANTOS, 1994).

Assim sendo os programas de despoluição foram planejados visando:

- Preservar o Meio Ambiente;
- Despoluir os canais, rios, lagoas, praias e baías;
- Diminuir a mortalidade infantil;
- Educar ambientalmente a população;
- Desenvolver o turismo;
- Recuperar as condições sanitárias urbanas;
- Proteger a saúde da população;
- Preservar paisagisticamente as cidades;
- Controlar a Qualidade das águas.

As principais áreas atingidas pelos programas em cada estado são:

- Esgotamento sanitário;
- Abastecimento de água;
- Lixo;
- Macrodrenagem;
- Controle da Poluição Industrial;
- Monitoramento da Qualidade Ambiental;
- Programa de Educação Ambiental;
- Capacitação das Instituições envolvidas .

Segundo PHILIPPI(1995) : *“a literatura corrente sobre as perspectivas do desenvolvimento sustentável é quase sempre unânime em afirmar que os problemas implicados na crise do meio ambiente, caracterizam-se pelo fato de exigirem para sua confrontação novos padrões de organização das comunidades urbanas . Esta exigência de renovação da teoria e da prática do desenvolvimento é defendida desde a conferência de Estocolmo. O conceito designa um enfoque de análise e planificação de um estilo de desenvolvimento regional e local endógeno (ou de baixo para cima), orientado para a busca (prioritária) de satisfação das necessidades básicas (materiais e psico-sociais) da comunidade. Este enfoque de planejamento e gestão urbana pressupõe uma utilização mais racional do potencial de recursos naturais e humanos disponíveis, criação e adaptação de recursos tecnológicos e formas de organização social e política.*

Neste sentido, a problemática do saneamento descentralizado insere-se no campo da abordagem do planejamento e gestão urbana participativa, onde a comunidade produz ações rotineiras de saneamento básico visando:

-A racionalização do uso dos recursos (públicos, humanos e naturais);

-A ativação de capacidades ociosas disponíveis nas comunidades;

-Incentivo à criatividade social voltada para a formulação e adoção de tecnologias apropriadas às condições específicas da comunidade.”

RESULTADOS

O PROGRAMA DE DESPOLUIÇÃO DA BAÍA DE VITÓRIA

Dentro do projeto de Despoluição da Baía de Vitória tem-se como meta a Despoluição dos canais e rios que deságuam neste corpo d' água carregando o lixo e os esgotos domésticos e industriais. Programas de esgotamento sanitário dessas bacias de contribuição já estão sendo desenvolvidos pelas prefeituras municipais, através do **PROSEGE- Programa de Ação Social em Saneamento** que conta com o apoio do BID e pelo **PRODESPOL (Programa de Despoluição dos Ecossistemas Litorâneos do Espírito Santo)** com o apoio do BIRD, figuras 7 e 8.

Também o conhecimento da batimetria da Baía, das marés, clima, temperatura, salinidade, o desenvolvimento de modelos matemáticos hidrodinâmicos e de qualidade tem sido desenvolvidos pela Universidade Federal do Espírito Santo, contribuindo para a formação acadêmica e o desenvolvimento do programa do Mestrado em Engenharia Ambiental.

O PRODESPOL visa a despoluição dos ecossistemas litorâneos do estado do Espírito Santo através principalmente da melhoria geral da qualidade das águas dos corpos receptores dos efluentes líquidos que chegam às bacias hidrográficas dos rios Jucú e Santa Maria e das baías e estuários de Vitória e Guarapari. As regiões deste programa englobam mais de 50% da população urbana residente no estado, a grande maioria de suas indústrias, as mais frequentadas e belas praias e os principais estuários, baías, manguezais e restingas do litoral capixaba. O projeto consta da implantação de sistemas de esgotamento sanitário adequados, constando de coleta, tratamento e disposição de efluentes líquidos gerados por 12 áreas urbanas. De uma maneira geral os impactos ambientais a serem produzidos pela implantação, operação e manutenção desses projetos são extremamente positivos e benéficos, visto que atualmente estes esgotos são lançados brutos diretamente nos rios, lagoas, estuários e baías da região, os quais se constituem nos principais recursos hídricos do estado, poluindo as águas, as praias, comprometendo a pesca, a balneabilidade, a saúde pública, as atividades turísticas e recreacionais (SARMENTO e SERAFIM, 1995). A Baía de Vitória recebe atualmente cerca de 30 toneladas de esgoto “in natura” por dia e a operação e manutenção destes projetos irá reverter este quadro.

Entretanto existem alguns impactos negativos como o lançamento de efluentes tratados das estações de tratamento de esgotos em pequenos cursos de água sem capacidade de diluição e autodepuração. Nestes casos foi proposto o aumento dos tubos emissários efluentes das estações até atingirem cursos de água maiores, capazes de receber e diluir os esgotos tratados sem comprometimento ambiental.

Na área do programa existem 21 unidades de conservação totalizando 11.343 ha, sendo 8 estaduais e 13 municipais onde se destaca o município de Vitória com 9 unidades. De um

modo geral, a qualidade dos recursos hídricos da região analisada sofre atualmente grandes impactos pelo lançamento de esgotos sem tratamento adequado, principalmente nas regiões litorâneas, densamente povoadas e a jusante das cidades interiores. Os principais conflitos atuais entre os usos dos recursos hídricos da região estudada ocorrem entre o uso da água para diluição e autodepuração de esgotos domésticos e industriais e os demais usos que necessitam da água de boa qualidade, tais como abastecimento, irrigação e recreação.

Quanto ao monitoramento ambiental faz-se necessária a ampliação das redes de monitoramento da qualidade e da quantidade das águas existentes. Deverão ser monitorados os atuais corpos receptores de esgotos tratados pelas estações de tratamento, com finalidade de avaliação dos benefícios da eliminação dos lançamentos e para verificar a eficiência da rede coletora. Deverão ser monitorados também os rios e córregos que recebem os efluentes tratados pelas estações em postos situados a montante e a jusante dos pontos de lançamento, nas regiões de influência de cada ETE, deverão ser implantados no mínimo 3 poços de monitoramento próximos às estações além de um outro situado fora da área de influência, para comparação. Os parâmetros a serem monitorados deverão ser no mínimo aqueles necessários para o cálculo do I.Q.A. (Índice de Qualidade de Água) da National Sanitation Foundation, acrescidos do parâmetro cloretos.

Destaque dentro do PRODESPOL merece a atuação do Consórcio Intermunicipal para a Recuperação das bacias dos rios Santa Maria da Vitória e Jucú, principais rios que abastecem a região da grande Vitória, sendo que o rio Santa Maria deságua na baía de Vitória. Visando a implantação de ações integradas para a recuperação das duas bacias propôs-se que os municípios a elas pertinentes passassem a trabalhar em conjunto, buscando a recuperação delas. Assim nasceu em 1991 o Consórcio. As duas bacias perfazem um total de 3.500 quilômetros quadrados, correspondendo a 11% do território do estado. A maioria da água da grande Vitória (que abriga 60% da população do estado) vem destas bacias assim como 70% dos hortifrutigranjeiros e 25% da energia elétrica. Entre as atividades do consórcio tem-se:

- Elaboração do diagnóstico técnico-científico ambiental das bacias;
- Educação ambiental e participativa formal e não formal;
- Implantação dos sistemas de tratamento de esgoto nas sedes dos municípios situados nas partes altas das bacias;
- Vigilância Sanitária e combate ao uso abusivo de agrotóxico;
- Disposição adequada de lixo;
- Reflorestamento e programa de recuperação da mata ciliar;
- Programa de combate ao desperdício de água.

Durante o ano de 1995 e começo de 1996 foram realizadas expedições aos rios visando a atualização da situação ambiental destes e de suas adjacências através do levantamento de dados técnicos. Isto subsidiará a implantação de projetos prioritários em conformidade com a filosofia do desenvolvimento sustentado. Os temas analisados nas expedições são : Qualidade e quantidade das águas, histórico da ocupação territorial : relação cidade-campo, manejo hidráulico, sedimentos, modelo de exploração agrícola, encostas, grutas, topos de morro e margens de cursos de água, resíduos sólidos e lançamento de efluentes, fauna : mamíferos e avifauna, comunidades ribeirinhas.

O programa do PRODESPOL prevê ainda a capacitação técnica da CESAN (Companhia Espírito Santense de Saneamento), das prefeituras municipais e órgãos municipais e estaduais de Meio Ambiente.

O PROGRAMA DE DESP. DA BAÍA DA GUANABARA

Símbolo internacional do Brasil, a baía de Guanabara encanta visitantes de todas as partes do mundo, desde que os primeiros navegadores chegaram ao Rio de Janeiro, no século XVI. Entretanto o crescimento do estado do Rio de Janeiro ao longo dos séculos teve efeitos diretos sobre ela. Com área de 300 quilômetros quadrados e profundidade de até 40 metros a baía mistura a água do mar com a água doce dos 35 rios de sua bacia. A metade dos leitos hospitalares da região é ocupada por pessoas com doenças transmitidas pela água contaminada.

O programa de despoluição atua na melhoria da coleta de lixo e na drenagem de rios. É constituído de projetos de controle de indústrias e educação ambiental, beneficiando diretamente cerca de 5 milhões de habitantes de 13 municípios ao redor da baía. A quantidade de esgotos lançada diretamente na baía é de 1,7 milhão de metros cúbicos, o que corresponde a um estádio como o do Maracanã cheio de esgoto a cada 24 horas. O programa prevê o assentamento de 1.300 Km de redes de esgotos, emissários terrestres e submarinos, elevatórias e estações de tratamento, redes coletoras e ligações domiciliares também são levadas a 27 favelas.

Também o abastecimento de água para a Baixada Fluminense e São Gonçalo é prioridade. Serão construídos reservatórios com capacidade para mais de 100 milhões de litros, além de adutoras e redes de distribuição. Serão instalados hidrômetros nas casas e a água será levada para 15 favelas.

Três milhões de pessoas serão beneficiadas com o programa de coleta e destinação final adequada do lixo. O monitoramento dos complexos industriais em torno da baía será tarefa da FEEMA (Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente). A expectativa é de que, em quatro anos, 455 indústrias que contribuem com 90% da poluição química lançada nas águas da baía tenham passado pelo processo. Em conjunto com o IEF (Fundação Instituto Estadual de Florestas), a SEMA (Secretaria de Estado de Meio Ambiente) executará uma série de atividades para controlar a qualidade ambiental de rios, mares, praias e manguezais. A SEMA coordenará atividades de Educação Ambiental voltadas principalmente para alunos de primeiro e segundo grau e para a população (comunidades carentes).

O projeto também contempla a macrodrenagem urbana, cerca de 150 mil pessoas que moram em áreas sujeitas a inundações são as beneficiadas com as três obras de drenagem na bacia do rio Acari, que a SERLA realizará.

O PROGRAMA DE DESPOLUIÇÃO DA BAÍA DE TODOS OS SANTOS

As cidades localizadas no entorno da Baía de Todos os Santos não possuem sistemas de esgotamento sanitário. Em Salvador, apenas 26% da população é atendida. Desse total 13% são atendidas através de sistemas isolados de conjuntos habitacionais. São milhões de metros cúbicos de esgotos domésticos lançados por ano nos rios, nas praias e na baía, diretamente ou através da rede de drenagem e dos cursos de água existentes. O programa prevê a implantação de 1.900 km de rede coletora, 88 km de interceptores, 77 estações elevatórias, 10 estações de tratamento e beneficiará 1.500.000 hab.

Em Salvador, os esgotos coletados pelas novas redes coletoras serão lançados ao mar, através do sistema de dispersão submarina do Rio Vermelho. Ao todo serão implantadas mais 20 bacias de esgotamento sanitário, que se somarão às 4 atualmente em funcionamento, beneficiando cerca de 100 bairros, além dos principais subúrbios da cidade. O interceptor do Camurugipe, com uma galeria de 4 km, é a espinha dorsal do sistema de esgotamento sanitário de Salvador. Ele vai desviar provisoriamente as águas dos rios Camurugipe e Lucaia, lançando-as no Oceano através do emissário submarino do Rio Vermelho, permitindo, dessa forma, a curto prazo, a eliminação, em tempo seco, dos dois principais focos da poluição das praias de Salvador.

Salvador já conta com um equipamento básico, o emissário submarino no bairro do Rio Vermelho, com 3.350 metros de extensão, 27 metros de profundidade na sua extremidade de jusante.

O programa prevê a ampliação de sistemas de abastecimento de água: 700 km de redes de distribuição, 60 km de adutoras/subadutoras/linhas tronco; 22 reservatórios, 80 mil ligações domiciliares e beneficiará 500.000 habitantes. O programa prevê ainda:

- Implantação de sistemas de coleta, transporte e disposição final de resíduos sólidos;
- Construção de aterros sanitários;
- Planos diretores de resíduos industriais, comerciais, hospitalares e domiciliares;
- Fortalecimento das prefeituras, para a manutenção e operação dos sistemas.

Também a proteção ambiental será intensificada. Ela é o eixo das ações para a redução dos impactos ambientais e para a recuperação e preservação dos recursos naturais na região costeira da baía de Todos os Santos e dos seus rios afluentes. O diagnóstico ambiental da Baía de Todos os Santos visa caracterizar, de uma maneira ampla, o quadro atual das suas condições ambientais. A partir desse trabalho será implantado o Programa de monitoramento da qualidade das águas e sedimentos, tanto na baía como na área de influência do emissário do Rio Vermelho. Em paralelo a esse monitoramento, serão intensificados o controle e a fiscalização do lançamento de efluentes industriais na baía, cujas metas para redução dessas descargas já foram estabelecidas, envolvendo 46 indústrias. Um amplo e intenso programa de educação sanitária e ambiental vai capacitar instituições e agentes multiplicadores, para que a preservação ambiental faça parte da vida cotidiana das populações envolvidas.

Entre as várias ações que estão sendo implementadas, destaca-se a intervenção ora em execução na área de novos Alagados, que inclui obras e serviços, formação social, educação ambiental e melhorias habitacionais e sanitárias, envolvendo tanto a população que mora atualmente em palafitas, que será transferida para um novo conjunto habitacional, como a que mora na área já aterrada, onde será construído um cais de contenção, além da implantação de diversos equipamentos urbanos.

CONCLUSÕES

É preciso não esquecer o fato de que hoje mais de duas terças partes da população brasileira é urbana, e quase metade desta população é metropolitana; e isto faz com que o papel deste sistema urbano seja essencial no modelado regional e na formulação de política de desenvolvimento. (FAISSOL, 1994).

Os planos diretores urbanos, levando em consideração a questão ambiental devem ser elaborados e servir de orientação para o desenvolvimento dos municípios. Assim torna-se necessário que um sério Planejamento Ambiental seja desenvolvido nas áreas metropolitanas

evitando o agravamento dos problemas decorrentes da poluição principalmente os relacionados à saúde pública que fazem com que doenças como a dengue e o cólera reapareçam. Dentro da visão moderna do planejamento das ações de saneamento destacam-se os estudos realizados no decorrer de 1994 que integram a série Modernização do Setor de Saneamento dentro do PMSS- **Projeto de Modernização do Setor de Saneamento**, abrangendo os principais temas do setor de modo a fornecer as bases para a discussão de uma nova política nacional de saneamento, na qual o elemento principal é o reordenamento institucional e financeiro do setor.

Os conteúdos destes estudos são os seguintes :

- Fundamentos e Proposta de Ordenamento Institucional;
- Novo modelo de financiamento para o setor de saneamento;
- Implicações e desafios da flexibilização institucional na prestação de serviços de saneamento;
- Demanda, oferta e necessidades dos serviços de saneamento;
- Análise comparada da legislação internacional sobre regulação da prestação de serviços de saneamento;
- Diagnóstico do setor de saneamento: estudo econômico e financeiro;
- Aplicação do método de avaliação contingente em projetos de abastecimento de água.

Os grandes programas de despoluição deste final de século tendem a sanar uma parte dos problemas decorrentes da falta de saneamento básico mas não os solucionam. Políticas sérias e voltadas para a reconstrução da nossa sociedade através da geração de emprego e renda, do apoio ao homem do campo, da intensificação da economia rural, de políticas habitacionais condizentes, de apoio ao ensino de primeiro, segundo e terceiro graus, do controle à migração indiscriminada, do fortalecimento das instituições estaduais, municipais devem estar associadas a estes programas para que o tão sonhado **Desenvolvimento Sustentável** se consolide em nosso país.

Muito se tem enfatizado a polêmica da participação da Universidade no desenvolvimento racional; para alguns essa participação se concretiza na preparação de profissionais para o mercado de trabalho; para outros, não apenas aí se restringiria o seu papel social : à universidade caberia a liderança na produção do conhecimento científico e tecnológico (BURNHAM, 1991) . Dentro desta nova visão do papel da Universidade dentro da sociedade os programas de despoluição propiciaram que o desenvolvimento tecnológico e científico pudesse ser consolidado através da realização de várias pesquisas em nossas universidades. Como exemplo podemos citar o trabalho de BITTENCOURT (1995) subsídio para o projeto Tietê, o trabalho de LIMA e FONSECA (1995) que subsidiou os trabalhos para a recuperação da baía da Guanabara , RIGO, SARMENTO e GUIMARÃES (1995) e GUIMARÃES e SARMENTO (1995) que

foram desenvolvidos dentro do projeto de despoluição da baía de Vitória, BARRETO e PAREDES (1995) e BARRETO(1993) que estudaram o estuário do rio Paraguaçu, em Salvador na Bahia , também fazendo parte do programa de despoluição da baía de Todos do Santos. Outras pesquisas e trabalhos técnicos estão sendo desenvolvidos nas Universidades servindo para fortalecer os cursos de Mestrado e de Doutorado destas instituições científicas e consolidar os cursos de graduação. Assim os programas de despoluição estão sendo desenvolvidos com a participação das Universidades em pesquisas relacionadas aos problemas ambientais da região em que estão inseridas.

Assim é muito importante para a realização destes programas a divulgação dos trabalhos junto às comunidades atendidas, o apoio ao desenvolvimento tecnológico e científico de nossas Universidades, a busca por novas tecnologias, a reciclagem de nossos profissionais e o aperfeiçoamento de nossos técnicos. Também a capacitação de nossos laboratórios, de

nossas Secretarias Municipais e Estaduais e principalmente o comprometimento de nossos políticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACQUA-PLAN "Flexibilização Institucional da Prestação de serviços de saneamento: implicações e desafios" Ministério do Planejamento e Orçamento. IPEA. Brasília. 1995

BARRETO, M.A.S.F.R. "Estudos Geoquímicos no estuário do rio Paraguaçu relativamente à dinâmica de marés." Tese de Mestrado. Universidade F. da Bahia. 99 p. 1993.

BARRETO, Maria Angélica Silva e PAREDES, Jorge falcão "Estudos Hidrodinâmicos no estuário do rio Paraguaçu" IN: A Água em Revista. Ano III. CPRM. Agosto de 1995.

BITTENCOURT, Alceu Guerios et al "A modelagem matemática do rio Tietê com modelo "Qualzeu" para preparação do projeto Tietê" IN: 18 Congresso Brasileiro de Eng. Sanitária e Ambiental Anais... ABES. Salvador. Bahia. 1995.

BRITO, Evandro Rodrigues de "Considerações sobre a Despoluição da Baía da Guanabara" IN: ENVIRONTECH/95. Rio de Janeiro. 1995.

BURNHAM, Terezinha Fróes "Avaliação e currículo : um grande desafio e um pequeno compromisso na Universidade brasileira contemporânea" IN: A Universidade em Questão Universidade Estadual de Feira de Santana. 1991.

EBAP/FGV Escola Brasileira de Administração Pública da F. Getúlio Vargas. "Novo modelo de financiamento para o setor de saneamento" Ministério do Planejamento e Orçamento. Série Modernização do Setor de Saneamento. Vol II. Brasília. 204 páginas .1995.

FAISSOL, Speridião "O espaço, território, sociedade e desenvolvimento brasileiro ". IBGE. Rio de Janeiro. 1994.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO "Despoluição dos Ecossistemas Litorrâneos do Estado : estudos ambientais- sumário" Agosto de 1993.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA "Bahia Azul : programa de saneamento Ambiental da Bahia". 1995.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO "Programa de Despoluição da Baía da Guanabara". 1995.

GUIMARÃES, Maria Bernardete e SARMENTO, Robson "Modelo matemático hidrodinâmico unidimensional para o canal de interligação entre as baías de Vitória e do Espírito Santo" Universidade Federal do Espírito Santo. Tese de Mestrado em Engenharia Ambiental. Vitória. 390 pag. 1995.

LIMA, Elizabeth C. Da Rocha e FONSECA, Maria Regina M.B. da "A utilização de modelos Hidrodinâmicos e de Qualidade de Água na recuperação do ecossistema da Baía da Guanabara". 18 Congresso Brasileiro de Eng. Sanitária e Ambiental. Anais... ABES. Salvador. Bahia. 1995.

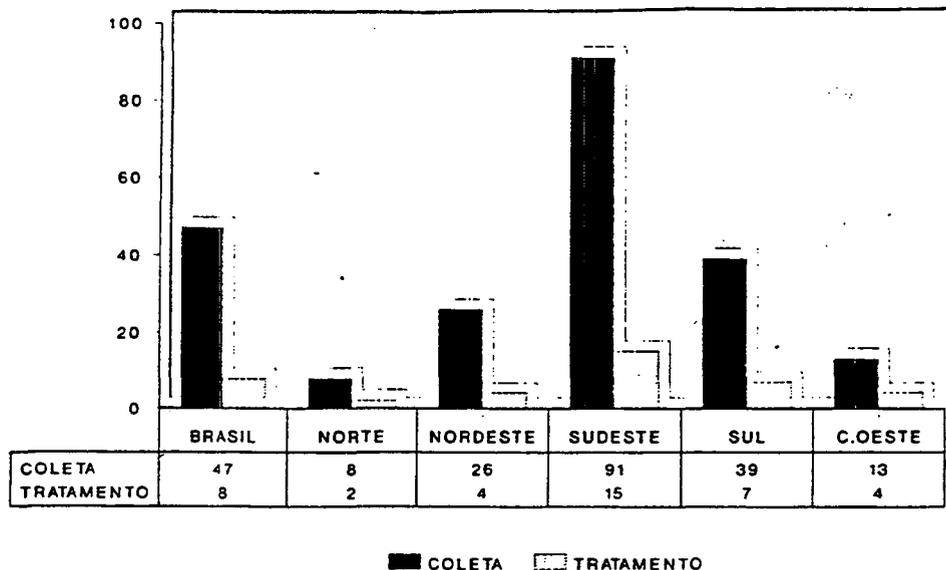
KRAUSE, Gustavo "Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente" IN: ENVIRONTECH/95. Rio de Janeiro. 1995.

PHILIPPI, Luiz Sérgio "Saneamento básico descentralizado : instrumento para o Desenvolvimento Sustentável". IN: ENVIRONTECH. Anais... Rio de Janeiro. 1995.

RIGO, Daniel , SARMENTO, Robson e GUIMARÃES, Maria Bernardete "A determinação da região do Tombo da maré para a baía de Vitória" IN: VII Semana Nacional de Oceanografia. Fundação Universidade do Rio Grande. RS. Outubro de 1995.

SANTOS, Rosely Ferreira dos "Planejar é preciso" IN: BIO ABES. Número 4. Set/Dez 1994.

SARMENTO, Robson e SERAFIM, Alexandre J. "Uma matriz de avaliação de Impactos Ambientais para os sistemas de coleta, transporte e tratamento de efluentes domésticos". IN: 18 Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental . ABES. Salvador. Bahia. 1995.



Fonte: IBGE/DEISO
 Pesquisa Nacional de Saneamento
 Básico - 1989

FIGURA 1 - Municípios com coleta e tratamento de esgoto, segundo as grandes regiões.

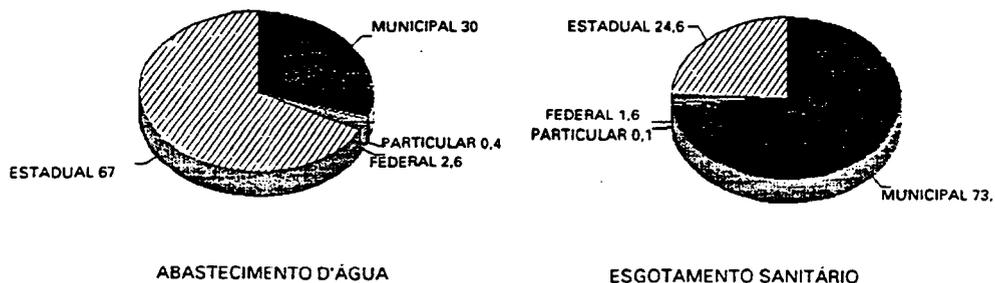


FIGURA 2- Esfera administrativa das entidades prestadoras de serviços de saneamento no Brasil.

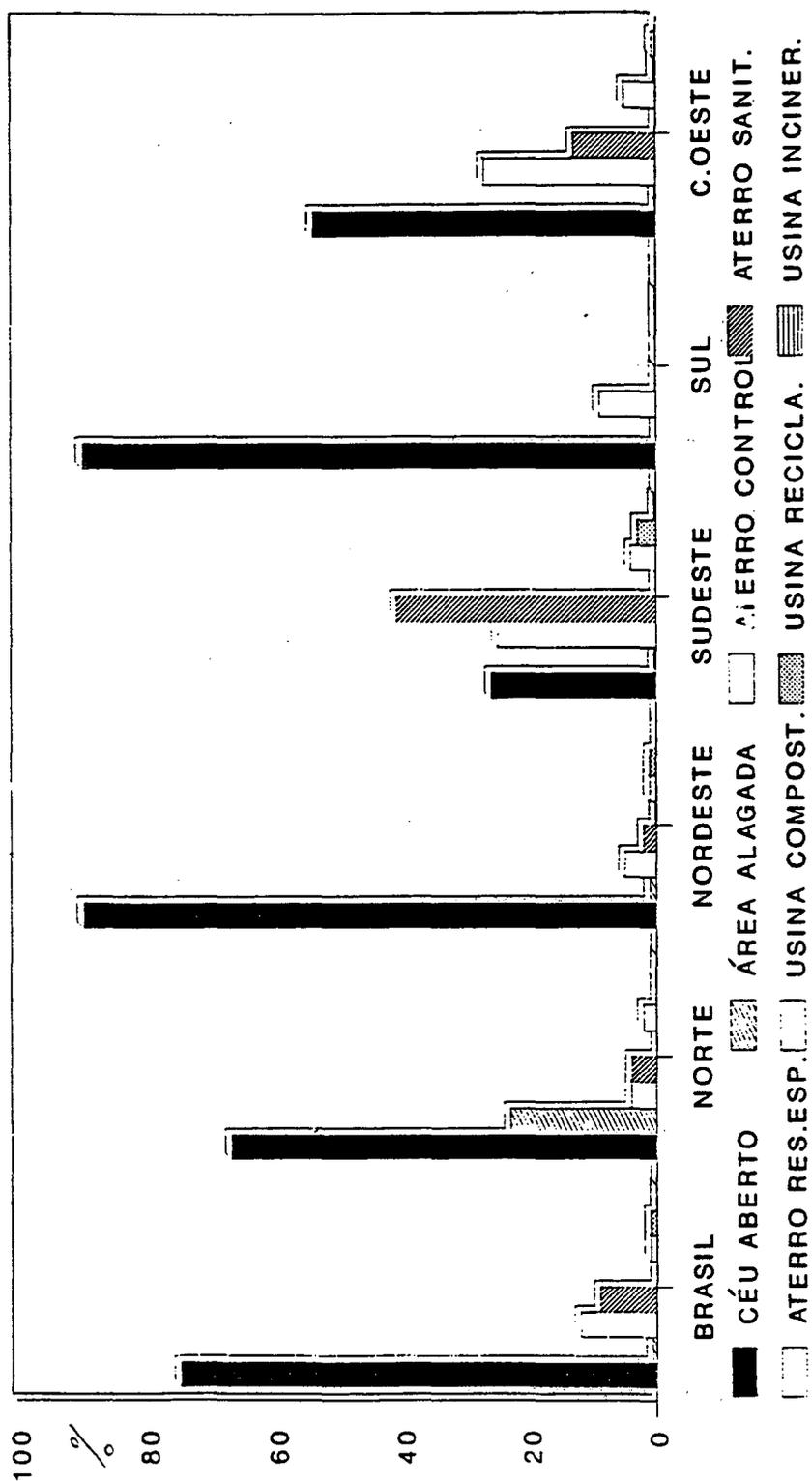


FIGURA 3- Quantidade diária de lixo coletado, por unidade de destinação final Segundo as grandes regiões .

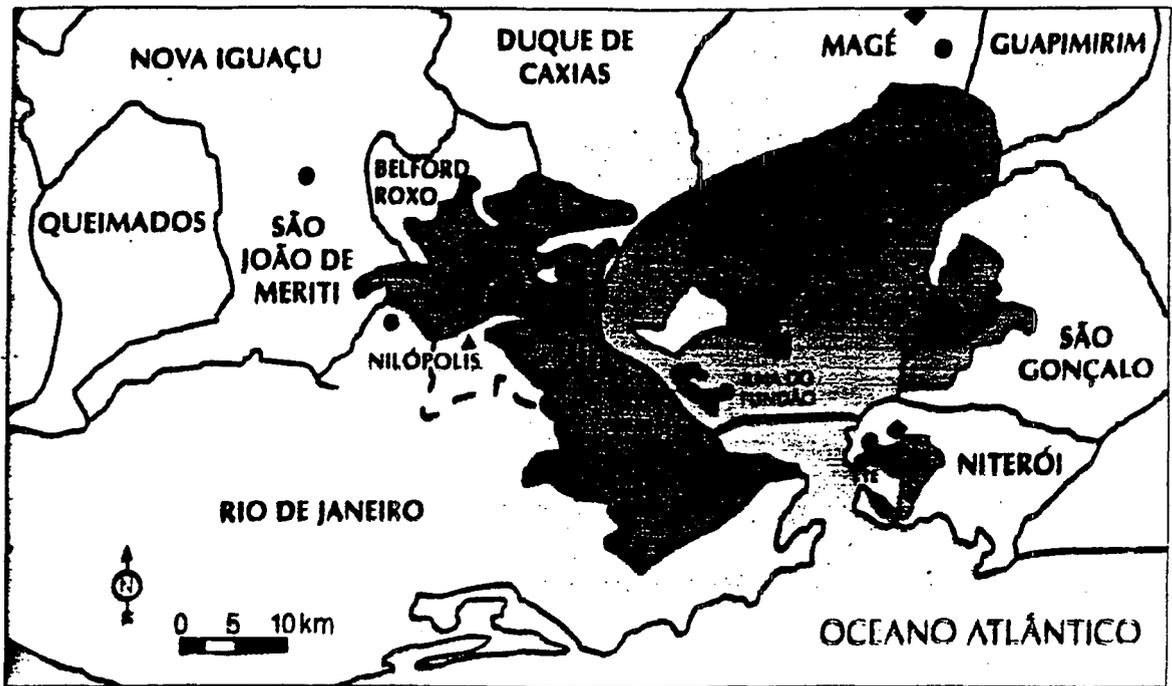


FIGURA 4- Programa de depoluição da Baía da Guanabara - Rio de Janeiro

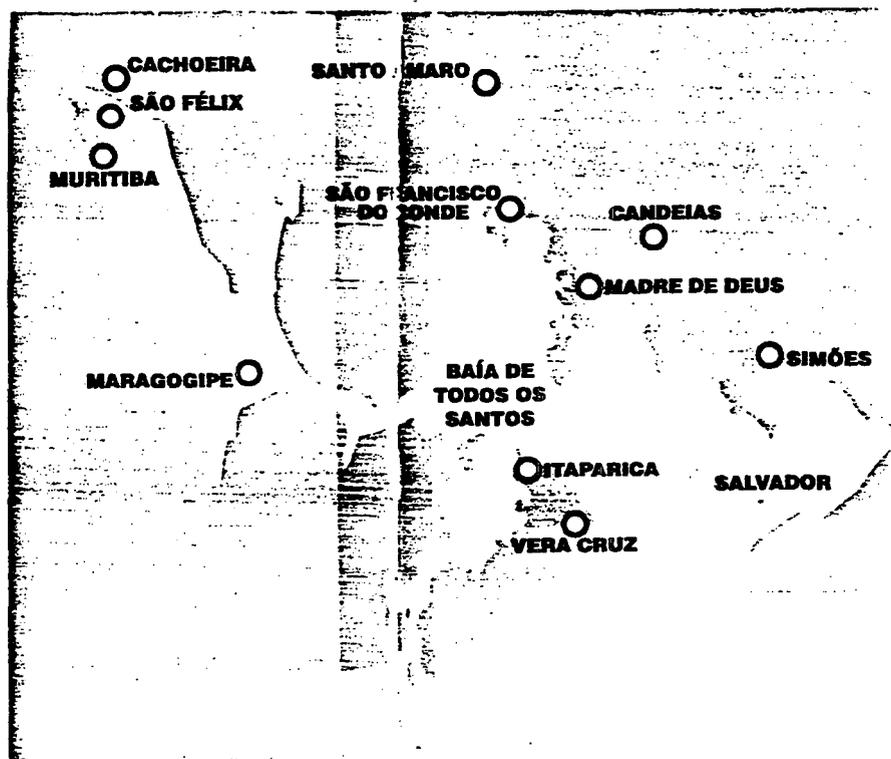
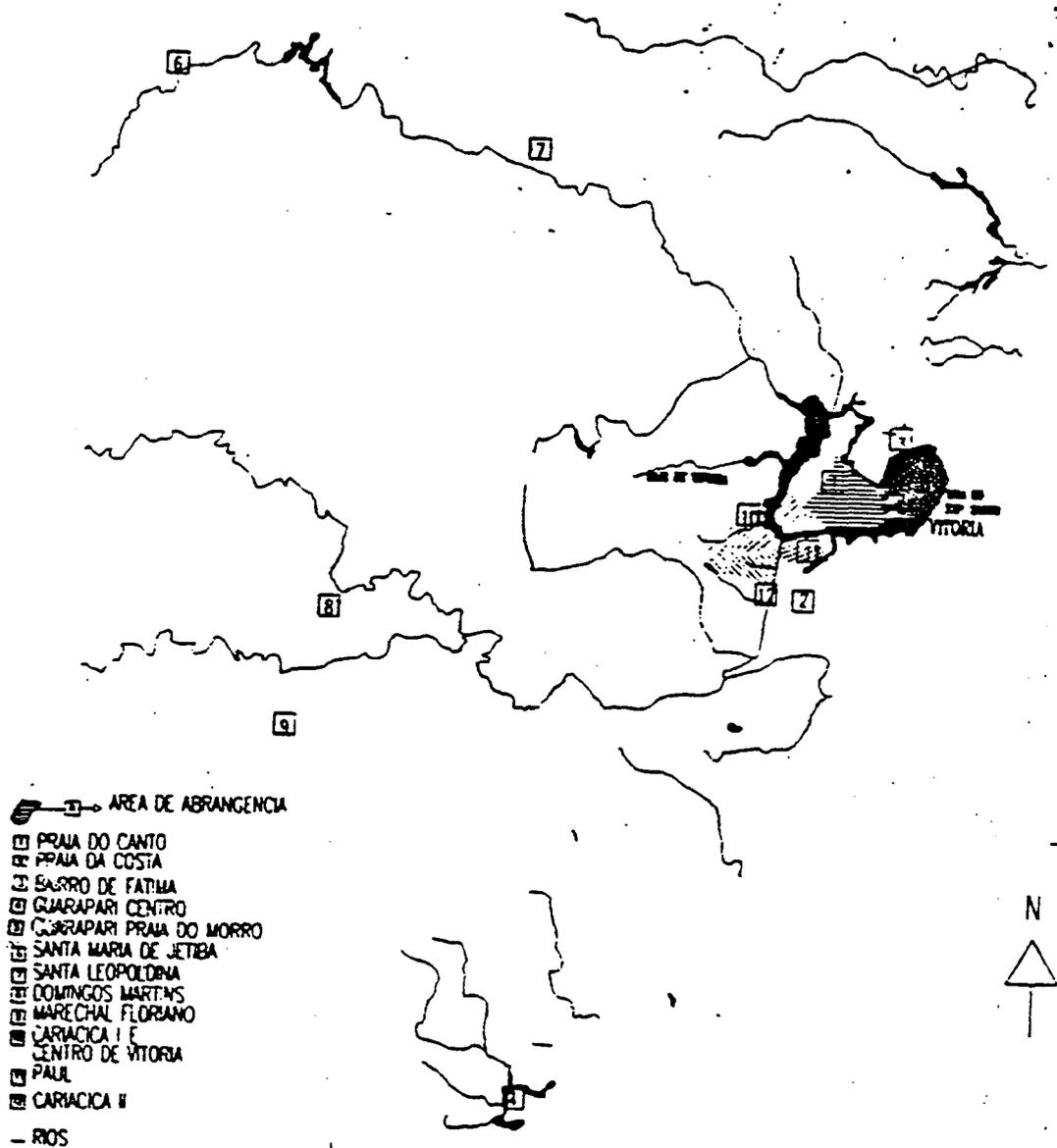


FIGURA 5- Programa de Depoluição da Baía de Todos os Santos - Bahia



**FIGURA 6- O Programa de Despoluição da Baía de Vitória - PRODESPOL
Espírito Santo**

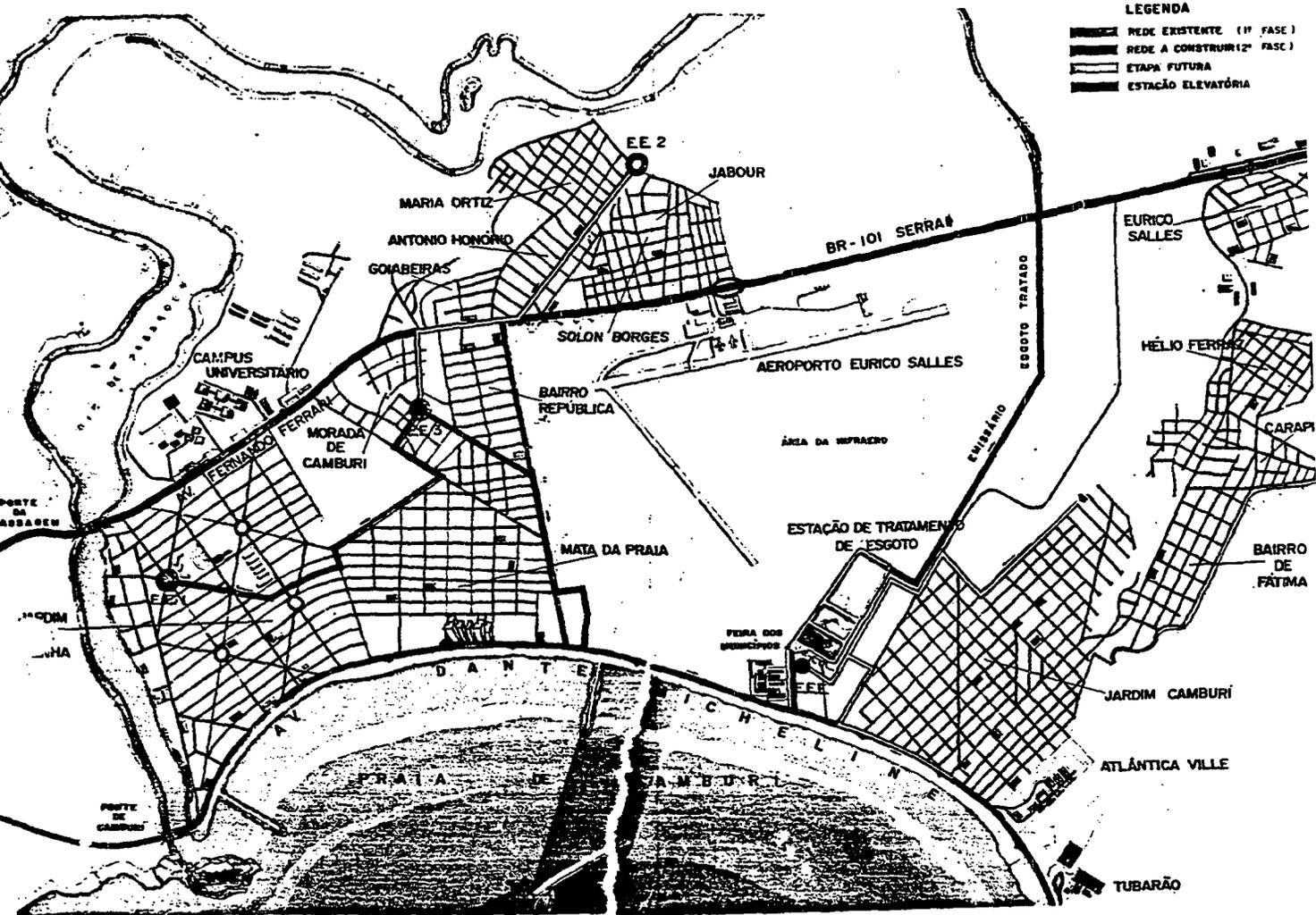


FIGURA 7- Estação de tratamento de esgotos de Camburi - o esgoto antes lançado no canal e na praia é agora lançado na estação - Esp. Santo .



FIGURA 8 - Vista da ETE - Camburi - Esp. Santo.

TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE: FATORES DETERMINANTES DA LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL

MAURÍCIO FERNANDES PEREIRA

Professor do Departamento de Administração
Universidade Federal de Santa Catarina
Trindade - CEP 88049-970 Florianópolis - SC

EDVALDO ALVES DE SANTANA

Professor Titular do Departamento de Ciências Econômicas

DANIEL AUGUSTO DE SOUZA

Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção

1. INTRODUÇÃO

Até meados da década de 70 a preocupação com o meio ambiente não era ainda um fato marcante nas decisões das pessoas e, sobretudo, na definição das estratégias de produção nos diversos segmentos empresariais. O cenário presente permite deduzir que essa falta de conscientização voluntária com os problemas ambientais, na verdade, era um grande equívoco da sociedade contemporânea.

Na prática, as próprias conseqüências da Revolução Industrial já seriam motivos mais do que suficientes para justificarem tal preocupação. A propósito, a produção em larga escala de vários tipos de produtos resultou na crescente - e sem limite - utilização dos recursos naturais, o que provocou, como não poderia deixar de ser, uma degradação da qualidade de vida associada, dado o comprometimento do solo, do ar e da água. Neste sentido, constata-se uma infeliz contradição: a Revolução Industrial, ao mesmo tempo em que aumentava a quantidade e a qualidade das mercadorias levadas ao mercado - e, portanto, com enormes benefícios diretos para os consumidores daquela época -, resultava, também, em um sério comprometimento do meio ambiente, face ao processo produtivo implantado, ou seja, graves prejuízos para as populações futuras.

Logo, o binômio desenvolvimento x meio ambiente leva, em princípio, a uma situação conflitante. O primeiro prioriza o crescimento econômico e o bem estar social, ao passo que o segundo relaciona-se à preservação e à conservação da natureza. A criação de instrumentos que facilitem à compreensão de que este cenário conflitante não deve existir, foi um dos grandes avanços alcançados nos últimos anos 20 anos. *"Meio ambiente e desenvolvimento não constituem desafios separados; estão inevitavelmente interligados. O desenvolvimento não se mantém se a base de recursos ambientais se deteriora; o meio ambiente não pode ser protegido se o crescimento não leva em conta as conseqüências da destruição ambiental. Esses problemas não podem ser tratados separadamente por instituições e políticas fragmentadas. Eles fazem parte de um sistema complexo de causa e efeito"* (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD, 1988, p. 40).

Outro fator importante nesse contexto é o papel da tecnologia, principalmente as tecnologias que não degradam o meio ambiente, quer dizer, que estejam em sintonia com o Desenvolvimento Sustentável. A essas tecnologias convencionou-se chamar de tecnologias limpas ou tecnologias ecologicamente corretas. A CMMAD (1991, p. 64-65), preocupada com o papel da tecnologia no novo estilo de desenvolvimento afirma que é preciso reorientar a questão tecnológica sendo que primeiramente *"... a capacidade de inovação tecnológica precisa ser muito ampliada nos países em desenvolvimento, a fim de que eles possam reagir de modo mais eficaz aos desafios do Desenvolvimento Sustentável. Segundo, é preciso alterar a orientação do desenvolvimento tecnológico, de modo a conceder maior atenção aos fatores ambientais"*.

Sendo assim, o presente artigo se presta a analisar o papel do meio ambiente e da tecnologia como elementos determinantes da escolha da localização ótima de um determinado empreendimento industrial. Neste caso, entende-se que o tomador de decisões ou um planejador, muitas vezes é confrontado com a tarefa de classificar, analisar e combinar, de maneira conveniente, informações disponíveis acerca de possíveis escolhas dentro de um número de alternativas que podem se apresentar. Vários são os fatores locacionais, ou seja, elementos que influenciam no momento da localização efetiva de um empreendimento industrial. São fatores que podem ser homogeneamente elencados devido às peculiaridades de cada indústria, porém, de forma geral, pode-se citar: os incentivos fiscais e fatores econômico-financeiros; proximidade aos insumos (água; serviços - qualidade e mão-de-obra local; energia, clima; terra - composição do subsolo e topografia; entre outros); política de desenvolvimento industrial; localização do mercado e da concorrência; custos (de mão-de-obra, do transporte); efeitos e impactos que por ventura o projeto possa causar; e tecnologia. Enfim, todos esses aspectos devem ser tratados sob a ótica do custo x benefício, tanto privado quanto social.

Este artigo adota a Análise Multicriterial (A.M.) para mostrar a importância da tecnologia e do meio ambiente como elementos fundamentais no processo de escolha do local para implantação de uma unidade fabril. Por via da tecnologia as empresas podem optar por produzir novos produtos em novos locais, otimizar seus processos produtivos e proporcionar um ambiente de trabalho melhor, assim como influi no momento de se decidir por um determinado território para a instalação de uma unidade industrial. Já o meio ambiente, sob a égide do Desenvolvimento Sustentável, pressupõe que o desenvolvimento do presente deva ser sustentável e harmônico, para que as gerações futuras possam usufruir os mesmos recursos. Nesse sentido, o meio ambiente caracteriza-se também como um forte fator influenciador no instante da escolha do ponto ótimo para uma empresa se instalar, haja vista a própria legislação ambiental concernente ao tema.

A partir da A.M. busca-se formular exemplos empírico-hipotéticos para fundamentar o argumento de que a tecnologia e o meio ambiente são dois dos fatores mais importantes na escolha da localização industrial.

Especificamente, o estudo proposto procura responder as seguintes questões: (1) São a tecnologia e o meio ambiente fatores de determinação da localização industrial? (2) Quais os benefícios objetivos que a empresa adquire ao adotar uma A.M. para a escolha da localização industrial? (3) Qual a principal vantagem de se utilizar a A.M. em detrimento da simples análise econômico-financeira? e (4) Qual a contribuição da A.M. para incorporar os impactos ambientais na escolha de locais para instalação de unidades industriais?

2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - MEIO AMBIENTE

Dentro do contexto que foi apresentado na Introdução deste artigo, surge o termo Desenvolvimento Sustentável, o qual, segundo o Relatório *Nosso Futuro Comum* da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD é, de maneira geral, “... *aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades*” (CMMAD, 1991, p. 46).

Nesta mesma linha de entendimento alguns importantes autores também se manifestam. Por exemplo, para Pearce, Markandya & Barbier (apud Baroni, 1992, p. 16): “*Desenvolvimento Sustentável é aqui definido como um padrão de transformações econômicas estruturais e sociais (i.e., desenvolvimento) que otimizam os benefícios sociais e econômicos disponíveis no presente, sem destruir o potencial de benefícios similares no futuro. O objetivo primeiro do desenvolvimento sustentável é alcançar um nível de bem-estar econômico razoável e equitativamente distribuído que pode ser perpetuamente continuado por muitas gerações humanas. (...) desenvolvimento sustentável implica usar os recursos renováveis naturais de maneira a não degradá-los ou eliminá-los, ou diminuir sua utilidade para as gerações futuras, (...) implica a exaustão dos recursos energéticos não renováveis numa taxa lenta o suficiente para garantir uma alta probabilidade de transição societal ordenada para as fontes de energia renovável (...)*”.

Sachs (1986; 1990), um dos maiores expoentes mundiais no tema em questão, não só compartilha com esses conceitos como pondera que existem três pré-requisitos fundamentais na definição do Desenvolvimento Sustentável. Eles estão associados ao fato de que o desenvolvimento deve ser socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente prudente.

Por não ter sido levado em conta esses fatores é que as principais consequências ecológicas da Revolução Industrial só agora estão sendo colocadas em prova: “*Os grandes efeitos da tão celebrada Revolução Industrial estão começando a ser seriamente questionados, sobretudo porque na época não se levou em conta o meio ambiente. Achava-se que o céu era tão vasto e claro que nada jamais mudaria sua cor; que os rios eram tão grandes e suas águas tão abundantes que as atividades humanas jamais lhes alterariam a qualidade; e que as árvores e as florestas eram tantas que jamais acabaríamos com elas*” (Chitepo, 1988, p. 37).

O desenvolvimento do Brasil não foi muito diferente da lógica da Revolução Industrial¹, considerando que seus ciclos de história econômica representou um infinidade de desastres ecológicos, situação que ainda hoje guarda certo resquício devido ao prosseguimento do desmatamento maciço, por exemplo (Sachs, 1990). Assim sendo, como a atividade industrial causou sérios impactos ao meio ambiente no passado, hoje a moderna organização tem de pensar nos problemas que ainda causa ao meio ambiente, tentando superá-los frente aos vários desafios a ela colocados, bem como revertendo todos os impactos ambientais negativos (Shrivastava, 1994).

Assim, entre os diversos objetivos de um país, um deles é o de preservar o meio ambiente e, ao mesmo tempo, estimular o crescimento econômico (Gore apud Pereira & Loch, 1995). Até porque, as questões ecológicas começam a se tornar pontos fundamentais nas estratégias econômicas dos governos de todo o mundo (Munasinghe, Cruz & Warford, 1993), bem como de toda a organização que deseja manter-se competitiva no mercado. Sendo assim, como as questões ambientais são fatores limitantes para estratégias

¹O tipo de indústria que emergiu Pós-Segunda Guerra Mundial, baseava-se na exploração predatória dos recursos naturais (Souza, 1990).

econômicas, elas acabam interferindo na localização industrial de qualquer empresa. Complementa isto o fato segundo o qual o Ecodesenvolvimento² “... visa, ao mesmo tempo, a uma junção mais equilibrada dos fatores de produção - menos capital, mais conhecimentos (*Knowledge-Intensive*), uma organização do território mais harmônico -, sobretudo um espaço privilegiado reservado à atividade criativa dos homens, o que implica a eliminação do desperdício por excelência (...)” (Sachs, 1990, p. 117).

Por uma organização mais harmônica do território, entende-se um planejamento físico e regional que aglutine interesses econômicos e ecológicos a fim da obtenção de uma adequada localização industrial, que otimize a utilização dos recursos, reduzindo os impactos ambientais (Sachs, 1986), visto que os projetos convencionais de desenvolvimento afetam sensivelmente o meio ambiente (Munasinghe, Cruz & Warford, 1993). Grinover (1994) vai mais além: considera que a dimensão ambiental aliada ao desenvolvimento e ao planejamento territorial é um fato recente na maioria dos países industrializados e quase totalmente estranho em países de terceiro mundo.

Mesmo assim, sabe-se que “... a implementação de qualquer atividade econômica em determinado espaço (...) implica necessariamente em modificações no ambiente (...). Este processo de mudança é denominado de impacto e precisa ser analisado de forma a se encontrar mecanismos claros e objetivos para investigá-los” (Pereira & Neto, 1996) e igualmente quantificá-los. À vista disso, qualquer empresa ao buscar um determinado local para se instalar deve levar em conta, ou melhor, deve conhecer a legislação - municipal, estadual e federal -, específica daquela região, relativa, por exemplo, as questões ambientais e seus impactos³. Deste modo, utilizando-se a Análise Multicriterial, tentar-se-á estudar e responder esses questionamentos.

3. TECNOLOGIA

Silva Filho (1994) afirma que o acesso à tecnologia ainda parece ser o ponto crucial para o crescimento econômico. Dentro deste contexto Souza (1990, p. 18) enumera três pontos de atratividade da instalação de novas empresas em países periféricos - o caso do Brasil -, ligados a tecnologia, são eles: “... a redução da participação dos salários na estrutura de custos; a menor participação das despesas com energia, insumos e matérias-primas naturais; e a diluição das vantagens decorrentes das economias de escala, face à progressiva flexibilização dos processos de fabricação”.

Todas essas questões têm que ser tratadas de forma correta para que o meio ambiente não seja prejudicado, visto que um dos fatores que tornam a civilização insustentável é a tecnologia poluente (Rohde, 1995). Por isso, as organizações devem se localizar em lugares aonde as tecnologias limpas sejam possíveis de se utilizar e sejam de fácil acesso.

Neste trabalho entende-se a tecnologia como sendo criada e mudada pela ação humana, logo, um produto da ação humana (Orlikowski, 1992). O conceito aqui adotado é tanto aquele que incorpora a dimensão tecno-produtiva quanto a gerencial (Dahab, Guimarães & Dantas, 1994). Deste modo, com relação a tecnologia, no momento de

² Atualmente os termos Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável, devido suas apuradas características, são aceitos como sendo sinônimos (Sachs, 1993).

³ Os autores reconhecem que a legislação inerente ao assunto em tela representa limitações à localização industrial (Winsemius & Guntram, 1992). Do mesmo modo que reconhecem ser a legislação ambiental brasileira uma das mais rigorosas do mundo, com os seus Estudos de Impacto Ambiental - EIA e seus Relatórios de Impacto Ambiental - RIMA, porém, não se entrará em detalhes sobre ela.

determinar a localização industrial deve-se não apenas analisar os aspectos ligados a atividade produtiva, mas também aqueles emanados da ótica gerencial dos negócios⁴.

Como as questões ambientais podem influenciar a agenda tecnológica das organizações (Adler & Shenhar, 1990) sugerem, à luz dessa relação, as tecnologias limpas, que devem ser privilegiadas no momento da escolha da localização industrial adequada. Contudo, convém destacar que toda nova tecnologia⁵ é uma fonte de incerteza (Tyre & Hauptman, 1992). Assim sendo, as tecnologias limpas devem ser analisadas com cuidado, pois o custo-benefício tanto para a empresa quanto para a sociedade pode ser surpreendentemente negativo.

Maimon (1992) esclarece o que vem a ser as tecnologias limpas. São tecnologias de caráter preventivo, ou seja, a lógica do poluir para depois despoluir - tecnologias apenas de controle - são estranhas a esse tipo de tecnologia. As tecnologias limpas forçam as empresas a redefinir seus processos produtivos, assim como a própria composição (as matérias-primas ou insumos) dos produtos finais. Diante disso, como adverte Sachs (1986), tecnologias como o mínimo grau de desperdício devem ser privilegiadas. Para tanto, os investimentos em tecnologias devem ser feitos de forma ecologicamente segura quando da implantação de uma nova unidade industrial (Kuppermann, 1994).

Na seção seguinte é mostrado de que forma um método de múltiplos critérios pode ser utilizado para selecionar o local de instalação de uma unidade industrial (dado um conjunto de alternativas); considerando-se que o meio ambiente e a tecnologia são fatores determinantes da localização de uma dada unidade de produção.

4. LOCALIZAÇÃO DE INDÚSTRIAS ATRAVÉS DA ANÁLISE MULTICRITERIAL

Os modelos de tomada de decisões através de múltiplos critérios (*Multiple Criteria Decision Making - MCDM*) são normalmente utilizados na resolução de problemas em que existam mais de um critério de avaliação e, principalmente, onde esses critérios são conflitantes e avaliados em unidades diferentes (tanto qualitativamente quanto quantitativamente). De uma maneira geral, as situações que envolvem um elenco bastante extenso de variáveis sócio-econômicas podem ser caracterizadas como problemas de decisão na presença de múltiplos critérios. A localização de indústrias, pelas razões destacadas nas seções anteriores, é um caso típico dessas situações.

Entre os vários métodos⁶ desenvolvidos nos últimos 30 anos - ordenação lexicográfica, modelos lineares aditivos, métodos de concordância, abordagens gráficas e métodos que se fundamentam no princípio do autovalor de uma matriz - alguns deles mostram-se mais adequados para o equacionamento de um problema tal como o da localização de instalações fabris, especialmente quando se pressupõe que a tecnologia e os impactos ambientais (variáveis essencialmente qualitativas) são aspectos relevantes no processo de escolha do melhor sítio. Aqui, optou-se pelo uso do **TOPSIS - Technique for Order Preference by Similarity to Ideal Solution** - cujo desenvolvimento se deve a Hwang & Yoon (1981). Tal método tem como sua principal característica o fato de que,

⁴ Alguns pesquisadores já se deram conta disso, é o caso de Silva (1994, p. 336): "Acreditamos que a localização relativa de pessoas e lugares tem sua importância aumentada nos dias de hoje como resultado das alterações da estrutura social acarretadas pela mudança tecnológica".

⁵ E as tecnologias limpas são novas tecnologias dentro do novo contexto que começa a surgir, o do Desenvolvimento Sustentável.

⁶ Ver maiores detalhes sobre as diversas abordagens em Santana (1994; 1995).

dado um conjunto de alternativas disponíveis de localização, ele garante⁷ a escolha da localização que mais se aproxima da **solução ideal** e, ao mesmo tempo, mais se afasta da **solução indesejável**⁸.

Assim, sejam L^+ e L^- os vetores que representam, respectivamente, a solução ideal e a solução indesejável. Ademais, admita-se que a solução ideal denota os melhores desempenhos de um dado local (alternativa) considerando-se todos os critérios e que a solução indesejável é aquela que apresenta os piores desempenhos, dado o conjunto de critérios. Neste caso, para os critérios $j = 1, 2, \dots, n$, tem-se que:

$$L^+ = \{v_1^+, v_2^+, \dots, v_n^+\} \quad (1)$$

$$L^- = \{v_1^-, v_2^-, \dots, v_n^-\} \quad (2)$$

onde v_j^+ e v_j^- representam, respectivamente, os melhores e os piores desempenhos do elenco de localizações disponíveis diante do critério j .

As distâncias (Δ) das diversas localizações L_i ($i = 1, 2, \dots, m$) com relação às soluções ideais (L^+) e indesejáveis (L^-) são calculadas por:

$$\Delta_i^+ = \sum_{j=1}^n |v_{ij} - v_j^+|; \forall j \quad (3)$$

$$\Delta_i^- = \sum_{j=1}^n |v_{ij} - v_j^-|; \forall j \quad (4)$$

Nestas circunstâncias, seria selecionada a localização que apresentasse o maior valor para o coeficiente de priorização ϕ_i^* (maior *trade-off*), o qual é definido pela expressão⁹:

$$\phi_i^* = \frac{\Delta_i^-}{\Delta_i^- - \Delta_i^+} \quad (5)$$

No exemplo hipotético¹⁰ proposto neste trabalho foram considerados cinco critérios: disponibilidade dos fatores de produção (c_1); condições da demanda (c_2); capacitação tecnológica (c_3); impactos ambientais (c_4); e custos de instalação (c_5). Supõe-se, também, que esses critérios têm os seguintes pesos (ou importância) no processo de decisão: c_1 (0,15), c_2 (0,20); c_3 (0,25); c_4 (0,25); e c_5 (0,15). Como se observa, aos critérios representativos da tecnologia e dos impactos ambientais foram atribuídos os maiores pesos (0,25), o que denota a relevância desses dois critérios para o problema em questão.

⁷ Demonstração matemática disso pode ser encontrada nas referências apontadas na nota 6.

⁸ Alternativas hipotéticas criadas a partir das alternativas reais ou em estudo.

⁹ Esta equação encontra-se detalhada em Hwang & Yoon (1981) e Santana (1994).

¹⁰ No sentido de obter respostas acerca da importância dos critérios, foram entrevistados oito executivos de quatro empresas industriais de grande porte de Santa Catarina. Os custos de instalação correspondem a valores médios de projetos analisados na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico de Santa Catarina.

Foram consideradas quatro alternativas de localização, as quais apresentam as seguintes características:

Tabela 1 - Dados Originais do Problema de Localização

Alternativas	Disponibilidade de Fatores	Condições da Demanda	Tecnologia	Impactos Ambientais	Custo de Instalação (R\$ mil)
Local A ₁	9	7	6	4	500
Local A ₂	8	7	6	5	400
Local A ₃	6	5	9	8	600
Local A ₄	7	5	8	8	650

No quadro acima, os critérios c_1 , c_2 , c_3 e c_4 são avaliados a partir de uma escala de valores em que o menor valor é 1 (um) e o maior é 10 (dez). Esses valores significam, respectivamente, pior desempenho e melhor desempenho de uma dada alternativa em relação ao critério correspondente. Assim, no caso do critério c_4 (impactos ambientais), a nota 4 (alternativa A₁) significa um elevado impacto ambiental, ao passo que a nota 8 (alternativa A₄) indica um impacto ambiental muito pequeno.

Normalizando-se a matriz de decisão acima, ponderando-se os valores pelos seus respectivos pesos e aplicando-se as equações (3), (4) e (5) obtém-se a seguinte matriz de distâncias e priorização:

Tabela 2 - Distâncias e Priorização das Alternativas

Alternativas	Δ^+	Δ^-	ϕ^*
A ₁	0,142	0,083	0,369
A ₂	0,119	0,106	0,471
A ₃	0,090	0,135	0,600
A ₄	0,104	0,121	0,538

Portanto, as localizações A₃ e A₄, que apresentam os melhores desempenhos em relação à tecnologia e aos impactos ambientais, são aquelas que seriam (nesta ordem) as selecionadas, dado o conjunto de critérios. Destaque-se que as alternativas A₁ e A₂ são até mais atrativas em termos de custo de instalação do que as duas outras. Porém, como os critérios mais importantes são a tecnologia e o meio ambiente, e as alternativas A₃ e A₄ são as de melhor performance frente a esses critérios, então essas últimas é que são as opções a serem selecionadas.

Logo, em um contexto no qual a capacitação tecnológica e os impactos ambientais são fatores importantes em um processo de escolha da localização de instalações fabris, seriam priorizadas as alternativas que mostram as melhores performance diante desses dois aspectos. Na verdade, a alternativa A₃ (a de melhor desempenho entre as quatro) é a que tem a menor distância (0,090) relativamente à localização ideal e, simultaneamente, a maior distância comparativamente à localização indesejável

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados aqui apresentados permitem deduzir que em um cenário marcado pelo princípio do Desenvolvimento Sustentável e de crescente evolução do conhecimento tecnológico, de fato, o meio ambiente e a tecnologia são fatores determinantes da localização industrial. Ainda que não se tenha entrado em detalhes sobre os efeitos dessas duas variáveis sobre o grau de competitividade de uma organização produtiva, pôde-se concluir que a escolha de um local para instalar uma planta industrial é fortemente influenciado tanto pela capacitação tecnológica quanto pelas possibilidades de impactos no meio ambiente.

Os efeitos da tecnologia e do meio ambiente sobre a localização industrial não é facilmente captado pelos modelos tradicionais de avaliação de investimentos (que se fundamentam no princípio do fluxo de caixa descontado), devido à complexidade para traduzi-los - os efeitos - em valores monetários. O uso de um método de múltiplos critérios supera essa deficiência. A criação de facilidades para se trabalhar com fatores qualitativos e quantitativos e de conciliar interesses conflitantes são as mais evidentes vantagens dos métodos de tomada de decisões através de múltiplos critérios.

A aplicação do TOPSIS no exemplo hipotético proposto é um exemplo dessas vantagens. Não obstante a utilização de critérios avaliados de diferentes maneiras (notas de 1 a 10 e valores monetários) e alguns deles conflitantes (custo de instalação e impactos ambientais, por exemplo), tal método assegura que a localização selecionada é a que mais se aproxima do que se poderia chamar de local ideal e, ao mesmo tempo, é a que mais se distancia do local dito indesejável. Neste sentido, quando a empresa utiliza uma ferramenta deste tipo para subsidiar suas decisões de expansão, provavelmente estará obtendo um elenco consideráveis de vantagens, sobretudo por poder incluir na sistemática de análise um quantidade de variáveis bem maior do que nos métodos convencionais e pela possibilidade de tratamento de fatores quantitativos e qualitativos.

Por permitir a inclusão de variáveis quantitativas e qualitativas (sem a necessidade de transformar estas últimas em valores monetários), a análise multicriterial acaba facilitando a incorporação dos impactos ambientais e da capacitação tecnológica no processo de escolha de locais para instalação de unidades fabris. Na prática, esses são também os principais benefícios decorrentes do uso de modelos de múltiplos critérios nas decisões de localização.

Neste sentido, pode-se concluir, finalmente, que a análise multicriterial é um interessante campo para futuras pesquisas, especialmente em trabalhos que envolvam a avaliação de tecnologias bem como para o estudo dos efeitos dos impactos ambientais nas decisões de expansão de uma organização industrial. Assim, o *link* entre análise multicriterial e avaliação de tecnologias e dos impactos ambientais de futuras instalações pode ser um caminho para superar algumas das deficiências dos modelos de avaliação que se preocupam com o tratamento dessas variáveis de uma forma quantitativa.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADLER, P. S. & SHENHAR, A. 'Adapting Your Technological Base: the organizational challenge'. *Sloan Management Review*. Fall, p. 25-37, 1990.
- DAHAB, S. S., GONÇALVES, F. & DANTAS, J. R. 'Transferência Tecnológica e Joint Venture no Brasil'. *Revista de Administração*. v. 29, n° 3, jul./set., p. 55-65, 1994.
- GRINOVER, L. 'O Desenvolvimento Urbano e Territorial e os Parâmetros Ambientais'. In MAGALHÃES, L. E.(coord.) *A Questão Ambiental*. São Paulo: Terragraph, p. 243-260, 1994.
- HWANG, C.L. & YOON, K. *Multiple Attribute Decision Making: Methods and Applications. A State-of-the-Art Survey*. Berlin: Spring-Verlag, 1981.
- KUPPERMANN, A. 'Investimentos em Ciência e Tecnologia'. *Revista Estudos Avançados*. v. 08, n° 20, jan./fev., p. 18-22, 1994.
- MAIMON, D. *Ensaio sobre Economia do Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: APED, 1992.
- MUNASINGHE, M., CRUZ, W. & WARFORD, J. 'As políticas econômicas gerais são benéficas ao meio ambiente?' *Finaças e Desenvolvimento*. setembro, p. 40-43, 1993.
- ORLIKOWSKI, W. J. 'The Duality of Technology: rethinking the concept of technology in organizations'. *Organization Science*. v. 3, n° 3, aug., p. 398-427, 1992.
- PEREIRA, M. F. & LOCH, C. 'Avaliação de Empresas: um enfoque na gestão ambiental'. In Anais do VIII COBREAP. Florianópolis: ICAPE, p. 199-207, 1995.
- PEREIRA, M. F. & NETO, L. M. 'Atividade Turística e Desenvolvimento Sustentado no Contexto da Globalização'. *Jornal Indústria e Comércio*. 29/04/96.
- ROHDE, G. M. 'Mudanças de Paradigma e Desenvolvimento Sustentável'. In CAVALCANTI, C. (org.) *Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, p. 41-53, 1995.
- SACHS, I. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.
- _____. 'Recursos, emprego, e financiamento do desenvolvimento: produzir sem destruir - o caso do Brasil'. *Revista de Economia Política*. v. 10, n° 1, jan./fev., p. 111-133, 1990.
- _____. *Estratégias de Transição para o Século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel/FUNDAP, 1993.
- SANTANA, E. A., *O Planejamento da Geração de Energia Elétrica através de uma Metodologia de Análise Hierárquica por Simiraridade com as Restrições do Sistema*. Tese de Doutorado, UFSC, Florianópolis, 1994.

SANTANA, E. A., *Teoria dos Jogos e Múltiplos Critérios - Uma Contribuição para o Aperfeiçoamento dos Jogos Não-Cooperativos*. Tese Submetida em Concurso de Professor Titular, UFSC, Florianópolis, 1995

SILVA, C. C. A. 'Planejamento Ambiental'. In MAGALHÃES, L. E.(coord.) *A Questão Ambiental*. São Paulo: Terragraph, p. 331-345, 1994.

SHRIVASTAVA, P. 'CASTRATED Environment: greening organizational studies'. *Organization Studies*. 15/5, p. 705-726, 1994.

SILVA FILHO, R. L. L. 'Ciência e Tecnologia: o problema da criação de capacidade no terceiro mundo'. *Revista Estudos Avançados*. v. 08, n° 20, jan./fev., p. 14-18, 1994.

SOUZA, P. R. 'Desafios ao Desenvolvimento Brasileiro'. *Revista de Economia Política*. v. 10, n° 2, abr./jun., p. 17-32, 1990.

TOMMASI, L. R. *Estudo de Impacto Ambiental*. São Paulo: CETESB/Terragraph, 1994.

TYRE, M. J. & HAUPTMAN, O. 'Effectiveness of organizational responses to technological change in the production process'. *Organization Science*, v. 3, n° 3, aug., p. 301-320, 1992.

WINSEMIUS, P. & GUNTRAM, U. 'Responding to the Environmental Challenge'. *Business Horizons*. v. 35, n° 2, mar./apr., p. 12-20, 1992.